

CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA

**O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
suas representações no discurso coletivo dos
pesquisadores do campo no Brasil**

Florianópolis, 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA

**O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
suas representações no discurso coletivo dos
pesquisadores do campo no Brasil**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Gestão da Informação, linha de pesquisa Profissionais da Informação, sob a orientação do Professor Doutor Francisco das Chagas de Souza.

Florianópolis, 2005

CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA

**O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
suas representações no discurso coletivo dos
pesquisadores do campo no Brasil**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, DE DE 2005.

Prof. Dr. Francisco das Chagas de Souza – PGCIN/UFSC
(Orientador)

Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim – CIN/UFL

Profa. Dra. Miriam Vieira da Cunha – PGCIN/UFSC

A Deus e à minha família

AGRADECIMENTOS

Neste momento de alegria e emoção, quero deixar aqui consignados sinceros agradecimentos a todos quantos a meu lado estiveram ao longo dessa jornada, de modo muito especial:

- ao meu pai Manuel, à minha mãe Ercília e aos meus irmãos Cátia e Clayton pelo incentivo e apoio incondicional;
- à minha esposa e companheira Luana, que esteve presente em todas as horas difíceis, e à minha filha Camila, por servir-me de inspiração;
- ao professor Francisco, por ter acreditado no trabalho e, principalmente, por compartilhar comigo seu conhecimento, experiências e modo de pensar a ciência da informação e a biblioteconomia, além de todas as sugestões pertinentes a cada etapa deste estudo;
- a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, em especial, àqueles com os quais tive mais contato: Miriam, Gregório, Edna, Magda, Mali, Angel, Úrsula e Marília; também não posso deixar de agradecer à Cecília, sempre disposta a nos ajudar no que precisamos;
- a todos da turma 2003, que foram, junto comigo, os primeiros alunos a passar pelo programa: Renata, Francisca, Vinícius, Marili, Eliane, Adriana, Margarida, Nelma e Gardênia;
- a todos os amigos e colegas das turmas 2004 e 2005 do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC;
- à CAPES por ter concedido a bolsa que possibilitou a realização deste estudo;
- a todos os cidadãos de Florianópolis, que me acolheram maravilhosamente bem; sou muito grato pela atenção e carinho recebidos;
- a todos os alunos do curso de Biblioteconomia da UFSC, com os quais fiz amizade e que me ensinaram muita coisa, especialmente os alunos que conheci enquanto estive realizando o estágio de docência e;
- aos professores do curso de Biblioteconomia da UEL, em especial, Oswaldo, Marta e Maria Inês, pela grande amizade e apoio.

RESUMO

Relata pesquisa realizada que teve como foco as representações do campo da ciência da informação produzidas pelos pesquisadores classificados como pertencentes a esta área de conhecimento. As representações são conhecimentos construídos socialmente por uma comunidade ou grupo de sujeitos. O objetivo central do estudo foi conhecer as representações do campo da ciência da informação expressas por seus pesquisadores no Brasil. O problema da pesquisa consistiu em saber quais representações do campo da ciência da informação são operantes no discurso de um conjunto de pesquisadores em ciência da informação brasileiros. Fundamenta-se na teoria das representações sociais de Moscovici e o campo da ciência da informação é entendido a partir do construto teórico de campo científico formulado por Bourdieu. Estudar o discurso dos pesquisadores da ciência da informação é aprofundar-se na análise das representações aceitas legitimamente neste campo, na medida em que os pesquisadores são responsáveis diretos pelo desenvolvimento desse espaço de produção de conhecimento científico. A pesquisa enquadra-se no tipo qualitativo, e o método da pesquisa constou da coleta, análise e interpretação dos discursos do grupo de pesquisadores selecionado. Os discursos foram interpretados levando-se em conta a abordagem teórica denominada *epistemologia crítica*. Os discursos dos sujeitos foram analisados, organizados, reunidos e sintetizados a partir da técnica de análise de discurso chamada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lèfevre e Lèfevre. Utilizou-se como instrumento de coleta do material discursivo uma lista de questões abertas e como técnica de coleta o questionário. Após a análise dos discursos chegou-se a algumas representações do campo da ciência da informação que permeiam o pensamento coletivo dos pesquisadores investigados e que são expressas na forma de um conjunto de suposições e idéias relativas ao conceito de ciência da informação, aos seus objetos, à visão geral que orienta os pressupostos da produção da informação na sociedade, ao papel social do campo, à teoria da ciência aceita, aos campos correlatos e à história do campo da ciência da informação no país. Mostra que algumas das representações concebidas pelos pesquisadores, quando comparadas entre si, revelam os conflitos de propósitos. Conclui que as representações da ciência da informação produzidas por seus pesquisadores podem orientar ou mesmo serem apropriadas pelos discursos dos profissionais envolvidos diretamente com o campo.

PALAVRAS-CHAVE: Representações Sociais; Ciência da Informação; Campo Científico; Pesquisadores – Ciência da Informação; Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

ABSTRACT

It reports a research based on the representations in the field of information science produced by the researchers as belonging to this area of knowledge. The representations are socially constructed knowledge by a community or group of subjects. The aim of the study was to get acquainted with the representations in the field of information science expressed by the researchers in Brazil. The problem of the research consisted of knowing which representations in the field of information science are operant in the argumentation of a team of Brazilian researchers in the information science. It is based on Moscovici's theory of social representation and the field of information science is understood from the theoretical construct of scientific field expressed by Bourdieu. To study the argumentation of researchers of information science is to deepen into the analysis of representation, legitimately accepted in this field, in as much as the researchers are directly responsible for the development of this space of production of scientific knowledge. The research fits into the qualitative type, the research method consisted of analysis, assess and interpretation of the discourses of the group of selected researchers. The argumentations were interpreted taking into account the theoretical approach named critical epistemology. The subject discourse were analysed, organized, gathered and synthesized from the technique of analysis of discourse called Collective Subject Discourse (CSD) from Lèfevre e Lèfevre. A list of open questions was used as a means of material gathering and as a technique of questionnaire. After the analysis of the discourses it came to some representations in the field of information science that permeate the collective thought of the investigated researchers and that are expressed in the form of a set of suppositions and ideas related to the concept of information science, its subjects, a general view that orientates the postulations of the production of information in a society, to the field social role, to the theory of science accepted, to the correlated fields and the history of the field of information science in the country. It shows that some of the conceived representations by the researchers, when compared among them, they reveal conflicts of purpose. It implies that the representations of information science produced by their researchers can guide or even be appropriate by the discourse of the professionals directly involved in the field.

KEYWORDS: Social Representations; Information Science; Scientific Field; Researchers – Information Science; Collective Subject Discourse (CSD).

RESUMEN

Relata pesquisa realizada que tuvo como foco las representaciones del campo de la ciencia de la información producida por los investigadores clasificados como pertenecientes de esta área de conocimiento. Las representaciones son conocimientos construidos socialmente por una comunidad o grupo de sujetos. El objetivo central del estudio, fue conocer las representaciones del campo de la ciencia de la información, expresadas por sus investigadores en Brasil. El problema de la investigación consistió en saber cuáles representaciones del campo de la ciencia de la información son operantes en el discurso de un conjunto de investigadores brasileños en ciencia de la información. Se fundamenta en la teoría de las representaciones sociales de Moscovici, y el campo de la ciencia de la información es entendido a partir de la construcción teórica de campo científico formulado por Bourdieu. Estudiar el discurso de los investigadores de la ciencia de la información es profundizar en el análisis de las representaciones aceptadas legítimamente en este campo, en la medida en que el investigador es uno de los responsables directos por el desarrollo de ese espacio de producción de conocimiento científico. La pesquisa se encuadra en el tipo cualitativo, el método de la pesquisa constó de la recolección, análisis e interpretación de los discursos del grupo de investigadores seleccionados. Los discursos fueron interpretados teniendo en cuenta el enfoque teórico denominado epistemología crítica. Los discursos de los sujetos fueron analizados, organizados, reunidos y sintetizados a partir de la técnica de análisis de discurso llamada Discurso del Sujeto Colectivo (DSC) de Léfèvre e Léfèvre. Se utilizó como instrumento de recolección del material discursivo una lista de preguntas abiertas y como técnica de recolección el cuestionario. Después del análisis de los discursos se llegó a algunas representaciones del campo de la ciencia de la información que engloban el pensamiento colectivo de los investigadores investigados y que son expresadas en la forma de un conjunto de suposiciones e ideas relativas al concepto de ciencia de la información, a sus objetos, a la visión general que orienta los presupuestos de la producción de la información en la sociedad, al papel social del campo, a la teoría de la ciencia aceptada, a los campos correlativos y la historia del campo de la ciencia de la información en el país. Muestra que algunas de las representaciones concebidas por los investigadores, cuando comparadas entre ellas, revelan la forma de conflicto. Concluye que las representaciones de la ciencia de la información producida por sus investigadores pueden orientar o mismo ser apropiadas para los discursos de los profesionales implicados directamente con el campo.

PALABRAS-CLAVE: Representaciones Sociales; Ciencia de la Información; Campo Científico; Investigadores – Ciencia de la información; Discurso del Sujeto Colectivo (DSC).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paradigmas Contemporâneos da Ciência da informação.....	110
Quadro 2: Eventos Recentes em Ciência da Informação.....	113
Quadro 3: Relações Interdisciplinares da Ciência da informação.....	123
Quadro 4: Mudança dos Nomes dos Programas de Pós-Graduação.....	148
Quadro 5: A Ciência da Informação por Autores Brasileiros.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALS - American Association of Library Schools

ABECIN - Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação

ACM - Association for Computing Machinery

ADI - American Documentation Institute

ALA - American Libraries Association

ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia

ASIS - American Society for Information Science

ASLIB - Association of Special Libraries and Information Bureaux (atual The Association for Information Management)

BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CCIB - Comitê Internacional de Bibliografia

CDD - Classificação Decimal de Dewey

CDU - Classificação Decimal Universal

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

CNRS - Centro Nacional de Pesquisa Científica (França)

COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

FDA - Federal Food and Drug Administration

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIAB - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários

FID - Federação Internacional de Informação e Documentação

GEORGIA TECH - Georgia Institute of Technology

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFLA - International Federation of Library Associations
IIB - Instituto Internacional de Bibliografia
IIS - Institute of Information Scientists
INL - Instituto Nacional do Livro
JICST - Centro Japonês de Informação Científica e Tecnológica (Japão)
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MIP - Moderno Profissional da Informação
MTE - Ministérios do Trabalho e Emprego
NATIS - Sistemas Nacionais de Informação Científica e Tecnológica
NSF - National Science Foundation
ONU - Organização das Nações Unidas
PUCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUCMINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SESu - Secretaria de Educação Superior
SIGIR - Special Interest Group on Information Retrieval
SIG/MIP - Special Interest Group / Modern Information Professional
SLA - Special Libraries Association
SNICT - Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFOD - Union Française des Organismes de Documentation
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNISIST - Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

USP - Universidade de São Paulo

USU - Universidade Santa Úrsula

VINITI - Instituto Federal de Informação Científica e Técnica (Rússia)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE.....	28
2.1 Construção da Realidade Social.....	28
2.1.1 Objetivação da realidade.....	32
2.1.2 Interiorização da realidade.....	33
2.2 Representações Coletivas e Sociais.....	35
2.2.1 Representações coletivas.....	36
2.2.2 O estudo das representações sociais: <i>algumas aproximações</i>	40
2.2.2.1 <i>A teoria das representações sociais</i>	50
3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	53
3.1 Elementos Históricos.....	59
3.1.1 A documentação.....	60
3.1.2 A ciência da informação: <i>eventos e conceitos fundadores</i>	74
3.1.3 De 1950 a 1980: <i>o continuum da institucionalização</i>	93
3.1.4 Discussões recentes.....	112
3.2 Relações da Ciência da Informação.....	119
3.3 A Ciência da Informação no Brasil.....	134
3.3.1 Os Profissionais da informação no Brasil: <i>algumas observações</i>	158
4 FUNDAMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	186
4.1 Requisitos Teórico-metodológicos da Pesquisa.....	186
4.1.1 Fundamentação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	186
4.1.2 Técnica de análise Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	189
4.2 Detalhamento da Metodologia Empregada.....	192
4.2.1 Tipo de pesquisa.....	192
4.2.2 Técnica de coleta de dados.....	192
4.2.3 Instrumento de coleta de dados.....	193
4.2.4 Seleção da população.....	193
4.2.5 Pré-teste.....	195

4.2.6 Execução do pré-teste.....	195
4.2.7 Procedimentos éticos.....	199
4.2.8 Plano de coleta de dados.....	199
4.2.9 Coleta de dados.....	200
4.2.10 Interpretação: <i>epistemologia crítica</i>	202
5 AS REPRESENTAÇÕES DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	205
5.1 Apresentação do Sujeito.....	205
5.2 Conceitos e Definições Gerais para Análise e Interpretação dos Discursos.....	205
5.2.1 Área.....	206
5.2.2 Campo.....	208
5.2.3 Disciplina.....	212
5.2.4 Ciência.....	214
5.2.5 Elemento.....	214
5.3 Universos Reificado e Consensual: <i>discursos científicos e representações sociais</i>	214
5.4 O Discurso Coletivo dos Pesquisadores da Ciência da Informação.....	219
5.4.1 O campo da ciência da informação: o que é isto?.....	220
5.4.2 Os limites do campo da ciência da informação.....	236
5.4.3 Os elementos do campo da ciência da informação.....	247
5.4.4 Qual a pertinência dos elementos na estruturação do campo da ciência da informação?.....	255
5.4.5 A história da ciência da informação no Brasil.....	261
5.4.6 A relação ciência da informação-sociedade brasileira.....	278
5.4.7 A avaliação da ciência da informação no Brasil.....	286
5.4.8 O discurso coletivo dos pesquisadores: <i>o campo da ciência da informação</i>	295
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
REFERÊNCIAS.....	307

APÊNDICES.....	329
APÊNDICE A - Instrumento de Coleta de Dados Definitivo.....	330
APÊNDICE B - Instrumento de Coleta de Dados do Pré-Teste.....	332
APÊNDICE C - Carta-Apresentação.....	334
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	336
APÊNDICE E – Carta-Correspondência.....	338
ANEXOS.....	340
ANEXO A - Questionários do Pré-teste.....	341
ANEXO B - Questionários da Coleta de Dados.....	346
ANEXO C - Quadros com as Idéias Centrais e Expressões-Chave das Questões....	370
ANEXO D - Discursos-Síntese das Questões.....	388

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa científica inicia-se com o reconhecimento de um problema que não pode ser solucionado com os conhecimentos disponíveis. É necessário então planejar os passos que se pretende seguir e propor um objetivo e, se tudo transcorrer bem, chegar a resultados satisfatórios no futuro, conseguindo-se solucionar a questão que motivou a pesquisa. Entretanto, nesse processo depara-se com alguns tópicos não conhecidos em sua profundidade. Conquanto um tema de pesquisa pareça debatido exaustivamente e quase naturalizado nos discursos da comunidade científica em questão, muitos pontos são desconhecidos para o grupo ou para alguns de seus integrantes, e isso gera dúvidas à proporção que estimula a produção de novas respostas e novos questionamentos. É dessa forma que o tema desta dissertação é considerado; em outros termos, um assunto que não foi versado em todos os seus detalhes, e daí deriva o interesse por compreendê-lo, mesmo sabendo-se da impossibilidade de fazê-lo completamente.

A iniciativa de conhecer o que os pesquisadores da ciência da informação entendem por ciência da informação tem uma história que se constituiu a partir das experiências pessoais do autor deste estudo. Ciência da informação é definida sumariamente como aquela que trabalha e teoriza sobre “[...] os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação, bem como com o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até a sua utilização, e sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais.” (SMIT; BARRETO, 2002, p.17-18).

Entender o que é a ciência da informação, além da simples menção de conceitos, é uma tarefa que acompanha as preocupações do autor desta dissertação há algum tempo, pelo menos há três ou quatro anos. Muitas questões surgiram quando ainda cursava a graduação em biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Estado do Paraná. Em ocasiões especiais, principalmente nos eventos científicos e profissionais, era

comum o esforço despendido por professores e pesquisadores em ciência da informação e biblioteconomia no intuito de compreender o sentido, o papel social, o conceito e as características imanentes à ciência da informação. Esses eventos resultaram em questões que instigaram cada vez mais a necessidade de refletir a respeito do tema. As perguntas mais genéricas expostas nessas ocasiões (congressos e seminários) eram as mais fundamentais e acabavam por resistir às respostas e explicações simples fornecidas nessas reuniões. Questionamentos dessa natureza podem ser resumidos pelas perguntas: A ciência da informação é uma ciência?, Sendo uma ciência, do que é constituída (quais os seus métodos, leis, conceitos, teorias etc.)?, Qual sua relação com a sociedade brasileira? E os profissionais bibliotecários e arquivistas, que vínculos possuem com a ciência da informação?

Isso fez acreditar, com base nos discursos provenientes da comunidade científica e profissional da qual participo, que um dia, quando estivesse tudo pronto - as teorias reconhecidas socialmente por sua eficácia explicativa, os principais conceitos delineados, as leis relativas à informação conformando-se aos fatos e o(s) objeto(s) em via de definição aceitável pelo grupo - os profissionais e pesquisadores de biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação seriam reconhecidos acadêmica e socialmente. Esse pensamento foi sendo constituído a partir de vários discursos, contados e reforçados durante a formação profissional recebida na graduação. De algum modo, idéias consensuais, concepções comuns ou representações da ciência da informação são elaboradas constantemente nos níveis profissional e científico e, investigá-las tornava-se fundamental.

Infelizmente não era tão simples assim. Com a leitura de alguns teóricos e as conversas com profissionais e pesquisadores, verificava-se tacitamente que a sistematização dos problemas epistemológicos e o caminho a percorrer para sair dessa situação estavam longe de ser concluídos. No entanto, o debate já estava aberto e eu não poderia deixar de participar. Então, a coisa a ser feita era aprofundar-me na problemática,

reorganizar um pouco as informações disponíveis e os fragmentos de idéias relativas ao tema; ou seja, buscar saber mais da realidade social da ciência da informação e como ela está sendo formada no contexto brasileiro, especificamente, as representações que dão vitalidade a esta ciência.

Nesse sentido, para familiarizar-se com o tema propriamente dito devem ser considerados três aspectos iniciais que ajudam a contextualizar esta pesquisa: o papel que a sociedade atribui ao conhecimento científico, a ciência enquanto instituição social construída por pessoas e as reflexões epistemológicas como uma direção a ser seguida para compreender a ciência da informação. Esses três aspectos serão relacionados a seguir.

Na leitura de manuais de metodologia científica e de técnicas de pesquisa geralmente é dada menos atenção aos tópicos iniciais que tratam do conhecimento científico como um tipo de conhecimento construído pela sociedade. O conhecimento científico, na sua concepção clássica, é caracterizado resumidamente nesses manuais por ser racional, objetivo (referido à contínua busca de concordar com o fato), factual, transcendente aos fatos (extrapola os fatos), analítico, claro e preciso, comunicável, verificável (com seus devidos ajustes aos métodos das ciências humanas e sociais), dependente da investigação metódica, sistemático, acumulativo, falível, geral (ou deve visar à generalidade), explicativo, preditivo (ou busca indicar a maior probabilidade de reincidências dos fatos), aberto e útil (LAKATOS; MARCONI, 1994).

Os referidos manuais geralmente enfatizam a oposição entre o conhecimento científico e os conhecimentos popular e filosófico, por considerarem estes últimos valorativos e de difícil comprovação, respectivamente. Contudo, deixam de registrar, por exemplo, que o discurso e o conhecimento científico, principalmente o da lógica, da matemática e da física, ou dos pesquisadores que elaboram este discurso desde o século XIX,

estão tornando-se cada vez mais formais e distantes da realidade dos indivíduos, tal como é percebida e verificada pela observação comum (OMNÈS, 1996, p. 10, 17).

Considera-se aqui que a realidade desse conhecimento científico é socialmente construída por homens que juntos atribuem sentido e tornam inteligíveis os objetos, os sujeitos e as práticas sociais. Compreender a ciência como produtora de um tipo de conhecimento especial de aquisição metódica não reduz sua importância, mas pondera que o conhecimento científico não é o único válido, tampouco o único existente na sociedade. Dessa maneira, reconhece-se a importância das considerações abrangentes que visam entender o movimento da produção do conhecimento na sociedade como superior em relação à produção do conhecimento de um tipo específico.

O conhecimento humano não se reduz ao conhecimento científico, pois é mais abrangente que este; nesse sentido, o foco desta pesquisa foi o conhecimento dos pesquisadores da ciência da informação em sua forma discursiva. Conforme Berger e Luckmann (2002), a construção do conhecimento na sociedade depende de vários processos. Um deles é a institucionalização, que requer, em muitos casos, um processo de legitimação para o desenvolvimento e integração dos significados da instituição construída. Logo, os pesquisadores da ciência da informação contribuem com os processos de institucionalização e legitimação da ciência da informação. Suas representações são de suma importância para amparar os discursos aceitos da e sobre a ciência da informação. Os discursos tornam-se relevantes na medida em que veiculam as representações do grupo que são criadas no curso das conversações entre sujeitos via comunicação humana (TARDE apud MOSCOVICI, 2003, p. 89).

Com efeito, neste estudo reconhece-se a produção humana do conhecimento como um fenômeno de amplas dimensões e facetas. A faceta que interessou esta pesquisa diz respeito aos discursos dos sujeitos que constroem o conhecimento científico dentro de um

espaço delimitado do saber, considerado identificável perante os demais espaços de produção do conhecimento científico, isto é, as outras ciências.

Uma ciência, enquanto uma instituição de produção do conhecimento científico, é permeada de estruturas sociais (instituições e seus mecanismos de regulação) que a regem e a corporificam, e para conhecê-la devem-se considerar seus sujeitos e agentes. Também se deve reconhecer a contínua produção de conhecimento a respeito dos referidos objetos de pesquisa de um campo e, nos momentos de crise, a geração crescente de alternativas para compreender e, se possível, redefinir a identidade de uma ciência, adequando-a, pelo menos no nível dos discursos, aos interesses urgentes da sociedade e da própria comunidade científica. A ciência é uma construção social, e isso se torna mais nítido quando se verifica sua dependência em relação às forças sociais que regulam o seu desenvolvimento.

Salienta-se também que em quase todas as ciências é comum o esforço para tentar compreender as bases de sua constituição. Em tais ciências, entende-se por base uma espécie de pedra angular da qual provém ou na qual se fundamenta tudo o que se conhece e se pratica em determinada ciência. Os esforços nessa direção na ciência da informação são representados pelos estudos que visam: refletir a respeito das pesquisas da ciência da informação; descobrir em que se fundamentam os discursos correntes dos pesquisadores; esboçar algumas idéias sobre seus possíveis pioneiros que proporcionaram um novo ponto de vista dos objetos de estudo; descobrir qual é a problemática principal a que se dedica esta ciência e os métodos utilizados freqüentemente, bem como examinar o contexto de aplicação dos novos conhecimentos que são gerados. Também faz parte desses esforços a ação de selecionar as teorias mais relevantes da ciência da informação para diferenciá-las das teorias de áreas vizinhas.

Como visto, uma reflexão epistemológica pode dar-se sob diversas formas e seguir várias abordagens: indagações éticas da ciência, comprovação ou refutação de teorias, definição e delimitação de objetos de pesquisa, discussão dos problemas centrais de investigação etc. A definição e o estudo dos métodos, a compreensão da finalidade social e a contribuição econômica da ciência e da tecnologia podem ser suscitadas em reflexões de cunho epistemológico. Para Bunge (1980), por exemplo, os problemas epistemológicos estão distribuídos em: problemas lógicos, semânticos, gnosiológicos, metodológicos, ontológicos, axiológicos, éticos e estéticos. Santos (2000, p. 11), por outro lado, submete a críticas as correntes epistemológicas dominantes que sustentam as proposições da ciência moderna, valendo-se da reflexão hermenêutica para construir sua argumentação. Também, com o intuito de refletir a respeito do fazer do cientista, suas responsabilidades e as conseqüências sociais de suas ações, além de examinar uma ciência através de sua história, Japiassú (1977) expressa-se em termos de uma epistemologia crítica. As reflexões desses dois últimos autores nortearam boa parte deste estudo.

Entende-se que o conhecimento científico é orientado por bases filosóficas que, no estudo dos sujeitos que constroem uma ciência, devem ser observadas mais detidamente. Por base filosófica entende-se uma visão geral “[...] constituída por suposições gerais acerca do mundo, do conhecimento e da boa conduta.” (BUNGE, 1989, p. 35). É essa visão geral ou macroscópica que conduz o curso das discussões mais localizadas em uma ciência. Por exemplo, as pesquisas que procuram determinar a realidade a partir de uma análise minuciosa, para obter a representação fiel do real, têm como base filosófica ou visão geral o realismo físico.

No caso específico da ciência da informação, a reflexão epistemológica visa confirmar ou esclarecer pontos centrais de sua história e entender seu significado social. A maioria das discussões epistemológicas em ciência da informação no Brasil está registrada em

ensaios, palestras, trabalhos, artigos e alguns poucos livros que revisam e/ou discutem os seus conceitos, métodos, teorias, interdisciplinas, disciplinas, procedimentos, técnicas e objetos de pesquisa consagrados. O relato histórico da ciência da informação e a discussão de sua institucionalização nos diversos países devem também fazer parte desse esforço, com o propósito de compreender a condição atual da ciência da informação.

Além disso, é necessário abordar nas reflexões epistemológicas da ciência da informação a própria definição do conceito de ciência que é sustentado pelos pesquisadores; tal conceito pode influenciar sobremaneira as críticas endereçadas à ciência da informação. Qualquer observação condizente com a imprescindibilidade de esclarecer os objetos, teorias, conceitos, métodos, definições, relações interdisciplinares, limites possíveis e setores de aplicação da ciência da informação, da biblioteconomia e da arquivologia, estaria subordinada a um conceito geral de ciência que é aceito e reproduzido pelos pesquisadores.

Deve-se salientar ainda que, em âmbito oficial, a agência que investe na formação de recursos humanos para pesquisa e educação superior, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) constatou a escassez de estudos epistemológicos que esclareçam as bases teóricas da ciência da informação. Essa ausência de trabalhos, bem como a indefinição do seu objeto de estudo, leis e métodos, dificultam a avaliação da área da ciência da informação no Brasil (GOMES et al., 2002, p. 114).

Acrescenta-se a isso que os conceitos como os de fluxo da informação, informação, conhecimento, canais de informação, comunicação da informação e do conhecimento, usuários da informação, necessidade de informação, entre outros, somados às teorias, aos métodos e às noções de objetos, são formadores de uma estrutura que possibilita identificar a ciência da informação dentre outros campos de pesquisa e disciplinas. Entretanto, falta um sistema conceitual, e isto compromete o estatuto epistemológico da área (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003).

Em consonância com as reflexões epistemológicas estão também envolvidos os estudos que tratam da identidade dos profissionais que se utilizam dos conhecimentos construídos na ciência da informação. Smit e Barreto (2002, p. 20-23) discutem que o fazer do profissional da informação está subordinado a um campo particular do conhecimento científico. Nesse caso, identificar o profissional da informação mediante os conceitos, as teorias, os métodos e o objeto de investigação específicos da ciência da informação redundam na constituição e afirmação de uma identidade profissional a ser sustentada junto à sociedade.

Outro aspecto importante do tema estudado é que professores e pesquisadores da ciência da informação ou de campos ligados a ela, de uma forma sistemática ou não, deparam-se com questões de natureza epistemológica. No Brasil, em especial, a problemática da teoria que define e explica a ciência da informação torna-se mais aguda devido ao fato de a ciência da informação ter sido introduzida efetivamente no país no início da década de 1970 (PINHEIRO, 2000), trazendo outros modos de pensar, de pesquisar e de fazer ciência, com outros objetos de pesquisa, provenientes de contextos sociais comprometidos com a realidade dos países desenvolvidos.

Estudar a consistência de alguns desses tópicos e saber por que e de que modo são compreendidos pelos pesquisadores da ciência da informação podem ampliar os conhecimentos adquiridos até este momento (2005) sobre a questão. Investigações desse caráter podem contribuir epistemologicamente, pois abrangem o estudo dos pesquisadores, produtores do conhecimento científico legítimo e da realidade social da ciência da informação.

Nesse sentido, é necessário visualizar a ciência da informação como um espaço social. Por isso, recorreu-se ao conceito de campo científico proposto por Bourdieu (1983, 2004), como um campo construído por agentes que estão em constante confronto para manter ou transformar as relações sociais.

O enfoque da pesquisa direciona-se às representações dos sujeitos considerados os agentes que constroem efetivamente o campo da ciência da informação, fazem pesquisas, produzem conhecimento e disseminam-no sob diversas formas: artigos, trabalhos, palestras etc. Os integrantes dessa comunidade científica debruçam-se sobre temas que são convencionados como relevantes para o progresso do campo em reuniões científicas e congressos profissionais. Acredita-se que eles não representam a ciência da informação como uma entidade distante e exterior às suas ações, mas compreendem-na do ponto de vista de quem atua, e por isso, estão comprometidos e são responsáveis pelo desenvolvimento deste campo.

Fazer um levantamento de toda discussão, desde as representações formadas e expressas pelos pesquisadores até as dos outros sujeitos envolvidos com a ciência da informação não seria prudente, simplesmente pela complexidade, extensão do tema, quantidade e pluralidade de sujeitos que produzem representações do campo. A delimitação do problema poderia selecionar vários segmentos desse mesmo problema, bem como diversas categorias de sujeitos; entretanto, foi selecionada apenas uma dessas partes.

O problema da pesquisa foi dividido e organizado em três conjuntos de perguntas centrais: o primeiro refere-se à questão mais geral e principal da pesquisa; o segundo foi formado por questões específicas e o terceiro conjunto trata de questões que poderiam surgir eventualmente na condução do processo de análise dos dados e, em virtude disso, poderiam ser enfatizadas.

A questão principal resume e materializa o problema que guiou a pesquisa, isto é: “Quais as representações do campo da ciência da informação expressas por seus pesquisadores no Brasil?” A definição teórica e a compreensão das práticas da ciência da informação passam pela análise das representações expressas pelos participantes/construtores do campo científico. De modo geral, a análise dos sujeitos serve como subsídio para

compreender e definir ciência da informação. Deve-se registrar que as representações não significam apenas mais um discurso referente ao campo, entretanto, indicam um campo que é vivido e construído socialmente pelo grupo de pesquisadores. Com isso, buscou-se obter dados que comprovem a realidade social do campo, e não somente um conjunto de discursos referente a esta realidade, externa, teórica e sem a participação dos sujeitos presentes, tomando como base o discurso coletivo dos pesquisadores brasileiros da ciência da informação, reconhecidos como tais devido ao financiamento institucional a eles concedido.

As questões específicas, que detalham o problema da pesquisa, são: 1) O que é o campo da ciência da informação?; 2) Quais são os elementos que constituem o campo científico da ciência da informação no Brasil?; 3) Como o campo é afirmado pelos pesquisadores da ciência da informação no Brasil?; 4) Qual o envolvimento dos pesquisadores para a construção do campo científico da ciência da informação no Brasil? Já as questões pertinentes à análise e interpretação dos discursos são: 1) Qual é o objeto (ou os objetos) da ciência da informação expresso(s) nas representações dos sujeitos pesquisados?; 2) Quais são as teorias da ciência da informação?; 3) Quais os conceitos mais significativos da ciência da informação por eles representados? e; 4) Quais são os métodos da ciência da informação? Essas questões puderam, na medida do possível, ser confrontadas com o material recolhido e analisado. Além disso, outras perguntas não previamente estabelecidas, mas que surgiram no decorrer do processo, foram essenciais para a elaboração do estudo.

É nesse contexto que se inserem os objetivos desta pesquisa. O objetivo geral que orientou esta dissertação foi conhecer as representações do campo da ciência da informação expressas por seus pesquisadores no Brasil. Para isso, contou com objetivos complementares, a saber: identificar a definição do campo da ciência da informação no discurso dos pesquisadores; identificar os elementos constituintes do campo científico da ciência da informação especificados no discurso dos pesquisadores; identificar e analisar as

afirmações dos pesquisadores sobre o campo da ciência da informação no Brasil; verificar nos discursos como os pesquisadores se relacionam com o campo da ciência da informação no Brasil e; verificar a(s) base(s) filosófica(s) que orienta(m) as representações do campo da ciência da informação no Brasil.

Deve-se salientar, além de outras coisas, que com o presente estudo teve-se a intenção de contribuir com outras pesquisas e compreender especificamente as representações que os pesquisadores em ciência da informação no Brasil professam e aceitam. Essas representações colaboram para o estabelecimento de sínteses do que seriam as teorias, os objetos, os conceitos, os métodos e a definição fundamentais para legitimação do campo da ciência da informação no país.

A pesquisa inseriu-se em um segmento considerado restrito entre as grandes discussões da ciência da informação, porém nota-se um renascimento recente da temática, verificado em trabalhos de eventos científicos do campo. O V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), realizado no ano de 2003, em Belo Horizonte, Minas Gerais, contou com 14 (catorze) trabalhos na mesa “Epistemologia e Ciência da Informação”, equivalente a 10% do total de trabalhos apresentados; além disso, prestigiou-se na conferência de abertura uma apresentação dentro dessa mesma temática (ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003). Segundo a porcentagem de trabalhos apresentados sob essa orientação nos últimos ENANCIBs, percebe-se que a preocupação com as questões teóricas e epistemológicas estão em ascensão. No encontro de Valinhos, São Paulo, em 1995, não foi apresentado nenhum trabalho sobre a temática “Aspectos Teóricos da Ciência da Informação”, no encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1997, a temática compreendeu 3% do total de trabalhos e, em Brasília, Distrito Federal, no ano de 2000, o tema constituiu 5% dos trabalhos (BARRETO, 2002b).

Com esta pesquisa, buscou-se ainda continuar e, se possível, ampliar as discussões sustentadas em artigos científicos e trabalhos acadêmicos de autores como: Smit (2000), Smit e Barreto (2002), Barreto (1999, 2002b) Dias (2000, 2002ab), Pinheiro (2002, 2004), Pinheiro e Loureiro (1995), González de Gómez (2000, 2001, 2002, 2003c), Robredo (2003ab), dentre outros teóricos brasileiros que se ocuparam, mesmo que esporadicamente, com a reflexão epistemológica do campo da ciência da informação no Brasil.

A análise das representações do campo da ciência da informação pode ser considerada nova, ou pelo menos diz respeito a um aspecto muito particular, o das representações dos próprios construtores do campo científico. Os pesquisadores considerados aqui são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento da pesquisa e pela consolidação da ciência da informação.

Esta dissertação está dividida em cinco partes principais, cada uma de suma importância para compreensão integral do estudo. O capítulo segundo trata da construção e representação da realidade social e busca fundamentar as considerações posteriores sobre a construção social e representação da realidade; também tem como objetivo sustentar teoricamente a metodologia adotada. No capítulo terceiro tentou-se revisar a literatura científica a respeito do campo da ciência da informação. Resultou em um esboço que destaca alguns dos pontos que em geral contextualizam a ciência da informação, além de servir de apoio para analisar e interpretar os discursos dos pesquisadores. O capítulo quarto especifica detalhadamente os procedimentos metodológicos e as técnicas de coleta de dados adotados na presente pesquisa. Nesse capítulo são também descritas as dificuldades encontradas na fase de coleta de dados e indica-se a linha teórica seguida para interpretar os discursos dos pesquisadores. No capítulo quinto, relatam-se preliminarmente as decisões e conceitos necessários para analisar os discursos dos pesquisadores e, em seguida, são elaboradas algumas interpretações destinadas à compreensão dos discursos, finalizando com a

apresentação da síntese dos discursos do grupo, ou seja, o discurso coletivo dos pesquisadores. Depois de encerradas as análises e interpretações foram retiradas conclusões pertinentes aos resultados da pesquisa, as quais estão disponíveis nas considerações finais.

Logo após a parte textual desta dissertação encontram-se as referências consultadas que permitiram a execução de todo o trabalho, e nos apêndices estão dispostos o instrumento de coleta de dados, as cartas e o termo de consentimento utilizados. O conjunto dos questionários respondidos pelos pesquisadores está nos anexos, para que possam ser confrontados, quando necessário, com as interpretações que compõem o capítulo cinco.

Feitas estas breves considerações iniciais, espero apenas que a leitura das demais partes deste relatório de pesquisa possa valer o investimento.

2 CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

2.1 Construção da Realidade Social

A humanidade descende de práticas sociais que determinaram o curso de sua evolução. Para que isso fosse possível houve o repasse de informações, conhecimentos, técnicas, sensações e saberes, que podem ser chamados de elementos culturais, para gerações vindouras. Esses elementos produziram a visão de mundo que os grupos conferiam à realidade, no sentido das percepções e representações que objetivam situar o indivíduo no seu meio social, indicando sua posição neste ambiente e orientando suas ações e atitudes. Isto é, os elementos culturais repassados por nossos antecedentes interferem na percepção que temos do mundo à nossa volta, de nossas relações com as outras pessoas e das normas implícitas que estão em vigência e nos afetam diretamente.

O homem, na condição de um organismo biológico e cultural, não tem uma natureza específica. A formação da natureza humana passa pelo estágio de contato com outros indivíduos, compartilhando e trocando tipificações, que nada mais são que o processo de atribuição de funções e definições de papéis (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 51). A definição da natureza humana envolve uma co-construção: os homens afirmam-se como humanos a partir das relações socioculturais que estabelecem em comunidade. “Em outras palavras, não existe natureza humana no sentido de um substrato biologicamente fixo, que determina a variabilidade das formações sócio-culturais.” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 72). O homem constrói seu ambiente, busca torná-lo familiar, assim constrói-se a si mesmo, a sua própria natureza. Segundo Berger e Luckmann (2002, p. 72), o homem se produz a si mesmo.

Essa natureza, como um estrato social que coexiste com o organismo biológico, muda com o avanço das condições sociais e materiais de vida, e isso é o que caracteriza o homem e a sociedade. Para expressar a relevância das relações sociais na

formação do indivíduo, Elias (1993) entende o homem como um ser que porta uma segunda natureza, impregnada e inculcada de tal maneira que é comparável à natureza biológica do organismo humano, dado seu poder de assentar elementos culturais como se estes fossem próprios da constituição genética do homem.

Nesse sentido, a interdependência entre os indivíduos é fator fundamental para que o indivíduo se assuma como humano. É relacionando-se socialmente que o homem constrange a sua própria conduta para adaptá-la à dos outros. Elias (1993) afirma que no processo civilizador a interdependência entre os indivíduos de funções sociais distintas, além de outros aspectos, força cada vez mais o controle da conduta e gera um mecanismo de autocontrole que tem a função de assegurar subjetivamente o sucesso do controle social externo.

Com isso, a humanização é definida em termos dos relacionamentos sociais que determinam a conduta dos sujeitos. Os indivíduos estão inseridos no contexto social e imprimem formas específicas de fazer as coisas para que os membros do grupo no futuro economizem novas definições de tarefas, de funções e/ou de respostas para questões já solucionadas.

Para que a realidade seja construída pelos indivíduos é imprescindível a existência de entidades sociais passíveis de serem interiorizadas e compreendidas como objetivamente reais. Para Durkheim (2002), uma instituição é uma entidade real, a ponto de não se poder negar sua existência e função social. Na construção social da realidade a interação social é o mecanismo de que a sociedade dispõe para estruturar a realidade social e reproduzi-la. Um dos caminhos para esse repasse é a linguagem em seus vários tipos, pois é por meio da linguagem que se tem acesso às subjetividades dos outros indivíduos, tornando possíveis os relacionamentos pessoais necessários para a construção da realidade comum.

Durkheim (2002) defendeu a dependência do indivíduo para com o ambiente social. Em sua definição do que seria a realidade, trata-a como um ambiente social objetivo, que não se poderia negar a princípio. Essa realidade é exterior ao indivíduo e constitui-se de objetos que não estão sujeitos à volição humana. Sendo assim, não se pode desejar que esses objetos desapareçam ou que se retirem da realidade por simples força do pensamento. A realidade impõe-se à observação; resiste a esta mesma observação, tornando-se tão presente e evidente que não se pode contestá-la. “Pois tudo o que é real tem uma natureza definida que se impõe, com a qual é necessário contar, e que, mesmo quando se consegue neutralizá-la, nunca está completamente vencida.” (DURKHEIM, 2002, p. 25-26).

Entretanto, deve-se salvaguardar que a concepção de realidade durkheimiana está amparada pelo pensamento positivista. Nessa concepção de realidade social o indivíduo não tem poder para dizer que tal realidade não existe, uma vez que ele mesmo está diante de normas de conduta, de etiqueta e lingüística. A definição de fato social elucida essas considerações a respeito da realidade social. Por exemplo, os fatos sociais têm uma existência própria, estes são encontrados já formados quando um indivíduo se insere em um contexto social. Esse indivíduo é obrigado a considerá-los, pois não tem poder sobre eles. Durkheim (2002) trata os fatos sociais como coisas, não no sentido de uma coisa constituída de propriedades físicas, mas de uma coisa que se pode tomar como objeto de investigação. Para Durkheim (2002, p. 40), *Fato social é toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.*

Um ponto relevante a ser observado a respeito do pensamento durkheimiano é o das noções de consciência individual e coletiva. A consciência individual é dependente das manifestações da consciência coletiva. Por exemplo, um fato social é a manifestação da

consciência coletiva e exerce influência direta sobre a consciência individual; determina em um certo sentido a consciência particular (ou consciência do indivíduo). A natureza da consciência coletiva é diferente da natureza da consciência individual (DURKHEIM, 2002, p. 21). Essa natureza não é formada pela soma das consciências individuais; é de uma natureza coletiva que transcende as consciências individuais, mas depende das consciências particulares para se manifestar. Outros apontamentos elaborados em decorrência do conceito de consciências individual e coletiva serão apresentados em seção posterior deste capítulo (ver página 35).

Como visto, a objetividade da realidade social pode ser encontrada no exposto sobre fato social. A objetividade da realidade social apresenta-se também como coisa, não de uma natureza ou de propriedades materiais, mas com características de algo que não se reduz à observação nem à vontade humana de desejar que este fato social, ou qualquer que seja, desapareça ou se modifique.

A realidade social é construída a partir de processos sociais que foram sistematizados por Berger e Luckmann (2002), em um livro clássico intitulado *A construção social da realidade*, publicado originalmente em 1966. Nessa obra, os autores defendem que se deve considerar o conhecimento do senso comum como objeto da sociologia do conhecimento. Embasam-se, por exemplo, em Alfred Schutz e Émile Durkheim e esforçam-se para mostrar como o conhecimento é construído em sociedade e como ele se torna uma realidade, destacando a objetividade da sociedade, no mesmo sentido de objetividade dado por Durkheim, e discutem a forma pela qual a realidade objetiva é assimilada subjetivamente.

Nesse sentido, tratam dos processos sociais que objetivam e interiorizam a realidade social. Em Schutz, os autores foram buscar o conhecimento comum produzido no cotidiano para ser analisado sociologicamente e, em Durkheim, os autores resgataram a própria definição de realidade, o que pode ser verificado na seguinte definição: “[...]”

‘realidade’ como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição [...]” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 11). Assim, ressaltam a necessidade de examinar mais precisamente os processos dos quais depende a construção social da realidade.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a orientação teórica adotada na presente pesquisa que fundamenta a construção e a representação da realidade social. Os conceitos apresentados neste capítulo serão, de forma direta ou indireta, retomados em outros capítulos, mas principalmente, serão essenciais para justificar a metodologia.

2.1.1 Objetivação da realidade

Berger e Luckmann (2002) argumentam que a sociologia do conhecimento deve preocupar-se com a origem e a construção da realidade social; realidade que se constrói na vida cotidiana, via interações sociais. Os autores defendem que a realidade é uma entidade objetiva e apresentam os processos necessários para a construção desta objetividade: a institucionalização e a legitimação.

Para Berger e Luckmann (2002), o processo de institucionalização tem sua origem na economia das práticas e atividades cognitivas no momento em que os indivíduos se utilizam do hábito já consagrado pela sociedade. O hábito é a repetição cotidiana de tarefas por indivíduos específicos (tipos), criando padrões de ação e/ou de comportamento. Mas para que o processo de institucionalização aconteça é preciso que exista o repasse das normas vigentes à próxima geração de indivíduos. Mostrar às futuras gerações como se deve proceder e como as coisas devem ser feitas, por que sempre foram executadas de um determinado modo. As instituições estruturam o contexto em que o indivíduo se insere; suas características são o controle, a historicidade e as tipificações atribuídas pelos indivíduos entre eles próprios (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 78-80). O processo de institucionalização concretiza uma

fase do processo de objetivação da realidade. As instituições funcionam independentes de um indivíduo isolado, mas seus significados e funções são formulados pelos indivíduos em interações sociais na vida cotidiana.

A institucionalização torna a realidade objetiva e a legitimação, o segundo processo de objetivação da realidade, procura mantê-la objetiva, assegurando a vitalidade dos significados que a justificam. Segundo Berger e Luckmann (2002, p. 127):

A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas.

O objetivo desse último processo é conservar a objetividade das instituições, dos discursos e dos papéis sociais. Se um indivíduo tem por inclinação modificar os significados de uma instituição ou se percebe que algum aspecto da realidade social pode ser observado de uma outra perspectiva até então não sentida, o processo de legitimação na forma de discursos apaziguadores procura harmonizar os conflitos provenientes dessa ação.

2.1.2 Interiorização da realidade

Segundo a teoria de Berger e Luckmann (2002), na construção da realidade objetiva é necessário contar com a presença dessa mesma realidade no plano subjetivo. Com isso, outro processo para a construção social da realidade é a interiorização da realidade. Esse processo dá-se da seguinte forma: pela *socialização primária* o indivíduo torna-se membro da sociedade desde os primeiros momentos de sua vida, submetendo-se a um conjunto de regras sociais preexistentes e, por meio da *socialização secundária*, que é “[...] qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 175), ele integra-se a outros círculos da sociedade onde já existem regras para seu funcionamento.

Na socialização secundária ocorrem os rituais de iniciação, os quais colocam o indivíduo em certas posições da sociedade bem como o introduzem em determinadas categorias, como as categorias profissionais e científicas. As especialidades profissionais, particularmente, impõem determinadas normas para que os candidatos tenham acesso à carreira profissional: práticas específicas, experiência, curso superior, diploma etc.

O processo de construção social da realidade divide-se em três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. Esses momentos acontecem consecutivamente e não obedecem à seqüência apresentada, pois “[...] um membro individual da sociedade, o qual simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva.” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 173). Sendo assim, o processo de institucionalização depende da exteriorização, da objetivação e da interiorização da realidade das instituições pelos indivíduos.

Dessa forma, a sociedade é construída socialmente, desde a transformação de ações isoladas em ações habituais, congregando tipificações e hábitos institucionalizados para que sejam utilizados pelas gerações futuras. Os processos de socialização primária e secundária são reforçados pela integração de sentidos e significados, empreendida nos esforços de legitimação. Um papel importante é dado à existência da realidade exterior, ressaltada por Durkheim (2002) e que se manifesta individualmente. A construção da realidade subjetiva se concretiza com a produção das representações da realidade exterior, representações elaboradas pela coletividade e que fixam a realidade exterior no indivíduo como “a realidade”. Essas representações são formadoras da consciência coletiva da realidade social.

2.2 Representações Coletivas e Sociais

A realidade é mediada por representações que têm como uma de suas funções principais representar aspectos da realidade. As representações orientam as ações práticas das pessoas, são delas que provêm as ligações entre sujeito e objeto de conhecimento. Essas representações se apresentam como um conjunto de imagens com significados de um determinado objeto de representação (fatos, situações, sujeitos e coisas) e são compartilhadas com os outros indivíduos que participam do mesmo grupo.

Representar, nesse sentido, não é reproduzir simplesmente um objeto tomado apenas como referência de sua estrutura ou sua forma. Representar envolve uma relação com os elementos disponíveis no fenômeno observado e as representações já construídas e assentadas na consciência do grupo. Pressupõe também escolhas individuais que estão ligadas a normas de preferência e valores de um grupo. O indivíduo não representa o mundo sem o auxílio de categorias, classes e modelos que, por sua vez, são originados no grupo e comunicados entre os integrantes participantes. Mediante as interações sociais é que se constroem as representações da realidade social. A representação da qual se trata é de procedência social, no entanto, guarda uma ação individual para sua construção efetiva, como tratado pela teoria das representações sociais.

As representações que os indivíduos possuem para compreender a realidade à sua volta e dar sentido a ela é objeto de análise da teoria das representações sociais, teoria criada por Serge Moscovici. É unânime entre os pesquisadores da teoria das representações sociais que o conceito de representação social foi mencionado pela primeira vez por Moscovici, no estudo relativo às representações sociais da psicanálise, em seu livro *Psychanalyse: son image et son public*, publicado na França, em 1961 (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 104; SÁ, 1995, p. 19; LANE, 1995, p. 58; SPINK, 1995, p. 87; FARR, 2002b, p. 31).

Para Moscovici (2003, p. 45), as representações sociais deveriam ser o objeto de investigação da psicologia social. A psicologia social, desenvolvida pelos pesquisadores das representações sociais, é orientada por uma linha sociológica, pois se relaciona menos à psicologia geral e mais às ciências humanas e sociais.

Conforme relatam Oliveira e Werba (2002, p. 104) e Moscovici (2003, p. 45, 182), a teoria das representações sociais tem sua base na sociologia, principalmente na figura de Durkheim. A diferença central é que, para Durkheim, o termo utilizado para referir-se ao fenômeno das representações era “representações coletivas”. Segundo Moscovici (2003, p. 47), esse termo designa de uma maneira estática e fixa as representações da sociedade. Em virtude disso, para lidar com a dinamicidade e a mudança propriamente dita da sociedade moderna, propôs a atualização do termo e do conceito: no lugar de “representações coletivas” utilizou “representações sociais”. Para aprofundar um pouco mais essas questões, é necessário verificar em que consistem as representações coletivas no sentido durkheimiano.

2.2.1 Representações coletivas

As representações coletivas significam, no pensamento de Durkheim (1994, p. 40), realidades e fenômenos exteriores ao indivíduo. Elas firmam-se sobre as consciências individuais e sustentam as ações dos indivíduos por elas afetados. A representação coletiva não é de origem individual, ou mesmo, não depende apenas da produção psicológica. Sua natureza é distinta das consciências individuais – é superior às representações individuais, devido à supremacia do coletivo em relação ao particular.

Se é permitido dizer, de certo modo, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, é porque elas não provêm dos indivíduos tomados isoladamente, mas em seu conjunto; e isto, na verdade, é bem diferente. Na elaboração do resultado comum cada um contribui com sua parte; mas isso não quer dizer, por exemplo, que os sentimentos privados dos indivíduos adquiram categoria social, enquanto não combinem sua ação com as forças *sui generis* que a associação desenvolve. (DURKHEIM, 1994, p. 43).

Como se nota, a consciência e as categorias mentais do indivíduo não sobrepõem à consciência coletiva. As representações coletivas são gerais, isto é, não pertencem e não dependem da produção de um indivíduo isolado. Têm como base ou objeto de representação os fenômenos sociais, em outros termos, exteriores, independentes e coercitivos. Os indivíduos possuem representações desses fenômenos sociais (DURKHEIM, 2002, p. 52).

Os argumentos de Durkheim que dizem respeito às representações do coletivo são coerentes com suas proposições e afirmações referentes ao aspecto da dependência do indivíduo em relação ao social. Sem essa referência ao pensamento do autor ficaria prejudicada a compreensão do conceito de representações coletivas. Dentre algumas características do pensamento de Durkheim estão: as críticas às abordagens e análises essencialmente psicológicas do indivíduo, a defesa do coletivismo e, a base positivista no exame da relação indivíduo-sociedade.

Com o objetivo de emancipar a sociologia e elevá-la ao posto de ciência autônoma, Durkheim critica as considerações estritamente psicológicas e biológicas do indivíduo, principalmente as que dizem respeito a sua consciência. Uma dessas críticas realizadas por Durkheim (1994) é endereçada à teoria epifenomenista, que afirma ser a consciência individual produto dos fenômenos físicos e biológicos. Nessa teoria, não há espaço para uma construção coletiva da consciência, nem mesmo permite-se coexistir junto aos processos cerebrais, uma memória que prevaleça sobre os reflexos e que, por isso, oriente a consciência individual. Durkheim (1994, p. 16) ressalta que

[...] aquilo que nos governa não são as poucas idéias que ocupam a nossa atenção no momento presente, mas, pelo contrário, os resíduos deixados por nossa vida anterior: os costumes adquiridos, os diversos preconceitos, as diferentes tendências que nos movem, todos eles atuando sem que nós mesmos nos demos conta [...].

O pensamento coletivista de Durkheim é evidenciado na definição das representações coletivas. Essa espécie de representação é superior, em complexidade, às

representações individuais. A consciência da coletividade age coercitivamente sobre a consciência individual. O indivíduo tem pouca autonomia, ao contrário do grupo, do social. No entanto, o indivíduo é indispensável para a constituição da consciência coletiva, pois é através dele que esta consciência se manifesta, concretiza-se e demonstra toda a sua potencialidade. É por meio do indivíduo que se expressam as disposições da sociedade, suas normas e modelos de conduta. A totalidade da sociedade ou o conjunto dos indivíduos é privilegiada no pensamento durkheimiano.

O positivismo exerceu extrema influência sobre o pensamento de Durkheim. No intuito de conhecer cientificamente a sociedade, o pensador buscou encontrar: as relações de causa e efeito nos fatos, a objetividade da realidade social e a visão integral da sociedade como fenômeno sociológico passível de análise e explicação. Devido a esse posicionamento, geralmente, é acusado de defender radicalmente a supremacia do social e distanciar-se da análise do indivíduo como sujeito ativo e autônomo na condução dos diversos fenômenos sociais.

Durkheim fundamentou o vínculo quase genético do indivíduo com a sociedade. Destituído da sociedade, o indivíduo não poderia chegar à condição de sujeito ativo e se auto-afirmar como indivíduo autônomo, que controla e comanda os seus próprios atos. As instituições que, por exemplo, funcionam para objetivar idéias relativas à independência individual são também de natureza social. O indivíduo pensa e age segundo condições específicas oferecidas pela sociedade (DURKHEIM, 1994, p. 109). As categorias de pensamento e as ideologias existentes, das quais se faz uso, provêm de uma convenção construída pelos membros da coletividade. Dessa maneira, formas e categorias de pensamento foram utilizadas e propostas por outros indivíduos anteriores a nós.

A respeito da questão da liberdade individual, Durkheim (1994, p. 109) afirma que “Os direitos e liberdades do indivíduo não são coisas inerentes à natureza do

indivíduo como tal.” Isso quer dizer que esses direitos foram cultivados, trabalhados ao longo da história, animados, reafirmados e justificados por uma sociedade anterior à nossa.

Em suma, o aspecto principal que se resgata do pensamento de Durkheim e que instigou debates posteriores dentro da sociologia por diversos autores, é a oposição e, ao mesmo tempo, a complementaridade entre coletivo e indivíduo, com a sobreposição do coletivo em relação ao individual. Essa ambivalência é tema de discussões tanto por parte da teoria das representações sociais quanto pela tentativa de alguns teóricos, dentre eles Bourdieu, de superar essa segmentação ao abordar a ação humana. Mesmo dotado de um tipo de determinismo social, Durkheim contribuiu para que se compreendesse a dependência do indivíduo, no que diz respeito às relações sociais – imprescindíveis para a elaboração de toda a percepção que defenda que a realidade é construída em sociedade, sociedade que é objetiva e imprime todas as normas e funções de suas estruturas institucionais em uma consciência individual.

Para Moscovici (2003, p. 47), Durkheim entende as representações de modo muito estático, como idéias rigidamente consolidadas na esfera social. As representações coletivas, para Moscovici, seriam mais adequadas para compreender sociedades primitivas, e por isso, não interessam à teoria das representações sociais.

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. (MOSCOVICI, 2003, p. 48).

Moscovici (2003) enfatiza ainda que a teoria das representações sociais constitui um fenômeno moderno, que ocorre no contexto das sociedades modernas; dessa forma, procura focalizar a mudança e a dinâmica das representações.

Na noção de representações coletivas de Durkheim é destacado, como visto anteriormente, que os coletivos desempenham uma função de formar as representações, com

extrema coerção sobre as ações dos indivíduos. “Deste modo, o que as representações coletivas traduzem é a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam.” (DURKHEIM, 2002, p. 21). Para Durkheim (2002, p. 21), a análise da sociedade deve basear-se nessas representações coletivas, e não nas representações individuais, caracterizando assim o estudo dos fatores sociológicos, e não dos aspectos psicológicos da sociedade.

Já para Moscovici (2003), o elemento individual é um nível importante, que deve ser analisado nas representações, porque os processos psicológicos dão sentido às representações sociais e interagem com elas. Nesse aspecto, Moscovici discorda da observação de Durkheim, “[...] uma vez que para ele as representações sociais não se constituem apenas como uma herança coletiva que é passada de geração para geração de maneira estática e determinista. Mesmo sendo importante o papel da memória coletiva, há também uma contribuição individual.” (CORSINI, 1998, p. 27). Entretanto, a contribuição de Durkheim deve ser reconhecida como base para a sistematização da teoria das representações sociais.

2.2.2 O estudo das representações sociais: *algumas aproximações*

Um ramo da psicologia social que se dedica ao estudo das representações sociais é chamado de forma sociológica de psicologia social e provém da Europa (FARR, 2002a, p. 29, 2002b, p. 31). Essa perspectiva sociológica da psicologia social afasta-se da tendência individualista de psicologia social que, segundo Farr (2002b, p. 32-33), impera nos Estados Unidos. As formas individualistas tendem a diminuir as manifestações da sociedade no indivíduo e as ações individuais de reinterpretação da realidade social.

O conceito de representações sociais foi designado por outros termos e fundamentado teoricamente por diversas ciências, antes do desenvolvimento da teoria das

representações. A sociologia, a psicologia e a lingüística são as principais ciências que desenvolveram estudos nessa direção. Pode-se afirmar que as idéias e noções anteriores à teoria das representações sociais, desenvolvidas por essas ciências, contribuíram para a formulação de conceitos que melhor designassem as representações construídas pela sociedade.

Farr (2002b) fez um levantamento histórico dos conceitos e dos autores que realizaram estudos classificados como parte da “pré-história” da teoria das representações sociais. Segundo Farr (2002b), o que esses autores tinham em comum era a referência a fenômenos individuais e coletivos, dos quais as representações são a forma em que se apresenta uma idéia na sociedade. Conforme Farr (2002b, p. 34-35):

A maioria dos teóricos anteriores à Segunda Guerra Mundial distinguiram entre dois níveis de fenômenos – em termos gerais, o nível individual e o nível coletivo (isto é, a cultura ou sociedade). Wundt, por exemplo, distinguiu entre psicologia fisiológica e “Volkerpsychologie” [...]. A última, em termos amplos, equivalia à cultura. Durkheim (1898) distinguiu entre o estudo das representações individuais (o domínio da psicologia) e o estudo das representações coletivas (o domínio da sociologia). Le Bon (1895) distinguiu entre o indivíduo e as massas (ou a multidão). Freud tratou o indivíduo clinicamente e desenvolveu uma crítica psicanalítica da cultura e da sociedade.

Esses conceitos e abordagens teóricas significaram aproximações no sentido de compreender os fenômenos nos diferentes níveis (individual, coletivo e intermediário). Entretanto, a existência dessa barreira que divide as abordagens teóricas da sociedade como um todo e os estudos do fenômeno individual, na maioria das vezes, enfatizando o seu aspecto mental, inibe as tentativas de compreensão integral dos fenômenos. O exemplo de Durkheim é bem sugestivo. Como verificado anteriormente, para o pensador, as representações coletivas são visivelmente mais importantes que as individuais, uma vez que as manifestações individuais expressam o que a sociedade pensa. A consciência do indivíduo é submetida a uma força superior; a natureza dessa força é constituída pela consciência do social, que não se forma pela simples soma das consciências particulares.

Desse modo, a aplicação dos conceitos anteriores ao de representação social resultou na separação e distanciamento da compreensão dos dois tipos de fenômeno (individual e coletivo).

A tentativa de superar essa dicotomia e propor uma síntese entre indivíduo e sociedade vem, na psicologia social, da teoria das representações sociais principiada por Moscovici. No entanto, mesmo utilizando o aporte teórico proposto pelo autor, os pesquisadores em representações sociais tendem a se dividir em correntes que valorizam um ou outro aspecto desse fenômeno global, chamado de representações sociais. As correntes teóricas contemporâneas em representações sociais delimitam algumas dimensões do fenômeno das representações sociais para exame e, nesse sentido, acabam por escolher metodologias e técnicas de coleta e de análise de dados apropriadas ao enfoque adotado. Para Sá (1998, p. 65), são três as correntes teóricas da grande teoria das representações sociais originadas a partir da teoria de Moscovici:

[...] uma mais fiel à teoria original, liderada por Denise Jodelet, em Paris; uma que procura articulá-la com uma perspectiva mais sociológica, liderada por Willem Doise, em Genebra; uma que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, liderada por Jean-Claude Abric, em Aix-en-Provence.

Dentre essas vertentes dar-se-á destaque à baseada em Moscovici, que objetiva a síntese dos dois níveis do fenômeno social/individual anunciado anteriormente. Na perspectiva dessa vertente, o indivíduo é compreendido como um sujeito que reelabora as representações e estas são construídas em sociedade; o indivíduo rediscute as impressões externas e responde ao meio social reestruturando um conjunto de representações, utilizadas para garantir a compatibilidade necessária entre o indivíduo e os fenômenos sociais. O automatismo do indivíduo, que está muito presente no pensamento durkheimiano, é substituído pela noção de autonomia relativa: o indivíduo escolhe a melhor forma de

representar um fenômeno social e compreendê-lo, levando em conta a conveniência de aceitá-lo de modo integral ou parcial.

Nesse sentido, alguns aspectos que merecem a atenção das pesquisas em representações sociais são: o contexto a que pertencem o grupo e o indivíduo, as formas de comunicação e produção das representações e as representações como produtos cognitivo-sociais. O que sustenta essa corrente teórica dentro da teoria das representações sociais são as considerações do fundador da teoria. Moscovici (2003, p. 45-46) considera as representações sociais como um fenômeno. Isso antes era reconhecido como mais um conceito, por representar o processo que liga uma imagem a uma idéia, mas não de maneira estanque e definitiva, tendo-se em vista que no processo de representação há uma ação individual que rediscute a realidade representada e a transforma, mesmo sabendo que o objeto de referência nunca é representado em sua completude. Além disso, o indivíduo recebe outras representações que podem alterar as precedentes. É na ação individual e no contexto grupal que se baseia essa teoria da psicologia social, para reintroduzir de uma forma mais ampla e completa o estudo do indivíduo.

As representações sociais são analisadas como um fenômeno construído pela sociedade no momento em que os indivíduos representam um conjunto de fatos objetivos e os interiorizam. A representação e o objeto de representação são especificados e separados apenas no nível teórico, uma vez que na prática a construção do objeto de representação impossibilita essa separação. Dessa forma, “[...] a representação seria um sistema simbólico socialmente construído e o objeto, por seu turno, seria construído pela representação.” (SÁ, 1998, p. 52). Uma representação formada no interior do grupo é construída por seus membros via interações sociais, imprimindo significados sociais e individuais às representações.

A teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann (2002) também pode fundamentar a análise da construção social das representações. Conforme

observado, essa construção social depende em parte das funções sociais que o grupo concede às instituições, e mediante as representações sociais a realidade social é interiorizada no indivíduo a ponto de tomar um sentido objetivo. Há que se destacar novamente que nesse processo de assimilação da realidade social o indivíduo age na reconstrução dos significados, porém sua ação é limitada, porque a substância de sua representação é fornecida pela sociedade, isto é, já vem pré-representada, classificada, hierarquizada, objetivada ou semipronta. Nesse contexto, Sá (1995, p. 43) afirma que são explorados dentro dos estudos das representações sociais alguns parentescos com a teoria da construção social da realidade.

Os objetos de estudo das representações sociais, na perspectiva de Moscovici, são de caráter bem variado. Os estudos de representações sociais versam muitos temas expressivos na sociedade contemporânea, o que coloca o problema de delimitar o objeto de estudo nas pesquisas. Segundo Sá (1998, p. 21):

Os fenômenos de representação sociais estão “espalhados por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. Assim, esses fenômenos simplesmente não podem ser captados pela pesquisa científica de um modo direto e completo.

Desse modo, o estudo das representações abrange o conhecimento produzido na sociedade, principalmente o conhecimento do “senso comum”, que seria mais suscetível de ser afetado pelas mensagens dos meios de comunicação, segundo a teoria das representações sociais. Esses meios de difusão levam à população temas polêmicos, que excitam a discussão e debate. Além disso, deve-se destacar que as representações sociais, enquanto representações socialmente construídas, podem determinar a causa de uma conduta individual ou coletiva; ela contribui para constituir a base ideológica em que se fundamenta um grupo, para tomar determinadas decisões em situações específicas e agir de um certo modo. As representações sociais já consolidadas influenciam os indivíduos na ordenação

mental do mundo como este se apresenta, isto é, na forma de uma realidade socialmente construída e compartilhada.

O discurso do senso comum é privilegiado na teoria por indicar como pensa o grupo a respeito de um assunto, tema ou fato. É pelo estudo do indivíduo e do conjunto deles que serão obtidos os fragmentos do pensamento do social e, desta forma, é possível analisar como o pensamento social co-atua com o indivíduo para a interpretação da realidade. Moscovici (2003) explica que essas representações sociais, originadas no senso comum pelas interações sociais, são verdadeiras teorias do senso comum para explicar e reinterpretar a realidade social. O senso comum e a vida cotidiana, por sua vez, são relevantes para o estudo das representações sociais, mas esse nível de preocupação com o senso comum não seria possível sem a inserção deste objeto na pesquisa em ciências sociais. Dentre os teóricos que contribuíram para o estudo do senso comum, cita-se Alfred Schutz. “Schutz tem como preocupação teórica o mundo do dia-a-dia. Isto é, ele busca compreender os pressupostos das estruturas significativas da cotidianidade.” (MINAYO, 2002, p. 96).

Mesmo parecendo claro que vários fenômenos podem ser estudados sob a ótica das representações sociais, algumas dúvidas podem ser levantadas a respeito da definição desse fenômeno ou do seu objeto de estudo. Uma das questões centrais é definir o que pode ser estudado como representação social e como este objeto se diferencia dos demais objetos da realidade social. Como identificar um fenômeno-típico de representações sociais? Qualquer uma das representações construídas em sociedade é objeto potencial de estudo das representações sociais?

Uma possibilidade de resposta foi desenvolvida por Sá (1998, p. 46): “[...] para gerar representações sociais o objeto deveria ter suficiente ‘relevância social’ ou ‘espessura social’.” Em outros termos, um objeto de estudo para a teoria das representações sociais é identificado por ser uma representação bem-difundida no interior do grupo que se

deseja estudar, ser de conhecimento de todos e receber atenção suficiente para se sustentar como uma representação constante e presente entre os indivíduos do grupo. Para Farr (2002b, p. 46), “Somente vale a pena estudar uma representação social se ela estiver relativamente espalhada dentro da cultura em que o estudo é feito.”

Como se observa, a expressão “representação social” é utilizada para designar um fenômeno social, um dos sentidos atribuíveis a representações sociais. Quando se faz uso da expressão “representações sociais” ela é caracterizada como fenômeno; neste caso, um fenômeno que as representações sociais buscam representar. Distinguem-se três níveis na discussão a respeito das representações sociais: *nível fenomenológico*, as representações sociais são fenômenos da realidade criados pelo senso comum considerados objeto de investigação; *nível teórico*, refere-se a teorias, conceitos e metodologias das representações sociais, e *nível metateórico*, que consiste na reflexão acerca da teoria das representações sociais, discussões, debates, confrontação e refutação de teorias (ROSA apud OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 105-106).

A teorização das representações sociais visa a superar a dicotomia existente entre as abordagens nitidamente individualistas e as extremamente coletivistas da realidade social. A noção de representações sociais é utilizada para preencher essa lacuna presente nos estudos considerados superficialmente adversários. Com a teoria das representações sociais esforça-se por atuar nessas duas frentes, focalizando, por um lado, o produto social das representações individuais, ou seja, a expressão simbólica das representações e os processos pelos quais o indivíduo interpreta a realidade e como essas representações são articuladas com as outras representações individuais; e por outro lado, destacando a relevância das representações comuns a um grupo e/ou uma sociedade, suas condições de produção, comunicação e difusão. Essa tentativa de superar esse antagonismo é também preocupação de

Jodelet (1999, p. 54) e de Spink (1995, p. 89), conforme suas considerações transcritas a seguir:

O modo através do qual a Psicologia Social tenta dar conta das relações sociais apresenta dupla característica. Um, consiste em focalizar as dimensões ideais e simbólicas e os processos psicológicos e cognitivos que se articulam aos fundamentos materiais dessas relações. A outra aborda estas dimensões e processos, considerando o espaço de interação entre pessoas ou grupos, no seio do qual elas se constroem e funcionam. (JODELET, 1999, p. 54).

A complexidade do fenômeno decorre da desconstrução, no nível teórico, da falsa dicotomia entre o individual e o coletivo e do pressuposto daí decorrente de que não basta apenas focar o fenômeno no nível intra-individual (como o sujeito processa a informação) ou social (as ideologias, mitos e crenças que circulam em uma determinada sociedade). É necessário entender, sempre, como o pensamento individual se enraíza no social (remetendo, portanto, às condições de sua produção) e como um e outro se modificam mutuamente. (SPINK, 1995, p. 89).

Dessa forma e com esse objetivo – superar a dicotomia existente –, a psicologia social da vertente sociológica desenvolveu a teoria das representações sociais, salientando a necessidade de estudar o complexo indivíduo-sociedade. Nessa mesma direção, Bourdieu (1990, 1989b, p. 61) critica as posições divergentes, as quais resume sob os títulos *estruturalista* e *filosofia do sujeito*, pois nenhuma delas, individualmente, consegue compreender a realidade social em sua completude. Para superar esse antagonismo e desviar-se de possíveis conflitos com a adoção de uma das posições, o autor propôs a noção de *habitus*¹, com o intuito de unir tanto o poder exercido pela estrutura e posição social (posição atual e posição herdada) quanto a liberdade relativa do agente² (sujeito-operador) nas ações cotidianas.

Bourdieu contribui para a pesquisa das representações sociais por ter elaborado um cabedal de noções e conceitos que possibilita analisar a lógica da produção de representações pelos indivíduos, dispostos em determinadas posições em um espaço social.

¹ *Habitus* é um “[...] sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categoria de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos.” (BOURDIEU, 1990, p. 26).

² A expressão “agente social” será utilizada aqui por ser um conceito recorrente na teoria de Bourdieu, afastando-se da carga de significado presente nos termos “sujeito” e “ator”.

Para Bourdieu (1989b, 1990), os sistemas de classificação e categorização e as taxionomias oficiais dividem e hierarquizam a realidade social no plano do discurso. Esses sistemas de ordenação da realidade podem ser orientados para a diferenciação entre os agentes sociais que estão arranjados na sociedade em determinadas posições. Essas posições norteiam e balizam o conteúdo e a direção das representações dos agentes em relação a uma dada situação. Bourdieu (1989b, 1990) alerta também para a necessidade de conhecer as condições e a lógica da produção das classificações e categorias e, para a posição dos agentes produtores destas taxionomias.

Em sua teoria, os agentes sociais se enfrentam constantemente em busca da manutenção ou da ruptura com a situação existente. As relações de poder dentro e fora do grupo e entre os campos devem ser observadas. Campo, para o autor, é, ao mesmo tempo, um campo social, campo de lutas e, um campo de produção simbólica e de ação prática, entendido no sentido de “[...] lugares onde se constroem sentidos comuns, lugares-comuns, sistemas de tópicos irreduzíveis uns aos outros.” (BOURDIEU, 1990, p. 34). Bourdieu (1990) chama a atenção para as consequências práticas e objetivas dessas visões de mundo que objetivam transformar ou manter as relações de diferenciação entre os indivíduos no âmbito subjetivo e também no nível objetivo da realidade social. Os agentes esforçam-se para manipular as visões de mundo e, com isso, transformar as práticas (BOURDIEU, 1990, p. 121-122).

Nesse sentido, a noção de *habitus* compreende a posição social alcançada por um agente em um campo e representa a acumulação de confrontos anteriores ocorridos no interior do campo que sustenta disposições e formas de conduta individual e coletiva. A noção de *habitus* pode ser utilizada para analisar no conteúdo das representações sociais, a lógica subjacente em cada campo social, as disputas e os objetos das disputas que, segundo Bourdieu (1990), os agentes buscam adquirir e acumular.

Com esse conjunto de noções e conceitos, a análise das representações sociais dos sujeitos poderia expor a estrutura social de um dado grupo e revelar os objetivos que impulsionam as ações individuais e fundamentam as representações sociais. As representações, por exemplo, poderiam estar associadas a motivações dos sujeitos que possuem diferentes metas e objetivos pessoais. Seriam relacionadas também a uma coleção de categorias e classificações que hierarquizam discursivamente a realidade, mas que não visam a permanecer apenas no plano simbólico. As hierarquias, por exemplo, procuram implementar uma espécie de diferença na prática social, isto é, concretizar as hierarquias na estrutura social e com isso, reordenar as interações objetivas entre os agentes (BOURDIEU, 1989b).

Outra forma de caracterizar as representações sociais é compreendê-las como dependentes da ação individual, para que o pensamento social se manifeste nelas. Bauer (2002) resgata a função de resistência discutida por Kuhn e, a relaciona como uma das características constantes das representações sociais. As representações fixadas anteriormente pelo grupo resistem a transformações ou substituições súbitas dessa representação. Sobre esse ponto,

O estudo original de Moscovici sobre psicanálise na França, realizado durante a década de 50, oferece-nos uma compreensão exata da resistência e de seus efeitos nesse processo. O grau de resistência às idéias da psicanálise em uma comunidade cultural é o fator distintivo que produz uma heterogeneidade de imagens. As representações sociais da psicanálise são instrumentos para defender a integridade da comunidade contra idéias ameaçadoras. (BAUER, 2002, p. 232).

Por fim, para a prática de pesquisa em representações sociais podem-se adotar vários procedimentos, metodologias e técnicas de coleta as mais diversas. As representações sociais podem ser resgatadas e coletadas por meio, por exemplo, de questionários, entrevistas, observação, grupo focal, observação participante e histórias de vida. A análise do material pode ser feita geralmente pela aplicação da análise de conteúdo ou análise de discurso. “A prática articulada mais comum de pesquisa – quase o ‘romeu-e-julieta’ das representações sociais - combina a coleta de dados através de entrevistas individuais com

a técnica para o seu tratamento conhecida como ‘análise de conteúdo’” (SÁ, 1998, p. 86). Entretanto, outras técnicas além dessa última são empregadas obtendo resultados satisfatórios, como, é o caso do uso de questionários compostos por questões abertas para que as respostas possam ser tratadas utilizando a análise de discurso.

Estabelecidos os aspectos gerais da diferença entre representações sociais e coletivas e do estudo das representações sociais, fica por ser mais bem-detalhada a teoria das representações sociais de Moscovici.

2.2.2.1 A teoria das representações sociais

Na teoria das representações sociais de Moscovici, o objetivo destas representações é tornar o não-familiar em familiar, reconhecer objetos que não se comportam como as formas ideais ou já conhecidas pelo indivíduo (MOSCOVICI, 2003, p. 54). Para que o conhecimento de algo seja iniciado, é necessário utilizar esse processo de familiarização, isto é, relacionar o considerado estranho a uma categoria preestabelecida. Os processos fundamentais na geração das representações sociais são: ancoragem e objetivação.

Por ancoragem Moscovici (2003, p. 61) entende “[...] um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos instiga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada.” O processo de ancoragem é composto por outros dois processos: a classificação e a nomeação, que visam ao reconhecimento do desconhecido. Classificar é incluir numa categoria familiar um objeto estranho, dando-lhe oportunidade de se relacionar a outros objetos do mesmo gênero ou de gêneros semelhantes. A nomeação difere da classificação, mas é imprescindível para se classificar. “Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras

específicas, para localizá-lo, de fato, na *matriz de identidade* de nossa cultura.” (MOSCOVICI, 2003, p. 66).

A objetivação é o processo pelo qual a realidade anteriormente estranha torna-se, além de conhecida, verificável, a ponto de ser incontestável. Assim, “[...] o que é incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte [...]. Objetivação une a idéia de não-familiaridade com a realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade.” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). A Objetivação transforma a representação familiarizada recentemente em representação da realidade após um certo tempo. Por exemplo, Moscovici (2003, p. 72-75) demonstra, referindo-se ao seu estudo clássico relativo às representações da psicanálise, como terminologias aplicáveis nas teorias psicanalíticas, especificamente o termo “complexidade”, foram transformadas pelo senso comum de modo a expressar no interior de cada grupo analisado uma realidade incontestável e verificável. Nesse sentido, a “[...] imagem do conceito deixa de ser signo e torna-se a réplica da realidade, um simulacro, no verdadeiro sentido da palavra. A noção, pois, ou a entidade da qual ela proveio, perde seu caráter abstrato, arbitrário e adquire uma existência quase física, independente.” (MOSCOVICI, 2003, p. 74). A Objetivação, nas palavras de Oliveira e Werba (2002, p. 109) “[...] é o processo pelo qual procuramos tornar concreto, visível, uma realidade. Procuramos aliar um conceito com uma imagem, descobrir a qualidade icônica, material, de uma idéia, ou de algo duvidoso.”

Na teoria das representações sociais proposta por Moscovici (2003, p. 89), são utilizadas como amostras de pesquisa, as conversações encontradas na sociedade e partilhadas pelos sujeitos. Essas conversações podem estar na forma de discursos, veiculados através dos mais diversos meios de comunicação. As conversações têm o mérito de possibilitar a comunicação entre as pessoas e formar os discursos, ou seja, as representações que são modificadas e alteradas no decorrer das conversações.

Para a presente pesquisa far-se-á referência a representações construídas socialmente de forma genérica, utilizando apenas o termo “representações” para significar “[...] uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 2001, p. 22). Esse conceito é substancialmente aceito na literatura que trata das representações sociais, especialmente nos trabalhos de Arruda (2002, p. 138), Sá (1995, p. 32) e Oliveira e Werba (2002, p. 106). Segundo estes autores, essa definição de representações sociais é consensual na área da psicologia social.

Nesse sentido, as representações são estruturas de conhecimento aplicadas no cotidiano dos sujeitos, com vistas a contribuir para a construção da realidade social, envolvendo, sobretudo, afirmações, noções, concepções, suposições e idéias presentes nos discursos individuais e do coletivo que são internalizadas e exteriorizadas individualmente.

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A ciência da informação, como é conhecida hoje por profissionais e pesquisadores ligados à resolução de problemas de organização e disseminação da informação, é um produto da construção humana desenvolvido no decorrer da história. Ela somente pode ser compreendida com referência a essa história e às ações dos agentes que a construíram.

Para comprovar essa afirmação recorreu-se a relatos da história da ciência da informação encontrados na literatura. Uma breve análise desses relatos revela a permanência de alguns aspectos gerais relativos à evolução do campo da ciência da informação, tais como: o papel das instituições de diversas naturezas (Nações-estado, associações profissionais e científicas e organismos multilaterais) na articulação da intervenção da ciência da informação na realidade social; os congressos e conferências profissionais e científicos como meios de divulgação e consolidação de idéias, proposições e disposições de grupos específicos com o intuito de propor uma compreensão legítima do que se deve entender por ciência da informação, e o esforço de personalidades (indivíduos) que se destacaram por fazer avançar as práticas de ciência da informação e consolidar uma visão de mundo a respeito do campo, isto é, percepções e representações do contexto social que objetivam ambientar e orientar os indivíduos, comandando suas ações e atitudes e conferindo um sentido de realidade a este contexto.

Os Estados nacionais e as associações profissionais e científicas, enquanto instituições deliberativas, foram e são interessados diretos nos resultados das discussões e do progresso da ciência da informação. Muitas dessas instituições promoveram ao longo da história da ciência da informação congressos científicos e reuniões profissionais, que funcionaram e funcionam como fóruns de discussão, de decisão e de legitimação dos discursos da ciência da informação. Os profissionais e pesquisadores mais destacados da

comunidade profissional ou científica puderam sobrepor seus pontos de vista em relação aos demais participantes do grupo, e assim, contribuir diretamente para a construção da realidade social do campo da ciência da informação.

Nesse sentido, para realizar uma revisão histórica da ciência da informação que objetiva compreender os discursos atuais, ela deve ser aceita como um produto humano, portanto, construída por muitos agentes que, por sua vez, dependeram e dependem de fatores específicos (concepção filosófica, investimentos materiais e financeiros, aumento constante da produção de conhecimento científico e tecnológico na sociedade, entre outros) para seu desenvolvimento. Com isso, enfatizam-se na análise as instituições, os congressos de diversas naturezas e as personalidades que individualmente contribuíram para o desenvolvimento da ciência da informação, formulando e empregando teorias e conceitos e participando da prática profissional.

O contexto filosófico, político, econômico e cultural também, e inevitavelmente, não deve deixar de ser tratado, sob pena de a reconstituição histórica dispensar o mínimo de relação possível com a realidade que se intenta representar. Esse contexto orientou a formação das instituições, que consistem na afirmação de hábitos e de práticas visando à consolidação de certas ações e definição de funções (BERGER; LUCKMANN, 2002) e estabeleceu a agenda política que serviu de guia para muitos empreendimentos ligados à ciência da informação.

Na estruturação da ciência da informação houve a participação decisiva das instituições na colocação dos problemas a serem estudados e resolvidos. As instituições profissionais e científicas da ciência da informação e seus espaços de debate e decisão, concretizados nos congressos e conferências, na maioria dos casos, foram inicialmente influenciados por objetivos propostos pelos governos das Nações-estado mais avançadas econômica, científica e tecnologicamente. Em geral, essa demanda governamental sugeriu

temas de pesquisa e delimitou as formas de produção do conhecimento, no interior da sociedade, e conseqüentemente na ciência da informação.

Na intenção de compreender o que é a ciência da informação, na tentativa de defini-la, verifica-se que os autores preocupados com a questão procuram enquadrá-la em várias das classificações existentes para as ciências. Essas aproximações buscam organizá-la e reconhecê-la no desenrolar do processo histórico e situá-la institucional, pedagógica e cientificamente em um ramo do saber humano. Podem-se citar como alguns dos resultados dessas classificações as seguintes designações para ciência da informação: metaciência, ciência social, ciência teórica, ciência aplicada, campo, disciplina, interdisciplina, ciência com ênfase social, ciência interdisciplinar, ciência pós-moderna, ciência emergente, área do conhecimento, saber humano etc. À primeira vista, essas classificações poderiam confundir um estudante ainda não familiarizado com as questões da ciência da informação; mas se se perceber que cada uma delas está comprometida com uma ou mais características da ciência da informação, ou seja, resalta aspectos particulares enquanto expressão de sua natureza para discerni-la das demais ciências, essa extrema quantidade de tipificações seria compreensível. A aplicabilidade de algumas dessas classes será tratada neste capítulo.

O primeiro objetivo deste capítulo é apresentar a compreensão do que é essa ciência da informação segundo sua história. Com esse intuito, analisou-se o discurso de diversos autores que, de algum modo, trabalharam com esse tema. Previne-se para o fato de que as considerações a seguir são limitadas aos autores consultados, e qualquer generalização proposta encontra-se fundada tão-somente nos materiais examinados para a elaboração desta dissertação. Nesse sentido, reconhece-se a existência de outros pontos de vista que podem divergir do apresentado neste capítulo.

O segundo objetivo, entendido aqui como principal, é mostrar a ciência da informação como uma construção humana, empreendida por grupos de sujeitos suscetíveis a

pressões externas, os quais, internamente, estabelecem relações de poder e conflito. A noção de ciência da informação como construção humana ajuda a compreender as idéias e as práticas de ciência da informação ora vigentes como firmadas em um dado momento histórico. A evolução da ciência da informação, por sua vez, segue diretrizes sedimentadas nas práticas anteriores. Isso significa que as construções humanas, tais como as instituições ligadas à ciência da informação (Nações-estado, associações profissionais e científicas e escolas), estabeleceram e consolidaram uma estrutura que serviu e serve de base para as ações futuras dentro do campo da ciência da informação. Essa afirmação ficará mais clara no transcorrer da leitura do capítulo.

Tendo sido estabelecidos os objetivos gerais do capítulo, devem ser delineados os pontos de apoio principais utilizados para a sua estruturação. Contou-se com o apoio especial de alguns teóricos para tratar vários aspectos tidos como indispensáveis para a elaboração do capítulo.

Um desses aportes é, certamente, a base teórica de Berger e Luckmann (2002). Estes autores asseveram que a realidade é construída socialmente e, nessa construção, conta-se com os processos de institucionalização e de legitimação, abordados resumidamente no capítulo anterior. Nesses dois processos de objetivação da realidade social, busca-se fixar e manter: hábitos, funções e papéis sociais, para sedimentar a estrutura das instituições e a realidade social. Com essa base, foi possível examinar como as instituições ligadas à documentação e à ciência da informação atuaram na centralização das questões profissionais e científicas referentes ao documento e à informação, contribuindo decisivamente para a construção da ciência da informação, influenciando os temas de pesquisa, a correlação da ciência da informação com outros domínios do conhecimento científico, jurisdições profissionais, espaços de influência profissional, e até o estabelecimento de modelos de formação profissional no campo. Ou seja, instituições, das mais diversas naturezas,

contribuíram para construir a estrutura que se conhece hoje como ciência da informação e da qual se originam muitos dos debates relativos à condição epistemológica deste campo. Algumas instituições influenciaram de tal maneira a ciência da informação que se tornaram oficiais e legítimas para propor, até mesmo, a reformulação do campo no que tange à educação profissional e aos relacionamentos da ciência da informação com outras áreas. Como exemplo pode-se citar a ação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), propondo a aproximação das áreas de estudo e das categorias profissionais envolvidas com a informação.

Para compreender a dinâmica da evolução histórica da ciência da informação foi necessário dispor da noção de configurações sociais de Elias (1993). As configurações sociais são formadas, de tal modo, que estabelecem estruturas que proporcionam uma regularidade subjacente ao movimento da sociedade, aos fatos sociais e históricos e ao relacionamento entre indivíduos e grupos. As configurações sociais constituem estruturas quase normativas para a evolução histórica. Sua identificação revelaria as regularidades no desenvolvimento histórico da ciência da informação, como, por exemplo: quando os cursos de ciência da informação foram oferecidos, preferencialmente em escolas de biblioteconomia e ciência da computação (como será verificado em alguns relatos), se configurava uma nova tendência, a de identificar a ciência da informação a estes campos de estudo e pesquisa. Essa nova configuração baseou-se em uma configuração anterior, que atribuiu a resolução de problemas de documentação e informação aos documentalistas, bibliotecários e especialistas em recuperação automática da informação.

De López Yepes (1995) resgata-se a noção de perspectivas. Em outras palavras, isto significa que, para definir ciência da informação ou narrar sua história, os teóricos se valem da perspectiva possibilitada pelo grupo profissional ao qual pertencem. O relato histórico da ciência da informação, como também suas definições, são propostas por

autores que participam ou estão relacionados, de forma ativa ou não, a um campo, seja a biblioteconomia, a documentação ou a ciência da informação. Na perspectiva biblioteconômica, por exemplo, definem-se a documentação e a ciência da informação como ramos que se especializaram a partir da matriz biblioteconomia e, na perspectiva documental, se visualiza uma supremacia em relação à biblioteconomia, inserindo-se a documentação como uma das ciências da informação, considerada então como uma ciência informativa, por ser da alçada da documentação o complexo documento-informação. A noção de perspectiva possibilita verificar como o conceito de ciência da informação é apropriado por determinadas categorias profissionais ou áreas científicas em certos países, tanto para compensar ou superar uma situação de inferioridade por que atravessam os profissionais e cientistas de um campo quanto para manter uma condição mais confortável frente a outras profissões ou ciências.

Para sintetizar a evolução e o desenvolvimento da ciência da informação adotou-se a proposta de Capurro (2003), relativa aos paradigmas contemporâneos da ciência da informação. Os paradigmas serão entendidos daqui por diante como “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (KUHN, 2001, p. 13). Os paradigmas contemporâneos da ciência da informação são o físico, o cognitivo e o social. Entretanto, sabe-se que aceitar a existência de apenas três paradigmas reduz as possibilidades de compreensão da história da ciência da informação. É também evidente que estabelecer períodos rígidos desse processo histórico seria arriscado, porém essa é uma alternativa que não se pode excluir, pois, além da atualidade, visualiza os vários enfoques teóricos tratados na história da ciência da informação e suas tendências em se considerar o objeto de pesquisa concernente a um dos paradigmas. Aproximações na direção dos paradigmas formulados por Capurro (2003) também foram encontradas em Saracevic (1999, p. 1054), Hjørland (2000, p. 522) e Ørom (2000).

Para analisar os profissionais da informação com enfoque no país utiliza-se, em especial, a teoria das profissões de Freidson (1996, 1998), mais especificamente a definição de profissão e a noção que trata da divisão do trabalho na profissão, destacando o papel dos pesquisadores e estudiosos na geração de conhecimento científico e de técnicas para os profissionais. Segundo Freidson (1998, p. 154), profissões são aquelas que “[...] conquistaram o poder organizado de controlar elas próprias os termos, as condições e o conteúdo de seu trabalho nos locais onde realizam.” Moraes (2002) é também um dos autores que contribui para a análise dos profissionais da informação na medida em que discute a noção de competências profissionais, conceito sistematicamente debatido na formação deste profissional no Brasil. Segundo a autora as competências são *transferible skills*, isto é, habilidades, destrezas e experiências passíveis de serem transferidas. Com essa acepção de competência, um tipo de conhecimento que pode ser repassado a outras pessoas, fica mais fácil compreender o porquê a educação profissional tende a privilegiar a formação, prioritariamente, para o mercado de trabalho. Além disso, faz-se alusão ao argumento de Bourdieu (1989b) para examinar especificamente as classificações e categorias oficiais como imprescindíveis para ordenar as representações que os indivíduos possuem da realidade. Com isso, a remodelação das taxionomias oficiais serve para tentar ordenar a realidade, no plano simbólico e prático.

Depois desses esclarecimentos, passa-se para alguns elementos da história da ciência da informação e os discursos que buscam materializar este campo.

3.1 Elementos Históricos

Nos relatos que tratam da origem e história da ciência da informação, nota-se a permanência de, pelo menos, dois pontos de vista. O primeiro contempla a documentação como área de estudo e de práticas profissionais que possibilitou o surgimento da ciência da

informação; com isso, a figura de Paul Otlet (1868-1944) é relembrada e dá-se ênfase a seus trabalhos pioneiros. O segundo exclui os esforços anteriores à ciência da informação, seja por parte da biblioteconomia seja da documentação, conferindo pouco valor a estas iniciativas. Nesse sentido, destaca a repercussão do artigo de Vannevar Bush (1945) sobre o setor de ciência e tecnologia dos países desenvolvidos.

O primeiro ponto de vista a respeito da origem da ciência da informação inclui a bibliografia e a documentação como predecessoras diretas da ciência da informação e é chamado por Smit (2000, p. 126) de interpretação desenvolvimentista da evolução da ciência da informação. O segundo ponto de vista, acentua o impacto do artigo de Vannevar Bush (1945), o qual estimulou a preocupação de cientistas e administradores científicos com a informação científica e tecnológica e as tecnologias de processamento da informação. A existência dessas duas perspectivas aparece registrada na literatura, como assinalam Capurro (2003) e Nehmy et al. (1996).

Essa separação não é tão rígida assim, como pode parecer à primeira vista. Para diminuir a distância entre essas duas perspectivas, selecionaram-se para a discussão materiais publicados recentemente que proporcionam uma visão panorâmica da questão e, por isso, não excluem nenhuma das duas narrativas a respeito da gênese da ciência da informação. Busca-se, com isso, distanciar-se da maneira simplista que enxerga na troca de nomes (de “documentação” para “ciência da informação”) o surgimento da ciência da informação.

3.1.1 A documentação

A documentação, como ramo do saber e conjunto de práticas profissionais, foi imprescindível para o desenvolvimento da ciência da informação. O caráter universalista com que os primeiros documentalistas se referiam aos conhecimentos produzidos pela sociedade e às variadas formações acadêmicas dos profissionais da documentação, que, não

apenas em biblioteconomia, constituiu-se a característica essencial da ciência da informação. Presume-se que essa pluralidade de formações acadêmicas dos documentalistas influenciou a composição do corpo de profissionais e pesquisadores atuantes na ciência da informação.

Muitos autores, dentre eles Shera (1980), Dias (2000) e Smit (2000), não descartam que a origem da ciência da informação possa estar ligada à documentação. Nesses argumentos, a documentação teria sua origem na biblioteconomia. Porém, diversos relatos a respeito do desenvolvimento da ciência da informação, introduzem o assunto caracterizando o contexto social, econômico, científico e tecnológico que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou pelo menos, a uma década anterior, em 1945, data da publicação do artigo de Vannevar Bush (1945).

Para se considerar a documentação como predecessora da ciência da informação, é preciso fazer um exercício – definir o que é a documentação, qual sua suposta origem e por que se tornou conhecida como ciência da informação. Entretanto, compreender o processo de desenvolvimento da ciência da informação por essa via, colocando-a como a única, não seria prudente com a abordagem crítica que se pretende neste trabalho. Nesse sentido, para estudar as origens da documentação e da ciência da informação é preciso analisar as ações humanas anteriores a sua autonomização e reconhecimento, ocorridas na última década do século XIX, precisamente, em 1895, ano da fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Por isso, retornar a séculos anteriores ao século XX é imprescindível para essa breve reconstituição histórica.

Durante os séculos XVII e XVIII surgiram os periódicos e as revistas especializadas. Estes materiais somaram-se aos livros como fontes de informação existentes na época, e no século XIX, além da produção de conhecimento na área de humanidades, as ciências naturais e a tecnologia tornaram-se importantes produtoras de conhecimento (LOOSJES apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 105).

Para o tratamento dessa nova fonte de informação – o periódico especializado – necessitou-se de novas técnicas de registro e tratamento para servir à busca bibliográfica, principalmente tratando-se de áreas que produzem conhecimento científico de maneira mais rápida que o conhecimento gerado nas humanidades. Os procedimentos de análise dos documentos deviam adequar-se às novas fontes de informação e à dinâmica da recente comunidade científica e industrial. “O interesse pelo livro é desprezado pelo artigo de revista que deve ser analisado e difundido seu conteúdo sobre todo o campo da tecnologia.” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 105, tradução nossa).

Segundo a hipótese de Loosjes, a documentação teria duas origens históricas: a biblioteca e a pesquisa. Na biblioteca, o trabalho do bibliotecário fez surgir a bibliografia¹ e, com a especialização da ciência começou a ser urgente a análise dos artigos dos periódicos científicos; desse modo, a divisão do trabalho científico destinou a tarefa de busca bibliográfica para alguns pesquisadores (LOOSJES apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 105).

Essas hipóteses sobre a origem da documentação são compatíveis com as primeiras produções de Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943): as compilações de publicações em nível mundial, incluídas aí as publicações periódicas, ou seja, os repertórios bibliográficos. Otlet (1937) afirma que, o lugar antes ocupado unicamente pelo livro, é então, ocupado também pelo periódico e pelos artigos, e esta “massa considerável” deve ser processada e incorporada à documentação para ser consultada.

Os trabalhos desses dois estudiosos provocaram uma cisão entre os profissionais e as idéias novas e antigas referentes ao livro e ao seu local de armazenamento. Conforme destacam Silva e Ribeiro (2003), a revolução industrial e técnico-científica, ocorrida no século XIX, parece ter sido o contexto de uma rudimentar idéia de ciência da

¹ Por bibliografia entende-se as atividades de seleção, registro e compilação de dados de documentos os mais diversos, para facilitar o acesso e a consulta dos materiais.

informação. Segundo esses autores, houve um aumento quantitativo na produção do conhecimento científico que possibilitou a documentação científica de Paul Otlet; além disso, o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, de 1898, trouxe uma arquivística técnica e de custódia².

Esses acontecimentos desestruturaram a concepção de biblioteca erudita, de ideário greco-romano e renascentista e, o arquivo nacional, tido como repositório e guarda da memória da Nação-estado. A valorização da história e da cultura erudita concorre com o saber prático, que possibilita as respostas concretas e cria-se a exigência de mecanismos de organização para o acesso aos documentos (SILVA; RIBEIRO, 2003). Robredo (2003a, p. 44) também ressalta que com Paul Otlet surge um “novo paradigma”, referindo-se ao impacto causado pelas idéias de Otlet sobre os profissionais das bibliotecas e arquivos da época.

A nova concepção do conhecimento prático que veio a se operar nas instituições conservadoras da documentação entra em concorrência com as idéias e as práticas vigentes dentro destas instituições e influencia a definição de novas funções das bibliotecas e dos arquivos, como por exemplo, o atendimento ao público.

Para ampliar a fissura entre o novo e o antigo paradigma foi imprescindível a concepção do livro, cuja ênfase estava na sua função de disseminar o conhecimento na sociedade moderna. A concepção de documento desenvolvida por Otlet é abrangente o suficiente para abrigar os vários suportes da informação e/ou conhecimento, diferentes do livro, que haviam adquirido reconhecimento naquela época.

Para Otlet (1937), o documento “[...] é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.” Dessa forma, o autor impõe novas práticas e novos materiais para serem tratados pelas instituições que armazenam

² Silva e Ribeiro (2002, 2003) caracterizam pelos termos: iluminista, historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista, o paradigma mais conservador aceito pelos profissionais de bibliotecas, arquivos e museus. Esses termos serão utilizados para identificar esse “paradigma antigo”, segundo a concepção desses autores.

os documentos. Além disso, novas funções para essas instituições (bibliotecas, arquivos e museus) foram estabelecidas, bem como a cooperação entre elas, tendo como pano de fundo desse discurso o ideal da universalidade do acesso ao conhecimento.

Otlet foi transformado em uma personalidade influente na documentação devido às idéias que propôs e pelo compromisso político do acesso ao conhecimento em âmbito universal; por isso merece um pouco mais de atenção. Segundo López Yepes (1995, p. 61-62), Otlet nasceu em Bruxelas, fez seus estudos superiores na Universidade de Louvain e, em 1888, estudou sociologia, direito, economia política e história em Paris, obtendo o título de doutor em direito, em 1890.

Conforme destaca López Yepes (1995, p. 61-62), Otlet recebeu a concepção de ciência seguindo a doutrina vigente, isto é, o positivismo. Para Otlet (1937), o homem retira as idéias da realidade e introduz idéias na realidade, mas entre as idéias e a realidade intervêm os documentos; assim, o documento é o meio para adquirir e produzir novos conhecimentos. O pensamento positivista de Otlet é expresso também no ideal de controlar o conhecimento produzido universalmente e prover deste conhecimento todos os cientistas e intelectuais que se encontram em diversas regiões do mundo. O controle do conhecimento em âmbito universal, explícito nos princípios da documentação, culminou na institucionalização das atividades de elaboração dos repertórios universais pelo IIB.

Para Otlet (1937), a documentação é vista como: a) uma instituição que tem por finalidade organizar e gerenciar mundialmente o processamento, controle e acesso aos documentos e b) um conjunto de práticas e atividades que fazem parte do processo documental, que são as atividades de tratamento técnico dos materiais, aplicadas aos documentos, executadas por um grupo de profissionais, os documentalistas. Além disso, a documentação é uma ciência geral que auxilia as outras ciências que fazem uso dos

documentos para produção de novos documentos (OTLET apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 80). Nessa acepção, a documentação tem o sentido de uma metaciência.

Documentação, na sistematização de López Yepes (1995, p. 80), tem pelo menos três entendimentos: é uma instituição, uma técnica e uma ciência. Para Otlet, a documentação também foi sinônimo de bibliografia. A bibliografia, por sua vez, é entendida como um produto, índice de determinadas publicações e, além disso, poderia ser um conjunto de atividades e de práticas para produção desta publicação. Segundo López Yepes (1995, p. 64), para Otlet bibliografia é “[...] um índice geral do estado dos conhecimentos de uma ciência e, ao mesmo tempo, um necessário ponto de partida para alcançar os novos conhecimentos.” Esse último sentido é aplicado ao produto que auxilia a pesquisa bibliográfica.

Nesse contexto, Otlet e La Fontaine desenvolveram alguns trabalhos para promover o acesso ao conhecimento em âmbito universal. É o caso dos repertórios: repertório legal universal, repertório de ciências sociais, repertórios classificados de legislação comparada, repertórios de estatística comparada e repertório geral de nomes de autores (ROBREDO, 2003a, p. 41).

O encontro de Otlet e La Fontaine deu-se na *Société des Études Sociales et Politiques*, fundada, em Bruxelas, no ano de 1893. A colaboração entre os dois resultou na fundação do Instituto Internacional de Bibliografia Sociológica, em 1893, que, conforme López Yepes (1995, p. 62), representou um importante passo rumo à formação do pensamento otletiano. Por isso, os primeiros repertórios elaborados por Otlet eram de sociologia e parecem ter acrescido experiência a Otlet e La Fontaine para, juntos, levarem adiante a proposta de elaboração das bibliografias universais.

Em 1894, Otlet entra em contato com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada em 1876, pelo estadunidense Melvil Dewey. Traduziu-a para o francês e

aperfeiçoou seu sistema para classificar todos os tipos de documentos, dando origem ao sistema conhecido por Classificação Decimal Universal (CDU), que teve sua primeira edição em 1904 (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 65-66; ROBREDO, 2003a, p. 41). Embasado no sistema de classificação de Dewey, o IIB possuiu um instrumento que poderia ser utilizado em âmbito universal para classificar qualquer tipo de documento disponível em qualquer local.

Otlet e La Fontaine fundaram o IIB na cidade de Bruxelas, Bélgica, em 1895. Na primeira Conferência Internacional de Bibliografia, organizada nesse mesmo ano, em Bruxelas, foi determinada, entre outras coisas, a criação da União Bibliográfica Universal, com o objetivo de ampliar os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto e os da uniformidade do depósito legal (RAYWARD apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 67).

De 1895 até 1931, foram realizados, pelo IIB 10 (dez) Congressos Internacionais de Bibliografia em várias das principais cidades da Europa: Bruxelas, Zurique, Paris, Colônia e Londres, tendo sido suspensos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (FONSECA, 1979). Em 1931, o IIB passou a se chamar Instituto Internacional de Documentação (IID). A troca de nome esteve ligada à mudança ideológica da instituição, preferindo o termo “documentação” ao de “bibliografia”. A substituição do nome do instituto foi incentivada por um grupo holandês que liderou o IIB neste período. Essa troca de nome foi desaprovada por Otlet e La Fontaine, pois entendiam que o ideal da bibliografia e da documentação significava os esforços relativos à CDU, ao Repertório Bibliográfico Universal (RBU), à organização da rede internacional de colaboração e às coleções centrais de documentação (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 92, 95). Separá-las não seria adequado.

A principal obra de Otlet, o *Traité de Documentation: le livre sur le livre – théorie et pratique*, foi publicado em 1934. Segundo López Yepes (1995) e Robredo (2003a, p. 45), esse livro é um manual para documentalistas. Isso esclarece o caráter técnico atribuído

por Otlet à documentação, diferente do significado que o autor concedia ao termo “bibliografia”, entendido como sendo mais amplo do que o de “documentação”.

Em 1938, o IID transformou-se em Federação Internacional de Documentação (FID). No ano de 1995, apesar de permanecer com a mesma sigla, foi incluída a palavra “Informação” ao nome da federação, tornando-se Federação Internacional de Informação e Documentação (FID)³.

O foco da documentação, na visão de Otlet, é o acesso ao conhecimento produzido universalmente, tendo como base o movimento da expansão do conhecimento científico. A documentação, como ciência dos documentos, tem como objeto o estudo dos documentos, das técnicas documentais e do fluxo dos documentos. Isso fundamenta as considerações de López Yepes (1995), que defende a documentação enquanto ciência e como uma das ciências da informação.

Conquanto Otlet não tivesse restringido o campo de ação da documentação, às demandas externas, tais como o excedente de conhecimento científico e de novas descobertas, direcionavam a atuação do documentalista para atuar em determinados espaços, ou seja, na documentação da ciência.

As contribuições de Otlet e La Fontaine são confirmadas pelo reconhecimento na Organização das Nações Unidas (ONU) da importância de se estabelecer um modelo de controle do conhecimento registrado em nível mundial (ROBREDO, 2003a, p. 41). Além disso, os pioneiros da documentação também proporcionaram uma nova concepção de biblioteca, de arquivo, de museu e de livro. O livro é colocado na condição de um dos tipos de fonte de acesso ao conhecimento, mas não o principal. Esse deslocamento da atenção, dos livros para vários outros documentos, ampliou o espaço de trabalho do profissional dedicado a organizar e a tratar tecnicamente os documentos. As bibliotecas, os arquivos e os museus não

³ Segundo informação (atualizada em 19 de fevereiro de 2001) disponível no *site* da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (2005), a FID não existe mais.

podem ser mais depósitos ou relicários de materiais, o que eles contêm são documentos, fontes para a produção de novos documentos, com o objetivo de fomentar o progresso econômico, social, intelectual, científico e tecnológico. Nesse sentido, as instituições consideradas tradicionais, tais como bibliotecas, arquivos e museus, devem organizar os documentos. Como atesta Otlet (1937), esses documentos são as fontes principais da geração de novos conhecimentos.

Essa nova visão das instituições foi confrontada com o paradigma então vigente nas bibliotecas, arquivos e museus; paradigma caracterizado por Silva e Ribeiro (2002) como de natureza historicista, patrimonial e custodial, ou seja, que valoriza a guarda e a conservação dos materiais, em detrimento do acesso e da divulgação dos documentos.

O paradigma vigente nas instituições que armazenam documentos é confrontado com uma visão integradora e abrangente. Para Otlet (1937), todas essas instituições - bibliotecas, arquivos e museus - armazenam documentos que devem ser consultados e ter seus conteúdos divulgados para a geração de conhecimento. Parece que esse argumento força uma integração das três instituições e foi resgatado para sustentar e fundamentar as discussões da harmonização dos currículos dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia, nas décadas de 1970 e 1980. Essa harmonização recebeu o reforço argumentativo de autores brasileiros contemporâneos (SMIT, 2000; MUELLER, 1984) e se concretizou de forma evidente na proposta de formação profissional de algumas escolas, a exemplo da Escola de Biblioteconomia e de Ciências da Informação da Universidade de Montreal (ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 1989; CARNEIRO, 1977). Esse argumento confia na integração curricular como a saída para uma formação acadêmica mais eficiente nessas áreas.

O arquivo e o museu são contemplados no discurso da documentação via definição de documento de Otlet (1937). Na definição do autor as peças de arquivo e os

objetos de museu são documentos, e devido a isto, devem receber tratamento adequado e estar disponíveis para consulta, a fim de gerar conhecimento. Isto se verifica na seqüência de citações exposta a seguir:

Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia). Os Museus são, assim, criadores e não mais simplesmente, colecionadores e conservadores; apresentam conjuntos. Para efetuar as operações de documentação, para conservar o documento, foram criados organismos. Há as Bibliotecas, os Arquivos, os Centros de Documentação, os Museus. São os grandes depósitos de tesouros intelectuais da Humanidade. (OTLET, 1937).

Arquivos, bibliotecas e museus são amparados por esse ideal, pode-se dizer, positivista, sedimentado no controle e acesso universal ao conhecimento. Nesse caso, todo documento, independentemente de sua localização (museu, biblioteca ou arquivo), é portador de conhecimentos que devem ser tratados tecnicamente para serem disponibilizados. Contudo, deve-se levantar o seguinte problema, tendo em vista essa consideração: como conciliar a concepção de documento em sentido amplo e o acesso deste em instituições historicamente caracterizadas mais pela custódia do que pelo livre acesso a seus acervos? Por exemplo, o arquivo, em seu desenvolvimento histórico, esteve ligado às práticas e técnicas de organização, conservação e guarda dos documentos. A emancipação de um campo de estudos destinado aos arquivos nem sempre convergiu com as idéias da documentação e da conhecida posteriormente como ciência da informação. Essa discussão será retomada posteriormente (ver página 132).

Segundo Silva e Ribeiro (2002, p. 130), a formação profissional que bibliotecários e arquivistas obtiveram foi adquirida, substancialmente, na prática cotidiana, dentro das instituições que cuidavam do patrimônio cultural da nação. Esse modelo de formação, segundo os autores, surgiu com a Revolução Francesa (iniciada em 1789), destacando o papel das bibliotecas e dos arquivos nacionais para a formação desses profissionais. Continuam os autores, explicando que, paralelo a esse modelo, houve o

treinamento em escolas, como a formação oferecida pela *École Nationale de Chartes*, em Paris, que influenciou toda a Europa, principalmente no que tange à formação dos profissionais de arquivo. A escola possibilitava a formação de arquivistas-paleógrafos, desde 1846. Na mesma época, havia outras escolas em países europeus, como a Itália, a Áustria, a Espanha e Portugal, que seguiram esse mesmo modelo de formação. Enfim, estas modalidades de formação coexistiram e eram tradicionalistas sob a ótica patrimonialista e historicista.

No que tange os movimentos de ruptura com o paradigma antigo, tratados por Silva e Ribeiro (2002), pode-se citar o ocorrido no domínio da biblioteconomia tradicional, na primeira metade do século XX, em alguns países, mas principalmente nos Estados Unidos. Nesse país, um grupo de bibliotecários insatisfeitos com as técnicas da biblioteconomia tradicional, organizou-se e fundou a *Special Libraries Association* (SLA), em um contexto marcado pelo desenvolvimento industrial que define até hoje a orientação aplicada desta associação (ROBREDO, 2003a, p. 43). A SLA foi fundada em 1908, nos Estados Unidos, utilizando pela primeira vez o termo “biblioteconomia especializada”. Na Grã-Bretanha foi fundada a *Association of Special Libraries and Information Bureaux* (ASLIB), em 1924 (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 115). Em 1932, fundou-se a *Union Française des Organismes de Documentation* (UFOD), na França (FAYET-SCRIBE apud SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 48).

Os *special librarians* (bibliotecários especializados) não receberam, na época, o nome de documentalistas. O termo somente passou a ser mais conhecido e utilizado nos Estados Unidos, com a criação do *American Documentation Institute* (ADI), fundado em 1937, por Watson Davis (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 48-49). O instituto congregou profissionais que possuíam formações variadas. O que cada vez mais caracterizava a documentação era a pluralidade das categorias profissionais que estavam envolvidas com o

problema do tratamento da grande massa documental existente, principalmente no setor de ciência e tecnologia. Essa característica parece ter sido um diferencial em comparação à biblioteconomia. Nota-se que a pluralidade de formações foi determinante também para a auto-identificação e legitimação dos profissionais e pesquisadores da ciência da informação.

O ADI foi influenciado pelas idéias de Otlet, em decorrência da participação de profissionais estadunidenses nos congressos e conferências internacionais de bibliografia e documentação, principalmente o Congresso Internacional do Instituto Internacional de Documentação, realizado em Copenhague, em 1935 (DAVIS apud ROBREDO, 2003a, p. 48). O ADI “[...] veio a congregar uma outra categoria de profissionais – os documentalistas – com algumas características distintas dos special librarians, embora sem diferenças de substância.” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 48).

Para Dias (2000, p. 71, 73), a documentação é a biblioteconomia especializada em diversas áreas do conhecimento. Segundo esse autor, a origem da documentação desenhou-se no movimento de profissionais bibliotecários norte-americanos que atuavam em bibliotecas de empresas e do comércio e que resolveram fundar a SLA, desligando-se da *American Libraries Association* (ALA), que congregava todos os bibliotecários. Os problemas sentidos por esses profissionais eram referentes às características das bibliotecas inseridas nesses locais, as quais exigiam informações precisas e rápidas, acesso à informação, atendimento de usuários dialogando na mesma linguagem destes e acesso a outros tipos de materiais de informação que não somente os encontrados em bibliotecas tradicionais (DIAS, 2000, p. 73).

Segundo Dias (2000, p. 74), os bibliotecários especializados e os documentalistas europeus convergem no objetivo de “[...] organizar e prestar serviços de acesso à informação a pessoas e às instituições atuantes em áreas especializadas.” Entretanto, o referido autor não menciona o empreendimento de Otlet e La Fontaine e, em especial, a

concepção de documentação embasada na definição de documento, conforme defende Otlet (1937), que influenciou muitos outros teóricos. O papel da documentação como organização mundial subsidiária da produção de conhecimento na sociedade também não é registrado no discurso de Dias (2000).

Analisando-se mais detidamente este ponto, verifica-se em outros autores (SILVA; RIBEIRO, 2002; ROBREDO, 2003a; SHERA, 1980) que a corrente européia e os trabalhos de Otlet e La Fontaine foram os que certamente principiaram a documentação em âmbito mundial. Shera (1980, p. 91-92) relata que 20 (vinte) anos após os trabalhos de Otlet e La Fontaine foi que John Cotton Dana e um pequeno grupo de profissionais constituíram a SLA. Entende-se a partir disso que Dias (2000, 2002b) mantém uma postura que privilegia a origem da documentação nos Estados Unidos, pois não se refere ao empreendimento realizado inicialmente na Bélgica.

Por fim, um ponto a ser observado na institucionalização e legitimação da documentação foi o decisivo papel das instituições, em especial a FID, SLA, ADI e a ONU, além de outras associações de documentalistas localizadas em vários países, bem como a instituição em que Otlet e La Fontaine atuaram antes da fundação do instituto e entidades como universidade e empresas que, de alguma forma, foram receptivas às idéias e aos procedimentos da documentação. Essas instituições, de algum modo, deram autenticidade, sustentaram e consolidaram os conceitos e as práticas de documentação, com a finalidade de solucionar um conjunto de problemas, como o da expansão e aumento do volume de documentos produzidos pela sociedade, mais especificamente, pelo setor de ciência e tecnologia. As atividades executadas pela FID, desde quando esta era IIB, proporcionaram a centralização e a definição das tarefas legítimas relativas à documentação.

Os fóruns de discussão de caráter profissional, por exemplo, as conferências internacionais de bibliografia e documentação realizadas desde 1895, foram os espaços

privilegiados de debate e deliberação do que é definido, entendido e reconhecido como atividades próprias da documentação. Os congressos da FID e eventos dessa área tiveram um papel importante na divulgação e no desenvolvimento da documentação e, como poderá ser verificado mais adiante, também da ciência da informação. Esses foram e são espaços legítimos da construção da documentação e da ciência da informação.

Um dos exemplos da dinâmica desses congressos foi a alteração do nome do instituto. A proposta de troca do termo “bibliografia” por “documentação” partiu de um grupo holandês que liderou o instituto, no ano de 1931. Como se pode notar, não foi unânime a necessidade desta transformação, de IIB para IID, tendo-se em vista a opinião de Otlet e La Fontaine, que a desaprovaram. Esse fato representou a luta pelo predomínio de uma visão da realidade, isto é, de impor idéias relativas à documentação e ao IIB sobre outras concepções do papel do instituto, o que denota que o IIB, (depois IID e FID) e seus congressos, eram espaços privilegiados de disputas ideológicas. As deliberações do que deveria ser entendido como prática digna de documentação e quem deveria ser chamado de documentalista surgem em congressos da natureza dos realizados pela FID e outras instituições. Nesses congressos os participantes são dotados do poder de decisão, o que significa ter poder de definir a realidade social, principalmente em seu aspecto subjetivo, construindo concepções do que deve ou não ser considerado como documentação.

Dessa forma, a documentação encontra na rede formada por associações profissionais e institutos espalhados em vários países do Ocidente, os quais mobilizam os profissionais a reunirem-se em fóruns de discussão para construção e consolidação de idéias concernentes à documentação, uma estrutura que possibilita o seu desenvolvimento tanto no plano profissional quanto, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no plano científico, com base na pesquisa em documentação e no processamento automático de dados para

solucionar os problemas decorrentes do crescimento da literatura científica nos países desenvolvidos.

A documentação influenciou a constituição do corpo de profissionais que atuaria na ciência da informação. Essa influência é medida pela inclusão da expressão “ciência da informação” pelos institutos ligados à documentação, como se verá adiante, e pela auto-identificação de documentalistas (mas não exclusivamente eles) com a ciência da informação. A documentação agregou profissionais de várias formações, delineando um ponto de convergência entre as áreas. Os documentalistas trabalharam na busca de soluções dos problemas de processamento da informação após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), principalmente nos Estados Unidos, o que os identificou como profissionais que pesquisam e atuam na ciência da informação. Vale ressaltar que em outros países (como Espanha e França) existe a formação específica de documentalista, demonstrando que o conceito e os ideais da documentação não caíram em desuso e continuam fundamentando muitas escolas.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se intensificou a preocupação com os problemas de excesso de informação produzida pela ciência. Esse momento foi um período propício para contribuições que visavam a instituir definitivamente a ciência da informação na sociedade.

3.1.2 A ciência da informação: *eventos e conceitos fundadores*

A ciência da informação, conhecida por esta expressão, foi instituída primeiramente nos Estados Unidos e resultou de uma ampla discussão a respeito da resolução dos problemas relativos ao excesso de informação. Um conjunto de autores (CARDOSO, 1996, 2002; PINHEIRO; LOUREIRO, 1995; PINHEIRO, 2000; CARVALHO, 1999; LOUREIRO, 1999; NETTO, 1999; BARRETO, 2002ab; FREIRE, 2002; JARDIM;

FONSECA, 1992) que discursam sobre a teoria e a história da ciência da informação mencionam pouco o papel da documentação na construção de uma estrutura social propícia para a constituição da ciência da informação. Essa atitude mostra que esses autores se identificam mais com a origem da ciência da informação a partir do problema de aumento do volume de informação proporcionado pela produção científica e tecnológica ocorrida durante e após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Para Capurro (2003), “A ciência da informação tem, por assim dizer, duas raízes: uma é a biblioteconomia clássica ou, em termos mais gerais, o estudo de problemas relacionados com a transmissão de mensagens, sendo a outra a computação digital.” Essa segunda raiz é notadamente influenciada pelas tecnologias de processamento automático de recuperação da informação. Nehmy et al. (1996, p. 17) também explicam que são apresentadas duas versões da história da ciência da informação: uma vertente mais tradicional, defende a ciência da informação como continuação da biblioteconomia, representada por Jesse Shera (1903-1982) e, a outra vertente é levada à frente por Tefko Saracevic, que argumenta que a ciência da informação é recente e sua origem data do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Outra posição, que acrescenta à discussão proposta por essas duas vertentes anteriores, é a tomada pelos autores Robredo (2003a) e Silva e Ribeiro (2002). Esses autores fornecem dados relacionados à evolução da ciência da informação e da documentação e mostram como estas áreas se integram. Eles não rechaçam a documentação da história da ciência da informação, ao contrário, vêm neste movimento a primeira manifestação de uma ciência da informação comprometida com o registro e o acesso à informação e ao conhecimento.

A perspectiva de Shera (1980) e Dias (2000, 2002b), encontrada também em Smit (2000, p. 126), visualiza a documentação e a ciência da informação como resultantes da

biblioteconomia. Robredo (2003a) e Silva e Ribeiro (2002), por outro lado, diferem dessa perspectiva da seguinte forma: procuram ressaltar os acontecimentos históricos que dizem respeito à evolução tanto da ciência da informação quanto da documentação, com o intuito, acredita-se, de integrar as histórias dessas duas áreas, que seriam dotadas de influências mútuas.

A afirmação de Silva e Ribeiro (2002, p. 51) a esse respeito é bem sugestiva:

A concepção do conceito e do âmbito da *documentação*, de que salientámos os aspectos considerados mais significativos, conduziu de forma linear ao nascimento da chamada *Information Science*, segundo opinião consensual dos autores que se têm debruçado sobre as origens e a fundamentação desta área de trabalho e de estudo [...].

Entretanto, esse desenvolvimento linear da ciência da informação, supostamente consensual, não foi possível verificar na literatura analisada para elaboração deste capítulo, muito pelo contrário, constatou-se a permanência de dois pontos de vista relativos à gênese e evolução da ciência da informação.

Robredo (2003a) e Silva e Ribeiro (2002) oferecem mais algumas informações referentes aos fatos que se sucederam e que contribuíram para a construção da ciência da informação. Entre esses acontecimentos posteriores à iniciativa dos documentalistas incluem-se o impacto do artigo de Bush, a teoria cibernética e a teoria matemática da informação, importantes tanto quanto o conceito de documentação.

Na argumentação associada ao segundo ponto de vista da história da ciência da informação defende-se que a constituição do campo decorre da formulação de novas teorias, com o propósito de compreender o fenômeno designado como “explosão da informação”. No segundo ponto de vista, a ciência da informação é uma ciência que nasce após a Segunda Grande Guerra Mundial, interessada em resolver o problema evidente da explosão da informação científica e tecnológica. O fenômeno recebeu essa expressão porque,

logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e mesmo durante o período entreguerras (1920-1938), o volume de conhecimento científico produzido se tornou exagerado para ser tratado pelas técnicas de processamento de informação então existentes.

Nesse período havia também a preocupação de descobrir o conhecimento científico produzido pelos países derrotados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dessa forma,

[...] a “explosão da informação” acontece e decorre a partir do desmantelamento pelas potências aliadas, dos arquivos técnicos da indústria alemã, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, no anseio de conhecer a fundo o real nível dos conhecimentos científicos e tecnológicos da Alemanha, iniciou-se uma verdadeira maratona de análise de conteúdo de toda a documentação encontrada. Mobilizaram-se importantes efetivos de especialistas em ciência e tecnologia, e de documentalistas, de diversos países que precederam a organizar, condensar e indexar os relatórios de pesquisa e documentos diversos, encaminhando os resultados aos respectivos governos. (ROBREDO, 2003a, p. 50).

As teorias de Wiener e de Shannon destacam-se por abordar a informação e a comunicação, mesmo que não tenham sido aplicadas à informação científica. Nessa fase, aparece a noção de informação como imprescindível para a comunicação de um sistema, seja ele de que natureza for - social, biológico, artificial. Como destacado no relato histórico de Pinheiro e Loureiro (1995, p. 42), “Na segunda metade da década de 40, *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*, de Wiener, e, no ano seguinte, *The mathematical theory of communication*, de Shannon e Weaver, já prenunciam o advento da ciência da informação.” Deve-se salientar que o significado atribuído à informação nessas teorias, principalmente na teoria matemática da informação, era muito redutor. Informação queria dizer um sinal que pode ser emitido via um canal para um receptor.

No Brasil, Pinheiro e Loureiro (1995, p. 43) são alguns dos autores que parecem simpatizar com a perspectiva que reconhece a ciência da informação como área autônoma e, por isso, no citado artigo, não abordaram a noção de documento e de

documentação. Nesse caso, enquadram-se na segunda perspectiva da história da ciência da informação. Isso pode ser verificado no seguinte trecho:

Assim, pode-se perceber a ênfase de alguns autores nas relações interdisciplinares com a biblioteconomia, da qual a ciência da informação incorpora técnicas, ou com a informática, na qual vai buscar as tecnologias da informação. Daí, provavelmente, a tendência de certos estudiosos em considerá-la evolução da biblioteconomia ou até confundi-la com a informática.

Os autores do presente trabalho fazem parte da corrente que reconhece a ciência da informação como área do conhecimento autônoma e com seu próprio estatuto científico e cuja natureza interdisciplinar é evidenciada com distintos campos. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 43).

Alguns outros teóricos, tais como Saracevic (1978, 1979, 1995, 1996, 1999), Barreto (1999, 2002b), Le Coadic (1996) e mesmo Pinheiro (2000, 2002), em outros trabalhos, por exemplo, expressam a legitimidade desse ponto de vista. Entretanto, admite-se aqui que para que a ciência da informação pudesse adquirir a “reconhecida autonomia” foi necessário o desenvolvimento histórico de técnicas e concepções que se originaram da documentação, ou pelo menos, contou-se com o reconhecimento da importância da informação e do conhecimento para a geração de novos conhecimentos na sociedade, pressupostos estes ressaltados nos discursos que fundamentaram a documentação.

Os autores desta segunda perspectiva referem-se ao artigo de Vannevar Bush (1945), *As we may think*, como a primeira referência a sintetizar a problemática da explosão da informação, além de prognosticar a sua efetiva solução: adotar as recentes possibilidades das tecnologias de processamento de informação.

Vannevar Bush dirigiu e coordenou, no *Office of Scientific Research and Development*, aproximadamente, 6000 (seis mil) cientistas estadunidenses envolvidos em pesquisas aplicadas à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Um dos problemas identificados por Bush (1945) foi o grande volume de pesquisas produzidas e em desenvolvimento para serem tratadas tecnicamente pelos métodos disponíveis na época. Para ele, os métodos existentes eram antigos, inadequados e ineficientes para solucionar a questão. Visualizou as tecnologias de processamento de dados como a saída para o tratamento e disponibilização das

informações de forma eficiente, tendo em vista o desenvolvimento alcançado nessa época nos diversos campos da ciência e da técnica. “Máquinas com conjuntos permutáveis podem ser agora construídas com grande economia de esforço.” (BUSH, 1945, tradução nossa). É o início da tecnologia da informação, que fundamentou a recuperação automática da informação científica e tecnológica, chegando a ser denominada nas décadas seguintes como o primeiro núcleo de pesquisa em ciência da informação (SARACEVIC, 1996).

Bush (1945) critica a artificialidade dos sistemas de indexação por serem categorizados alfabeticamente ou numericamente. Afirma que a mente humana não funciona dessa maneira, mas opera por associações. A seleção é feita por associação entre pensamentos dispostos em uma teia (BUSH, 1945). Como sugestão para tratar a informação, Bush (1945) apresentou um dispositivo que hoje se pareceria muito com um computador pessoal.

Considere um futuro dispositivo para uso individual o qual é um tipo mecanizado de arquivo e biblioteca privada. Esse dispositivo precisa de um nome e para cunhar algum ao acaso, ‘memex’. Um memex é um dispositivo no qual um indivíduo armazena todos seus livros, registros e comunicações, estes são mecanizados para que possam ser consultados com a máxima velocidade e flexibilidade. (BUSH, 1945).

O diagnóstico ressaltado por Bush (1945) foi acolhido por muitos autores que investigam a origem da ciência da informação, principalmente os que aceitam que o objetivo da ciência da informação naquele período (década de 1950) era gerar soluções para o problema do excesso de informação.

Esse artigo de Bush fundamenta uma das perspectivas da gênese e evolução da ciência da informação, e é citado por inúmeros autores, dentre eles Barreto (2002ab), como artigo clássico para o estabelecimento do campo. Já os trabalhos de Otlet influíram na conscientização dos documentos como determinantes para produção do conhecimento, além de proporem novos papéis aos centros de documentação, bibliotecas, arquivos e museus: registro, organização, controle e acesso aos documentos para gerar novos conhecimentos na

sociedade. Ambos os pontos de vista, o baseado em Otlet e o fundamentado em Bush, contribuem para a constituição dos elementos históricos da ciência da informação.

Após o artigo de Bush, o que seria discutido a respeito da informação e sobre um possível campo de pesquisa que comportasse as questões suscitadas por ele passaria, assim como se deu com a documentação, por uma agenda estabelecida em congressos e conferências. Com esse propósito ou não, esses eventos acabaram por organizar um campo de pesquisa, ensino e prática profissional que seria conhecido, a partir da década de 1960 como ciência da informação.

A ciência da informação passou a ser organizada por um conjunto de instituições ligadas à informação; tanto institutos de pesquisa e associações profissionais quanto organizações interessadas nos progressos e nas técnicas de processamento da informação oriundos da emergente ciência da informação. A preocupação com a informação era premente em decorrência do conflito conhecido como Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse sentido, muitos dos congressos e conferências que se sucederam nessa época, receberam patrocínio e financiamento de órgãos ligados aos governos dessas nações. Os temas desses eventos versavam sobre informação científica e tecnológica.

Segundo Barreto (2002a, p. 69), a ciência da informação inicia-se em 1945, com a publicação da idéias de Bush. Estas idéias foram parar em Londres, Inglaterra, discutidas por aproximadamente 340 (trezentos e quarenta) cientistas e documentalistas na *Royal Society Scientific Information Conference*, realizada no ano de 1948. Parece ter sido a primeira grande conferência do gênero a discutir questões do excesso de informação e de como solucionar este problema. A conferência e outros eventos que se seguiram, como se poderá verificar, não apenas proporcionaram o debate e com isso, o surgimento de novas idéias para a solução dos problemas do excesso de informação, mas funcionaram como

mecanismos deliberativos que auxiliaram na estruturação da futura ciência da informação. Os *proceedings* desses congressos e conferências foram o meio de divulgação de novas idéias, experimentos e experiências que, presume-se, influenciaram o trabalho de outros profissionais, educadores e pesquisadores em vários centros de informação. Os eventos considerados mais relevantes serão tratados a seguir.

Nos Estados Unidos, na cidade de Washington, em 1958, realizou-se a *International Conference on Scientific Information*, evento que contou com a colaboração do ADI, da FID, da *National Academy of Sciences* e do *National Research Council* dos Estados Unidos com o apoio financeiro da *National Science Foundation* (NSF), concedido ao ADI para superar sua crise financeira (SHERA; CLEVELAND apud ROBREDO, 2003a, p. 54).

Em 1961 tiveram início as conferências organizadas pelo *Georgia Institute of Technology* (1961-1962), conhecidas por *Georgia Tech*. No congresso realizado em Hot Spring, Virgínia, em 1962, apareceu pela primeira vez a expressão *Information System Science*, ligada ao título do congresso (*Second International Congress on Information System Science*) (ROBREDO, 2003a, p. 54). Mesmo relatando-se a história da ciência da informação a partir dessas conferências, iniciadas em 1948, não se deve perder de vista os avanços do campo da documentação e - por que não? - da ciência da informação, possibilitados pelas conferências internacionais realizadas pela FID. Parece que as conferências e os congressos se tornaram, com o passar do tempo, mecanismos eficazes no processo de institucionalização, de divulgação de idéias e de consolidação da ciência da informação, isto é, de construção de um campo de produção de conhecimento científico, desde 1895, quando ocorreu a Primeira Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em Bruxelas.

Entre os congressos e conferências mais relevantes destacam-se as conferências do *Georgia Tech*, pois contribuíram para o desenvolvimento da ciência da informação, discutindo o aspecto pedagógico da formação dos profissionais da área de

informação. Um grupo de pesquisadores e profissionais reuniu-se na conferência para pensar propostas de formação e capacitação profissional para os atuantes no campo e para recrutar pessoal para a demanda de trabalho existente. Na primeira reunião do *Georgia Tech*,

Programam-se as primeiras discussões que ocorrem na conferência de Atlanta, nos dias 12 e 13 de outubro de 1961, na qual se incluem, no primeiro dia, discussões sobre métodos de treinamento de curta duração e dedica-se o segundo dia aos de longa duração. Participam 32 pessoas, divididas em quatro grupos, que estudam como desenvolver treinamento em ciência para bibliotecários e treinamento em informação para cientistas, enfocando conceitos, *curriculum*, habilidades e recrutamento. (GARCIA, 2002).

Na segunda reunião participaram 50 (cinquenta) pessoas de formações variadas: cientistas, bibliotecários, pesquisadores, especialistas em informação e representantes da ALA, ADI e *American Association of Library Schools* (AALS) (GARCIA, 2002). Saber qual cargo ocupado pelos participantes dessa reunião é interessante para observar o perfil dos agentes que proporcionaram um avanço no desenvolvimento da ciência da informação e sua integração em universidades e departamentos de ensino. Como explicita Garcia (2002), dos 59 (cinquenta e nove) participantes, 27 (vinte e sete) estavam ligados à biblioteconomia, seja no cargo de administrador seja no de gerente de biblioteca ou propriamente como bibliotecários. Muitos desses, da área de biblioteconomia, não possuíam formação bibliotecária, mas se inseriam neste campo devido às funções que exerciam ou cargos que ocupavam. Nota-se ainda no artigo de Garcia (2002) que os participantes das conferências representavam instituições como biblioteca especializada, biblioteca pública, laboratório, instituto de pesquisa, academia de ciências, universidade e fundação. Essa constatação ajuda a elucidar a influência que a biblioteconomia e as práticas em biblioteca tiveram sobre a ciência da informação.

Um dos resultados dessas reuniões foi esclarecer as distinções entre os tipos de profissionais que atuam na área de ciência da informação. Nesse sentido, sistematizaram-se: bibliotecário de ciência, com conhecimentos de literatura científica sem muito

aprofundamento; analista de literatura técnica, com conhecimento da literatura em razão da formação acadêmica em um campo específico da ciência e; cientista da informação, que “[...] estuda e desenvolve os estoques e a recuperação da informação, apresenta soluções para os problemas de informação e tem interesse na informação por si mesma.” (GARCIA, 2002).

Quanto aos termos “documentação” e “documentalista”, o resultado das decisões da conferência do *Georgia Tech* foi a condenação do seu uso, por serem utilizados com grande diversidade de significações (SHERA, 1980, p. 96). Parece que essa decisão surtiu efeito sobre as instituições do campo da informação em geral – escolas, centros de documentação e associações profissionais –, estimulando a troca ou substituição dos termos, de documentação e documentalista para informação e especialista em informação.

No tocante à definição de cientista da informação, já se observa neste conceito um componente voltado para a aplicação, pois na definição se enfatiza a solução de problemas da informação, deixando vestígios de um cientista da informação no âmbito teórico, no sentido de se preocupar com a informação em si mesma; entretanto, estas evidências ainda não foram suficientes para sustentar na definição da ciência da informação a bifurcação *ciência com traços de ciência teórica e ciência aplicada*. Essa separação ficou conhecida a partir da definição de ciência da informação de Borko (2001).

Outro resultado proporcionado pelas conferências do *Georgia Tech* foi a conclusão quanto às instituições de ensino que estavam em condições de abrigar os cursos desse campo. “Assim, para o atendimento das necessidades profissionais indicam três tipos de instituições que podem ofertar cursos. São as escolas de biblioteconomia, os departamentos especializados de universidades e os institutos de tecnologia.” (GARCIA, 2002).

Com isso, a ciência da informação, repartida em matérias e disciplinas, comporia os cursos de biblioteconomia e de analista de literatura. Esse vínculo com as escolas de biblioteconomia, aos poucos, se configurou como uma das principais características da

ciência da informação em vários países. A institucionalização da ciência da informação se imbricou de tal modo, especialmente com a biblioteconomia, que estes campos são influenciados mutuamente no que tange às propostas de pesquisa e de papel social.

Presume-se que a ciência da informação tenha sido introduzida primeiramente nos currículos na condição de “tópicos especiais” ou como especialidades dentro de cursos de biblioteconomia e de outros cursos de pós-graduação, tal como o de ciência da computação. É provável que nessa época, início da década de 1960, a ciência da informação ainda não possuía autonomia suficiente para representar um conjunto de disciplinas solidamente estruturadas que poderiam compor um currículo em nível de graduação. Nesse período, a pesquisa em informação e em novos sistemas de recuperação da informação era o que conferia significado e reconhecimento à ciência da informação.

Outro fato marcante para a ciência da informação, que se originou na conferência do *Georgia Tech*, foi a sistematização da primeira definição da expressão “ciência da informação”. Segundo Taylor (1966 apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 162), a ciência da informação (*information science*) é:

A ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação; as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processar a informação para a máxima acessibilidade e utilização. Os processos compreendem a elaboração, disseminação, recompilação, organização, armazenagem, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo se deriva ou está relacionado com as Matemáticas, a Lógica, a Linguística, a Psicologia, a Tecnologia dos Computadores, a Operação de Pesquisa, as Artes Gráficas, as Comunicações, a Biblioteconomia, a Administração e a outros campos.

Em 1963, Taylor fundou, juntamente com o *Georgia Institute of Technology*, o primeiro curso em ciência da informação, na Universidade de Legigh (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 162) e elaborou o primeiro currículo do campo (GARCIA, 2002).

Nessa primeira conceituação de ciência da informação é preciso ressaltar que algumas das idéias presentes na estrutura da definição constituem o esquema central de

conceitos futuros da ciência da informação, tendo sido elaboradas por outros autores, especialmente Borko (2001). A definição resultante das conferências do *Georgia Tech* estabelece: a) o objeto do campo como um complexo de atividades que incorpora o adjetivo “informação”; b) o caráter produtivista e economicista do tratamento das questões da informação⁴; c) a enumeração dos tipos de processos e de práticas em que atuam os pesquisadores e profissionais e; d) o relacionamento da ciência da informação com outras áreas e/ou disciplinas. Muitas tentativas de delimitação da ciência da informação incorporam um ou mais desses tópicos já manifestos na definição de ciência da informação resultante do debate e consenso dos grupos de trabalho do *Georgia Tech*.

As conferências do *Georgia Tech* influenciaram consideravelmente a definição de ciência da informação de Borko (2001), apontada por muitos autores como clássica (ROBREDO, 2003a, p. 56; SARACEVIC, 1979, p. 60; SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 53; LÓPEZ YEPES, 1995, p. 164). Em um artigo intitulado *Information science: what is it?*, publicado originalmente em 1968, no periódico *American Documentation*, Borko justifica a alteração do nome do ADI, que passou a se chamar *American Society for Information Science* (ASIS), explicando o escopo da ciência da informação, o que faz o cientista da informação e qual sua relação com a biblioteconomia e a documentação. A ASIS, no ano de 2000, incorporou a seu nome a palavra *Technology*, tornando-se *American Society for Information Science & Technology* (ASIST) (ROBREDO, 2003a).

Borko (2001) sintetiza as idéias de Taylor, as quais, por sua vez, basearam-se nas conferências do *Georgia Tech*. Além disso, seu artigo cumpriu uma função secundária, a de divulgar e ajudar a consolidar as deliberações outorgadas no citado evento. Para Borko (2001, p. 22, tradução nossa):

⁴ O caráter produtivista e a racionalidade econômica da produção e gestão dos estoques de informação na ciência da informação são tratados por Barreto (1994, 1999, 2002a). Segundo esse autor a “[...] crescente produção de informação precisa ser reunida e estocada de forma eficiente, obedecendo a critérios de produtividade na estocagem, ou seja, o maior número de estruturas informacionais deve ser estocado em menor espaço possível dentro de limites de eficácia e custo.” (BARRETO, 1994, p. 4).

Ciência da informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e os comportamentos da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processar a informação para usabilidade e acessibilidade ótimas. Está interessada naquele corpo de conhecimento relativo à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isso inclui a investigação das representações da informação nos sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para a eficiente transmissão de mensagem e o estudo de dispositivos e técnicas de processamento da informação tal como computadores e seus sistemas de programação. Ela é uma ciência interdisciplinar derivada da e estando relacionada a campos como matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia computacional, operações de pesquisa, as artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e outros campos similares. Tem um componente de ciência pura, o qual inquire sobre assuntos deixando de fora sua aplicação e um componente de ciência aplicada, o qual desenvolve serviços e produtos. [...] Biblioteconomia e documentação são aspectos aplicados da ciência da informação. As técnicas e procedimentos usados por bibliotecários e documentalistas são, ou deveriam ser, baseados nas descobertas teóricas da ciência da informação [...].

Verifica-se nessa definição uma nítida exposição da orientação produtivista da ciência da informação, que parece ter como um dos complementos de suas atividades o processamento, a acessibilidade e o uso eficiente da informação. Essa idéia, objetivada primeiro na definição de Taylor, pode ser encontrada em muitas das definições de ciência da informação correntes.

Borko (2001), pelo que parece, consolida a visão do papel da ciência da informação, comprometida com o eficiente processamento da informação. A ciência da informação tem um significado que comporta um finalismo extremado. Além disso, a divisão da ciência da informação em dois tipos de ação, uma ação teórico-pura e outra prático-aplicada, não se justifica como coerente, pelo simples fato de ter, na concepção de Barreto (1994, 1999, 2002a) seu principal objetivo na racionalidade produtiva, ou seja, direciona pesquisas supostamente teóricas a perscrutar sobre a aplicação ou o provimento de produtos (bens e/ou serviços) de informação.

A interdisciplinaridade presente na definição de Borko é utilizada como característica determinante da ciência da informação, tanto que esta definição é aceita por muitos autores, a exemplo de Saracevic (1995). Porém, no relacionamento da ciência da informação com outras disciplinas, devem ser observados os referenciais contextuais de cada

autor que enuncia esta relação. Por exemplo, Borko tem como base referencial, principalmente, o contexto estadunidense, os avanços tecnológicos alcançados na época nos Estados Unidos e o desenvolvimento obtido pelas disciplinas listadas por ele. É interessante registrar que definições provindas de autores dos países em desenvolvimento, como o Brasil, podem não conter as mesmas disciplinas que interagem com a ciência da informação, conforme listam os teóricos de países centrais para o desenvolvimento do campo. Essa discussão será retomada posteriormente (ver página 123).

O problema em se proporem definições globais ou transnacionais da ciência da informação, especialmente no que toca às disciplinas relacionadas, é que não são levadas em conta as diferenças oriundas do desenvolvimento científico, tecnológico, acadêmico e profissional de cada país. Em muitos casos, as disciplinas comunicantes com a ciência da informação ficam sem receber as devidas contextualizações, imprescindíveis nas definições ou conceituações de uma ciência.

Fora esses aspectos, acredita-se que a definição de Borko foi a mais completa para a época e ajudou a firmar a expressão “ciência da informação” junto aos pares, significando um conjunto de práticas e de temas de interesse de pesquisa. Os temas e tópicos de pesquisa também são arrolados no artigo de Borko (2001), bem como o espaço de atuação dos cientistas da informação. Segundo Borko (2001, p. 23-24), o *Current Research and Development in Scientific Documentation*, na edição de número 14, organiza os projetos em ciência da informação em nove categorias: 1) Necessidade e usos da informação; 2) Criação e reprodução de documento; 3) Análise da linguagem; 4) Tradução; 5) Resumo, classificação, codificação e indexação; 6) Projeto do sistema; 7) Análise e avaliação; 8) Reconhecimento de modelo e; 9) Sistemas adaptáveis. Esses formariam os tópicos centrais da pesquisa em ciência da informação.

Em outros países, a geração de conhecimento relativa ao tratamento das questões da informação também cresceu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Deve-se esclarecer que a informação nessa época é aquela ligada à produção do conhecimento científico e tecnológico; praticamente não existiam esforços teóricos expressivos que compreendessem os processos e as ações de informação no contexto sociocultural, o que veio a ser mais patente nas décadas de 1980 e 1990.

Na antiga URSS, o desenvolvimento de conhecimento nesse campo foi consistente, conforme atestam Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskiy (1980, p. 71). Esses esforços datam da década de 1940, mas expondo a nítida preocupação com a informação científica. O que nos Estados Unidos ficou conhecido como ciência da informação e nos anos seguintes, seria a designação oficial do campo em alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento, na URSS foi chamado de *Informatika* (em russo). É a exteriorização de “[...] uma questão que tem preocupado os especialistas que trabalham neste e em campos relacionados com a ciência, uma vez que as atividades de informação científica emergiram como uma forma independente do trabalho científico nos anos 40.” (MIKHAILOV; CHERNYI; GILYAREVSKYI, 1980, p. 71).

Mikhailov e colaboradores, em trabalhos de 1966 e 1967, já apresentavam as definições gerais da informática (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 215), influenciando, principalmente, a FID, que, como consequência, adotou o termo “informática” para designar a nova disciplina que veio a integrar o campo da documentação (INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO, 1970, p. 339).

Não obstante, não se pode afirmar que há sinonímia entre os termos “ciência da informação” e “informática”, pois as bases teóricas, a classificação científica e a delimitação do objeto são distintas nas duas áreas. Por exemplo, a informática foi compreendida pelos autores que a propuseram como uma ciência social, porque trata de uma

questão humana e social, isto é, a produção de conhecimento científico, que é um fato humano e social. Dessa forma, a ciência que visa estudar a produção e a disseminação do conhecimento científico deve ser considerada uma ciência social.

Por um lado, na concepção da ciência da informação não se constata observações desse tipo. A definição de Borko (2001) reproduz a essência das idealizações construídas no *Georgia Tech*. O autor separa a ciência da informação em ciência pura e ciência aplicada. Por outro lado, Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskiyi (1980, p. 72) são bem específicos quanto à abrangência, ao programa de estudo da informática e ao significado concedido à palavra “informação”,

Visto que o termo anglo-americano ‘ciência da informação’ pode levar alguém a interpretá-lo num amplo sentido, i.e., como uma ciência que trata de todos os tipos de informação, da informação em geral, achamos necessário enfatizar que a palavra ‘informação’ aqui significa apenas informação científica. (MIKHAILOV; CHERNYI; GILYAREVSKYI, 1980, p. 72).

A expressão “ciência da informação” pode levar a entendê-la enquanto ciência autônoma e independente, ao contrário de informática. Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskiyi (1980, p. 72-73) esclarecem que informática é uma disciplina social e estuda todos os processos de comunicação científica, nos canais formais e nos informais. Os tipos de informação científica tratados pela informática são quatro:

- 1) informação sobre fatos científicos (classe A);
- 2) informação sobre hipóteses científicas, conceitos e teorias que elucidam e combinam a totalidade dos fatos científicos e interação entre eles (Classe B);
- 3) informação que combina a totalidade dos fatos científicos, hipóteses, conceitos, teorias e leis que formam o fundamento de uma determinada ciência ou campo de conhecimento (Classe C);
- 4) informação que reflete e forma uma abordagem comum do conhecimento e transformação do mundo que nos cerca, i.e., informação ao nível de hierarquia do **Weltanschauung** (Classe D). (SIFOROV apud MIKHAILOV; CHERNYI; GILYAREVSKYI, 1980, p. 73).

A informática estuda a informação científica e deixa claro isto para não haver ambigüidade ou confusão quanto ao emprego do conceito de informação tratado pela

disciplina. No que se refere à ciência da informação, os termos “informação” e “ciência da informação”, devido a suas generalidades, estão ainda sendo justificados e fundamentados, por mais que alguns teóricos afirmem sua autonomia, independência e corpo de conhecimento próprio (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 43). A ciência da informação, em seu processo de institucionalização nos espaços acadêmicos, teve temas de pesquisa e objetivos profissionais influenciados por categorias profissionais já consolidadas. A esse aspecto retornar-se-á mais adiante (ver página 104).

Na Alemanha, em reação à definição anglo-americana de ciência da informação e principalmente sob o efeito da publicação do artigo de Borko, a expressão que se configurou como representativa para designar o campo foi *informations-und dokumnetationswissenschaft*, isto é, “ciência da informação e documentação” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 198). Wersig é um representante ilustre da concepção alemã da ciência da informação. Segundo López Yepes (1995, p. 198-201), o teórico alemão defende que a ciência da informação tem uma responsabilidade social e que não se deve deixar guiar apenas pelo aspecto tecnológico do processamento da informação e, por isso, sugere uma sociologia da informação, embasada em considerações que dizem respeito à informática soviética, por esta ser concebida como uma ciência social. Abre um espaço para poder observar os aspectos sociais da informação, além de declarar a existência de um sujeito e seu contexto no processo de informação. É a descoberta do usuário da informação e das suas relações de influência.

A discussão a respeito da informação e documentação já se encaminhava na Alemanha por volta de 1968, instigada pelos trabalhos de Koblitz (apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 198-204, ver notas do autor). Koblitz define ciência da informação e documentação em trabalho datado de 1975. Segundo o autor, a ciência da informação e documentação é um

[...] campo de atividades na informação social organizada, cujo propósito é cooperar na eficaz coordenação de contatos informativos e comunicativos entre as pessoas no seio da sociedade humana e cujas tarefas específicas são proporcionar informação de alta qualidade a todos os usuários potenciais, informando-os acerca de novos conhecimentos, experiências, conceitos, conjeturas, teorias, hipóteses, previsões e etc., de todas as esferas da atividade humana, sobre a base de análise das necessidades dos usuários na informação documental, assim como, o oportuno planejamento de informação e métodos eficientes para a produção, armazenagem, recuperação e disseminação de informação documental de natureza analítica e sintética. (KOBBLITZ apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 203-204).

Com base nas perspectivas da *informatika* e da *informations-und dokumnetationswissenschaft*, entende-se que a ciência da informação desenvolveu-se de forma particular nesses países (URSS e Alemanha), confirmando a existência de iniciativas nacionais para o desenvolvimento do campo. Pode-se afirmar que a ciência da informação tornou-se diferente da proposta inicial aventada nas discussões do *Georgia Tech*, em 1961-1962, quando comparada à institucionalização que se processou nestes países. Como visto, esforços semelhantes já estavam sendo empreendidos desde 1940, na URSS. A discussão desse conjunto especial de atividades científicas organizadas sob o nome “ciência da informação” recebeu contribuições do mais alto nível provenientes de outros países, as quais vieram agregar-se ao progresso do campo.

A ciência da informação, conhecida assim, tem origem nos Estados Unidos, mas isso não significa que os conhecimentos produzidos sobre os processos da informação tenham, neste país, sua única fonte, tendo-se em vista as próprias contribuições de Mikhailov e colaboradores, na URSS, e de Wersig e Koblitz, na Alemanha. A origem e desenvolvimento da ciência da informação nos Estados Unidos e da informática na URSS, representaram a constante exigência por informação científica e tecnológica, decorrente de um estágio específico do desenvolvimento científico e tecnológico desses países.

Nessa mesma direção, López Yepes (1995) rediscute a história da ciência da informação levando em conta as contribuições provenientes dos países centrais no curso da institucionalização da ciência da informação, não se restringindo à perspectiva anglo-

americana, tal como é levada a cabo principalmente pela ciência da informação estadunidense. López Yepes (1995) revela, com isso, os contextos particulares que determinaram o desenvolvimento e as idéias de ciência da informação.

Esse autor relaciona os discursos da história da ciência da informação considerando as diversas perspectivas existentes, ou seja, os pontos de vista a respeito da ciência da informação, conforme a posição de grupos e/ou conjuntos de autores localizados em países específicos e filiados a categorias profissionais que - supõe-se - encontram na ciência da informação uma sistematização teórica mais avantajada e um meio de aperfeiçoamento da prática profissional. Por exemplo, a ciência da informação, sob o ponto de vista da biblioteconomia ou de autores ligados à categoria profissional bibliotecária, origina-se da biblioteconomia (a partir da elaboração e do trabalho de bibliografia) e apresenta-se no mesmo nível da ciência da informação, em uma relação de justaposição, tendo como um dos seus mais renomados defensores Jesse Shera.

Com esse argumento, López Yepes (1995) evidencia as nuances presentes nos conceitos que não poderiam ser percebidas analisando-se apenas um conjunto de definições aceitas por uma das áreas isoladas: biblioteconomia, documentação ou ciência da informação. O autor agrupa as definições relativas à documentação (que podem ser comparadas às definições dadas à ciência da informação) em dois tipos: “1) Definições em relação à biblioteconomia, 2) Definições sem relação com a Biblioteconomia. As primeiras podem ser: a) Definições globais ou de superposição; b) Definições paralelas ou de justaposição e, c) Definições subordinadas ou de sub-posição.” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 104). Desse modo, uma definição, como a de biblioteconomia fornecida por Shera (1980) privilegia e favorece a biblioteconomia em relação à documentação (na definição em posição subalterna) e à ciência da informação (em condição justaposta).

Nessa tipologia, um caso de superposição da documentação em relação à biblioteconomia está presente na documentação francesa, representado por Suzanne Briet. Para Briet (apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 140), “[...] a Documentação é um segmento da cultura, mas inclui o domínio bibliotecário; o bibliotecário é um caso particular do documentalista [...]”. A documentação incluiria a biblioteconomia como uma de suas manifestações ou aplicações, sem a qual o bibliotecário não desenvolveria plenamente seu trabalho.

As definições que não se relacionam à biblioteconomia se caracterizam por proporem autonomia e independência, seja por parte da documentação seja da ciência da informação. De qualquer modo, deve-se salientar que as comparações entre as definições explicitam relações de poder no interior das categorias profissionais e dos campos científicos, na medida em que são construídos por grupos com interesses próprios ou particulares.

3.1.3 De 1950 a 1980: o continuum da institucionalização

O conjunto dos congressos e conferências que se sucederam desde meados da década de 1940 estimulou a formação de um campo que ficaria conhecido como ciência da informação. Nesses espaços de discussão, foram propostas as primeiras características e o tipo de pesquisa que o campo estaria apto a realizar: teórica e aplicada, bem como o perfil dos profissionais e cientistas envolvidos nas atividades de pesquisa da ciência da informação.

Mesmo depois da síntese da questão da ciência da informação, empreendida por Borko (2001), o entendimento do que era a ciência da informação e do que faziam seus profissionais e pesquisadores permaneceu em aberto. Nos Estados Unidos, a ciência da informação foi considerada por diversas formas e assimilada por várias definições.

Com efeito, *Information Science* seria considerada, de acordo com as distintas escolas norte-americanas que a praticam: 1) Como Informática ou ciência do tratamento automático da informação; 2) Como informação da ciência (*Science Information*) e neste sentido, sinônimo de Ciência da Documentação; 3) Como teoria da comunicação; 4) Como a atividade de organização dos sistemas de informação em um campo específico; 5) Como disciplina, em suma, dotada de objeto, métodos e campo de ação próprios. (YOVITS, 1969 apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 171).

A ciência da informação poderia ser compreendida, também, como um conjunto de atividades e de estudos científicos com uma delimitação ainda difícil de se precisar na década de 1960. Data dessa época, o alargamento da discussão dos objetos ou dos tópicos que serviriam de objetos para a ciência da informação. Segundo López Yepes (1995, p. 167), os conceitos de dado, informação e conhecimento aplicados à ciência da informação são da década de 1960. Para o autor, conhecimento são dados avaliados; informação é o processo que ocorre na mente humana, utilizando por sua vez os dados para resolução de um problema específico. Os estudos dessa trilogia, no processo informativo, iniciaram-se nessa mesma década, mas seriam mais intensos em 1990.

Os eventos ocorridos nas décadas de 1950 e 1960, que, por sua vez, funcionaram como instâncias deliberativas da composição de discursos e das visões de mundo oficiais da ciência da informação, receberam o apoio de outras instituições através das associações profissionais, com destaque para o financiamento do governo estadunidense para a realização dos congressos e conferências que buscavam soluções para o problema do excesso de informação. As conferências com essa finalidade, como visto, vieram a se intensificar nas décadas subseqüentes à publicação do artigo de Bush.

Para ilustrar alguns aspectos da institucionalização da ciência da informação no período compreendido de 1950 a 1980, serão apresentados nesta seção alguns fatos da inserção da ciência da informação nos cursos de graduação das faculdades e escolas dos Estados Unidos, em virtude de o modelo de ensino estadunidense ter influenciado – em muitos casos – a adoção da concepção de ciência de informação em outros países. Essa

reconstrução possibilita pôr em prática a análise das configurações sociais da ciência da informação que serviram de base para os discursos correntes no presente momento (2005).

A delimitação do campo, que veio a se denominar mais amplamente na década de 1960 como ciência da informação, começou pelo menos uma década antes. As décadas de 1950 e 1960 são marcadas pelo primeiro esboço do objeto da ciência da informação, isto é, a recuperação da informação (*Information Retrieval*). A recuperação da informação, em consequência da preocupação com a solução dos problemas gerados pela explosão da informação, assim apontados por Bush (1945), é, pode-se dizer, o primeiro tópico de pesquisa em ciência da informação. As pesquisas em recuperação automática de informações versavam linguagens apropriadas para a indexação dos conteúdos existentes nos sistemas e serviços de recuperação de informação.

A recuperação da informação foi estabelecida no início da década de 1950. Segundo Saracevic (1999, p. 1057), foi Calvin Mooers quem cunhou o termo *Information Retrieval*, em 1951. Antes até do aparecimento da expressão “ciência da informação”, para designar as atividades que eram desenvolvidas neste campo, utilizava-se “recuperação da informação”, que representou os ideais de pesquisa, de tratamento e de busca automática da informação.

A orientação básica do campo foi dirigida aos problemas de Relevância e Efetividade em comunicação. Nessa década, a criança batizada em 1950 como “Recuperação da informação” por Calvin Mooers, tornou-se em 1960 um ‘monstro’, basicamente por devorar cada vez maiores verbas governamentais. (SARACEVIC, 1978, p. 4).

Nesse período, as pesquisas em recuperação da informação eram custeadas, prioritariamente, pelo governo estadunidense. O governo dos Estados Unidos dispôs de suporte financeiro ao desenvolvimento da ciência da informação, via agências governamentais (SARACEVIC, 1999, p. 1053). Esse vínculo proporcionou à ciência da informação, certamente, uma dependência no que se refere às sugestões dos assuntos para pesquisa.

Durante os anos de 1950 e boa parte da década de 1960, as pesquisas foram financiadas essencialmente pelo governo estadunidense, o que acarretou dificuldades para a ciência da informação e seus pesquisadores, pois, eles dependiam de uma demanda para pesquisar, e esta era sugerida pelo Estado. Dentro dessa estrutura social, a ciência da informação não pôde ser considerada autônoma ou relativamente livre de pressões governamentais (se é que isto seria possível). Supõe-se que, desde sua organização, ela foi considerada como um campo estratégico, sendo utilizada para fins determinados pelo Estado.

Ainda na mesma década, a ciência da informação se desenvolveu científica e profissionalmente com o auxílio da recuperação da informação. Os sistemas de recuperação da informação ofereciam serviços ao governo e ao comércio (SARACEVIC, 1978, p. 4). Em 1960 cresceu o papel do Estado como financiador das pesquisas da ciência da informação (SARACEVIC, 1978, 1999) e aumentou o número de cursos na área.

Também se verificou a discussão da educação em ciência da informação pelas sociedades profissionais e científicas, tais como: ASIS, ALA, *Association for Computing Machinery* (ACM) e SLA (SARACEVIC, 1978, p. 5). Um resultado dessas discussões foi a realização das conferências do *Georgia Institute of Technology* e suas propostas para a criação de novos cursos. As associações profissionais e sociedades científicas desempenharam e desempenham uma função estruturante na constituição e organização da ciência da informação.

Tratando-se do aparecimento da ciência da informação nos círculos acadêmicos, nos Estados Unidos as correntes do ensino da ciência da informação dividem-se em duas: a primeira centrada nos sistemas computacionais, ligada ao *Special Interest Group on Information Retrieval* (SIGIR) da ACM e, a segunda, centrada no usuário, com base na ASIS (SARACEVIC, 1999, p. 1057). As duas correntes têm propostas educacionais diferenciadas uma da outra e são orientadas para objetivos quase opostos. Devido à natureza

das duas associações (ACM e ASIS), torna-se mais claro o relacionamento estreito da ciência da informação com a ciência da computação e a documentação.

Influências desse tipo tornaram-se mais perceptíveis na introdução da ciência da informação nos currículos acadêmicos. A forma como se deu a inserção da ciência da informação na academia definiu muito seu escopo, estatuto científico e espaço de atuação profissional. Inicialmente, a ciência da informação parece ter conquistado espaço, tanto como subdisciplina quanto como linha de pesquisa em programas de pós-graduação vinculados a escolas de biblioteconomia e ciência da computação.

Imagina-se que, em consequência disso, tenha sido retardado seu processo de autonomia científica e, mesmo na atualidade (2005), permanece a dificuldade em se estabelecer como campo que possui uma unidade ou núcleo de conhecimento científico discernível de outros campos correlacionados. No nível profissional, também deixou de se afirmar como categoria profissional com práticas discerníveis das de bibliotecários e cientistas da computação, por exemplo.

No caso brasileiro, constata-se que os profissionais formados em ciência da informação (em sua maioria em nível de pós-graduação) não são credenciados por associações ou conselhos profissionais constituídos de profissionais específicos em ciência da informação. Dessa forma, a estratégia para a expansão do campo da ciência da informação parece ter sido a de associar-se a outros campos para, com o passar do tempo, tornar-se influente a ponto de constituir instituições e concepções próprias capazes de assegurar o seu desenvolvimento.

A década de 1970 propiciou grandes transformações para a ciência da informação, principalmente nos Estados Unidos. O setor privado passa a investir mais na área e outros espaços de atuação foram abertos para os profissionais e pesquisadores em ciência da

informação. Há uma abertura maior do escopo da ciência da informação e sistemas e centros de informação são encontrados em setores não-governamentais (SARACEVIC, 1978, p. 5).

Conforme Saracevic (1978), os novos serviços de informação requerem profissionais da ciência da informação. Tais serviços estão relacionados à produção de bases de dados e serviços *on-line*, os quais favoreceram a formação de uma indústria da informação.

As pesquisas científicas começam a diminuir nas universidades e o trabalho de ciência da informação se aplica a uma diversidade de espaços, como indústrias e empresas. A característica principal da ciência da informação, na década de 1960, foi a pesquisa atrelada à prática profissional e, em 1970, com a redução dessas pesquisas, configura-se um novo estágio do desenvolvimento do campo, calcado no aumento quantitativo de profissionais. Saracevic (1978, p. 6) afirma que, na década de 1970, houve: o aumento de cursos acadêmicos e de programas direcionados à ciência da informação; o envolvimento íntimo desses cursos com o currículo de biblioteconomia, principalmente nos tópicos: automação de bibliotecas, redes de informação e serviços *on-line*; o aparecimento de programas de doutoramento em biblioteconomia e ciência da informação (termos utilizados conjuntamente) e; a intensa relação entre ensino e pesquisa na prática profissional atenua-se, característica que marcou a ciência da informação desde a década de 1950, com pesquisas em recuperação da informação.

A inserção da ciência da informação na academia deu-se, obviamente, por intermédio dos cursos já estabelecidos nos centros universitários. Supõe-se que esses cursos estruturados aproveitaram o surgimento de novas técnicas de processamento da informação e de novas teorias e métodos da ciência da informação, gerados para o trabalho com a informação. Dentre os cursos que se beneficiaram da ciência da informação, destacam-se: a biblioteconomia e a ciência da computação, que parecem ter sido as áreas que se aproximaram melhor do conhecimento gerado na ciência da informação. Relatos históricos dessas áreas,

conforme assinalados na perspectiva de López Yepes (1995), propõem que a ciência da informação provém dos esforços de pesquisadores e profissionais congregados nestes campos, tanto da biblioteconomia quanto da ciência da computação, em menor medida.

Dessa forma, segundo Saracevic (1978, p. 6-7), cursos de ciência da informação estavam sendo oferecidos nos Estados Unidos, em primeiro lugar, nas escolas de biblioteconomia e, em segundo lugar, em cursos de departamentos de ciência da computação. Em terceiro lugar, estavam sendo ofertados em escolas de comércio e gerência e, em quarto, estavam as escolas independentes de ciência da informação, mas com poucas incidências (SARACEVIC, 1978, p. 6-7). Casos mais raros citados pelo autor são as escolas por assunto, em que a ciência da informação está condicionada a uma área científica ou técnica, por exemplo, química, medicina, farmácia e engenharia. Nessas escolas são ministrados cursos de tratamento da informação nos referidos assuntos.

Eyre (1995) destaca que muitas escolas de biblioteconomia trocaram o seu nome para Estudos de Informação, Ciência da Informação, Estudos de Comunicação e Gestão da Informação. Saracevic (1978, p. 7) também observa na década de 1970 o seguinte fenômeno:

A Ciência da Informação não está sendo absorvida por estas várias escolas e departamentos; ao contrário, algo diferente está acontecendo. Escolas de Biblioteconomia costumavam ser Escolas de Biblioteconomia, agora, em número crescente, estão se transformando em Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, ou de Serviços de Informação ou variações em números crescentes; diretores de escolas de Biblioteconomia são cientistas da informação ou perto de serem; departamentos de computação eram departamentos de computação, agora são departamentos de Computação e Ciência (ou Ciências) da Informação, Escolas de Administração estão se orientando, em número crescente, para informação ou processo de informação.

O que se conclui, a partir da exposição de Saracevic, é a evidente hegemonia de áreas mais poderosas ou desenvolvidas sobre a ciência da informação. A relação da ciência da informação com a biblioteconomia, a administração e a computação não foi e não é tão fortuita como parece. Essas áreas são formadas por grupos que souberam se

avantajar das teorias aplicadas ao tratamento da informação (recuperação da informação, estruturação de serviços de recuperação da informação etc.). Sabendo que o conhecimento dessa natureza teria que ser implementado, colocado em prática e reproduzido, necessitou-se de espaços acadêmicos para o repasse destes conhecimentos, no caso, os departamentos e escolas já estruturados, conforme já havia sido sugerido no *Georgia Tech*.

Além disso, deve-se salientar que a observação anterior, feita por Saracevic (1978, p. 7), ilustra o posicionamento de um pesquisador, para quem pareceu incompreensível que a ciência da informação – como ciência autônoma – pudesse receber tal apropriação e vínculo institucional.

A proliferação de cursos de ciência da informação não significou enriquecimento teórico. Saracevic (1978) assinala que as pesquisas diminuíram nas universidades, em detrimento dos novos espaços de atuação dos profissionais em ciência da informação. A ciência da informação pouco se desenvolveu como campo autônomo, ficando apenas como linha de pesquisa em programas de pós-graduação, e foi abrigada pelas áreas: biblioteconomia, ciência da computação e administração, como registrado anteriormente. Esse modelo de relação institucional é adotado por muitos países, mais ou menos como padrão. Neste caso, pode-se citar o Brasil, onde diversas escolas dispõem de programas de pós-graduação em ciência da informação, mas que historicamente foram concebidas como escolas e departamentos de biblioteconomia.

A arquivologia e a museologia, como campos determinantes no desenvolvimento da ciência da informação, se vistas a partir da documentação, não são mencionadas nos trabalhos de Saracevic (1978, 1979, 1995, 1996, 1999) por exemplo. Esse é um dos aspectos significativos do ponto de vista que defende uma ciência da informação autônoma, nascida após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e sem o relacionamento genético com a biblioteconomia ou mesmo com a documentação, e muito menos ainda com a

arquivologia e a museologia. Tudo indica que a aproximação a estes campos foi concebida de forma intencional, provocada pelas ações de harmonização curricular.

Nessa perspectiva, referenciam-se pouco outras disciplinas como possíveis raízes da ciência da informação, a não ser a ciência da computação, a cibernética, a teoria dos sistemas e a teoria matemática da informação. Segundo esse ponto de vista, a recuperação da informação é concebida como a primeira preocupação de pesquisa ou núcleo propriamente de ciência da informação (SARACEVIC, 1996).

Em síntese, pode se dizer que a ciência da informação não possuía um domínio científico e uma jurisdição profissional próprios. Um dos motivos que contribuíram para isso, é a diversidade de formações acadêmicas dos profissionais que impera na ciência da informação. Possivelmente, essa característica descende do perfil dos documentalistas. Nesse sentido, a ciência da informação dependeu de outros campos já consolidados para se estabelecer nos currículos e se desenvolver. A biblioteconomia, a ciência da computação e a administração, entre outras áreas, conforme observado, influenciaram sobremaneira o que se considera ciência da informação na atualidade (2005).

Além disso, nos Estados Unidos somente com o advento de forças interessadas na informação (setor privado), é que as pesquisas deixaram um pouco de ser financiadas pelo governo e passaram a receber investimentos das indústrias para a construção de centros e sistemas de informação especializada. É, principalmente, devido ao conceito de recuperação da informação que a indústria da informação emergiu e se ampliou, por volta da década de 1970.

Na década de 1970, foi reconhecida como preocupação teórica o conceito de usuário, sendo trabalhado com mais ênfase do que antes. Percebeu-se que o sujeito é o centro do processo dos sistemas de recuperação de informação e que a informação, gerada pelos

sistemas de informação, obrigatoriamente, recebe sentido e significado do usuário, pois é este quem avalia sua relevância. Em resumo, o objetivo é entender o usuário para servi-lo melhor.

No final dessa mesma década, Saracevic (1978, p. 11) expôs a carência de estudos básicos em educação em ciência da informação, de instituições para reconhecê-la, da importância da educação sustentada por uma sociedade profissional e científica e da expansão dessa educação, além da necessária independência dos departamentos em ciência da informação.

Isso pode ser interpretado como tentativa explícita de alavancar a autonomização da ciência da informação, muito prejudicada pelo modo como se deram seus vínculos institucionais com escolas e associações de outros campos. Acredita-se que ações desse tipo foram tolhidas pela maneira como se procedeu à institucionalização do saber científico e profissional do campo. Este processo, em certa medida, determinou as regras para a produção de conhecimento científico a partir do ponto de vista das áreas já existentes (biblioteconomia, principalmente) que eram e são concorrentes e, lidavam e lidam com o tratamento e processamento da informação e dos documentos.

Passada mais de uma década, desde as definições pioneiras, muito havia mudado em relação ao contexto que deu origem à definição de ciência da informação proposta por Boroko, em 1968. Além disso, constatou-se pelos relatos que no contexto da década de 1960 o papel do governo estadunidense no fortalecimento e incentivo da pesquisa em ciência da informação, característica dos primórdios da ciência da informação, foi evidente e decisivo.

A ciência da informação não conseguiu articular-se sem colaborações externas, seja pelo controle dos governos dos países desenvolvidos, seja pelas ações de órgãos multilaterais, em especial, a Unesco. Nesse sentido, o objeto e o foco das pesquisas em ciência da informação permaneceram centrados nos processos de informação no âmbito

científico e, somente aos poucos passaram a considerar os processos e fluxos da informação na indústria.

Ainda assim, segundo Yovits (1969 apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 171), entendiam-se por ciência da informação muitas coisas, o que dava vantagens à teorização soviética na delimitação do objeto desse campo (informação científica) em considerar a informática como disciplina, e não como uma ciência autônoma e já estruturada.

A ciência da informação acabou sendo integrada pelas escolas e departamentos que, até hoje, são consagrados como espaços oficiais para o estudo, ensino e pesquisa em ciência da informação. As jurisdições de bibliotecários, administradores e cientistas da computação foram expandidas pelos grupos que resolveram incluir as técnicas e o conhecimento da ciência da informação via seus cursos e currículos, fortalecendo a subordinação da ciência da informação a estas áreas. Com isso, foi forçada uma interlocução entre pesquisadores e renomearam-se temas de pesquisas tradicionalmente considerados como da biblioteconomia ou da ciência da computação, podendo ser chamados de temas legítimos da ciência da informação.

A institucionalização da ciência da informação indica sua dependência em relação aos mecanismos financiadores, aos agentes externos à sua produção do conhecimento científico e às práticas dos profissionais do campo. Os profissionais relacionados à ciência da informação serão matéria de discussão em uma seção posterior (ver página 158). Entretanto, as ações desses agentes influenciaram a ciência da informação em sua constituição e representatividade junto à sociedade. As escolas, as associações profissionais e científicas participam de uma função comum: contar uma história oficial, legitimar politicamente seu poder e proteger o monopólio do conhecimento adquirido pelo campo em questão.

Quando se trata da ciência da informação, a referência não é feita apenas às atividades científicas em busca de um conhecimento mais próximo da realidade estudada: é

interessante examinar também as disputas em um dado campo ou entre as áreas que influenciaram de forma fundamental a determinação do que será reproduzido oficialmente como científico no campo.

Como visto, uma idéia de ciência da informação autônoma e - acredita-se - livre de pressões externas diretas, provenientes de outros campos, não era tão consistente em meados da década de 1970, como defendem alguns autores (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Nem mesmo a ciência da informação poderia contemplar todos os aspectos do tratamento e recuperação da informação, pois seu escopo e espaço de intervenção prática eram ainda reduzidos a laboratórios, centros e sistemas de recuperação da informação em indústrias e empresas estatais. Acredita-se que a preocupação com a autonomia veio se concretizar depois da década de 1970, e ainda é discutível esta noção, devido ao fato de sua sólida imbricação com a biblioteconomia e ciência da computação, além de outros campos. Isto é claro, se se pensar em termos de uma ciência clássica.

A título de exemplo, nos Estados Unidos, conforme menciona Saracevic (1999, p. 1061), as escolas que oferecem formação em ciência da informação são duas como já esboçado. Segundo o autor, essas escolas ou departamentos se estruturam a partir de dois modelos: um da biblioteconomia e outro da ciência da computação. Jesse Shera representou o primeiro modelo. Para ele, a ciência da informação é uma especialidade da biblioteconomia. A influência de Shera no currículo é sentida na inclusão da ciência da informação como uma especialidade na forma de disciplinas. Gerard Salton (1927-1995), pioneiro na incorporação da pesquisa em recuperação da informação, foi quem propôs o segundo modelo de ensino de ciência da informação nos Estados Unidos. Esse modelo está ligado estreitamente à pesquisa e é usado na ciência da computação. Tanto o primeiro quanto o segundo modelos ganharam muitos adeptos e segmentaram o ensino de ciência da informação, nos Estados Unidos.

Ainda, segundo Saracevic (1999, p. 1061), o sistema ou o modelo de Shera incluiu a ciência da informação como um apêndice da educação em biblioteconomia e, para o modelo de Salton, embasado na recuperação da informação, ciência da informação é uma especialidade na educação de ciência da computação. Como registrado anteriormente, esses modelos operam de modo independente e são assessorados principalmente pela ALA, pelo lado da biblioteconomia, e pela ACM, pelo lado da ciência da computação. Essa independência e distanciamento entre os modelos de formação implementados nos Estados Unidos também podem ser encontrados em outros países, em maior medida nos cursos e escolas relacionados à biblioteconomia e, em um menor grau, mas nem por isso irrelevante, no ensino de ciência da computação.

A influência da indústria na ciência da informação também ocorreu na década de 1970. Nesses anos, houve o aumento quantitativo no número de cursos de ciência da informação nas universidades, além dos centros de informação começarem a se instalar nas indústrias. Conforme Windsor (1999, p. 1064), além da origem acadêmica e governamental, a atual ASIST tem fortes raízes nas necessidades industriais, no momento em que as bibliotecas e os bibliotecários começaram a ser inadequados para a demanda de informação existente. Áreas como química, biologia, física e engenharia possuíam alguns de seus profissionais vinculados ao ADI e, em meados dos anos 1960, o termo “documentação” alcançou reconhecido prestígio (WINDSOR, 1999, p. 1064-1065).

A demanda por informação da *Federal Food and Drug Administration* (FDA), dos Estados Unidos, exigiu profissionais para o tratamento da informação na indústria (WINDSOR, 1999, p. 1064). Esses centros de informação nas indústrias indexavam, resumiam, estocavam, recuperavam e faziam a disseminação seletiva da informação; buscavam literatura e editavam documentos da companhia a que estavam vinculados e, os que

se ocupavam ou estavam empregados nestas funções eram cientistas e não bibliotecários (WINDSOR, 1999, p. 1064).

Para compreender melhor a evolução do pensamento da ciência da informação no período de 1950 a 1980, tomou-se como base os paradigmas contemporâneos da ciência da informação propostos por Capurro (2003), a saber: paradigma físico, paradigma cognitivo e paradigma social. Esses paradigmas orientaram e orientam, em certa medida, as preocupações teóricas e se manifestam nas pesquisas do campo da ciência da informação nos últimos 50 (cinquenta) anos. Em cada paradigma se encerra um conceito de ciência da informação, de seu objeto de estudo, e orientação filosófica.

Para Capurro (2003), o paradigma físico baseia-se na existência de um objeto físico que é transferido, do emissor para o receptor, por meio de um canal. A fundamentação desse paradigma está alicerçada nas obras de Wiener e Shannon, e o período compreendido neste paradigma, é de 1945 a 1960. Informação, nesse contexto, deve ser assimilada como sinal que é transmitido de um lado a outro de um sistema (CAPURRO, 2003). É nesse paradigma que se inserem o conceito e as práticas da recuperação da informação. A informação é coisa (tangível) que pode ser medida e quantificada. Segundo Capurro (2003), esse paradigma exclui o usuário do processo de informação, pois está ligado à redução da incerteza segundo o ponto de vista do sistema de informação.

Saracevic (1999), discursando a respeito dessa fase do desenvolvimento da ciência da informação, trata do sentido estrito atribuído ao conceito de informação que vigorou na época: a informação é considerada em termos de sinais ou mensagens e, em geral, se preocupa pouco ou nada com o processamento cognitivo do usuário da informação.

Vale ressaltar que, no paradigma físico, inscrevem-se muitos conceitos e concepções dos sistemas de informação, bem como da própria noção de informação. Pode-se acrescentar que esse paradigma ainda está presente nos dias atuais (2005) em muitos serviços

de informação, sustentado por argumentos de vários profissionais referentes à necessidade de processar a maior quantidade de sinais em menor tempo e com o menor custo e para o maior número de usuários possível. Nesse sentido, Capurro (2003) conclui que os pressupostos epistemológicos trazem conseqüências à concepção, ao uso e à pesquisa científica em sistemas de informação.

Segundo Capurro (2003), o paradigma designado de cognitivo foi influenciado por Karl Popper, no modelo proposto por Brookes. Explica o autor que o terceiro mundo de Popper é o mundo do conhecimento objetivo, lugar das teorias científicas. O usuário é sujeito conhecedor e usa seus modelos mentais no processo de recepção da informação, que pode ser alterada, neste processo, para emergir para outro estágio de conhecimento. “A teoria dos modelos mentais tem tido impacto no estudo e na concepção de sistemas de recuperação da informação [...]” (CAPURRO, 2003). Capurro (2003) complementa ilustrando os autores atuantes dentro desse paradigma: Brookes, Belkin, Ingwersen, Vakkari e Wersig. Principalmente Belkin, pois trata do estado anômalo do conhecimento, em que a informação tem por natureza o objetivo de transformar a estrutura do conhecimento existente (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 184).

Uma das críticas ao modelo de transferência e assimilação da informação concebido nesse paradigma, é que o sujeito (usuário) é percebido pelo sistema, entretanto têm-se como prioridades seus modelos mentais, reduzindo o estudo da manifestação do fenômeno global à categorização psicológica. O conhecimento é abordado sem as eventuais conexões sociais do sujeito e de seu grupo. Trata-se do sujeito do processo como destituído de razões situacionais e contextuais que influenciam e determinam a busca da informação, ou do conhecimento. Na realidade, o sujeito não é levado em conta, são os modelos mentais que constituem o foco das pesquisas nesse paradigma; o estado destes modelos e como podem ser alterados para que o sujeito adquira um conhecimento mais “evoluído” ou elaborado.

Saracevic (1999) mostra, mas não utilizando a designação “paradigma”, que a informação começa a ser assimilada em um segundo momento no seu envolvimento com o processo cognitivo e de compreensão de textos pela mente humana: “Informação é aquela que afeta ou transforma o estado da mente.” (SARACEVIC, 1999, p. 1054). No paradigma cognitivo considera-se a informação como entidade separada do usuário e este como deslocado do contexto de criação de significado, não se referindo aos sistemas social e material essenciais para a existência humana.

Com efeito, o reducionismo dos paradigmas físico e cognitivo é matéria de críticas realizadas pelos que simpatizam, aceitam ou defendem um ponto de vista mais abrangente, intitulado paradigma social. Segundo Capurro (2003), o paradigma social recebe influência de diversos filósofos: Wittgenstein, Heidegger e Foucault. Para o autor,

Birger Hjørland desenvolveu, junto com Hanne Albrechtsen [...] um paradigma social-epistemológico chamado “domain analysis” no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas (“discourse communities”), ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna. Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo. (CAPURRO, 2003).

Capurro (2003) ainda destaca os autores envolvidos com esse paradigma: Frohmann, Shera, Hjørland, Albrechtsen, Capurro, Kuhlen, Brier, que se embasam na semiótica, no construtivismo, na cibernética de segunda ordem e na hermenêutica.

No paradigma social, “[...] o trabalho de informação é um trabalho de contextualizar ou recontextualizar praticamente o conhecimento.” (CAPURRO, 2003). Nesse sentido, a informação é tratada levando-se em conta seu contexto, e envolve os sujeitos produtores da informação. A informação não está relacionada tão-somente a sinais ou mensagens codificadas, nem apenas a processos cognitivos, mas também, e necessariamente, a um contexto de enunciação, situações e propósitos (SARACEVIC, 1999, p. 1054).

De acordo com as considerações de Saracevic (1999), a definição de informação entendida a partir do paradigma social, abrange as definições de informação anteriormente citadas pelo autor. Supõe-se que, rumo a uma compreensão mais ampla do fenômeno da transferência da informação. Isso, por um lado, amplia o compromisso da ciência da informação na tentativa de abarcar a informação em outros espaços e, por outros aspectos, que não apenas o relacionado ao setor científico e tecnológico e, por outro lado, não deixa de caracterizá-la segundo critérios de medição, quantificação e avaliação da eficiência dos serviços de recuperação de informação. A concepção de eficiência na transferência de sinais coube, principalmente, aos defensores do paradigma físico, e, pode-se dizer, é uma das suas preocupações.

Os três paradigmas estabelecem intersecção e constantemente influenciam a concepção dos sistemas e serviços de informação. Por exemplo, um sistema de informação visa compreender as necessidades da informação dos usuários (aspecto social) e saber como processam a informação (aspecto cognitivo), mas não pode perder de vista o requisito de eficiência do sistema e de produtividade deste na disponibilização da informação, isto é, da maior quantidade de informação (aspecto físico), contextualizada (aspecto social) e compreendida de forma efetiva pelo usuário (aspecto cognitivo). Pode-se afirmar que o centro de atenção da ciência da informação está se deslocando para o sujeito e o seu contexto, mas sem perder de vista a eficiência do processo.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1 que resume os pressupostos dos paradigmas contemporâneos da ciência da informação, segundo Capurro (2003).

Períodos	Síntese
Paradigma Físico	A tecnologia da informação e a recuperação da informação são apresentadas como núcleos de pesquisa em ciência da informação. Toma-se como base a existência de um objeto físico que deve ser transferido, do emissor para o receptor, por meio de um canal. Principais teóricos: Bush e Moores.
Paradigma Cognitivo	O usuário é visto como um sujeito conhecedor, que usa seus modelos mentais no processo de recepção da informação. A informação, por sua vez, pode ser alterada, para atingir um outro estágio de conhecimento mais evoluído. Principais teóricos: Brookes, Belkin, Ingwersen, Vakkari, Wersig etc.
Paradigma Social	Ênfase nos aspectos sociais da ação da informação na sociedade. As intenções e as comunidades de discurso são levadas em conta para a transmissão da informação. Principais teóricos: Frohmann, Shera, Hjørland, Albrechtsen, Capurro, Kuhlen, Brier etc.

Quadro 1: Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação

Continuando os apontamentos relativos à década de 1970, reconhece-se que o usuário começa a ser incluído nos estudos de informação e, para interpretar e compreender suas ações, necessita-se de ciências que não as consideradas como ciências duras, que já contribuíram significativamente na construção dos sistemas automáticos de recuperação de informação (CARDOSO, 1996, p. 74).

As ciências humanas e sociais aproximaram-se da ciência da informação nesse período. Contribuíram para conhecer as expectativas dos usuários; entretanto, o efeito da introdução dessas ciências só foi reconhecidamente percebido com o paradigma social, em meados da década de 1980.

Desde o início dos anos de 1980, a administração vem aos poucos sendo incluída como elo básico da ciência da informação (SARACEVIC, 1996, p. 47). Isso possibilitou a abertura de novas temáticas de pesquisa e demandas por novos perfis profissionais. Discute-se, desde então, a gestão dos recursos informacionais.

Na década de 1980, destacaram-se os estudos de gestão da informação. López Yepes (1995, p. 189) pontua que a constituição dessa nova disciplina começou a partir

da troca de denominação da ASLIB, passando a se chamar *The Association for Information Management*, e da criação do *International Journal of Information Management*, em 1981. O objeto do estudo da *Information Management* é denominado *Information Management System*, e informação, neste contexto, é um recurso econômico das organizações, um bem econômico, fator de produção e uma espécie de capital (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 191).

Um dos aspectos da gestão da informação, segundo Cronin (apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 193-194), é gerir o recurso de maneira eficaz, o que não se distancia da característica especificada anteriormente da concepção produtivista em que se firmou a ciência da informação. Além disso, é apontada a necessidade de um novo profissional para dirigir as organizações, o profissional da informação e da documentação. Essa tendência influencia, até os dias de hoje (2005), as pesquisas em ciência da informação, tornando-se tema recorrente de muitas pesquisas e estabelecendo-se na condição de parte do núcleo do campo.

Por fim, vale salientar que a ciência da informação nos Estados Unidos respondeu aos interesses do Estado. Isto quer dizer que a agenda de pesquisa era decidida levando-se em consideração investimentos e prazos. O desenvolvimento da indústria da informação acompanhou um recuo da quantidade de pesquisa em ciência da informação nas universidades estadunidenses e um aumento no número de cursos e programas de estudos. O *Georgia Tech* e Taylor elaboraram os dois primeiros cursos de ciência da informação. Isso demonstra a influência das conferências e das instituições que as organizaram, na condição de comissões executivas e deliberativas, em proveito da constituição da ciência da informação. Na década de 1970, foi descoberto o usuário e a partir desse momento é possível referir-se aos estudos sociais na ciência da informação (ARAÚJO, 2003, p. 22). Recentemente, entre os anos 1980 e 2000, houve a ampliação da compreensão do campo, destacando a pertinência do

contexto social das ações de informação (SARACEVIC, 1999; CAPURRO, 2003), além da progressiva preocupação com a gestão da informação.

3.1.4 Discussões recentes

Além da proposição dos paradigmas contemporâneos da ciência da informação, destacam-se como acontecimentos relevantes na década de 1990 e início da seguinte a realização de fóruns de debate com o objetivo explícito de discutir os aspectos epistemológicos da ciência da informação; a abertura de outras áreas de estudo em que a ciência da informação pôde fazer parte e a intensificação dos estudos que seguem uma vertente social tratando de mudanças cultural e social da sociedade e as ações da informação. Esses fatos não abrangem a totalidade dos acontecimentos necessários para que se possa compreender a condição atual da ciência da informação ou todas as discussões mais recentes a respeito do campo, representam apenas algumas indicações que se consideraram relevantes.

Com o aumento das discussões e debates a respeito das idéias da ciência da informação em fóruns deliberativos, como congressos e conferências pioneiras para a fundação e expansão do campo, tornou-se patente a necessidade de repensar as questões teóricas e conceituais da ciência da informação sobre as quais se baseia a produção do conhecimento científico na ciência da informação. Uma apresentação mais detalhada desses eventos pode ser encontrada em Robredo (2003a). Para ilustrar essa ampliação das discussões em torno da temática, enumeram-se alguns congressos e conferências (ver Quadro 2):

Ano	Eventos
1991	Realizado na Universidade de Tampere, Finlândia, a 1ª edição da <i>International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS1)</i> . Destaque para os trabalhos de Saracevic, Wersig e Capurro.
1994	Criada, em 1994, a Organização <i>Foundations of Information Science (FIS)</i> , por Pedro C. Marijuán da Universidade de Zaragoza, Espanha. Neste mesmo ano se realizou, em Madrid, a <i>First Conference on the Foundations of Information Science (FIS94)</i> .
1996	Em maio de 1996, foi realizada na Universidade de Tecnologia de Viena a <i>Second Conference on the Foundations of Information Science (FIS96)</i> , sob o título: A busca de uma teoria unificada da informação.
1996	Realizou-se em Copenhague, Dinamarca, a 2ª <i>International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS2)</i> , sob os auspícios da Royal School of Biblioteconomy.
1996	Em outubro de 1996, foi realizada, em Baltimore, Estados Unidos, a reunião anual da ASIST, com o título <i>Global Complexity: information, chaos and control</i> .
1998	Em dezembro de 1998, foi realizada a <i>Virtual Conference on the Foundations of Information Science (FIS98)</i> , via Internet.
1999	A 3ª <i>International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS3)</i> , foi realizada em Dubrovnik, Croácia, no Inter-University Centre.
1999	Reunião anual da ASIST, realizada em Washington, Estados Unidos, com o título <i>Knowledge, Creation, Organization and Use</i> .
2002	Conferência eletrônica sobre os Fundamentos da Ciência da Informação (<i>FIS2002</i>), sob o patrocínio da associação <i>Foundations of Information Science</i> . Tema: natureza da informação: conceitos, falsos conceitos e paradoxos.
2002	Reunião anual da ASIST, realizada em novembro de 2002, Filadélfia, Estados Unidos, com o tema: <i>Information, Connections, and Community</i> .
2002	A 4ª <i>International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS4)</i> , realizada na Universidade de Washington, Estados Unidos.

Quadro 2: Eventos Recentes em Ciência da Informação

Fonte: Compilado de Robredo (2003a) e da American Society for Information Science & Technology (2005).

Esses eventos trataram basicamente de definir a abrangência e o conceito de informação e de ciência da informação. Viabilizaram espaços de discussão sobre a compreensão profissional e científica vigente a respeito do campo da ciência da informação, determinando sua história, sob a forma de estudos específicos, que discorreram sobre sua evolução no campo, delineando paradigmas, conceitos e escolas de pensamento que influenciam e influenciaram a construção teórica da ciência da informação.

Por exemplo, da primeira *International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS1)* são enfaticamente destacados os trabalhos de Saracevic, relativos à origem e às relações da ciência da informação e o de Wersig, referente à ciência da informação enquanto ciência pós-moderna orientada para a solução de problemas, muitos dos quais causados pelas ciências clássicas (modernas). Ambos os trabalhos

alcançaram reconhecimento internacional e foram publicados posteriormente em revistas especializadas em ciência da informação.

Novas áreas aproximaram-se da ciência da informação ou constituíram-se a partir dela. Dentre essas, pode-se destacar a recente gestão do conhecimento, que surgiu nos anos de 1990, tornando-se um ramo de pesquisa, geração e aplicação de conhecimento e informação. A informação empresarial, voltada para o bom desempenho do negócio da empresa e os processos de gestão da informação e gestão do conhecimento são equivalentes, em importância, na década de 1990, em relação à informação científica e tecnológica predominante nas décadas 1950 e 1960. Tal comparação é utilizada apenas a título de exemplo.

Esse fenômeno mostra a alteração do foco das pesquisas com o passar das décadas, levando-se em conta as mudanças econômicas, sociais e políticas da sociedade.

Na década de 90, porém, presenciamos a emergência de novas estratégias, que se caracterizam por não ser nem explicativas (como as de orientação nomológica) nem interpretativas ou descritivas (como as de orientação histórico-antropológicas), mas são da ordem da construção, da modelagem e da intervenção, e que se orientam à formulação de modelos e algoritmos (conheço aquilo acerca do qual conheço o algoritmo de sua produção). Com diferentes registros, utilizam-se destas estratégias a inteligência artificial, a gestão do conhecimento, a vigilância tecnológica. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 12).

Ainda, segundo González de Gómez (2001, p. 12), esses novos saberes especializados, que têm por objeto o conhecimento, subentende-se que existem dois tipos de sujeitos: o sujeito alienado e o sujeito intencional. O primeiro está disposto a cooperar com seu conhecimento e o segundo, trabalha na administração do metaconhecimento do sujeito alienado.

Essa tendência se sustenta na concepção do sistema produtivo, em que o conhecimento é julgado fundamental para a inovação de produtos, bens e/ou serviços. A informação, nesse contexto, é insumo que, bem aplicado, gera o conhecimento. Conhecimento e informação, por sua vez, unem-se para apoiar o desenvolvimento de uma nova sociedade,

chamada de pós-industrial, que se caracteriza por ser flexível e instável, valorizar a criatividade, a estética e a qualidade de vida (DE MASI, 2003; DRUCKER, 1993).

Outro adjetivo para pós-industrial é pós-moderno, mas não utilizado no mesmo sentido, enfatizando as mudanças culturais característicos da sociedade atual. Os discursos contemporâneos julgados como da pós-modernidade influenciam os autores da ciência da informação, principalmente, em suas tentativas de ambientar a ciência da informação nessa “nova sociedade”.

A vertente social que observa o contexto sociocultural das práticas de informação rediscute a definição de ciência da informação, sugerindo também possíveis ciências e disciplinas com as quais o campo deve necessariamente relacionar-se. As ciências humanas e sociais são as eleitas para fundamentar as teorias da ciência da informação nessa nova orientação. Estudos e reflexões dessa natureza são desenvolvidos com o intuito de resgatar as referências à sociedade e ao contexto social do usuário, de que também faz parte a ciência da informação.

No Brasil, os questionamentos a respeito da inclusão da ciência da informação nas ciências humanas e sociais são aspectos da discussão de Queirós (1999) e outros autores (CARVALHO, 1999; LOUREIRO, 1999; NETTO, 1999) que colaboraram com a elaboração da coletânea, *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*, publicada em 1999.

Queirós (1999) busca, em primeiro lugar, sintetizar o conhecimento de pensadores que construíram o arcabouço teórico das ciências humanas e sociais para, então, tratar da interdisciplinaridade na ciência da informação e da informação na sociedade. Conclui que a ciência da informação não é ciência, é apenas um saber humano, o que equivaleria a um espaço de produção de conhecimento organizado concernente à informação. Procurando

responder à principal questão de seu capítulo (será a ciência da informação uma ciência humana ou social?), o autor chega a seguinte conclusão:

À luz de nossas leituras e de nossas reflexões, responderíamos tal indagação da seguinte forma: a Ciência da Informação não é uma ciência, mas sim um saber humano e social. Vale ressaltar que o saber pode ser entendido como a produção e organização de nosso conhecimento, e que, ao ser exteriorizado e trocado com outros indivíduos, gera um novo saber ou, no mínimo, ratifica o antigo saber, reforçando-o. (QUEIRÓS, 1999, p. 48).

Nessa mesma direção, Carvalho (1999) explora o pressuposto de que a ciência da informação tem uma natureza interdisciplinar e social, pois faz interface com as ciências sociais, além de dar conta de um fenômeno social, o da informação, que, conseqüentemente, requer várias abordagens. Orientado, substancialmente, pelos autores Santos e Wersig, Carvalho (1999, p. 58-60) conclui que a ciência da informação é interdisciplinar por natureza, insere-se plenamente no contexto das ciências sociais, orienta-se por problemas e deve ser considerada como uma ciência nova ou pós-moderna.

Em outro capítulo dessa coletânea, Loureiro (1999), após sintetizar os debates mais freqüentes da ciência da informação e analisar o entendimento do que seriam as ciências sociais e as ciências humanas, conclui, afrontando os autores citados anteriormente, que a ciência da informação é uma ciência regida por um paradigma diferente do das ciências humanas e sociais e, não se define a partir dessas ciências, pois “[...] a Ciência da Informação, dadas suas características intrínsecas, não se configuraria como parte das Ciências Sociais e Humanas, e, por conseguinte, do quadro das ciências tradicionais [...]” (LOUREIRO, 1999, p. 74). Também, nota-se que o autor toma, como base da justificação de suas idéias, os argumentos de Wersig a respeito da ciência da informação enquanto ciência pós-moderna.

Com um objetivo similar ao de Loureiro (1999), Silva (1999) esforçou-se por caracterizar a ciência da informação segundo o paradigma emergente, constante nas ciências não-convencionais. Esse paradigma não é excludente, como o paradigma das ciências duras, ele apóia-se na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade e não procura se opor ao

conhecimento proclamado válido para o senso comum, além de outras características. Para Silva (1999, p. 102), no paradigma emergente o conhecimento é total e local; o texto científico é transdisciplinar e interdisciplinar; o conhecimento científico visa o senso comum e o autoconhecimento; existe nele também a criação de contextos persuasivos e a promoção da situação comunicativa; o conhecimento científico natural é também científico social; e a pluralidade metodológica e a migração de conceitos e teorias são incentivadas. É nesse paradigma que atua a ciência da informação e, para demonstrar a presença de tal paradigma no campo, a autora apresenta a diversidade de conteúdos das várias definições de ciência da informação.

Netto (1999) também contribuiu para esta discussão, indicando qual o escopo da ciência da informação, seguindo a nova orientação que os autores anteriores trataram de reforçar. “A Ciência da Informação, portanto, seria aquela disciplina científica voltada para o estudo da informação em suas diferentes manifestações e fenômenos, no interior do social, por meio da interface com diferentes campos e domínios do saber [...]” (NETTO, 1999, p. 138).

Esses esforços significam, no âmbito brasileiro e no que tange o paradigma social proposto por Capurro (2003), em nível internacional, uma ênfase às questões sociais das ações de informação. Esses estudos tratam de definir a informação e estudá-la, a partir das práticas dos sujeitos, do contexto da produção da informação e de validação do significado. Outros autores também demonstram essa inclinação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; MARTELETO, 2002; ARAÚJO, 2003).

Parece que esses teóricos sentem que a ciência da informação, para se afirmar como ciência, ainda em busca de autonomia científica e reconhecimento social, necessita de abordagens mais abrangentes para compreender a realidade social que envolve a

informação, os sujeitos que enunciam os discursos e os que participam das práticas de produção, acesso e uso da informação.

Por um lado, a ciência da informação aproxima-se de ciências como sociologia, antropologia, filosofia e história. Isso significa um maior aprofundamento da questão do fenômeno da informação enquanto fenômeno social e humano, tendo seu significado produzido e obtido segundo os agentes sociais. Além disso, temas como “exclusão ao acesso à informação” e “políticas de informação” figuram em estudos dessa ordem; por exemplo, os estudos e reflexões que versam sobre a sociedade da informação, no Brasil e a desigualdade no acesso às redes de informação. Por outro lado, supervalorizar as noções atraentes da compreensão pós-moderna da sociedade e do conhecimento produzido pelos agentes sociais, aceitando uma suposta revolução dos processos produtivos, proporcionada pela tecnologia da informação como consequência natural do projeto moderno de industrialização, além da fragmentação do tecido social, pode encobrir ou redimensionar questões relevantes, já extensamente debatidas em épocas passadas, tais como a intenção das organizações privadas em obter mais lucros e as relações de poder entre os grupos dominantes na sociedade.

O paradigma social, conforme defendido por Capurro (2003) e teorizado por outros autores, principalmente Ørom (2000) e Hjørland (2000), justifica-se segundo as considerações do conjunto de autores citados anteriormente. Contudo, esse aspecto não pode ser confirmado com unanimidade. Os textos que trazem reflexões a respeito da denominação e da orientação teórica da ciência da informação no Brasil ainda são poucos em número, principalmente os que intentam resgatar o discurso hegemônico dos construtores efetivos do campo.

Esses foram os três pontos que se acredita serem relevantes, mas não os únicos nem os principais que contribuíram para a estruturação da ciência da informação na década de 1990.

3.2 Relações da Ciência da Informação

A ciência da informação, a documentação e a biblioteconomia são produtos das ações humanas, e cada grupo de teóricos que as delimita e as cerca, para compreendê-las, manifesta uma visão particular do mundo. A documentação contou com a participação efetiva de profissionais de vários campos do saber. Essa característica parece que foi passada para a ciência da informação que, com o surgimento das técnicas de computação, começou a desenvolver pesquisas com profissionais ligados ao campo da computação e engenharia de telecomunicação.

A biblioteconomia e a documentação não foram as únicas que contribuíram com a ciência da informação como elementos constitutivos de seu núcleo. Relações históricas com alguns outros campos de produção de conhecimento e de práticas profissionais caracterizam a ciência da informação. Para Saracevic (1995, 1996, 1999), existe uma natureza interdisciplinar na ciência da informação.

Nesta seção expor-se-ão sucintamente alguns pontos referenciais dos relacionamentos da ciência da informação. Antes, porém, deve-se definir o conceito de interdisciplinaridade sob o qual se está trabalhando. Nesse sentido, recorre-se ao conceito de Japiassú e Marcondes (1996, p. 145). Para esses autores, interdisciplinaridade é a interação que ocorre entre disciplinas, a qual pode ser desde a simples comunicação de idéias, conceitos e resultados de pesquisa até a integração das terminologias, metodologias e teorias. Subentende-se que essa interação seja de mão dupla, ou seja, que tanto uma quanto a outra disciplina possam oferecer algum conhecimento próprio para poder negociar na relação.

Pinheiro (2002, p. 63) ressalta que a “[...] própria origem da Ciência da Informação, estreita e profundamente relacionada à sua natureza interdisciplinar e complexidade de seu objeto (informação), é questão arduamente debatida na literatura estrangeira e comporta múltiplos enfoques.” A questão interdisciplinar constitui um elemento importante para a construção das metodologias e para a explicação dos fenômenos na forma de teorias. Sendo assim, a ciência da informação, bem como a da comunicação, recorre a um ponto de vista interdisciplinar, dialogando com outros domínios do conhecimento para a construção de metodologias, definição dos seus fundamentos científicos e das suas bases epistemológicas (PAIVA, 2002, p. 170).

Como se pôde observar anteriormente, para a formação da ciência da informação foi necessário o auxílio de outros campos de produção de conhecimento, por exemplo, a biblioteconomia, que conta com a história mais antiga, se comparada à da ciência da informação, que sob este título é bem recente. Pode-se dizer que as funções exercidas pelos bibliotecários iniciaram dentro de bibliotecas e podem ser verificadas pelas atividades de desenvolvimento de coleções, incluindo seleção e aquisição, classificação, catalogação, referência (atendimento), pesquisa em sistemas de recuperação de informação, administração e gerência (planejamento, estudo e educação de usuário e outras) (DIAS, 2000, p. 71).

A ciência da informação estabelece uma relação profunda com a biblioteconomia. Basicamente, esses dois campos podem ter definições muito parecidas, se considerar-se que o foco e a definição das duas áreas é a organização, o armazenamento, a busca e a recuperação da informação - informação produzida e disseminada por várias ciências e em espaços sociais. Esta proposta é defendida pelos autores Shera (1980, p. 97) e Barbosa et al. (2000, p. 88).

Outra forma de compreender a relação entre biblioteconomia e ciência da informação se dá pelos elementos distintivos de cada um dos campos. Essa visão é explicitada

por Saracevic (1996, p. 49), autor de uma das principais contribuições a este respeito. Para o referido autor, a biblioteconomia é apenas uma das áreas que contribuem com teorias e técnicas para o trabalho de pesquisa em informação, e o ponto comum das duas áreas é o papel social desempenhado, ou seja, promover a utilização efetiva dos registros gráficos do conhecimento. A distinção entre esses dois campos é justificada pelo fato de as suas agendas de pesquisa serem diferentes, pois os temas de pesquisas da ciência da informação divergem em seu conteúdo dos tópicos investigados pela biblioteconomia (SARACEVIC, 1996, p. 49). Entretanto, salienta-se que a institucionalização da ciência da informação foi um processo que dependeu em grande medida das escolas de biblioteconomia, como reconheceu Saracevic em trabalho de 1978.

Para Le Coadic (1996, p. 14-15), a biblioteconomia é a prática de organização da biblioteca e responde pelos problemas referentes ao acervo (formação, desenvolvimento, classificação, catalogação, conservação), à biblioteca como um serviço organizado (regulamentos, contabilidade e mobiliário) e aos usuários (legislação dos deveres do pessoal e do público, acesso ao acervo e empréstimo). Definições desse tipo tendem a fortalecer uma visão reduzida e retrógrada da biblioteconomia, muito diferente da defendida por Barbosa et al. (2000).

A compreensão de Barbosa et al. (2000) sobre a biblioteconomia reflete a necessidade de ampliar o leque de opções de trabalho para os profissionais formados nesta área. Nesse sentido, a teorização proposta pelos autores serve como suporte de estratégias de reconhecimento social e garantia de espaços de atuação profissionais. Os autores defendem que

[...] na atualidade, a biblioteconomia lida com a informação em diferentes contextos e não apenas com livros no ambiente biblioteca. Assim, o termo biblioteconomia remete a uma imagem inadequada de seu objeto de estudo e de sua relação com o mercado de trabalho, não destacando o quão importante é um nome como símbolo de determinada instituição. (BARBOSA et al., 2000, p. 88).

Esse argumento ilustra a influência do objeto de pesquisa e trabalho considerado da ciência da informação na biblioteconomia, presumindo que este objeto seja a informação, segundo muitas indicações encontradas na literatura (LE COADIC, 1996, p. 21; KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 10; ROBREDO, 2003a, p. 103; PINHEIRO, 2004). Nessa perspectiva, a biblioteconomia relaciona-se às disciplinas que embasam teórica e conceitualmente e interagem com a ciência da informação (administração, economia, informática, lingüística etc.). Por exemplo, desde antes da criação do primeiro mestrado em ciência da informação, no Brasil, existe a preocupação de bibliotecários de levar a cabo as atividades que demandam controle, organização e disseminação da informação científica, tecnológica e empresarial. Considerando-se o processo de inserção da ciência da informação no campo profissional e acadêmico, o fato representa a mútua interseção das áreas, quase como uma conseqüência natural do modo como se procedeu à institucionalização da ciência da informação.

A biblioteconomia possui uma história que não se pode desconhecer. Essa história influencia e molda a concepção que a sociedade tem da profissão de bibliotecário e da instituição onde atua esse profissional. Em comparação com a recente ciência da informação, pode-se dizer que a biblioteconomia não descende nem está subordinada à ciência da informação. Se julgada por sua história, a ciência da informação deve ser interpretada como um campo que se desenvolveu a partir de condições estruturais específicas, contando com a ajuda efetiva de agentes institucionais (Estados, associações, escolas).

De um lado, a ciência da informação foi construída como um campo estratégico para o controle (etapa essencial do processo de disseminação padronizada dos conteúdos informacionais) da informação científica e tecnológica das Nações-estado desenvolvidas. Por outro lado, a biblioteconomia desenvolveu-se distintamente no desenrolar da ação humana até o final do século XIX, quando da constituição oficial da documentação.

De forma geral, cada campo correlacionado com a ciência da informação estabelece, em maior ou menor grau, influência sobre seus tópicos de estudo. Tanto a ciência da informação quanto a biblioteconomia buscam em outros campos do conhecimento teorias e técnicas que supram suas necessidades e solucionem seus problemas práticos.

Como afirmam Mostafa, Lima e Maranon (1992, p. 216), “Sociologia e Psicologia são as duas áreas de conhecimento em que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação vão buscar referencial não só teórico, mas também prático para realizar algumas de suas descobertas.” Por exemplo, a biblioteconomia e a ciência da informação retiram da sociologia o quadro teórico funcionalista, e da psicologia trazem a experimentação científica de que necessitam, fornecida pela abordagem comportamental-behaviorista. A primeira ciência é utilizada para o estudo e a compreensão das instituições de informação e, a segunda, para a análise dos usuários da informação, suas necessidades e desejos.

O conjunto de disciplinas que estabelece relações interdisciplinares com a ciência da informação é demonstrado com algumas distinções, variando conforme o ponto de vista de cada autor que, certamente, está de acordo com a experiência profissional e acadêmica possibilitada em seus países de origem (ver Quadro 3).

Teóricos	Disciplinas e/ou ciências
Le Coadic (1996) (França)	psicologia, lingüística, sociologia, antropologia, informática, matemática, lógica, estatística, economia, direito, política, eletrônica e telecomunicações, filosofia, epistemologia e história.
Saracevic (1996) (Estados Unidos)	biblioteconomia, ciência da computação, ciências cognitivas e comunicação.
Hjørland (2000) (Dinamarca)	ciência da computação, comunicação, epistemologia, lingüística, matemática e estatística, psicologia e ciência cognitiva, estudos da ciência, semântica, semiótica, sociologia etc.
Pinheiro e Loureiro (1995) (Brasil)	biblioteconomia, arquivologia, museologia, informática, administração, estatística, economia, comunicação, jornalismo científico, história da ciência, filosofia da ciência, filosofia, epistemologia, antropologia, sociologia, educação, história, sociologia da ciência, lingüística, psicologia e matemática.

Quadro 3: Relações Interdisciplinares da Ciência da Informação

Os poucos autores relacionados nesse quadro destacam as disciplinas e/ou ciências que estabelecem relações com a ciência da informação. O detalhe é que não se estabelece consenso quanto às disciplinas listadas. Isso indica a divergência entre os pontos de vista das escolas de ciência da informação às quais estão vinculados os autores em seus respectivos países de origem: França, Estados Unidos, Dinamarca e Brasil. O que parece ser comum entre as listas das ciências correlacionadas é a menção da ciência da computação e/ou informática. Esse quadro também esclarece o exposto anteriormente sobre a inviabilidade de se proporem definições transnacionais de ciência da informação e a tentativa de determinar noções gerais para um campo, por meio de prováveis relações interdisciplinares. O processo histórico da instalação da ciência da informação, nos diferentes países, determina o conteúdo de suas relações interdisciplinares.

A ciência da computação é considerada aqui como um “[...] estudo sistemático de processos algorítmicos que descrevem e transferem informação: sua teoria, análise, projeto, eficiência, implementação e aplicação. A questão fundamental de toda a computação é: ‘O que pode ser (eficientemente) automatizado?’” (DENNING et al. apud FERNEDA, 2003, p. 10). Esse campo contribui para o desenvolvimento da ciência da informação, principalmente no que tange à recuperação automática da informação, assunto tratado anteriormente. No processo de recuperação da informação revocam-se dados, que, não obstante, podem ter uma estreita relação com a informação buscada pelo usuário do sistema.

Saracevic, depois de publicar alguns artigos (1995, 1996) argumentando a respeito da interdisciplinaridade como característica essencial da ciência da informação, a ponto de ser determinante para sua natureza, chega à conclusão, em um artigo de 1999, de que as duas áreas de maior intersecção com a ciência da informação são a biblioteconomia e a ciência da computação. Como visto, esses dois campos foram e ainda são os mais receptivos

aos conhecimentos produzidos e identificados sob a rubrica “ciência da informação”, principalmente nos Estados Unidos.

Muito próxima da biblioteconomia, mas para muitos autores, entre eles Silva e Ribeiro (2002), Robredo (2003a) e Shera (1980), a última etapa antes da formação da ciência da informação propriamente dita, está a documentação que iniciou o processo de ruptura com a concepção custodial, patrimonialista, historicista presente nas instituições que organizam o conhecimento registrado na última década do século XIX. Os dados referentes à documentação já foram apresentados brevemente em seção anterior e por isso, não serão mencionados detalhadamente aqui.

Entretanto, os esforços concentrados na documentação não foram reconhecidos unanimemente. Para Shera (1980, p. 91), Otlet e La Fontaine “[...] não fizeram mais do que atualizar e dar novo impulso a um movimento que datava pelo menos da época de Johann Trithem e Konrad Gesner.” Desse modo, Shera não reconhece a autenticidade do trabalho desenvolvido pelos pioneiros da documentação, apontando outros esforços relativos à bibliografia como os realmente inovadores. Segundo Shera (1980, p. 91), o que fizeram esses pioneiros foi tirar as técnicas e as estratégias de tratamento do conhecimento registrado já existentes na biblioteconomia, pegando de empréstimo estas e melhorando-as. Esse argumento – de que a documentação tomou de empréstimo as técnicas da biblioteconomia tradicional e as melhoraram – encontra em Dias (2000) um apoio para a defesa da biblioteconomia contra a insurgente documentação e, subseqüentemente, a ciência da informação.

Parece que, como forma de diminuir as tensões causadas pela nova abordagem fornecida pela documentação, relativa ao tratamento do conhecimento registrado, Shera (1980, p. 98) considera a documentação como “[...] simplesmente uma forma ou aspecto da Biblioteconomia [...]”. Em outras palavras, a documentação é uma face

especializada da biblioteconomia, o que remete às análises de López Yepes (1995), que sugere a existência de definições condicionadas às posições: superior, inferior e justaposta, estabelecendo as relações da documentação com as áreas correlatas. O ponto de vista de Shera (1980) parte da superioridade da biblioteconomia em detrimento da documentação e da ciência da informação.

Ficou ainda por ser examinado, com mais profundidade no trabalho de Shera (1980), o papel desempenhado por Otlet e La Fontaine na construção de uma nova concepção de biblioteca, arquivo e museu, além de não se acentuar a importância da disseminação dos documentos à humanidade. A generalidade com que Otlet entendeu o documento extrapolou a concepção de livro, vigente na época, e de sua função na sociedade, ou seja, viabilizar a geração de novos conhecimentos. As afirmações de Shera (1980) são abertamente comprometidas com o ideal da biblioteconomia concebida em sentido amplo, traçando seu escopo a partir do problema humano, tão geral quanto o problema de controle do conhecimento.

Nesse sentido, considera a biblioteconomia uma ciência abrangente, como o conceito de ciência da informação pode suscitar.

Segundo Shera (1980, p. 97):

Para compreender esta nova relação, tem-se que procurar primeiro qual é a natureza da Biblioteconomia. No sentido geral da palavra, ela própria considerada como atividade profissional, compreende o conjunto de organismos, operações técnicas e princípios que dão aos documentos gráficos o máximo de utilidade humanamente possível, ou seja, a utilidade social máxima em benefício da humanidade.

Os aspectos práticos e, principalmente, o produtivismo, são evidenciados na proposição “máximo de utilidade humanamente possível” dos registros gráficos para um público indiferenciado. Essa lógica apareceu na primeira definição de ciência da informação elaborada no *Georgia Tech*, no início da década de 1960; manifestou-se também na definição de Borko, em 1968 e, muitas vezes, é expressão constante nas definições da ciência da

informação e da biblioteconomia, conforme se pode verificar na definição de Shera (1977, p. 11; 1980, p. 97). Presume-se que esse produtivismo representa a existência de uma visão da realidade que orienta teorias e conceitos no âmbito científico e influencia decisões e práticas específicas, no aspecto profissional.

A perspectiva de Shera não é a única aceitável no tratamento das relações da ciência da informação, na medida em que a definição da natureza da biblioteconomia bem como da documentação variam conforme as posições aceitas pelos autores e, principalmente, em relação à época em que é realizada a reflexão a respeito da natureza da biblioteconomia.

Isso também é devido aos avanços tecnológicos e às mudanças culturais da sociedade, que estimulam a transformação das áreas científicas e espaços de atuação profissionais para se alinharem à nova ordem social. Os discursos referentes às delimitações de uma ciência e de um conjunto de atividades profissionais, sendo construções humanas que objetivam representar a realidade, variam com o passar do tempo. Por exemplo, Souza (1986a, p. 191) pontua que, se fosse mudar o nome da biblioteconomia, poderia chamá-la de informatologia, informologia ou ciência da informação, propondo à biblioteconomia um caráter multidisciplinar e metacientífico, além de a informação ser considerada seu objeto.

Além da biblioteconomia, diversos campos estão imbricados consciência da informação. É o caso da arquivologia ou arquivística. Diferentemente da biblioteconomia e principalmente da ciência da informação, a arquivologia ainda não se assentou no discurso científico que prioriza a informação como objeto de estudo (FONSECA, 2002, p. 103). A arquivologia relaciona-se à ciência da informação em virtude de vários acontecimentos históricos, e porque, em alguns países, o conceito de ciência da informação comporta os debates da arquivologia e dos arquivistas. Além disso, uma corrente contemporânea no interior da arquivologia tende a viabilizar a aproximação da arquivologia e da ciência da informação.

Para Jardim (1998), quando se alude à arquivologia, “Estamos nos referindo a um campo de conhecimento ainda por se consolidar – no que diz respeito à sua configuração como disciplina científica – não apenas no Brasil, como no âmbito da comunidade internacional.” Diz o autor que a arquivologia encontra na documentação, na biblioteconomia, na ciência da informação, na antropologia, na sociologia, na lingüística, na história e na administração as suas relações interdisciplinares. O profissional desse campo é o arquivista, aquele sujeito que intervém no arquivo segundo uma certa abordagem teórica chamada de arquivologia (JARDIM, 1998). Mas é interessante saber em que momento precisamente a arquivologia encurtou as distâncias rumo à ciência da informação? Tentar-se-á esclarecer essa questão a seguir.

Segundo Jardim e Fonseca (1992, p. 33-35), os grandes marcos históricos que influenciaram os desdobramentos teóricos, técnicos, práticos e conceituais dos arquivos foram os seguintes:

- 1) criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, que recolhia os documentos produzidos pela administração pública; o Estado francês, pela primeira vez, reconhece sua responsabilidade sobre os documentos passados e os que são produzidos;
- 2) proclamação e reconhecimento público do acesso aos arquivos como direito público: são constituídas as primeiras correntes orientadoras do desenvolvimento arquivístico do século XIX e da primeira metade do século XX;
- 3) Em 1821, a instituição, na França, da *École Nationale de Chartes* que consolida a arquivística como ciência auxiliar da história, que se caracteriza pela formação de arquivistas-paleógrafos, marcados por um certo eruditismo;

- 4) Em 1841, a proposta do princípio da proveniência, pelo arquivista francês Natalis de Wailly; é um princípio teórico que consta, até hoje, na arquivística; os documentos são analisados e classificados segundo sua origem;
- 5) Em 1940, a racionalização dos arquivos da Administração Pública, por comissões do governo dos Estados Unidos e do Canadá;
- 6) Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o desenvolvimento da teoria da gestão de documentos, aproximando a arquivística da administração geral; e
- 7) Na segunda metade do século XX, a aproximação definitiva da arquivologia com a administração, visando a economia e a eficácia das etapas de produção, utilização, conservação e destinação dos documentos de arquivo.

A arquivologia relacionou-se com a administração, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e aproximou-se da ciência da informação, abordando questões ligadas à gestão de documentos e às tecnologias de processamento de informação. Nesse sentido, distancia-se drasticamente da sua matriz custodial e historicista, pelo menos para a perspectiva da corrente que se desenvolve na arquivologia, representada pela evolução da arquivologia norte-americana (Estados Unidos e Canadá).

Não obstante, nem por tudo isso a arquivologia comporta, em toda sua extensão, os objetivos da ciência da informação, o que pode ser verificado pela ênfase da arquivologia na memória social que possui o documento. Desse modo, a arquivologia estaria imbricada com a história e a paleografia. Segundo Le Coadic (1996, p. 14, ver notas de rodapé do autor), a arquivística (ou arquivologia) é a “[...] disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a conservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição

ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos.”

Silva e Ribeiro (2002) adotam uma posição diversa. Discorrem a favor da transdisciplinaridade entre arquivística e ciência da informação, comportando assim mais do que a troca de teorias, conceitos e abordagens. Talvez porque em Portugal (país de origem dos autores) a arquivologia esteja respaldando o conceito de ciência da informação. Em outros países, esta relação pode se mostrar mais tênue, ou até incompatível.

A arquivologia acentuou seu processo de integração à ciência da informação na década de 1970, quando se iniciou o movimento de reunião das questões da informação e harmonização curricular das áreas ligadas à informação, como consequência que afetou a constituição destes cursos de formação acadêmica em muitos países em desenvolvimento, além de gerar muitos debates decorrentes dessa integração.

Segundo Silva e Ribeiro (2002, p. 137), a Unesco, em 1974, seguindo o modelo americano, começou incentivar a harmonização das formações na área de informação, culminando no colóquio realizado em Londres, Inglaterra, em 1987, organizado pela *International Federation of Library Associations* (IFLA), FID e Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Financiado pela própria Unesco, o colóquio originou-se da conferência dos Sistemas Nacionais de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), em Paris, em 1974, com o objetivo de promover encontros internacionais alinhados à padronização de programas de ensino acadêmico. Nessa ocasião, a Unesco encomendou estudos que diagnosticaram a situação dos programas de formação existentes e comprovaram a evidente “marginalização” da arquivologia (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 139).

Com essa política, a Unesco regulou as ações de formação para que as respectivas instituições de ensino e governos nacionais se empenhassem em aproximar os diferentes campos. Mais uma vez, as instituições funcionaram como definidoras dos

propósitos e do escopo da ciência da informação, bem como dos campos que a ela deveriam estar relacionados. Da mesma forma que as conferências e congressos funcionaram como instâncias deliberativas para definição dos temas gerais de discussão da ciência da informação (pesquisa, trabalho e ensino) e as Nações-estado como financiadoras e, por isso, definidoras dos objetivos das pesquisas da área, a Unesco trabalhou, em nível mundial, no agenciamento das relações que devem existir entre a ciência da informação e as áreas consideradas correlatas (arquivologia, biblioteconomia, documentação e museologia), para que pudesse impulsionar o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico dos países em desenvolvimento.

A concepção harmoniosa e integrada da informação da Unesco está detalhada no trabalho de Carneiro (1977) e, também se concretiza na proposta dos cursos da Escola de Biblioteconomia e de Ciências da Informação da Universidade de Montreal, Canadá (ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 1989).

O movimento de integração curricular, mais do que harmonização das especialidades, parece ter diminuído sua influência, no final da década de 1980, pelo menos para a arquivologia. “No caso da Arquivística parece mesmo que a tendência para a harmonização se atenuou em finais da década de 1980, surgindo uma corrente defensora da autonomia disciplinar e da procura da identidade profissional específica.” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 140). O termo “harmonização” não seria adequado, pois, em essência, a busca de uma harmonia entre os campos, primeiramente, teria que partir do consentimento dos participantes dos campos envolvidos, e não das instâncias superiores, segundo propostas impositivas, preocupadas, sobremaneira, com a otimização de recursos financeiros para a formação de recursos humanos da área de informação nos países em desenvolvimento.

As correntes da arquivologia são, basicamente, duas. Uma corrente, de literatura estadunidense e canadense, insiste na ruptura com a visão dos arquivos como

lugares apenas de memória. Essa corrente está nitidamente comprometida com as iniciativas de harmonização com a ciência da informação. Nela, considera-se que a memória, para ser ativada, depende dos lugares de memória, mas estes funcionando também como lugares de informação (JARDIM, 1998). A segunda corrente é caracterizada pela ótica da memória-arquivo. “Vale observar como ainda predomina no pensamento e práticas arquivísticas a associação imediata entre arquivos e memória. Com muita frequência, privilegia-se, nestes casos, a noção de memória como dado arqueologizável, coisa que se resgata, construção do arquivista.” (JARDIM, 1998).

Os objetivos da arquivologia situados pela corrente norte-americana, segundo Jardim (1998), aproximam-se aos da ciência da informação e, pode-se dizer que, em muitos casos, a arquivologia é reconhecida como uma das ciências da informação, fato esse que nem sempre constou nos propósitos da arquivologia e dos arquivos. Segundo a análise de Jardim (1998), os arquivos ainda respeitam a concepção da guarda, conservação, armazenamento e memória.

A esse respeito, as considerações de Otlet (1937) sobre os arquivos, os documentos e o papel dos seus profissionais entram em desacordo com o exposto por Jardim (1998), porque, a arquivologia não está totalmente envolvida com o ideário da documentação. Uma vez afastada da documentação, a arquivologia também estaria um pouco distante da ciência da informação.

Mesmo que aberturas estejam sendo construídas pela corrente norte-americana mediante a arquivologia integrada, abarcando as questões dos fundos do arquivo bem como o atendimento ao usuário, ideal que é concretizado pela Escola de Biblioteconomia e de Ciências da Informação da Universidade de Montreal, Canadá; outras concepções mais conservadoras de arquivologia ainda resistem e perduram, a exemplo da definição de arquivologia fornecida por Le Coadic (1996).

Acredita-se que, nas concepções que afetam os locais de aplicação das práticas da arquivologia, constam objetivos diferentes dos da documentação e da ciência da informação, tal como o acesso universal ao conhecimento. Isso pode ser verificado na história dos arquivos nacionais, destinados a cumprir certas funções de auxílio à pesquisa histórica. Estes não poderiam ser desenvolvidos sob as mentalidades encontradas em centros de documentação. A carga de atenção sobre a preservação da memória é proporcionalmente maior que a disponibilização e acesso aos documentos.

Em síntese, compreende-se que a tradição histórica, custodial e patrimonialista que envolveu e envolve as práticas realizadas nos arquivos bem como as primeiras experiências de formação de arquivistas, conforme demonstraram Silva e Ribeiro (2002), ainda é influente, haja vista as constatações de Jardim (1998), a respeito do predomínio da concepção arquivo-memória.

A arquivologia, desde a instalação da *École Nationale de Chartes*, foi entendida como ciência auxiliar da história e, com o passar do tempo, aproximou-se da administração e da ciência da informação. Mesmo assim, o reconhecimento da arquivologia como parte destes dois campos não se configura nas categorizações propostas pelas agências de fomento à pesquisa e avaliação, no caso específico do Brasil. Essas proposições geram atritos e discussões dentro da comunidade científica e entre seus integrantes e os instituidores das políticas de educação, ciência e tecnologia. Por exemplo, existe uma deficiência nas propostas governamentais de aproximação das áreas do conhecimento, a qual é de cunho teórico e histórico. As referências históricas e teóricas que possibilitariam aproximar, separar ou agrupar as áreas do conhecimento tais como ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia, não estão contempladas nos discursos que legitimam as políticas das agências brasileiras: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De modo específico, isso ocorre com a biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação no Brasil. Veja-se, por exemplo, a quantidade de artigos que rememoram os fundamentos das diversas áreas relacionadas e procuram conciliá-las às diretrizes do sistema de produção do conhecimento científico vigente. Assim, constata-se que nem sempre a literatura da ciência da informação fez alusão à arquivologia. Muitas vezes, esta foi excluída, indiferentemente, às vantagens acadêmicas e de reconhecimento social atribuídos ao título “ciência da informação”. A literatura clássica de ciência da informação não inclui a arquivologia em seus estudos (JARDIM; FONSECA, 1992, p. 40); e o desenvolvimento da ciência da informação exclui, nitidamente, os arquivistas, apesar de essa postura não ser enfatizada pela corrente avigorada pelos Estados Unidos e Canadá (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 135).

Essas discussões acerca das relações da ciência da informação com outras disciplinas, ciências e/ou campos são de fundamental importância para a reconstituição de alguns elementos da construção histórica deste campo no país.

3.3 A Ciência da Informação no Brasil

A ciência da informação, por intermédio das instituições profissionais e de outras naturezas, foi aos poucos se estruturando e se concretizando como idéia, sendo aceita como campo de ensino e pesquisa. Com a conscientização da noção de ciência da informação, efetivada nos congressos e conferências já citados, torná-la tangível para a sociedade passou a ser função das instituições mais ativas do campo.

O contexto da implementação das políticas científicas e tecnológicas financiadas pelo Estado propiciou o desenvolvimento e a institucionalização da ciência da informação; isto é, formava-se uma configuração social que serviu para estruturar a ciência da informação e ambientá-la junto à sociedade. Nesse contexto, tornava-se premente para os

propósitos científicos e tecnológicos dos países mais desenvolvidos, uma ciência específica para assessorar as outras na geração de produtos documentários, na busca e no acesso à informação especializada.

A crença de que o desenvolvimento científico está atrelado ao desenvolvimento econômico e social foi, e é muito comum entre os gestores de políticas públicas ligados à ciência e tecnologia e aos organismos multilaterais. É esse o entendimento geral do papel da ciência na sociedade. Faltava apenas gerenciar o conhecimento científico produzido, e, para isso, otimizar o acesso à informação científica, considerada insumo para a produção do conhecimento científico. Bush (1945) alertava a respeito da crescente massa de documentos resultante das pesquisas científicas, a qual haveria de ser tratada adequadamente. Esse conjunto de fatores, possibilitou o reconhecimento da importância da informação, além de ser estratégico para a criação da ciência da informação (PINHEIRO, 2000).

A via da institucionalização da ciência da informação seguiu influenciada por esta orientação geral, do papel da ciência na sociedade industrial. O Estado, como administrador e agenciador da ciência, controlador de sua produtividade, sugere os problemas de pesquisa, como foi emblemático nos Estados Unidos, segundo as considerações ressaltadas anteriormente neste capítulo. Além disso, deve-se frisar que a divisão do trabalho na pesquisa científica designou grupos de profissionais para buscar, tratar as informações e compilar a literatura científica, com o objetivo de servir de suporte para cientistas e tecnólogos.

Para se tornar presente em uma dada sociedade e receber a atribuição de assessorar o controle e disseminação da informação científica, a ciência da informação teve que contar com mecanismos sociais que foram imprescindíveis para sua institucionalização. Podem-se citar as ações que fizeram parte do processo de institucionalização da ciência da informação, sem a pretensão de ser abrangente, como sendo: 1) o reconhecimento, por parte dos pares e dos gestores, da existência de um campo potencial de pesquisa, principalmente se

a ciência da qual se trata, nasce no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que a preocupação com a gestão da ciência é constante; 2) a percepção de um conjunto de problemas que pode ser solucionado ou estudado, com apoio dos novos conhecimentos, os quais podem ser gerados neste campo; 3) a formação e a reprodução dos quadros de profissionais e cientistas, instalando-se cursos e departamentos de ensino técnico, acadêmico e de pós-graduação que possam preparar especialistas para futura expansão do campo; 4) a abertura de espaços e dispositivos de troca de idéias e experiências e de divulgação dos conhecimentos científicos produzidos no campo, o que pode ser viabilizado pelos eventos próprios e revistas de circulação corrente e de âmbito nacional e internacional e; 5) a afirmação das identidades e das memórias dos profissionais e cientistas do campo, buscando tópicos comuns e elaborando uma história própria que se diferencia das de outras ciências, até mesmo procurando refletir a respeito da natureza do campo científico e propor a justificação de sua relevância para a sociedade. Essa última ação enfatiza as iniciativas para representar a realidade social por meio dos discursos direcionados à justificação social de um campo. Os processos de institucionalização e legitimação contaram com a participação de vários agentes que contribuíram, em certa medida, com o processo de construção da ciência da informação.

Em meio a essa sistematização é que podem apresentar-se alguns pontos considerados relevantes da história da ciência da informação no Brasil. Sem a pretensão à exaustão ou detalhamento, busca-se citar agentes (pessoas, mas principalmente instituições) que cooperaram, diretamente, para o desenvolvimento das idéias e das práticas reconhecidas como da “ciência da informação”.

A documentação precedeu a ciência da informação no Brasil, assim como ocorreu nos Estados Unidos e em países da Europa. A documentação, influenciada pela base européia, teve suas idéias espalhadas no país, passando a compor os nomes dos centros de documentação e das escolas profissionais de biblioteconomia. A presença da documentação

data das preocupações com as políticas de informação no país. Segundo Castro (2000a, p. 243) “A preocupação de estabelecer políticas de informação no país tem sua gênese em Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1921 [...]”.

Antes da implementação do ideal da documentação e da concepção de documento, um dos meios para a entrada no país destas idéias foi através das técnicas, no caso, as técnicas de classificação. As técnicas têm maior aceitação em uma cultura do que a inclusão de idéias. Na difusão cultural, os processos e as tecnologias são aceitos com mais facilidade do que conceitos e idéias, que, por natureza, são abstratos (HOEBEL; FROST, 1999, p. 39). Nesse sentido, a CDU foi aceita em virtude de sua divulgação nos países centrais; além disso, Peregrino da Silva adotou-a na organização do acervo da Biblioteca Nacional (CASTRO, 2000a, p. 243).

As ações subscritas à documentação antecederam a fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e eram desempenhadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (CASTRO, 2000a, p. 242).

A criação do IBBBD representou a modernização das estruturas estatais do país e, para muitos países do mundo, expressou a centralização das ações e das políticas de informação científica. Segundo Garcia (1980 apud CASTRO, 2000a, p. 245-246), datam, da década de 1950, as fundações do Instituto Federal de Informação Científica e Técnica (VINITI), na Rússia; do Centro Japonês de Informação Científica e Tecnológica (JICST), no Japão; e, do Centro de Documentação do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) na França.

A introdução da documentação no Brasil foi simbolizada pela fundação do IBBBD, em 1954. Desse período em diante, as ações ligadas à documentação científica e tecnológica centralizaram-se nesse Instituto. Da mesma forma que nos Estados Unidos, onde

as políticas em ciência e tecnologia foram financiadas pelo governo, no Brasil a atividade de documentação também contou com o auxílio financeiro e o planejamento da Unesco, que tinha interesse no avanço científico e tecnológico dos países em desenvolvimento.

Criado sob os auspícios da Unesco, a pedido do Governo brasileiro, foi o IBBD planejado pela Prof^ª Lydía Sambaquy, sua ilustre diretora, durante vários anos. Tive, então, o prazer de prestar-lhe a colaboração que ela solicitou para obter da Unesco o auxílio financeiro e técnico necessário à instalação e ao início dos trabalhos do Instituto. (CARNEIRO, 1977, p. 4).

O relacionamento do governo brasileiro com a Unesco significou a ampliação das discussões da ciência da informação no país. Muitas das concepções de informação e de políticas de informação da Unesco foram adotadas e influenciaram as políticas brasileiras. Consultores da Unesco em missão visitaram o país para trabalhar em favor da conscientização de bibliotecários e cientistas da importância da documentação nacional (CASTRO, 2000a, p. 247).

O IBBD, desde o início, reconheceu a necessidade de capacitar pessoal para lidar com a documentação científica, especificamente, na elaboração de bibliografias nacionais da produção bibliográfica das várias ciências. Com esse intuito, desde 1956, oferecia o Curso de Documentação Científica, que passou a se chamar Curso de Especialização em Documentação e Informação. Segundo Vieira (1995), outras iniciativas pioneiras foram realizadas no âmbito da documentação científica, como por exemplo, os Cursos de Informação Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de Gerência de Recursos Informacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

As idéias da documentação tomaram vulto e passaram a ser valorizadas a partir da adoção das técnicas de documentação pela categoria dos bibliotecários do país, principalmente devido à aceitação desta categoria em levar adiante a formação de documentalistas. O pensamento da categoria bibliotecária brasileira é sugestivo para ilustrar a inserção da documentação no ensino de biblioteconomia.

Esse pensamento é expresso coletivamente nos discursos das recomendações dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD). A análise das recomendações dos CBBDDs foi objeto de trabalho de Souza (2000). Nas recomendações selecionadas pelo autor destacam-se as do 2º e 3º CBBDDs, pois, nestas estão expostas as reivindicações dos bibliotecários em relação à documentação.

Por exemplo, na recomendação número 3, do 2º CBBDD, realizado em Salvador, Bahia, em 1959, está explícita a preocupação da categoria com a documentação: “Recomendação 3 – Que seja a Documentação incluída definitivamente nos currículos das Escolas de Biblioteconomia” (SOUZA, 2000). Outros exemplos estão constantes nas recomendações 1, 2, 3, 6 e 7 do CBBDD realizado em Curitiba, Paraná, em 1961. Nesse evento, é afirmada a responsabilidade da biblioteconomia sobre as questões de documentação, isto é, no pensamento coletivo da categoria a responsabilidade de oferecer o ensino de documentação é da alçada dos cursos de biblioteconomia, passando a incluir a documentação nos currículos e nos nomes dos cursos. Isso pode ser conferido, principalmente, nas recomendações 1, 2 e 7 do CBBDD de 1961:

Recomendação 1 - Que as escolas de Biblioteconomia incluam definitivamente a Documentação, não só em seus nomes, mas também nos seus currículos

Recomendação 2 - Que a Documentação não seja apenas uma cadeira a ser lecionada no último ano, mas sim um conjunto de disciplinas e técnicas que abranjam a totalidade de seu campo, quais sejam: Produção de documentos, Reunião de documentos, Seleção de documentos e Reprodução de documentos

Recomendação 7 - Que este Congresso notifique a FID e a IFLA de que os brasileiros são contrários à formação em separado de bibliotecários e documentalistas, e que as escolas brasileiras de biblioteconomia e documentação estão aptas a ministrar as suas técnicas (SOUZA, 2000).

Esse discurso representa o pensamento do grupo, na medida em que é autorizado pelos participantes, pares da categoria, nas plenárias de encerramento dos CBBDDs. Essas recomendações significam o aceite do grupo no respeitante aos assuntos do ensino da documentação no país e por isso, não poderiam deixar de ser mencionadas.

Souza (2000) compreende que o período dessas recomendações é caracterizado por uma atitude dominadora da realidade informacional, expressa nos discursos dos congressos de 1961-1965. Pelo conteúdo dessas recomendações, está explícita a intenção de dominar as questões de informação e submetê-las somente à supervisão da categoria bibliotecária, reforçando a centralização destas questões em torno da categoria, o que fica claro na recomendação 7 exposta anteriormente. Outro viés para o entendimento do que significam esses discursos é compreendê-los como o reflexo das estratégias de monopolização das questões de informação no país, principalmente por reservar às escolas de biblioteconomia o direito legítimo de formar os futuros documentalistas. Em consequência disso, em 1962, o estabelecimento do currículo mínimo de biblioteconomia consolida essas iniciativas na medida em que, segundo Lemos (1972, p. 12), foram incluídas disciplinas da documentação.

Outro condicionante do desenvolvimento da documentação e da ciência da informação foi o ambiente político da instituição do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBBD, em 1970, o qual incentivou a criação de sistemas e redes de informação científica entre os institutos de pesquisa do país. Os recursos humanos em informação em ciência e tecnologia são partes integrantes na divisão do trabalho científico, na elaboração de bibliografias temáticas, no estabelecimento de políticas de acesso à informação e a novas tecnologias de controle, armazenamento e recuperação da informação.

Tratando de reconstituir essa época, Vieira (1995) ressalta que:

Se de um lado a uma política brasileira, nos anos 70, era restritiva em função da ditadura militar, de modo contraditório gerou o desenvolvimento dos sistemas de informação científica e tecnológica e para a criação de novos cursos de pós-graduação em biblioteconomia, dentro da ideologia de 'informação para o desenvolvimento nacional', professada, então, pela elite governamental.

Cursos e eventos sobre bibliografia e documentação foram promovidos pelo IBBD, desde sua fundação, muitos dos quais com o objetivo de capacitar profissionais para a

elaboração de bibliografias e para realizar pesquisa bibliográfica em diversas ciências. Um dos primeiros cursos contou com a visita do professor da Western Reserve University, Jesse Shera (IBBD apud CASTRO, 2000a, p. 257).

É importante ressaltar que a ciência da informação, antes de implantação do curso de mestrado do IBBD, encontrou ações paralelas, com a finalidade de melhorar a malha de instituições e programas governamentais que estavam sendo montados para tornar eficiente o ciclo de produção da informação em ciência e tecnologia, imprescindível para o desenvolvimento do país. A ciência da informação, ainda em fase embrionária (pelo menos sob o nome ciência da informação), estava comprometida com o trabalho aplicado nos centros de pesquisa em ciência e tecnologia.

Como assinalado por Castro (2000a, p. 260), com a reforma universitária de 1968 e a criação de vários cursos de biblioteconomia, a categoria profissional reivindica a ampliação da duração do curso de graduação em biblioteconomia de três para quatro anos, e a confecção de um currículo que atenda à dinâmica da área de ciência e tecnologia, sendo sugerida até a incorporação de disciplinas da ciência da informação.

A ciência da informação despertou o interesse da categoria bibliotecária pelos conhecimentos gerados neste campo e por todo o *status* a que um dia chegaria a categoria, assim que se adotassem procedimentos reconhecidos e imprescindíveis para a administração da informação nos espaços estratégicos da sociedade, isto é, utilizar tecnologias de recuperação da informação e novos métodos de tratamento da informação. Com um ambiente favorável para aceitação dos conhecimentos e das técnicas da ciência da informação, tornou-se fácil a inserção da ciência da informação no cerne de outras áreas, principalmente da biblioteconomia. Aos poucos a biblioteconomia abrigou conteúdos da ciência da informação, como também o fez com a documentação.

Com isso, a biblioteconomia tentou aproximar-se das instâncias mais modernas no trabalho com a informação, no uso de tecnologias, procurando ocupar um maior espaço no mercado de trabalho dos sistemas e das redes de informação científica e tecnológica que estavam surgindo por aquela época. Isso parece ter sido motivo de protestos, mesmo entre os bibliotecários. Segundo Barroso (1973, p. 111), de 1954 a 1973 os bibliotecários não tiveram oportunidade de discutir os aspectos relacionados à formação de bibliotecários para a sociedade brasileira. A autora relata o envio de um ofício (n. 1357, de 17 de abril de 1973) à Comissão Preparatória do VII Congresso de Biblioteconomia, realizado em Belém, Pará, expressando o ponto de vista do Instituto Nacional do Livro (INL) sobre o evento, que, segundo a autora, estava sendo organizado em função do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Barroso (1973), no ofício, sugere a revisão da pauta para que o evento enfoque os programas de bibliotecas públicas municipais e estaduais.

Esse fato demonstra a relevância tomada pelas questões da informação especializada, que, de certo modo, influenciaram a biblioteconomia a tal ponto que seus praticantes começaram a se auto-identificar rapidamente com os assuntos ligados à informação científica e tecnológica, à documentação e à ciência da informação. Os bibliotecários parecem ter esquecido certos compromissos sociais na prestação de serviços bibliotecários básicos, principalmente em regiões do interior do país. As capitais e os grandes centros urbanos foram, desde essa época, os locais preferidos pelos profissionais bibliotecários, conforme relata Barroso (1973).

Segundo Miranda e Barreto (1999/2000, p. 279), quando nos reportamos ao início da pesquisa em ciência da informação, tendemos a registrar o advento da pós-graduação, mas desde 1950 até 1980 houve a implantação de sistemas de informação no país, como o próprio IBBD, o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (BIREME), tentativas de implantar um sistema de informação agrícola e engenharias e

o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT). “A pós-graduação, portanto, não pode ser vista apenas como causa mas também como efeito dessa ação organizacional no cenário dos sistemas de informação no referido período.” (MIRANDA; BARRETO, 1999/2000, p. 279).

Com isso, passa-se a considerar o programa de pós-graduação em nível de mestrado do IBBD como uma das iniciativas, dentre outras, que já estavam em curso, passando a integrar uma das partes do processo de produção do conhecimento científico no país, ou seja, a formação de pesquisadores em informação e docentes para atuar nos cursos de biblioteconomia e documentação dos estados da federação.

Antes da década de 1970, o IBBD já se relacionava com as principais organizações em documentação do mundo (como a FID, por exemplo) e recebia informações de congressos internacionais da área e notícias dos avanços da informática soviética. É curioso que o curso de mestrado do IBBD veio a se chamar Mestrado em Ciência da Informação, e não em Informática ou Documentação, pois a presidente do IBBD, de 1954 a 1965, foi vice-presidente da FID durante o período compreendido entre 1959 a 1962 (CASTRO, 2000a, p. 117). Nessa época, a FID reconhece a Informática como o nome de uma nova disciplina que veio a integrar o campo da documentação (INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO, 1970, p. 339).

Além disso, o IBBD realizou o Seminário de Informática, em 1968, pois havia ambigüidade e desconhecimento quanto ao emprego do termo “informática”. Este era entendido por bibliotecários e documentalistas na acepção soviética e, pelos analistas participantes do seminário, conforme a concepção francesa (GOMES, 1980, p. 7). Como assinala a autora, em 1970, o instituto abandona definitivamente o termo “informática” e abre o Curso de Mestrado em Ciência da Informação e, em 1972, cria o periódico científico

Ciência da Informação, ambos respaldados na literatura anglo-americana (GOMES, 1980, p. 8).

Acredita-se que as causas dessa mudança ainda não foram exploradas detidamente, mas há indícios de que a Reforma Universitária de 1968 e as comissões de consultores internacionais tenham contribuído para essa troca repentina, além, é claro, da criação do curso de mestrado ter ocorrido em um período de forte repressão aos militantes comunistas e a todos os assuntos que poderiam relacionar-se aos países onde vigorava o comunismo.

A ciência da informação tornou-se efetivamente familiar no Brasil devido à abertura do mestrado em ciência da informação, oferecido pelo então IBBD, em 1970 (CARDOSO, 2002; PINHEIRO, 2000). No contexto de implantação do curso de mestrado se discutia o SNICT, decorrente dos empreendimentos da Unesco: Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST) e NATIS (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 48).

Pesquisadores em ciência da informação, reconhecidos internacionalmente orientaram as primeiras dissertações do campo no país e realizaram seminários no curso de mestrado do IBBD. Entre eles, destacam-se: Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, John Joseph Eyre, Ingetraut Dahlberg, Suman Datta, Douglas Foskett, Derek Langridge, além, é claro, de conferencistas como Derek Solla Price (EYRE, 1995; PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 48). Basicamente, pesquisadores da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que, segundo Pinheiro e Loureiro (1995, p. 48), são os países onde a ciência da informação é mais avançada. O curso contou, também, com a colaboração de professores e pesquisadores brasileiros, possibilitando a compreensão dos problemas nacionais de informação e, além disso, conforme afirmam Pinheiro e Loureiro

(1995, p. 48-49), as primeiras disciplinas do programa demonstram a ênfase no processamento técnico da informação.

Não obstante, o de que os relatos prescindem a respeito da introdução da ciência da informação no Brasil são os acontecimentos e as conexões que antecederam a abertura do programa de pós-graduação. Um caminho para ampliar a visão que se tem da época pode ser observar as bases das políticas educacionais para a universidade brasileira, especialmente os modelos adotados para o ensino de pós-graduação. É necessário salientar alguns fatos externos aos trabalhos do IBBD para se compreender a razão da instalação do curso de mestrado e por que ela se deu nos moldes em que ficou conhecida, explicitando concepções de ciência da informação de determinados países.

A Reforma Universitária de 1968, por exemplo, antes de seu reconhecimento na Lei 5.540/68, foi pensada por um grupo de trabalho composto pelo Ministério da Educação (MEC) e Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), no famoso acordo MEC/USAID. Graciani (1982), discorrendo a respeito da Reforma Universitária de 1968, retrata a nítida tendência em transformar o ensino universitário,- seguindo parâmetros racionalistas, baseados na produtividade⁵, na eficiência e na otimização dos recursos e instrumentalista do sistema capitalista, ou seja, caráter de suporte ao sistema capitalista. A universidade é vista como prioridade na formação de recursos humanos, tendo como meta ocupar as atividades industriais aplicadas ao desenvolvimento do país. Essa foi a concepção utilizada pela USAID (GRACIANI, 1982, p. 69).

A USAID assinou o acordo com o MEC em 23/06/1965, colocando à disposição do MEC, o “[...] assessoramento de técnicos americanos aos técnicos brasileiros

⁵ Isto é, a “[...] máxima produtividade do ensino em relação a um mínimo custo.” (GRACIANI, 1982, p. 69). Além dessa característica, Graciani (1982, p. 65) destaca que a reforma respondeu a uma mudança política e econômica, no sentido de priorizar o modelo *internacionalista* de desenvolvimento em detrimento do modelo anterior, que era o *nacional desenvolvimentista autônomo*.

encarregados de estudar a reforma do ensino superior.” (GRACIANI, 1982, p. 69). Assim, o modelo de ensino superior do país seguiu o modelo estadunidense, desde os sistemas de departamentos, de créditos e de matrículas em disciplinas até a pós-graduação, dividida nos níveis de mestrado e doutorado (GRACIANI, 1982, p. 71). Esse fato leva ao questionamento a respeito da criação de um curso em nível de mestrado condizente com a ideologia de garantir a segurança nacional, o desenvolvimento industrial e o progresso científico e tecnológico. Acredita-se que o Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBBD teria seguido essa orientação, vigente para todas as instituições de ensino superior e áreas científicas no país. Devido a essa configuração, fundada no modelo estadunidense, a ciência da informação, sob este nome e assessorada por um conjunto de conhecimentos disponíveis na literatura de língua inglesa, foi definitivamente instituída no Brasil.

Outro grupo de trabalho, também designado pela USAID, recomendou ao CNPq, entre as diversas sugestões, que reorganizasse sua proposta de capacitação de recursos humanos para a informação industrial, principalmente, na capacitação de pessoal com outras formações, para suprir a insuficiência de bibliotecários que lidam com este tipo de informação (SOUZA, 1993, p. 56-58).

Independentemente das discussões da origem da documentação ou da ciência da informação, sobre se surgiram ou não em decorrência do trabalho de bibliografia, o fato é que, no seu processo de institucionalização no Brasil, tendo-se em vista vários acontecimentos, a ciência da informação foi sendo aceita pela biblioteconomia mais do que pela ciência da computação e administração. Isso se verifica através do grande número de pesquisas consideradas da ciência da informação voltadas para a temática “bibliotecas”, segundo aponta Oliveira (2001). Nessas circunstâncias, é evidente que o vínculo institucional presente na introdução da ciência da informação nas escolas de biblioteconomia influencia a produção de conhecimento científico no campo (HJØRLAND, 2000, p. 511).

Uma fonte interessante para referir-se à definitiva inserção da ciência da informação no Brasil foi a remodelação de cursos de mestrado e doutorado em biblioteconomia. Esses cursos de pós-graduação passaram a ser designados como programas de pós-graduação em ciência da informação. Supõe-se que isso deva ter ocorrido em virtude de dois fatores: por um lado, a orientação das agências de fomento nacionais, CAPES e CNPq e, por outro lado, a percepção, por parte dos pesquisadores em biblioteconomia, da importância e abrangência das questões da informação na sociedade, as tecnologias de processamento de informação, as redes e serviços especializados de informação e a informação em outros ambientes que não mais a biblioteca. Crivellari (2003) apresenta uma alternativa: afirma que os programas de pós-graduação em biblioteconomia receberam forte influência das noções de informação científica e tecnológica da escola de ciência da informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo IBBD, citando o caso do curso da UFMG. O Quadro 4, a seguir, mostra os nomes dos cursos de pós-graduação em biblioteconomia e as datas em que foram alterados.

Instituição	Nome Inicial dos Cursos	Data de Criação	Nome Atual dos Programas
IBICT/UFRJ	Curso de Mestrado em Ciência da Informação	Criação do Mestrado: 1970 Criação do Doutorado: 1994	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
USP	Mestrado e Doutorado em Comunicação, Área de Concentração: Biblioteconomia e Documentação	Criação do Mestrado: 1972 Criação do Doutorado: 1980	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração: Ciência da Informação e Documentação (1991)
UFMG	Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Administração de Bibliotecas	Criação do Mestrado: 1976 Criação do Doutorado: 1997	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (1995)
UFPB	Mestrado em Biblioteconomia	Criação do Mestrado: 1977	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (1997) (Curso Fechado)
PUCAMP	Mestrado em Biblioteconomia	Criação do Mestrado: 1977	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (1995)
UnB	Mestrado em Biblioteconomia e Documentação	Criação do Mestrado: 1978 Criação do Doutorado: 1992	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (1991)
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Criação do Mestrado: 1998 Criação do Doutorado: 2004	Não alterou
UFBA	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Criação do Mestrado: 1998	Não alterou
UFSC	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Criação do Mestrado: 2002	Não alterou

Quadro 4: Mudança dos Nomes dos Programas de Pós-Graduação

Fontes: Compilado de: Abath (1988, p. 67), Mueller (1988, p. 78), Paim (2000, p. 105-106), Pinheiro (2000), Población e Noronha (2003), Smit (1999), Tarapanoff (1983, p. 287), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2004b).

A partir da ação das agências de fomento, CAPES e CNPq, surgiram discussões que se manifestaram no campo científico da área. Debates entre pesquisadores dentro e fora das escolas procuraram conceber a natureza da ciência da informação e seu relacionamento com a biblioteconomia, a arquivologia e, porventura, a museologia. O conteúdo das discussões se volta para o relacionamento entre as quatro áreas. Por exemplo, nos artigos de Dias (2000, 2002ab) são debatidas questões ligadas à hierarquia e à natureza de cada uma das áreas, para se questionar a posição da biblioteconomia e sua relação hierárquica.

As agências CAPES, CNPq e a Secretaria de Educação Superior (SESu), subordinada ao MEC e responsável pela elaboração de indicadores e padrões para os cursos de graduação, influenciam os debates científicos, propondo classificações e critérios de avaliação para as áreas. Para avaliar é necessário partir de algum parâmetro. Parece que, para

simplificar o processo de avaliação e financiamento, agrupam-se as áreas de arquivologia e biblioteconomia dentro da ciência da informação. Desse modo, interpreta-se a ciência da informação como um campo do conhecimento amplo a ponto de comportar subdisciplinas que tenham como foco a informação.

Essa racionalidade administrativa, que busca agrupar o que acredita ser semelhante, não concebe a história, as correntes científicas e as ideologias profissionais vigentes em cada uma das áreas relacionadas. Talvez a intenção fosse menos gerar polêmica e mais deixar os processos de avaliação e de distribuição de recursos eficientes. No entanto, suscitou debates acerca da natureza dos campos em questão, trazendo novos temas a serem repensados pelos pares de cada um dos campos envolvidos. De acordo com González de Gómez (2003c), as agências de fomento e avaliação, de algum modo, propõem uma visão da realidade sobre a ciência da informação e podem ser entendidas como instituidoras de uma epistemologia institucional.

Nesse sentido, a Unesco também tem participação destacada nas questões da ciência da informação no Brasil, contribuindo com um tipo de epistemologia institucional. Sua concepção de arquivo e de biblioteca como instituições que devem ser de acesso livre para a geração de conhecimento, pode ter influenciado muitos profissionais brasileiros.

Tão estreitas são as relações entre as bibliotecas e os arquivos que a Unesco concentrou no mesmo departamento tudo o que lhes diz respeito [...]. É a esse título que a Unesco deles se ocupa, procurando entrosá-los, de modo cada vez mais íntimo, nas infra-estruturas nacionais, como fatores de desenvolvimento cultural, econômico e político. Os mecanismos postos em jogo com esse fim constam do programa designado pela sigla NATIS. (CARNEIRO, 1977, p. 6).

Os objetivos do NATIS, ou SNICT, foram traçados na conferência de 1974, que reuniu a FID, a IFLA e o CIA. Mas a proposta de harmonização curricular ficou acertada na Conferência de Nairobi, em que se estabeleceu um controle único para os domínios: informação científica e técnica, documentação, bibliotecas e arquivos (CARNEIRO, 1977, p.

7). Como apontado anteriormente, o modelo americano serviu de base para essa proposta integradora, e pode-se dizer que influenciou muitas escolas profissionais.

O vínculo desses programas da Unesco com os profissionais brasileiros pode ser demonstrado com o artigo de Mueller (1984). A autora resume o conteúdo das discussões de um congresso patrocinado pela Unesco para a comunidade científica de ciência da informação e para os profissionais ligados à área, isto é, o *Simpósio Internacional para a Compatibilização da Formação Profissional e Treinamento em Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia*, realizado em Paris, em 1984. Nesse simpósio ficou acordado entre os participantes: desenvolver a promoção da compatibilização e harmonização na formação de profissionais em ciência da informação e/ou documentação, biblioteconomia e arquivologia. O simpósio teve como objetivo encontrar interesses comuns entre as três profissões que permitissem a elaboração de currículos com uma base comum. Ao final dos seminários, elaborou-se um plano de ação com o intuito de implementar as sugestões e soluções discutidas, visando tornar compatíveis os programas de formação das três áreas profissionais.

Mueller (1984) parece ter simpatizado com as disposições do simpósio, a ponto de concluir que as diretrizes são essenciais para o desenvolvimento harmonioso do setor da informação. Nesse sentido, conforme o relato da autora (1984, p. 162-164), o plano de ação está na forma de uma política que envolve todos os aspectos da formação da profissão de informação, desde a conscientização dos profissionais, dos professores e da sociedade até a produção de artigos teóricos que reforcem e legitimem a compatibilização das profissões. Ou seja, essas propostas visam construir definitivamente uma integração, atenuando as possíveis tensões e aspectos que porventura venham a ser questionados e acentuando as similaridades, buscando consolidar a harmonia. Nas políticas educacionais e científicas brasileiras essas propostas podem não se apresentar tão evidentes, entretanto, são muito influentes.

Uma concepção oficial da ciência da informação pode ser encontrada no documento: *Avaliação e perspectiva* do CNPq (1978 apud OLIVEIRA, 2001, p. 143). Essa concepção de ciência da informação teve grande impacto sobre a comunidade científica da ciência da informação no país, principalmente para as áreas incluídas como subdisciplinas da ciência da informação. Nesse sentido, “Ciência da informação designa um campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização da informação em todos os campos do saber.” (CNPq, 1978 apud OLIVEIRA, 2001, p. 143).

Além desse amplo escopo da ciência da informação, é estabelecida uma relação hierárquica com outras áreas. A ciência da informação abriga a biblioteconomia e a arquivologia como disciplinas que têm em comum a recuperação da informação (OLIVEIRA, 2001, p. 144). É com essa definição que a agência compreende a ciência da informação, entretanto a concepção não reflete as referidas áreas, nem mesmo identifica-se com elas. Alguns artigos publicados em periódicos da área manifestaram a recusa em adotar esse entendimento de ciência da informação. Para Dias (2000, 2002a), a idéia não representa o ideal da biblioteconomia nem mesmo compreenderia uma área tão vasta dos estudos da informação, por isso, prefere a expressão “biblioteconomia e ciência da informação”. Fonseca (2002) ressalta sua preocupação com a posição aglutinadora das agências de fomento nacionais, além de demonstrar que a arquivologia não adotou, por completo, a informação como objeto e que os teóricos da ciência da informação desconsideraram as relações com a arquivologia.

Oliveira (2001) estudou as pesquisas financiadas pelo CNPq, de 1984 a 1993, e diagnosticou o perfil da pesquisa no campo. Os resultados apresentados em seu artigo mostram que as pesquisas em ciência da informação estão sendo desenvolvidas em instituições que possuem programas de pós-graduação (43%). O tema mais pesquisado é

contemplado sob o título “Estudos de armazenamento e recuperação da informação” (25,5%), o que confirma estudos similares em âmbito internacional. Constatou que os estudos sociais e uso de métodos qualitativos são pouco explorados por pesquisadores brasileiros e, as análises dedicadas às teorias do campo são em número reduzido, obtendo cerca de 1,1%. Para a autora, a natureza da pesquisa é classificada, prioritariamente, de “pesquisa empírica” (98%), em relação a 1% de pesquisa teórica e conceitual e 1 % para pesquisas em análise e desenho de *software*. Uma das conclusões de seu estudo é que as teorias não são coesas e que os pesquisadores da área são muito sensíveis aos modismos e novidades trazidos do exterior. Contudo, Oliveira (2001) acredita ser um avanço a formação de doutores no país, por entender que isto expressa maturidade científica.

Os resultados da pesquisa de Oliveira (2001) resumem algumas das características do perfil da comunidade científica de ciência da informação no país e são relevantes para se conhecer o perfil do campo, isto é, de uma ciência construída com poucas pesquisas teóricas, programas de doutoramento recentes e nítida influência de literatura estrangeira, o que condiciona a proposição de temas de pesquisa.

A inspiração na biblioteconomia é evidente nos temas de pesquisa. Esse vínculo demonstra quão necessárias foram e são a biblioteconomia e suas instituições para a institucionalização da ciência da informação. Os temas de pesquisa relacionados às atividades de biblioteca e serviços de informação chegaram a 19,1%, no estudo de Oliveira (2001).

Em 1989, foi fundada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), decorrente do esforço conjunto de alguns cursos e programas de pós-graduação do campo. A ANCIB tem por finalidade incentivar as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em ciência da informação (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 2004). É de responsabilidade da associação a

organização do Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB, que reúne pesquisadores para debates e reflexões a respeito de temas especializados em ciência da informação. O primeiro objetivo da associação é “[...] promover, através do aproveitamento de todos os meios científicos, tecnológicos e institucionais ao seu alcance, o desenvolvimento da Ciência da Informação.” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 2004).

Conforme se pode depreender desse fato, a ANCIB é a entidade que representa o grupo de pesquisadores em ciência da informação no Brasil, concentrando as discussões em torno do campo e organizando os debates científicos. O papel primordial dessa instituição é defender os interesses do grupo e, em segundo plano, fazer expandir o campo da ciência da informação. A ANCIB abriga funções bem mais abrangentes, tratando de construir discursos aceitos como oficiais e dignos de serem reconhecidos cientificamente. Nos ENANCIBs se manifestam as referências mais tangíveis da realidade social do campo, construído socialmente por sujeitos que compartilham os mesmos valores e ideais, fazendo uso de uma linguagem e vocabulário comuns e expressando esta realidade por meio dos mecanismos de comunicação disponíveis à comunidade, principalmente os eventos e as revistas científicas.

Na década de 1990, com a abertura de programas de doutoramento em ciência da informação⁶, formaram-se os primeiros doutores-pesquisadores em ciência da informação em programas brasileiros. Subentende-se que isso deveria refletir um amadurecimento nas pesquisas e na produção científica, em geral. Esses pesquisadores em ciência da informação ainda são em número reduzido, tendo em vista que os programas de pós-graduação foram, em sua maioria, iniciados na segunda metade da década de 1990.

⁶ Não se considerou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) que oferece o doutorado na Área de Concentração em Biblioteconomia e Documentação desde 1980.

Em estudo apresentado recentemente, as pesquisadoras Población e Noronha (2003) computaram que o número de pesquisadores formados em programas de pós-graduação em ciência da informação nacionais, até dezembro de 2002, chega a 1176 (1081 mestres e 95 doutores). Entretanto, segundo as autoras, a quantidade de pesquisadores está aumentando a cada ano, devido à abertura de novos programas de pós-graduação. Além disso, é relevante notar que o grupo de pesquisadores em ciência da informação no Brasil também é composto por doutores e mestres formados em programas de pós-graduação em ciência da informação de outros países e em programas de pós-graduação de outras áreas, no país e no exterior. Em virtude disso, acredita-se que o número supere os 1176 pesquisadores contados no estudo de Población e Noronha (2003).

A segunda metade da década de 1990 sinalizou a consolidação definitiva das expressões “ciência da informação” e “informação” junto ao ensino de graduação em biblioteconomia no país. Isso se deveu à mudança dos nomes dos departamentos, à criação de ênfases e/ou habilitações nos tradicionais cursos de biblioteconomia e à abertura de cursos de graduação específicos em ciência e gestão da informação. No entanto, *a priori*, muitas escolas e departamentos de biblioteconomia já possuíam disciplinas específicas em documentação e ciência da informação, além da atualização constante da literatura das disciplinas que deveria existir, o que certamente incluiria conteúdos desta procedência.

A adoção da expressão “ciência da informação” começou de forma mais evidente com a troca do nome dos departamentos e com a criação das habilitações e/ou ênfases dentro dos cursos de biblioteconomia. Os departamentos ou escolas de biblioteconomia e documentação passaram a se chamar departamentos ou escolas de ciência da informação ou ciências da informação, ou ainda, ciência da informação e documentação.

O curso de biblioteconomia e ciência da informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), recomendado pelo MEC em 2001, oferece as ênfases:

Informação Tecnológica/Empresarial e Informação Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2003-2004). Outros exemplos são: o curso de biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que oferece, desde 1997, as opções: Informação e Sociedade e Informação e Gerência (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2004); além do curso de biblioteconomia da UFMG que, desde 1998, possibilita a formação nas ênfases: Gestão de Coleções e Gestão da Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, [2001]). O curso de biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) oferece habilitação em Gestão da Informação (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARIANA, 2004), e o curso da Universidade Santa Úrsula (USU) enfatiza Gestão da Informação, reformulação, aprovada pela reitoria em 1998 (UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA, 2005).

Não obstante, o fato mais emblemático, devido a sua repercussão pertinente a essas reformulações curriculares e substituição de nomes dos cursos e departamentos, foi, certamente, a reestruturação curricular e a mudança do nome do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que passou a se chamar Gestão da Informação, em 1998. O curso de Gestão da Informação foi criado em 1998 e está sendo oferecido no Departamento de Ciência e Gestão da Informação da UFPR (antigo Departamento de Biblioteconomia) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2003).

Um avanço no processo de institucionalização da ciência da informação, também relacionado com a aceitação das novas expressões e em conformidade com essas mudanças, foi a criação de cursos de graduação específicos em ciência da informação. Pelo menos é o que se nota nos catálogos dos cursos. Exemplos desse tipo são os cursos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP) e da Universidade de São Paulo (USP), campus de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A PUCAMP oferece o curso de Ciência da

Informação, com habilitação em Biblioteconomia, segundo a Resolução Normativa da PUC-Campinas nº 021/00 de 19/7/2000 (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, 2003). A PUC-Minas oferece o curso de Ciência da Informação, cujo projeto pedagógico foi aprovado em 29/11/2001 (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2001). Já a USP, campus de Ribeirão Preto, oferta o bacharelado em Ciência da Informação e Documentação, reconhecido pelo Conselho Universitário em 25/08/2002 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2002). O curso da USP está vinculado ao Departamento de Física e Matemática e oferece as especializações em Gestão da Informação e da Documentação na área de Educação, em Gestão da Informação e da Documentação na área de Saúde e em Agricultura e Serviços.

Depreende-se a partir disso que os esforços para a emancipação e autonomização da ciência da informação no Brasil iniciaram-se com a troca de nomes e possivelmente de foco dos cursos de pós-graduação em biblioteconomia. A partir da segunda metade da década de 1990, até os dias atuais (2005), vem se estruturando, em nível de graduação, uma nova seqüência de mudanças, que, como consequência, propõem a troca de nomes das escolas ou departamentos e dos cursos, além do redimensionamento dos objetivos dessas escolas, no intuito de formar pessoal especializado mais próximo da ciência da informação e menos da biblioteconomia tradicional. Esses acontecimentos reforçam ainda mais as observações feitas por Saracevic, na década de 1970, a respeito da institucionalização da ciência da informação, nos Estados Unidos. Assim se fortaleceu e consolidou a expressão ciência da informação junto à sociedade, que - presume-se - poderá mais facilmente identificar profissionais que trabalham com documentos, como os profissionais que lidam com informação.

Para completar o conjunto desses esforços, foi fundada a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), em 2001, congregando

profissionais e entidades ligados à educação em ciência da informação em nível de graduação “[...] constituída com a finalidade de assegurar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante nos campos das práticas da Ciência da Informação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2004).

Há também um movimento de abertura do escopo da ciência da informação, que procura ressaltar que o tipo de informação tratado na ciência da informação não está centrado, apenas, no contexto científico. São recorrentes as manifestações do tipo: “Os temas de pesquisa agora não se restringem mais à informação científica mas a todo e qualquer tipo de informação [...]” (MIRANDA; BARRETO, 1999/2000, p. 291). De fato, muitos tópicos de pesquisa surgiram desde a criação do primeiro mestrado em ciência da informação no Brasil, mas não se pode afirmar, sem alguma dúvida, que a ciência da informação estuda todos os tipos de informação. Estudos que versam sobre as práticas de informação em comunidades carentes exigiriam métodos de coleta e análise de dados qualitativos, o que é pouco utilizado pelos pesquisadores, segundo a pesquisa realizada por Oliveira (2001). O que parece existir é a ampliação do campo de pesquisa no nível dos discursos – uma espécie de estratégia para reforçar a relevância do campo junto à sociedade – dessas questões, utilizados por muitos pares para defesa e legitimação de suas práticas.

Por fim, verificam-se nos artigos produzidos por autores brasileiros dois pontos de vista ou vertentes da história e desenvolvimento da ciência da informação. Podem-se agrupar esses trabalhos em dois grupos, mesmo sabendo-se que essa esquematização constitui uma tentativa arbitrária, fundamentada na análise de poucos artigos e trabalhos. Considera-se apenas uma indicação preliminar da presença desses pontos de vista tratados anteriormente no discurso dos teóricos em ciência da informação no Brasil (ver Quadro 5).

Autores Brasileiros	Descrição da Origem da Ciência da Informação
Smit, Tálamo e Kobashi (2003) Dias (2000, 2002ab) Targino (1995)	A ciência da informação é o resultado da evolução da biblioteconomia que se desenvolveu, por um lado, rumo à documentação e por outro, permaneceu sendo biblioteconomia (generalista, tradicional e clássica). Posteriormente a documentação transformou-se em ciência da informação com a inclusão das tecnologias de informação e a mudança no nome das instituições profissionais e científicas, ainda que, o termo documentação tenha permanecido em vários países e instituições representando um conjunto de atividades ligadas a centros de documentação.
Cardoso (1996, 2002) Pinheiro e Loureiro (1995) Pinheiro (2000) Carvalho (1999) Loureiro (1999) Netto (1999) Barreto (1992) Freire (2002) Jardim e Fonseca (1992)	A ciência da informação tem origem nos Estados Unidos. Encontrou como contexto para sua origem e gestação a explosão do conhecimento científico (explosão da informação) e toma como solução o uso de tecnologias de recuperação da informação. As teorias de Shannon, de Wiever e o artigo de Bush foram precursores de toda a discussão da questão da informação. A biblioteconomia é considerada apenas uma disciplina que dialoga com a ciência da informação ou área que aplica os conhecimentos gerados na pesquisa em ciência da informação. A ciência da informação é uma ciência autônoma em relação a outras áreas, portando uma história, teorias, conceitos, métodos e objeto de estudo próprios.

Quadro 5: A Ciência da Informação por Autores Brasileiros

Esse quadro evidencia as duas visões distintas da história e da concepção da ciência da informação e confirma as observações de Capurro (2003) e Nehmy et al. (1996), elaboradas com o intuito de compreender a questão, mas em escala mais global.

3.3.1 Os Profissionais da informação no Brasil: *algumas observações*

Da mesma maneira que as instituições trabalharam para construir o arquétipo de ciência da informação conhecido correntemente, também tiveram um papel destacado, quiçá determinante, para consolidar o conceito de profissional da informação, utilizando-se de estratégias de convencimento para reconhecimento de sua necessidade, tanto para os profissionais ligados à área de informação quanto para a sociedade em geral.

Nesse sentido, uma definição de profissional da informação deve ser constituída de um resgate histórico que ressalte, pelo menos, as mudanças da sociedade contemporânea que contribuíram para a transformação do contexto que possibilitou a

alteração das formas de condução do trabalho dos profissionais, em especial, dos chamados profissionais da informação, aqueles que, resumidamente, se ocupam da busca, análise e distribuição de informação para um conjunto de usuários (público ou privado, individual ou coletivo) e que fazem deste trabalho seu meio de vida principal. Essa definição baseia-se em Targino (2000, p. 63-64). O contexto é importante na medida em que fez com que as associações profissionais se voltassem para a definição de um novo perfil de profissional da informação para atuar nos “novos tempos”.

De início adianta-se que não se fornecerá nesta seção uma definição ou conceito de profissional da informação que vise a ser universal. Como se trata de um conceito construído por instituições profissionais e pesquisadores que se dedicam ao tema, cada um dos discursos desses indivíduos prescreve um ambiente de atuação, um perfil desejado e um conjunto de competências para que a prática deste profissional tenha relativo sucesso. O que se busca observar, principalmente, é o contexto das ações das instituições profissionais que determina as condições da elaboração do conceito de profissional da informação e o alcance e extensão do convencimento desse discurso, resultando na conformação do conceito para as escolas brasileiras.

As transformações científicas, tecnológicas e econômicas da sociedade contemporânea formam um contexto que corrobora o argumento que privilegia a formação dos profissionais da informação para atuarem em uma sociedade que muda constantemente. Nesse argumento, o contexto contribuiu para priorizar a educação profissional e também para introduzir novas competências profissionais para que os profissionais executem eficientemente seu trabalho. A suposição é que esse contexto influenciou, ou mesmo forçou, uma reorganização das condições de trabalho, e por isso, fez com que se revisasse a formação dos profissionais em geral e sua adequação às novas exigências dos grupos empregadores da sociedade.

Na construção desse contexto são constantes os discursos e relatos que dizem respeito à desestruturação dos monopólios profissionais, ao aumento das exigências do mercado de trabalho e à própria organização de uma sociedade em constante transformação. A flexibilidade nos horários de trabalho, o surgimento e o desaparecimento de ocupações, a reestruturação das empresas quanto ao número de empregados envolvidos na produção de bens e/ou serviços e a aplicação de tecnologias de informação (principalmente as de maior potencialidades de convergência) em diversos setores da sociedade (produtivo, educacional, serviços e outros) são acusados de “responsáveis” pela consideração de que as últimas décadas têm-se diferenciado das demais épocas para todos os profissionais, e para os profissionais que trabalham com a informação de modo especial. Em síntese, o que é próprio desse posicionamento é a constatação de que “Nos últimos 20 anos as profissões da informação conheceram transformações profundas aceleradas pela globalização da economia e pelo desenvolvimento das novas tecnologias.” (CUNHA, 1999).

Nesta seção do capítulo, pretende-se abordar apenas algumas das questões consideradas prementes no que diz respeito aos profissionais da informação no Brasil, enfatizando, novamente, o aspecto socioconstrutivo da ciência da informação, que também se manifesta na construção social do conceito de profissional da informação. Esse conceito como muitos outros propostos na história da ciência da informação, é idealizado e incorporado a sociedade devido à mobilização de uma entidade associativa ou um grupo de profissionais. Entende-se que somente a análise dessas questões não compreenderia suficientemente a condição do profissional da informação na atualidade, porém demarca caminhos e suscita discussões mais amplas.

Dentre alguns dos tópicos e questões que estão substancialmente relacionados aos profissionais da informação, no Brasil, podem-se citar dois. O primeiro é o contexto da globalização e pós-industrial, considerado motor de mudanças e transformações

no mundo do trabalho e na organização das profissões, em geral. Este é tomado como um pressuposto da justificação conceitual do profissional da informação. O outro é o papel dos pesquisadores e cientistas da ciência da informação na geração de conhecimento especializado para um grupo de profissionais, em especial, para os profissionais da informação. Além disso, devem-se ressaltar também alguns apontamentos relativos à definição de profissional da informação e às categorias profissionais que podem ser chamadas sob esta designação, segundo o discurso institucional/oficial explicitado pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, de 2002. Merece menção também, a ênfase dada à formação dos profissionais da informação para os “novos tempos”, calcada basicamente, pelo que parece, no estabelecimento de novos perfis e competências profissionais. Essas teorias e aspectos serão tratados nesta seção.

Para compreender as mudanças que alguns acreditam terem ocorrido nas últimas décadas, principalmente sob o lema “advento da globalização”, Bauman (1999) se vale do argumento de que a globalização nada mais é que uma construção humana cujas conseqüências se notam atualmente, o que significa dizer que o que leva hoje o título “globalização” é o resultado mais agudo das relações de poder entre os indivíduos, grupos e sociedades. Segundo o autor, a globalização se iniciou na institucionalização dos Estados modernos, a qual se sustentou na reorganização do espaço e do tempo, submetendo-os à padronização oficial dos Estados e cuja finalidade principal era dominar com mais segurança, eficiência e sem dificuldades os espaços e os recursos locais (BAUMAN, 1999, p. 40).

Bauman (1999, p. 67) constata que no discurso atual, globalização “[...] refere-se primordialmente aos *efeitos* globais, notoriamente não pretendidos e imprevistos, e não às *iniciativas e empreendimentos* globais.” Em outras palavras, não se estabelece quais os grupos que levam a cabo as iniciativas e empreendimentos na sociedade globalizada, como se

fosse uma condição histórica desejada e planejada por todas as pessoas, desde os desempregados até os grandes conglomerados comerciais e financeiros.

Em várias passagens de seu livro, Bauman (1999) ressalta que a globalização intensifica ainda mais as desigualdades e a estratificação social, porém, de um outro modo, mediante a superação da relação entre pobres e ricos, transposta em uma nova relação na qual estão dispostos aqueles que podem movimentar-se pelo mundo e ultrapassar os limites da localidade e aqueles que são incapazes de se locomover ou sair do lugar onde estão. Estes são condicionados pelas restrições sociais e materiais representadas, por exemplo, pela pouca qualificação profissional, baixa instrução etc.; ou seja, o parâmetro da estratificação social na globalização é a mobilidade. Nesse sentido, os executivos e profissionais altamente qualificados podem ir atrás das melhores oportunidades de emprego, em qualquer lugar do planeta, enquanto os demais ficam subordinados às possibilidades locais. “Testemunhamos hoje um processo de *reestratificação* mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária.” (BAUMAN, 1999, p. 77-78).

Desse modo, tendo-se como base as constatações de Bauman (1999), pode-se examinar os discursos relativos aos profissionais da informação, em especial, aqueles que, enfaticamente, tratam da globalização enquanto um efeito global, com pouca ou nenhuma relação com as estratégias e iniciativas de grupos e/ou setores privilegiados da sociedade. Além disso, é indispensável esboçar mais algumas características do que se está chamando aqui de “novos tempos”.

No intuito de caracterizar o estágio da sociedade contemporânea, designam-no por diversas expressões, mas a que parece ser o rótulo mais apropriado é “pós-industrial”. A sociedade pós-industrial difere de sua precedente, a sociedade industrial, na medida em que não explora exclusivamente a natureza e seus recursos, mas fundamenta-se, essencialmente, no conhecimento humano e na inovação tecnológica. Segundo Castells (2002, p. 69) “Pela

primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo.”

A mudança gerada dentro dessa sociedade atinge as empresas de manufatura no que tange à descentralização da produção de bens, incentiva a gestão e o desenvolvimento dos serviços de várias naturezas. É nítido também o investimento em pesquisa e inovação, na medida em que estas constituem subsídios para a manutenção das empresas em um mercado competitivo. Além disso, expande-se notadamente um setor econômico – o terciário – no oferecimento de serviços, os mais diversos, dificultando a percepção do que é efetivamente produzido e oferecido pelas empresas deste setor.

A dificuldade de compreender essas mudanças na sociedade pós-industrial se resume também na pergunta específica: o que acontece com a sociedade e, em especial, com o trabalho e os profissionais das diversas áreas? Além disso, outros questionamentos representam um sentido específico muito debatido pelos autores da área, quando tratam do contexto de atuação dos profissionais da informação em uma sociedade em constante mudança. Essas questões podem ser expressas na pergunta: qual o papel das tecnologias, principalmente as de processamento de dados, para o exercício das atividades dos profissionais da informação?

Reforçando essa preocupação, Dowbor (2002, p. 13, 31, 70) afirma que a tecnologia está sendo considerada vilã desses “novos tempos”. Para outros autores (MCGUIRE, 1993, p. 9), a tecnologia está ligada às mudanças na velocidade, na variedade, nas modalidades de comunicação e na completa transformação das técnicas de administração de dados. Jambeiro e Silva (2004) associam a convergência tecnológica, a internacionalização dos sistemas de informação, a globalização dos grandes conglomerados de informação e a racionalidade da economia capitalista internacional como fatores relevantes para as

transformações nos ambientes de trabalho, afetando, principalmente, os profissionais da informação.

Por um lado, é comum verificar a existência de novas formas de trabalho; empresas investindo em teletrabalho, trabalho domiciliar, horários flexíveis, trabalho temporário e trabalho terceirizado. Mas, por outro lado, trabalhadores em busca de autonomia para controlar as condições de seu trabalho são levados, segundo Dowbor (2002, p. 56), a escolher a informalidade, muitas vezes, associada à perda da dignidade humana. A essa contradição ou consequência da globalização soma-se uma certa precarização do trabalho: remuneração desigual, corte de “benefícios” como, por exemplo, assistência médica e, como já visto, a busca da informalidade.

Conforme Dowbor (2002), no processo chamado de proletarização os produtores transformam-se em proletários de seus próprios meios de produção. Isso também acontece com as categorias profissionais reconhecidas socialmente, como a categoria médica. Esses profissionais estão sujeitos às imposições dos planos de saúde, que dificultam o controle do profissional sobre suas práticas (DOWBOR, 2002).

Nesse sentido, uma profissão, para atuar nesse “novo cenário”, precisa contar com a colaboração da corporação na divulgação do seu trabalho às autoridades e, principalmente, demonstrar à sociedade sua necessidade. Assegurar a manutenção do grupo e planejar o desenvolvimento da profissão são objetivos comuns das profissões, em geral, para atuar nesse contexto pós-industrial. Esse contexto contribui para formar um pensamento presente nas associações profissionais ligadas à área da informação, em considerar imprescindível a adaptação dos profissionais à realidade da sociedade, seja antecipando as mudanças seja vivenciando-as já na formação profissional ou estabelecendo diretrizes para uma formação em contínua realização.

A ciência da informação, campo no qual estão agrupados alguns profissionais da informação e os pesquisadores da informação, recebe influência das transformações e demandas da sociedade. Isso faz com o que o grupo profissional repense extensivamente as estratégias de manutenção do seu papel junto à sociedade.

Antes de seguir, porém, é imprescindível tratar da noção de profissão, a fim de compará-la à compreensão do profissional da informação e apontar os relacionamentos deste com os pesquisadores da ciência da informação. Para ultrapassar a idéia de profissão como o grupo profissional portador, tão-somente, de uma formação de nível superior, é necessário apresentar uma definição mais ampla, que leve em conta as relações de poder e as coerções envolvidas no processo de legitimação de um espaço profissional. Para Starr (apud MCGUIRE, 1993, p. 5-6, tradução nossa): “Uma profissão é uma ocupação que regula sua própria sistemática de formação, requer treinamento e educação escolar, tem uma base tecnológica, conhecimento especializado e possui uma missão de serviço mais que o lucro; conservada essa orientação em seu código de ética.” O conhecimento especializado refere-se à base de conhecimento de que se utilizam os profissionais vinculados a uma profissão para executar seu serviço.

Conforme Freidson (1998), as profissões são detentoras de um conhecimento esotérico que as habilita a intervir na realidade social. A definição estreita de profissão a relaciona apenas à educação formal e às habilidades ocupacionais repassadas via instituições de ensino superior (FREIDSON, 1998, p. 51, 151). Um dos critérios para uma prática profissional ser aceita socialmente seria possuir um conhecimento reconhecido como tal pela sociedade e realizar aquele conjunto de práticas que a sociedade espera do profissional. O conhecimento especializado é um dos requisitos para que uma ocupação seja elevada ao posto de profissão. Esse conhecimento também divide o trabalho entre as

profissões. Entretanto, o “[...] conhecimento em si não dá um poder especial: somente o conhecimento exclusivo dá poder a seus detentores.” (FREIDSON, 1998, p. 104).

Para Freidson (1998, p. 154), profissões são aquelas que “[...] conquistaram o poder organizado de controlar elas próprias os termos, as condições e o conteúdo de seu trabalho nos locais onde realizam.” Tendo em vista que as profissões alcançaram um lugar de destaque, no século XX, muitas ocupações começaram a lutar pela condição de profissão, processo chamado de profissionalização (FREIDSON, 1998, p. 109).

Nesse sentido, as profissões são grupos específicos de ocupações que têm o monopólio das práticas, e, por isso, controlam autorizadamente seu próprio trabalho, além de poderem regular a formação de seus profissionais; elaboram estratégias políticas e legais para manutenção e expansão (da jurisdição) da profissão (FREIDSON, 1998, p. 147). Destacando as relações de poder entre os profissionais, o conceito de profissional da informação poderia ser visto também como uma justificativa simbólica para manter, controlar e expandir um espaço de influência na sociedade, além de objetivar a atualidade com as outras designações existentes na sociedade contemporânea (sociedade da informação, economia da informação, indústria da informação, sistemas de informação e outras).

Na organização das profissões deve-se notar a necessidade de especialização e da divisão do trabalho, mesmo dentro de uma categoria profissional. Dessa forma, pesquisadores e cientistas também fazem parte de profissões, mas estão posicionados em um espaço privilegiado e estratégico dentro da profissão. Eles estão alocados nos espaços de produção de conhecimento científico e de outros discursos que auxiliam na sustentação da profissão.

Freidson (1996, p. 145-146, 1998, p. 221-223) defende que a profissão abriga os estudiosos (pesquisadores e cientistas) em suas instituições de profissionalismo, ancoradas junto às universidades. Segundo o autor, esses pesquisadores têm a função de

inovar, produzir novos conhecimentos, competências e aprimorar técnicas já existentes para o melhoramento das práticas. As instituições do profissionalismo, amparadas pela profissão, promovem a inovação e a formação e financiam os estudos dos pesquisadores e cientistas. Nesse sentido, existe uma relação entre os pesquisadores e os profissionais, ao mesmo tempo em que há uma diferença, em virtude de os primeiros não se ocuparem tão diretamente do atendimento das necessidades da sociedade (FREIDSON, 1998, p. 221-223).

Os produtores do conhecimento de uma profissão são os seus pesquisadores, que devem fazer avançar o conhecimento de uma área profissional. No caso dos profissionais da informação, os pesquisadores em ciência da informação são os que possibilitam o avanço do conhecimento mediante a realização de pesquisas e estudos que, muitas vezes, versam sobre assuntos provindos da prática profissional, principalmente, na ciência da informação, que têm sua inclinação para a prática profissional reconhecida por seus construtores. Os pesquisadores atuam nesse campo científico chamado ciência da informação formulando teorias, técnicas e conceitos referentes ao seu objeto ou objetos de pesquisa; muitos, por sua vez, são originados dos problemas encontrados pelos profissionais. Esses pesquisadores, além de fazer avançar o estoque de conhecimento científico do campo, inovam, fortalecendo o conhecimento dos profissionais para disputarem espaços nos ambientes de trabalho. Percebe-se que não se pode tratar da organização de uma profissão sem delimitar as especificidades desse conjunto de profissionais.

No Brasil, os pesquisadores em ciência da informação, que na teoria de Freidson (1996, 1998), são os produtores de conhecimento científico e de outros discursos que alimentam a prática profissional, são os que atuam nas escolas e institutos de pesquisa e recebem o mais alto grau de reconhecimento da comunidade científica e profissional, na forma de fomento a suas pesquisas, desde as de cunho formativo, que resultam nas dissertações e teses, até as pesquisas que fazem parte da vida profissional de pesquisador. A

origem dos recursos foi comentada há pouco, quando se destacou o papel das agências de fomento brasileiras CAPES e CNPq. O investimento nas pesquisas desses pesquisadores significa a autorização oficial do conjunto de membros da comunidade científica e profissional para que os pesquisadores desenvolvam seu trabalho. Dessa forma, produzem conhecimentos científicos reconhecidos pelo grupo que dão ou deveriam dar base para o aperfeiçoamento das práticas profissionais.

Tendo-se em vista essa relação de dependência entre os pesquisadores e os profissionais da informação, é necessário apontar mais alguns elementos que contribuem para se compreender o profissional da informação como um conceito construído na relação com o contexto pós-industrial e globalizado descrito acima e as ações levadas adiante por instituições profissionais. Nessa relação, os pesquisadores garantem a produção de conhecimento e a formulação de discursos que fazem avançar a área como um todo, beneficiando a apuração do discurso dos profissionais, em especial; e os profissionais necessitam de conhecimentos, legitimando a atividade dos primeiros e outorgando o financiamento de seus estudos e pesquisas. Dentre as instituições profissionais destaca-se a FID que evoluiu desde sua fundação, em 1895, para promover o avanço profissional e científico do campo.

O profissional da informação é uma construção social tão recente quanto a ciência da informação. Segundo os autores analisados, a discussão sobre o profissional da informação começou a se intensificar na década de 1990, principalmente com o trabalho das organizações profissionais (FID, SLA e outras associações) de reunir os membros da profissão e as instituições do profissionalismo para estabelecer estratégias para a permanência de seu reconhecimento e de sua imprescindibilidade para a sociedade. Essas associações profissionais congregam tradicionalmente os profissionais conhecidos como arquivistas, bibliotecários, bibliotecários especializados, gestores de documentos e documentalistas. Nesse

sentido, as escolas que formam esses profissionais se voltaram, durante muito tempo, para a formação de um profissional capacitado para atuar no contexto industrial, e agora devem adequar suas estratégias pedagógicas e metodologias, bem como os conteúdos das disciplinas, para que seus profissionais possam exercer eficientemente sua profissão.

Em busca de estabelecer um novo conceito de profissional e propor uma renovação na formação de profissionais conhecidos tradicionalmente é que se procedeu a essa transformação. Entretanto, nota-se inconsistências no que tange à definição de profissional da informação pelos pares e a delimitação de um perfil ideal. No Brasil, o conceito desse profissional é debatido na literatura e até consta da preocupação das instâncias oficiais, que contribuem para legitimar os nomes dos profissionais.

Acredita-se que o perfil desse profissional não poderá desconsiderar demandas verdadeiramente sociais e privilegiar apenas grupos específicos da sociedade. Não obstante, como a educação desse profissional está pautada na concepção de formação de competências e habilidades requisitadas pelos empregadores e pela “sociedade globalizada”, é difícil verificar a adequação do seu perfil à realidade genuinamente brasileira, em que a maioria da população não dispõe de recursos básicos de educação e não faz uso pleno de equipamentos culturais⁷. Nesse sentido, muitas universidades e escolas de ciência da informação, geralmente públicas, já se prontificaram em formar especialistas para determinados segmentos empresariais. Veja-se o exemplo citado anteriormente dos cursos de biblioteconomia com ênfases e habilitações, a maioria claramente comprometida com demandas do setor produtivo e empresarial.

Quando se trata de profissional da informação, não se encontra uma definição clara e precisa, ou que, pelo menos, seja consensual. Pelo pouco que se revisou para

⁷ Equipamentos culturais são as edificações necessárias para realização das práticas culturais: bibliotecas, museus, centros culturais, arquivos; grupos de produtores culturais, orquestras e corais, por exemplo, e os aparelhos ou objetos que possibilitam a manifestação dessas práticas nestes espaços: livro, obra de arte, filmes e outros (COELHO, 1997, p. 165-166).

elaboração deste capítulo, excluindo as definições das instâncias oficiais ou quase oficiais (associações e organismos profissionais e científicos) que são impositivas, pode-se afirmar que entre os autores há um descompasso muito grande em relação ao profissional da informação e aos profissionais que podem ser qualificados por tal expressão.

Por exemplo, para Ponjúan Dante (2000, p. 92) o conceito de profissional da informação está em evolução. Segundo García Marco (2004, p 13), o profissional da informação é um agente importante do processo de transferência do conhecimento na sociedade do conhecimento. Em outro caso, o profissional da informação atua em arquivos, bibliotecas e museus, além de outros espaços públicos, privados e associativos (VALENTIM, 2002, p. 121), o que deixa subentender que ele deva ter, preferencialmente, formação arquivística, bibliotecária e/ou museológica. Para Jambeiro e Silva (2004), profissional da informação é o intermediário entre sistemas de informação e usuários, constituindo-se em ator-chave na sociedade da informação. Esses últimos autores referem-se a profissionais da informação como importantes agentes sociais, dotados de uma capacidade especial para atuar na sociedade, sendo requisitados para a resolução de problemas de informação da “nova sociedade”, seja qual for o adjetivo que receba (pós-moderna, pós-industrial, da informação ou do conhecimento). As características gerais da sociedade globalizada que fortalecem esses argumentos foram tratadas no início desta seção e por isso não serão aqui rediscutidas (ver página 161).

Em outros casos, o profissional da informação é definido como aquele que trabalha com a informação, o que dificulta ainda mais o entendimento se a definição não acompanhar um conceito de informação bem-definido. Por exemplo, os profissionais da informação seriam os que detectam, organizam, sistematizam, empacotam, avaliam e disponibilizam a informação (SMIT, 2000, p.130). Para Smit (2000), o objeto da ciência da informação é a informação; não todas as informações disponíveis na sociedade, mas aquelas

que foram registradas em algum suporte e que visam a atender um público efetivo ou potencial; sendo o conceito de estoque constante na formação e na atuação do profissional da informação.

Para Robredo (2003a, p. 161-162), o arquivista, o bibliotecário e o museólogo são considerados profissionais da informação, por terem a informação como objeto de trabalho. Entretanto, será que muitas outros profissionais, além dos graduados nestas três áreas, não trabalhariam com esse suposto objeto da ciência da informação? Dentre eles podem-se citar os administradores de sistemas e serviços de informação de distintas formações: engenharia, computação, sistemas de informação, gestão da informação, administração e outras. Muitos desses profissionais realizam as mesmas tarefas dos arquivistas, bibliotecários e museólogos, porém receberam formação em outras áreas do conhecimento.

Segundo Ponjuán Dante (apud PONJUÁN DANTE, 2000, p. 93, tradução nossa), profissionais da informação são

[...] aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente a qualquer etapa do ciclo de vida da informação e, portanto, devem ser capazes de operar eficiente e eficazmente tudo que se relaciona ao manejo da informação nas organizações de qualquer tipo ou em unidades especializadas de informação.

Se dentro desse ciclo de vida da informação se incluir o consumo da informação ou a organização da documentação, pode-se dizer que muitos profissionais de profissões reconhecidas ou de ocupações que ainda não adquiriram poder suficiente sobre seu trabalho podem ser chamados de profissionais da informação. Um dos pontos importantes dessa definição é a execução do trabalho em unidades especializadas de informação, isto é, instituições reconhecidas por suas funções centrais de compilação e distribuição de informação.

Acredita-se, a partir dessas referências, que a expressão “profissionais da informação” é utilizada como nova nomenclatura, ainda não estabelecida por completo, que

se apóia em profissões já existentes não pertencentes ou vinculadas às mesmas ciências e categorias que apóiam as associações SLA e FID, entre outras. Parece que essas diversas categorias profissionais descobriram que lidam com a informação e, já que a informação tornou-se imprescindível para a existência humana nesta sociedade pós-industrial, é preciso que os profissionais se reúnam para propor novas soluções para tratar os problemas de informação e gerenciar a informação na sociedade e, de alguma forma, reafirmar a necessidade da categoria como alternativa viável para o bem-estar da sociedade, no que diz respeito aos problemas de informação. Nesse sentido, as associações profissionais mais atuantes previram essa lacuna e implementaram um trabalho de construção consciente e estratégica do profissional da informação, tanto no nível conceitual quanto no nível prático. Como ressaltou Freidson (1998, p. 154), as profissões detêm o poder de controlar as condições de realização do seu trabalho, e - por que não? - também de propor novas nomenclaturas e concepções de profissionais que reforçam sua essencialidade junto à sociedade.

Particularmente, nessa direção estão as pesquisas que procuram caracterizar esse novo profissional, destacando, em outros termos, o perfil do profissional segundo as exigências dos empregadores de um setor específico ou do conjunto da sociedade, a avaliação da eficácia da formação do profissional da informação e o espaço de trabalho, sua identificação e descrição e o impacto das tecnologias de informação e comunicação sobre a formação e atuação dos profissionais. Exemplo de estudos condizentes com esses objetivos foi o realizado por Tomaél e Alvarenga (2000). Segundo as autoras, há a necessidade de acompanhar as mudanças, alinhando-se aos “novos tempos”, pois

Os conhecimentos e as habilidades que ontem eram suficientes, hoje já não o são mais; a exigência é bem maior e o indivíduo que está se iniciando em uma profissão, precisa ter uma formação consoante com os novos tempos e estar preparado para competir com os que já atuam e têm experiência. (TOMAÉL; ALVARENGA, 2000, p. 81).

As associações de profissionais bibliotecários desenvolvem estudos relativos à definição do profissional da informação, seu perfil frente às novas exigências dos empregadores e as competências necessárias para se manterem empregados e/ou empregáveis. Novamente, as instituições ligadas à ciência da informação têm um papel de destaque na promoção e manutenção de seus profissionais. Com a especialização dos profissionais, cada vez mais constante, cresce a necessidade de progredir no que se refere ao aperfeiçoamento dos conhecimentos profissionais, bem como no estabelecimento de habilidades e competências, como garantia de retorno para quem compra os serviços profissionais. Nesse sentido, foram citadas as instituições SLA e FID, porque possuem um papel ativo nessa construção, assim como o tiveram em toda a história da ciência da informação, desde o incentivo à discussão dos temas mais pertinentes até a fixação de novas expressões que, teoricamente, representam novas realidades.

A respeito do conceito “profissional da informação”, segundo Guimarães (1997, p. 124, 126, 127), Targino (2000, p. 62) e Ponjuán Dante (2000, p. 95-96), foi a FID a instituição que trabalhou ativamente no estabelecimento do conceito de profissional da informação, a partir da década de 1990. Com esse intuito, em 1992, a FID criou o grupo *Special Interest Group / Modern Information Professional (SIG/MIP)* (GUIMARÃES, 1997, p. 127).

O resultado desses trabalhos foi o conceito de Moderno Profissional da Informação (MIP). Conforme Ponjuán Dante (2000, p. 98), a FID introduziu este conceito há mais de dez anos e, acrescenta-se, o conceito parece ter sido bem aceito pelo grupo de profissionais no Brasil. Isto pode ser constatado pela preocupação, principalmente por parte de professores de biblioteconomia e ciência da informação em agilizar o processo de transformação dos bibliotecários em MIPs. Um dos componentes do perfil desse profissional são as competências para gerenciar a informação; ou seja, quando se costuma definir o

moderno profissional tende-se a destacar o papel da gestão da informação e da tecnologia da informação para a atividade do profissional da informação.

Agregam-se ao conceito de moderno profissional da informação os aspectos do perfil deste profissional, para condicionar o perfil à flexibilidade da sociedade pós-industrial e globalizada. Nesse discurso o profissional deve, resumidamente, conhecer em profundidade as novas tecnologias de informação para utilizá-las de modo apropriado nos contextos em que se insere; além disso, ele deve ser criativo, inovador, flexível, ter consciência da importância da educação continuada e da necessidade de se atualizar para estar integrado às mudanças ocorridas no interior da sociedade. Ele deve, além do mais, ter capacidades cognitivas e as habilidades necessárias para sua estabilidade no mercado, isto é, possuir um perfil adequado e simpático às necessidades dos empregadores.

De modo geral, são constantes os argumentos elaborados com essas características. Além disso, alguns autores aceitam essas idéias sem muitas contestações, pois o objetivo é formar esse novo tipo de profissional que a “sociedade” em geral “pede”, “precisa” e “exige”. Nesse sentido, é reveladora a análise de Guimarães (1997, p. 133): “Como se percebe, o MIP é hoje uma realidade (e, ao que parece, veio para ficar!) reflexo de um contexto sócio-econômico mundial.”

Conforme observou Freitas (2003), determinações desse tipo ocultam os verdadeiros agentes do processo histórico. Nessa lógica, é nítido o seguinte pensamento: já que esse contexto é uma realidade dada *a priori*, o que resta é buscar aproximar-se dela. Sendo uma realidade mundial, não existe outra possibilidade de formação de profissionais da informação: resta seguir esse rumo ou perecer. Assim oculta, por exemplo, a desmobilização gradativa da reflexão dos problemas sociais e econômicos, a qual condiciona e restringe as ações dos profissionais, ao mesmo tempo em que explicita a tendência que privilegia os

setores empregados, os que oferecem os melhores cargos e salários, uma das principais vias do reconhecimento profissional dentro desta lógica.

Nesse sentido, os profissionais da informação também são os que devem ter capacidade de gerir serviços de informação e lidar com tecnologias de informação. Esse aspecto é destacado nas listas de competências necessárias aos profissionais. Por exemplo, a SLA (ABELS et al., 2003) define profissional da informação nestes termos:

Um Profissional da Informação (PI) usa estrategicamente a informação em seu trabalho para fazer avançar a missão da organização. O PI executa isso para o desenvolvimento, distribuição e administração dos serviços e recursos de informação. O PI subordina a tecnologia como uma ferramenta crítica para executar metas. Em PIs incluem, mas não se limitam aos bibliotecários, gestores do conhecimento, gerentes de informação, desenvolvedores de Web, agentes e consultores de informação.

As competências necessárias para esse profissional são: administrar organizações de informação; administrar recursos de informação; administrar serviços de informação e aplicar tecnologias e ferramentas de informação (ABELS et al., 2003). Outras associações e organismos profissionais espalhados pela Europa estão instituindo requisitos e propondo competências para o profissional da informação. Entre esses estão o Conselho da Europa, a Comissão de Biblioteca e Informação do Governo da Grã-Bretanha e o *Institute of Information Scientists* (IIS) (GONZÁLEZ; TEJADA, 2004). Não se tem aqui a intenção de descrever as competências profissionais e pessoais dos profissionais da informação, pois muitos estudos e trabalhos são dedicados especificamente ao tema (VALENTIM, 2000bc, 2002; PONJUÁN DANTE, 2000; GONZÁLEZ; TEJADA, 2004). O que se objetiva aqui é compreender o conteúdo dessa concepção e em que ela se baseia, a ponto de ser tão influente para a constituição do conceito de profissionais da informação.

Como mostram González e Tejada (2004), na Europa existe um movimento para estabelecer as “eurocompetências” dos profissionais da informação e da documentação. Esforço nessa direção está sendo realizado no âmbito do Mercado Comum do Sul

(MERCOSUL), estabelecendo competências necessárias para os profissionais da informação dos países da Região Sul da América; competências pelas quais as escolas desta região devem se pautar. As escolas de biblioteconomia e ciência da informação do Brasil, em nível de graduação, estão sendo influenciadas pelas decisões e acordos em nível sul-americano; algumas estão diretamente engajadas na planificação dessas competências.

Quanto a competências profissionais são elucidativas as considerações no âmbito do Mercosul, segundo as quais elas são “[...] o conjunto das habilidades, destrezas, atitudes e conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecido e aceitável.” (ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2000 apud VALENTIM, 2000c, p. 17, tradução nossa). Está claro, são habilidades, conhecimentos e destrezas, sejam teóricos ou práticos, com um fim determinado, isto é, competência profissional no âmbito das escolas de biblioteconomia e ciência da informação do Mercosul é um tipo de conhecimento com um fim definido. Cumprir uma função culmina em uma ação prática.

Acredita-se que, basear a formação na constituição de competências é fornecer ao futuro profissional a mentalidade de que todo o conhecimento deve ser aplicado ou deve estar atrelado a um retorno para quem compra o serviço, pois o conhecimento deve ser gerado para um propósito. Assim parece destituir o sujeito de sua autonomia, que lhe possibilita compreender suas práticas profissionais e os pressupostos que orientam a intervenção prática, o que apenas um conhecimento mais reflexivo permitiria questionar.

É essa autonomia que possibilita a resistência e o pensamento crítico, principalmente, em relação às concepções genéricas que objetivam o consenso, tais como, por exemplo, a inevitabilidade da globalização dos mercados e dos consumidores, a inviabilidade e impossibilidade de se pensar a ruptura com as relações de trabalho flexíveis, a

competitividade e o consumo como as únicas formas de ação afirmativa. É esse posicionamento frente aos problemas sociais, políticos e econômicos que serviria como meio de o profissional compreender seu contexto e condição social e suas ações enquanto um agente social que interfere na realidade construída por sujeitos.

O discurso das competências encontra-se envolto pelas noções de mercado de trabalho. Esse é considerado explicitamente nos discursos como o empregador autoritário que determina o nível das mudanças e os necessários ajustes para uma formação profissional adequada às suas exigências. Isso pode ser verificado em algumas passagens de trabalhos em que são discutidas a questão das competências profissionais e a necessidade imprescindível da reformulação dos currículos profissionais.

A esse respeito sustenta Valentim (2002, p. 118):

Os profissionais da informação precisam, cada vez mais, ter uma formação que permita atender uma determinada demanda social. No entanto, só a formação também não resolve a questão, ou seja, para que os profissionais da informação ocupem os espaços a eles destinados, no mercado de trabalho, é necessário que a formação defina um perfil de profissional que se deseja e tão importante quanto a formação é que haja ações que divulguem o profissional para o mercado empregador.

Nesse sentido, são construídos discursos que ressaltam a importância da educação na formação profissional (graduação, pós-graduação e continuada) e na instrumentalização de habilidades para o profissional atuar na sociedade pós-industrial e globalizada. Apesar da ênfase na formação dos profissionais da informação com demasiada orientação ao atendimento dos setores empregadores, existem alguns discursos dissidentes que buscam problematizar a questão e discordar dessa corrente mais geral. Por exemplo, Almeida Júnior (2002, p. 135) observa que “A alteração do perfil do profissional não pode estar atrelada exclusivamente à tentativa de satisfazer uma exigência de mercado. Essa postura, embora hegemônica na literatura brasileira sobre o assunto, deve ser mais bem debatida e discutida.”

Segundo Moraes (2002), a educação tornou-se estratégica no momento atual, sendo reconhecida tanto pelos organismos multilaterais - Banco Mundial, Unesco, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), MERCOSUL e União Européia e governos nacionais - quanto pela população em geral como essencial para solucionar os problemas da sociedade.

De fato, o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informações e, em decorrência, a educação foi eleita estratégica para fazer face à velocidade das mudanças. Se o mundo virou pelo avesso, a educação deve acompanhá-lo na reviravolta. A escola tradicional, a educação formal, as antigas referências educacionais, tornam-se obsoletas. É preciso, agora, elaborar uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza. O discurso é claro: não basta apenas educar, é preciso assegurar o desenvolvimento de “competências” (*transferable skills*), valor agregado a um processo que, todavia, não é o mesmo para todos. Para alguns, exige níveis sempre mais altos de aprendizagem, posto que certas “competências” repousam no domínio teórico-metodológico que a experiência empírica, por si só, é incapaz de garantir. Para a maioria, porém, bastam as “competências” no sentido genérico que o termo adquiriu hoje em dia, e que permitem a sobrevivência nas franjas do núcleo duro de um mercado de trabalho fragmentário, com exigências cada vez mais sofisticadas e níveis de exclusão jamais vistos na história [...] a ela [educação] é atribuída a função de formar a força de trabalho com as “competências” necessárias para atender ao mercado. (MORAES, 2002).

A recorrência a essa longa citação se justifica por contextualizar devidamente a noção de competência de que correntemente se valem os argumentos antes apresentados sobre a formação dos profissionais da informação. Moraes (2002) defende que as competências estão associadas estritamente à lógica do mercado produtivo. A noção de competência profissional tem como fundamento que o valor de um conhecimento está associado ao sucesso de sua execução ou demonstração prática e, dessa forma, consegue responder mais eficientemente e pragmaticamente à demanda estabelecida.

Um profissional competente seria aquele capaz de executar concretamente uma ação com grande probabilidade de êxito. É o profissional que resolve problemas numa organização, analisa e avalia situações de risco para uma empresa de forma eficaz. Ele é reconhecido como aquele profissional que sabe fazer, demonstrando seu saber na prática. Entende-se que competência, nesses moldes, é um tipo de conhecimento exteriorizável, e é

dessa maneira que pode ser transferida e assimilada por outras pessoas, além, é claro, de sempre estar voltada para uma meta ou objetivo previamente estipulado. A autonomia do profissional sobre essa modalidade de conhecimento (competência) encerra-se na impossibilidade dele de decidir esse fim ou a meta. Não é o profissional quem estipula os propósitos de sua ação ou o objetivo a alcançar mediante as competências, mas sim, o empregador e a organização.

Duarte (2003, p. 5) classifica a pedagogia das competências na categoria das pedagogias do “aprender a aprender”, consideradas pelo autor uma corrente educacional contemporânea. Segundo ele, a pedagogia das competências funciona adaptando o sujeito a uma nova realidade social, bem-adequada aos propósitos dos agentes empregadores. Essa perspectiva está de acordo com a inquietação de Moraes (2002), mas acrescenta o papel das competências no condicionamento e aceitação da realidade social como esta se apresenta. A esse ponto Duarte (2003, p. 12) conclui:

O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar os indivíduos, formando neles as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. (DUARTE, 2003, p. 12).

A partir dessa reflexão pode-se observar que a noção de competências, a necessidade de sua formação e a sua viabilidade para o mercado de trabalho estão sendo enfatizadas na formação dos profissionais da informação, no contexto nacional e latino-americano, objetivando o aperfeiçoamento profissional. A compreensão da importância das competências também parte das instituições oficiais como o MEC, conforme ressaltado por Moraes (2002) e, influencia as associações de escolas, em biblioteconomia e ciência da informação no Brasil e na América Latina.

Em escala mais ampla, as diretrizes que contribuem para ratificar o conceito e a ideologia das competências foram fixadas nos relatórios sobre educação da Unesco. A partir da análise do trabalho de Werthein e Cunha (2000, p. 10), pode-se afirmar que o Relatório Faure, de 1972 mostrou que a educação deve ser considerada, entre outras coisas, como algo permanente. Nesse sentido, é imprescindível estudar por toda a vida e com isso ter condições de adaptar-se a trabalhos diferentes. Já o segundo relatório, resumido pelos autores Werthein e Cunha (2000, p. 15), o Relatório Delors, publicado em 1998, aponta, sobretudo, para a necessidade de criar e desenvolver talentos e potencialidades para enfrentar a mundialização das atividades humanas, os problemas decorrentes da globalização e, de modo geral, as incertezas dessa “nova realidade”.

Desse modo, as pedagogias do “aprender a aprender” encontram nesses relatórios discursos que as legitimam oficialmente. Essas observações acompanham o que se discutiu nas seções precedentes a respeito do papel das instituições, atuando decisivamente na concretização das propostas e na construção social da ciência da informação.

Por fim, verifica-se que o discurso oficial também contribuiu para assentar a definição de profissional da informação e facilitar sua identificação social. A análise do discurso oficial empreendido por Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no Brasil, pode revelar as nuances conceituais exigidas para se refletir sobre a definição de profissional da informação, quais são suas atribuições e quem está autorizado a se ocupar como profissional da informação na sociedade brasileira. Consideram-se essas definições e classificações oficiais por serem empreendidas pelo MTE, legítimo representante do governo brasileiro para estes assuntos. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do MTE, edição de 2002, traz uma nova família denominada “Profissionais da Informação”, na qual se inclui o bibliotecário, o documentalista e o analista da informação. A CBO também descreve sumariamente o conteúdo dessa profissão e as atividades que seus praticantes executam.

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso à geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (CLASSIFICAÇÃO..., 2002, p. 269).

Apesar de não trazer como uma das famílias afins a família dos arquivistas e museólogos, boa parte do conteúdo da descrição da profissão destes últimos⁸ não difere do conteúdo das atividades descritas para os profissionais da informação. Disponibilizar e dar acesso à informação são atividades muito próximas e, vistas desse ângulo de descrição, as duas famílias de profissionais poderiam se apresentar sob a mesma denominação, ou pelo menos como famílias afins. Nas duas descrições, independentemente do ambiente em que atuem, os profissionais se associam no objetivo de possibilitar a geração de conhecimento, seja por “ações educativas ou culturais”, do lado da família de arquivistas e museólogos, seja via “acesso e geração do conhecimento”, por parte da família dos profissionais da informação. Apesar de outras possíveis similaridades, o que se verifica no discurso exposto na CBO é a busca de empreender a diferença, enfatizando aquilo que se acredita ser relativamente próprio: a instituição em que atua o profissional, os tipos de material e o público para o qual o serviço do profissional se destina.

Nota-se também na CBO que outras ocupações complementam a composição do espaço em que atuam, tanto profissionais da informação quanto arquivistas e museólogos. Os técnicos e auxiliares dessas duas famílias (códigos 3711 e 4151, respectivamente) atuam em espaços de informação e se inserem nos estratos mais baixos da hierarquia desse campo. Os postos mais altos são disputados pelos profissionais da informação, arquivistas e museólogos. A referência a essa hierarquia e a essas ocupações

⁸ Descrição sumária: “Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas.” (CLASSIFICAÇÃO..., 2002).

auxiliares e técnicas aumenta o número de profissões presentes nas disputas pela definição e redefinição de conceitos de profissionais que se realizam no âmbito simbólico.

O grupo que sistematiza as descrições dessas profissões é constituído por especialistas que, de uma forma ou de outra, objetivam uma visão do mundo das descrições ocupacionais. No caso da CBO, para profissionais da informação, foram membros dessas comissões os profissionais, os professores-pesquisadores, as instituições ligadas à biblioteconomia (associações, sindicatos, conselho e escolas) e as bibliotecas. Estes efetivamente definiram o que é que faz e quem pode ser profissional da informação. Isso justifica a exigência explícita na CBO (2002, p. 269), que estipula que para ocupar-se como um profissional da informação é requerido o bacharelado em biblioteconomia e documentação, ou seja, uma forma invariável de acesso à profissão. O mesmo não ocorre na descrição da família de arquivistas e museólogos. Apesar de essas profissões requererem formação acadêmica nestas áreas, constata-se que não é incomum a presença de profissionais de outras formações atuando em museus e arquivos (CLASSIFICAÇÃO..., 2002, p. 271).

Essa invariabilidade para ser considerado profissional da informação representa a mobilização de um grupo profissional para empreender uma classificação do profissional da informação, e pode ser utilizada para legitimar e/ou reforçar uma divisão na organização das profissões correlatas. Nesse sentido, os únicos que podem ser reconhecidos como profissionais da informação são os bibliotecários, e estes na CBO têm pouca ou nenhuma relação com a família de arquivistas e museólogos.

Essa classificação não significa apenas uma simples separação no discurso registrado. Se se considerasse a CBO como uma classificação oficial, no sentido atribuído por Bourdieu (1989b), verificar-se-ia a tentativa de implementar uma diferenciação entre os grupos profissionais. A classificação ordena o discurso, posto que na descrição dos profissionais da informação são separadas e colocadas de lado as outras ocupações.

Procedimentos desse tipo buscam objetivar uma distinção também nas práticas sociais, isto é, propor uma delimitação legítima, oficial, notória, a ponto de se apresentar como natural (BOURDIEU, 1989b, p. 115).

Aqui não se entra no mérito de defender ou desaprovar a noção veiculada pela CBO sobre profissionais da informação. O que se procura é identificar como se manifestam nessas categorizações as disputas por espaços e títulos profissionais, podendo beneficiar o grupo que os detém. A categorização da CBO expressa uma relação prática entre o profissional da informação e os outros profissionais que intenta ser real na medida em que estabelece uma relação de justaposição. A hierarquia apresenta-se, nesse caso, na impossibilidade de acesso de outros profissionais à posição de profissional da informação, garantindo vantagens a este último no que tange o privilégio de se identificar autorizadamente como profissional da informação. Além disso, o caráter notório da CBO, devido a sua procedência (MTE), contribui para a naturalização dos argumentos que defendem que os bibliotecários, os documentalistas e os analistas de informação são os legítimos profissionais da informação.

Deve-se notar, por fim, que a família “Profissionais da Informação” consta na CBO a partir da versão de 2002. Mesmo assim, Robredo (2003a, p. 162-163) constata que as definições ocupacionais da área são descritas como atividades rotineiras e práticas, além de relacionar arquivistas e museólogos fora da lista dos profissionais da informação. Para o autor esses perfis são ultrapassados e já não condizem com a realidade da sociedade. Também sobre a CBO de 2002, Crivellari (2003) afirma que houve um desmembramento do grupo de ocupações formado por bibliotecários, arquivistas e museólogos, e a formação de uma nova família, a dos profissionais da informação, da qual fazem parte, dentre estes, apenas os bibliotecários.

Tendo identificado a parcialidade das instituições profissionais, científicas e multilaterais na construção da ciência da informação e do conceito de profissional da informação, além dos governos das Nações-estado desenvolvidas e em desenvolvimento, é prudente retomar as afirmações dos primeiros parágrafos deste capítulo, em que se declarou que a ciência da informação é uma construção humana, constituída continuamente pelas iniciativas de instituições e de agentes individuais. Dessa forma, confirma-se um vínculo com propósitos sociais e com demandas específicas para seu desenvolvimento.

De um modo mais específico, os conceitos de competência e de profissional da informação concebidos por instituições oficiais e dispostos nos trabalhos de alguns autores, revelam a preocupação com a manutenção de um monopólio de práticas e, se possível, a expansão desse monopólio, buscando um reconhecimento, primeiramente simbólico, seja considerando as mudanças contextuais da sociedade pós-industrial que fizeram surgir um “novo” e “moderno” profissional, seja de maneira mais impositiva, via discursos legitimadores, tal como o esboçado na CBO, de 2002.

Como também pôde ser verificado ao longo do capítulo, o entendimento do que seja a ciência da informação não poderia ser vislumbrado a partir de definições-padrão, sem referências ao contexto histórico, social, econômico e político que condicionou e condiciona o seu desenvolvimento. Assim, presume-se que foi possível perceber, em especial, o papel efetivo das instituições, das mais variadas naturezas e origens, na construção social da ciência da informação, estabelecendo os temas de pesquisa e até o modelo de formação de seus profissionais. Salientam-se ainda outras informações a respeito da origem da ciência da informação; do seu desenvolvimento, antes até do nascimento da documentação; do contexto do desenvolvimento científico e tecnológico do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) nos países desenvolvidos; do processo de institucionalização da ciência da informação em outros países; do conceito e das definições do profissional da informação, imprescindíveis

para a compreensão da questão profissional; das outras configurações sociais que certamente influenciaram a estruturação da ciência da informação nos moldes em que a conhecemos; dos diversos conceitos de ciência da informação e de seu objeto de pesquisa; dos outros esquemas para compreender as etapas ou estágios do pensamento dos teóricos da ciência da informação, que não unicamente os paradigmas propostos por Capurro (2003), além de tantos outros. Estes são alguns dos tópicos cuja importância para a compreensão abrangente da ciência da informação se tem plena consciência. Mesmo sabendo-se dessas e de outras limitações e deficiências do capítulo, procurou-se esboçar, na medida do possível, o que se acredita ser de mais essencial a respeito da ciência da informação, sua história, institucionalização e relações profissionais.

4 FUNDAMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Requisitos Teórico-metodológicos da Pesquisa

As representações elaboradas coletivamente pelos pesquisadores em ciência da informação no Brasil a respeito do campo da ciência da informação foram objeto de análise desta pesquisa. Para estudá-las, foram necessários a teoria das representações, exposta no capítulo dois desta dissertação, e alguns procedimentos e estratégias metodológicas que evidenciassem as representações do grupo expressas em seu discurso. Com esse intuito, utilizou-se a técnica de análise e de síntese de dados chamada de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Neste capítulo tratar-se-á de apresentar a técnica do DSC e detalhar os procedimentos requeridos para sua execução na presente pesquisa. Além disso, descrevem-se a técnica, o instrumento de coleta dos dados, os critérios de escolha da população de pesquisadores e indica-se a linha teórica pela qual se pautou a interpretação dos resultados.

4.1.1 Fundamentação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

Para a análise e interpretação dos dados utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que é “[...] uma proposta de organização de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas, etc.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 15-16). O DSC facilita a tabulação dos dados, a sistematização e a análise das respostas, pois consiste em uma estratégia diferente de categorização, no sentido de não separar os discursos individuais dos coletivos, mas uni-los em um discurso coletivo. Como Lefèvre e Lefèvre (2003) explicam, é uma soma de pensamentos na forma de conteúdo discursivo.

Uma das bases do DSC, segundo Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 27), é a semiótica peirceana, principalmente as contribuições de Peirce relativas à cadeia semiótica e

às definições de signo¹ e interpretante². O discurso é entendido na concepção peirceana como signo de um objeto que evolui nas várias releituras que recebe, afastando-se do objeto de representação³ cada vez que é realizada uma nova releitura.

Para Peirce (1972, 2000), o signo representa um objeto, mas não em todas as potencialidades deste objeto, e sim, em um de seus aspectos particulares, que seria o caráter mais significativo do objeto, isto é, o fundamento do signo. O objeto do signo não é necessariamente algo externo à mente humana (fatos, eventos e objetos físicos, por exemplo). Os signos também podem ser constituídos de objetos de signos, como signos mais evoluídos que significam o signo-objeto da representação. O interpretante é um signo que fornece o sentido de um signo que representa um objeto. O discurso, nesse caso, é um signo passível de representação e interpretação. O pensamento é interpretado pelo discurso, ou seja, o discurso é, além da materialização do pensamento, uma interpretação do pensamento, não se colocando como o pensamento de primeira mão (o que originou o discurso), como ocorre com todas as suas potencialidades, mas é a tradução desse pensamento.

Nesse sentido, o que fazem Lefèvre e Lefèvre (2003) é mostrar que o discurso, sendo signo-interpretante do pensamento, caso seja representado e interpretado demasiadamente se distanciará do objeto do signo ou do pensamento que deu origem aos discursos. Por isso, os autores (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003) apontam para os problemas da categorização nas análises dos materiais discursivos.

As categorias explicitadas nas análises de dados qualitativos estariam em um quarto nível de interpretação em uma cadeia semiótica, em que o primeiro nível seria o do

¹ Signo, na definição mais geral de Peirce, é um primeiro que se coloca em relação a um segundo para determinar um terceiro que é seu interpretante. Um signo representa alguma coisa, seu objeto, por este é determinado; o processo de representação somente é concluído quando dá origem a um outro tipo de signo, que interpreta o primeiro, chamado de interpretante.

² Interpretante é considerado na semiótica peirceana o terceiro correlato do signo, sendo: signo (primeiro), objeto (segundo) e interpretante (terceiro). O interpretante é também um signo, pois é a representação de uma representação. É o sentido, o significado ou a concepção geral atribuída ao signo interpretado.

³ Representação: processo pelo qual um signo se coloca no lugar de um objeto, tomado como o próprio objeto por possuir alguma qualidade ou capacidade nele encontrada. Representar na concepção peirceana é *ser* em algum aspecto e não apenas estar no lugar.

signo-objeto-pensamento do sujeito (seu próprio pensamento como signo e como objeto de signos), o segundo é sua representação potencial no tema do roteiro ou da questão do instrumento de coleta de dados; o terceiro estaria no próprio discurso produzido pelo sujeito que interpreta tanto o tema proposto na questão de pesquisa quanto seu próprio pensamento (objeto inicial das demais representações). Nessa direção, com o objetivo de solucionar o problema do distanciamento do objeto de referência dos discursos, Lefèvre e Lefèvre (2003) sugerem que depois de descritas as idéias centrais e as ancoragens (figuras metodológicas que serão definidas na próxima seção, ver página 189) constantes dos discursos, apresentem-se os próprios discursos para efeito de comparação, comprovação e demonstração. Esse processo retoma e/ou retorna à fala do social que é o signo mais próximo do pensamento (signo) que o originou.

O processo de categorização distancia o pesquisador do material discursivo em estado bruto. Nessa ótica, o pesquisador trabalha com as representações do discurso que, como visto, já estão representando outro objeto (o pensamento). O discurso, na condição de material bruto para a cadeia semiótica, representa o pensamento “mais fielmente”, por ser o resultado da última interpretação do pensamento disponível para análise. Contudo, Lefèvre e Lefèvre (2003) não descartam as categorias, apenas as utilizam de modo a facilitar a reunião das falas individuais e, em um processo subsequente, reutilizam-nas para juntar os discursos e formar um discurso coletivo.

A cadeia semiótica, da qual se valem Lefèvre e Lefèvre (2003), para Peirce (1972, 2000) é mais bem expressa no termo “semiose”, que nada mais é do que o processo contínuo de interpretação em que um signo representa seu objeto e este signo na seqüência será representado por um outro signo, seu interpretante. Esse interpretante do signo, por sua vez, será objeto de novas interpretações.

Parece que a intenção de Lefèvre e Lefèvre (2003), ao buscarem a base peirceana para compreender a produção e evolução dos discursos, foi aproximar o pesquisador das representações sociais do pensamento da coletividade, mesmo sabendo que este pesquisador obterá, deste conjunto de pensamentos, apenas os discursos (signos do pensamento); porém estes levam vantagem em relação à esterilidade e à frieza da forma de apresentar os dados e em discussões fundamentadas na categorização pura e simples.

4.1.2 Técnica de análise Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa na medida em que visa a analisar o pensamento que uma coletividade tem a respeito do tema proposto. “Quando se diz que uma pessoa ou uma coletividade *têm* um pensamento sobre um dado tema, está-se dizendo que ela **professa, ou adota, ou usa um ou vários discursos sobre o tema.**” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 14). O DSC é utilizado para estudar conjuntos de discursos, formações discursivas ou representações sociais (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 16). Desse modo, a técnica adaptou-se à presente pesquisa por propiciar o levantamento das representações (pensamentos) dos sujeitos, representações estas que devem ser consideradas como um discurso da realidade.

O DSC é a manifestação do pensamento de um sujeito coletivo na forma de discursos. Esse discurso expressa os traços do pensamento da coletividade na qual o sujeito individual está inserido, exprime o que o grupo pensa e como pensa. “O Sujeito Coletivo se expressa, então, através de um discurso emitido no que se poderia chamar de *primeira pessoa (coletiva) do singular* [...]” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 16). Os autores referem-se a uma primeira pessoa coletiva, porque o sujeito individual fala em nome do grupo ao qual pertence. Suas considerações e análises a respeito de um tema dado são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas.

Para a elaboração do DSC utilizam-se as figuras metodológicas: Expressões-Chave, Idéias Centrais, Ancoragem e Discurso do Sujeito Coletivo.

“As expressões-chave (ECH) são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, que devem ser sublinhadas, iluminadas, coloridas pelo pesquisador, e que revelam a essência do depoimento [...]” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 17). Essas expressões-chave servem para comprovar a veracidade das idéias centrais e das ancoragens. É o material discursivo em estado bruto.

É chamada Idéia Central (IC) a descrição precisa e direta dos significados do conjunto dos discursos que foram analisados e destacados nas expressões-chave. A Idéia Central “[...] é um nome ou expressão lingüística que revela e descreve, da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH, que vai dar nascimento, posteriormente, ao DSC.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 17).

A Ancoragem (AC) é a figura metodológica que indica a teoria, o pressuposto, a corrente de pensamento e o fundo do conhecimento que o sujeito compartilha e aceita de uma maneira natural para representar um dado fenômeno da realidade. A Ancoragem é “[...] a manifestação lingüística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que, *na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para ‘enquadrar’ uma situação específica.*” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 17). Essa figura metodológica é inspirada na teoria das representações sociais porque trata a ancoragem como um dos processos fundamentais para a construção das representações sociais de um grupo.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é um discurso que resume o exposto nas várias expressões-chave, tomando por base as idéias centrais ou as ancoragens que são comuns a um determinado discurso; além disso, é redigido na primeira pessoa do singular

(LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 18). O DSC une os discursos semelhantes e complementares dos sujeitos em um único discurso, que representa a manifestação do pensamento do grupo em relação a um tema específico. Na análise do DSC pode ocorrer que discursos sejam visivelmente diferentes e/ou antagônicos; estes devem ser apresentados separadamente, procedimento este obrigatório para a aplicação da técnica.

Os discursos que se apresentarem como complementares devem compor o mesmo discurso. Nesse sentido, Simioni, Lefèvre e Pereira (1996) apontam para a existência de uma outra figura metodológica, chamada de “desdobramento”. O desdobramento é uma figura metodológica muito semelhante à idéia central principal, utilizada na descrição das expressões-chave, mas é uma idéia central secundária ou complementar que nem por isso deve ser descartada no processo de descrição dos conteúdos das expressões-chave selecionadas.

Para a tabulação dos dados do DSC seguiu-se a orientação de Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 46-57), que dividem em seis passos este procedimento: 1. Analisar isoladamente as respostas de cada uma das questões, montando o Instrumento de análise de discurso 1 (IAD 1), com 3 (três) colunas: a primeira para as expressões-chave, a segunda para as idéias centrais e a terceira para a ancoragem, se a houver, além de codificar cada um dos respondentes neste instrumento. 2. Colocar em *itálico* as expressões-chave das idéias centrais e, em *itálico* e sublinhado as expressões-chave das ancoragens, se as houver. 3. Identificar as idéias centrais e as ancoragens e inseri-las na segunda e terceira colunas respectivamente. 4. Identificar e agrupar as idéias centrais e as ancoragens com o mesmo sentido, sentido equivalente e/ou complementar. 5. Denominar cada agrupamento de A, B, C etc., criando uma idéia central ou ancoragem para cada um dos grupos. 6. Copiar do primeiro IAD 1 as expressões-chave do mesmo grupo e inseri-las no Instrumento de análise do discurso 2 (IAD 2) composto de duas colunas, a primeira para as expressões-chave e a segunda para o DSC.

Nessa última coluna, é construído o DSC correspondente às expressões-chave coletadas. Os autores ainda recomendam que, para a construção do DSC, deve-se seguir uma lógica de organização do discurso, fazendo uso de conectivos e verificando sua coesão; além disso, é necessário excluir exemplos e questões particulares, processo chamado desparticularização.

4.2 Detalhamento da Metodologia Empregada

4.2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa foi do tipo qualitativo, caracterizada principalmente pela forma não estatística de analisar, interpretar e apresentar os dados. A pesquisa qualitativa visa a ampliar a compreensão que o pesquisador tem do fenômeno observado, e é utilizada destacadamente nos estudos que envolvem pessoas, procurando resgatar o que pensam e o que entendem a respeito do tema investigado. Pelo fato de o objeto de estudo ser as representações dos sujeitos, que nada mais são do que pensamentos explicitados na forma de discursos, a melhor maneira de compreender suas nuances é fazer uso de procedimentos e estratégias metodológicas que suscitem a apresentação dos pensamentos dos sujeitos.

4.2.2 Técnica de coleta de dados

A técnica empregada na pesquisa foi o questionário, que se adaptou aos propósitos que se buscou alcançar. Para a escolha dessa técnica foram considerados os recursos financeiros existentes, a distância entre o pesquisador e os respondentes e os equipamentos e recursos de informática disponíveis. O questionário pode ser definido como uma técnica e, também, um instrumento de coleta de dados, “[...] constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por

um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 88). O questionário é constituído por uma lista de questões abertas, com classificação justificada segundo a forma da questão (aberta ou fechada). Nesse tipo de questionário, composto de questões abertas, procurou-se obter um conjunto expressivo de dados ou material discursivo, para que possa receber um tratamento qualitativo.

4.2.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento utilizado foi um formulário composto de uma lista de 8 (oito) perguntas abertas, além das de identificação do respondente, referentes aos temas constantes nos objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa. A lista com as perguntas utilizada na coleta das informações junto aos respondentes pode ser consultada no Apêndice A. Salienta-se que essa lista é o resultado das observações e análises realizadas na fase de pré-teste, cuja contribuição constou da reformulação e de ajustes aplicados ao primeiro instrumento de coleta de dados formulado (ver Apêndice B).

4.2.4 Seleção da população

A população da pesquisa é formada pelos pesquisadores com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da área de ciência da informação, contando-se as bolsas em curso em 2004.

Nessa condição, verificou-se a existência de 30 (trinta) pesquisadores, segundo os dados obtidos no *site* da instituição que concede as bolsas, no dia 19 de fevereiro de 2004 (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2004). A seleção dessa população partiu do critério de financiamento

institucional/oficial. Financiar o desenvolvimento de pesquisas e a produção científica nacional é um papel do CNPq, principal agência de fomento científico e tecnológico no país. Segundo Mueller (2000) “A agência mais importante, pelo amplo escopo e constância no financiamento direto a pesquisa tem sido o CNPq, que destina verba anual para financiamento de pesquisas em todas as áreas, concede bolsas a pesquisadores e alunos, financia participação em reuniões científicas etc.”

Isso significa que os bolsistas da agência são os pesquisadores autorizados e legitimados oficialmente a empreender pesquisas dentro do que a principal agência de fomento do país considera como “ciência da informação”. Em tese, o objeto das pesquisas e a produção bibliográfica desses sujeitos são aceitos como próprios do campo da ciência da informação, pois são reconhecidos por um órgão oficial como os pesquisadores da área no país. Por esses motivos, presume-se que esse grupo poderia se expressar ou falar de maneira a representar o que a comunidade científica pensa a respeito da ciência da informação. Além disso, o grupo em questão passa por avaliações regulares da agência, o que, de algum modo, acaba por referendar os estudos desenvolvidos e a produção científica como objetos legítimos da ciência da informação. Possivelmente, esses pesquisadores representam os esforços de pesquisa e o pensamento predominante da ciência da informação no Brasil.

A população investigada foi definida a partir do critério financiamento-institucional e delimitada pelo requisito *mais tempo com bolsa da agência*. Entende-se que esse maior tempo como bolsista tenha contribuído para o aprimoramento da compreensão que o pesquisador tem do campo da ciência da informação. Para efetuar esse refinamento (mais tempo de pesquisa com bolsa da agência) incluiu-se o critério *categoria dos pesquisadores*. Foi escolhida a categoria I (níveis A, B e C) que se acreditou agrupar os pesquisadores teoricamente mais experientes e produtivos do campo, os quais possivelmente estariam

vinculados à agência há mais tempo. Esse grupo compreende 11 (onze) pesquisadores: 2 (dois) IA, 2 (dois) IB e 7 (sete) IC.

4.2.5 Pré-teste

Firmou-se no projeto de qualificação que seria realizada a aplicação de pré-teste para avaliar a precisão das perguntas do questionário. Os sujeitos desse pré-teste foram os pesquisadores da categoria II (nível A), que estavam com bolsa do CNPq em curso desde 2003, pois se aproximaram do perfil dos sujeitos principais da pesquisa. Na condição de bolsistas PQ da categoria II nível A, com bolsa desde 2003, encontram-se 3 (três) pesquisadores. Os dados obtidos no pré-teste foram utilizados apenas para reajustar e adequar as questões (ver Apêndice B).

4.2.6 Execução do pré-teste

A seleção dos respondentes seguiu os critérios fixados no projeto e expostos anteriormente. Na fase de pré-teste objetivou-se tão-somente avaliar o instrumento de coleta de dados, e para isso foram desenvolvidas as seguintes etapas:

1. Envio da apresentação da pesquisa com o auxílio da Carta-Apresentação (ver Apêndice C), carta esta que contém informações importantes sobre a identificação da pesquisa, do pesquisador e dos procedimentos necessários para a participação do respondente. A Carta-Apresentação acompanhou a primeira mensagem enviada aos respondentes por correio eletrônico. O endereço e o correio eletrônico dos pesquisadores foram consultados e extraídos do *site* do CNPq, que oferece, na plataforma *Lattes*, uma base com os currículos dos pesquisadores brasileiros. Com isso, as mensagens puderam ser enviadas, o que foi realizado no dia 4 de maio de 2004. Dos 3 (três) respondentes, apenas 2 (dois) retornaram

positivamente no mesmo dia, expressando a intenção de participar. O respondente que restava respondeu no dia 7 de maio de 2004, também confirmando sua participação. Na mensagem, o assunto a ser inserido no campo “assunto” do correio eletrônico, foi: “Pesquisa - As Representações do Campo da Ciência da Informação”, que se acreditou expressar logo na apresentação da caixa de entrada do correio eletrônico o conteúdo da mensagem e também o título da pesquisa.

2. Logo após o recebimento das mensagens de aceite enviadas pelos respondentes, foi encaminhado o instrumento de coleta de dados (questionário) a seus respectivos correios eletrônicos. Como não foi possível obter o conjunto das respostas na mesma data, optou-se por enviar o questionário assim que o respondente confirmasse sua participação. O arquivo contendo o questionário teve a extensão **.rtf**, para que pudesse ser aberto ou mostrado em qualquer editor de texto eletrônico. Nessa etapa, não foi estipulada uma data-limite para o retorno das respostas. Um dos respondentes pediu um prazo largo para o retorno do questionário, por sua agenda estar preenchida com uma grande quantidade de compromissos, segundo informou.

3. Em uma parte da Carta-Apresentação e do plano de coleta de dados descreveu-se o envio do termo de compromisso antes do encaminhamento do questionário. Entretanto, para agilizar o processo envio-resposta das mensagens preferiu-se encaminhar a correspondência contendo o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (ver Apêndice D) logo após o recebimento do aceite dos respondentes. A correspondência continha: 2 (duas) vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinadas pelo professor orientador da pesquisa e pelo pesquisador, além de 1 (uma) breve carta destacando os procedimentos necessários para o reenvio da correspondência (ver Apêndice E), junto com 1 (um) envelope selado em que se identificava o endereço do pesquisador, para que os respondentes não tivessem nenhuma dificuldade ou custo adicional no procedimento de reenvio.

4. Quanto ao recebimento dos termos de consentimento já assinados pelos pesquisadores, não houve dificuldade. Apenas 1 (um) respondente não colaborou e deixou de enviar tanto o termo de compromisso assinado quanto o questionário respondido. O problema dessa etapa consistiu da demora por parte dos respondentes em remeter o questionário. Acredita-se que o fato de não ter prefixado uma data-limite para o retorno das respostas possa ter favorecido essa demora.

Embora tenha sido estabelecido em cronograma de projeto 1 (um) mês para execução do pré-teste (o mês de maio de 2004), esse prazo precisou ser alterado. A fase de pré-teste estendeu-se muito e acabou por ocupar o mês de junho de 2004, mês preestabelecido para o início da fase de coleta de dados propriamente dita. O último questionário respondido na fase de pré-teste foi recebido em 22 de junho de 2004. Além disso, destaca-se que foi aguardada a resposta do terceiro pesquisador até o final da primeira semana de julho de 2004, quando definitivamente se deu início à fase de coleta de dados. Sendo assim, foram recebidos 2 (dois) dos 3 (três) questionários enviados para o pré-teste (ver Anexo A - Questionários do Pré-teste). Salienta-se ainda que foi insistido mais que 3 (três) vezes junto ao terceiro respondente para que este reenviasse as respostas do questionário além do termo de consentimento, porém sem sucesso nestes contatos.

5. O passo seguinte foi analisar as respostas para verificar a precisão e a conformidade das questões em comparação com os discursos relativos ao tema. Alguns procedimentos tiveram que ser adotados para retificar o conteúdo do instrumento. a) codificou-se e representou-se cada respondente por um algarismo arábico. O primeiro que respondeu recebeu o número 1, e assim consecutivamente, reiniciando a enumeração na fase de coleta de dados; b) analisaram-se as respostas para identificar as falhas na formulação das perguntas bem como a digressão dos depoimentos, para tentar deixar cada questão mais

precisa; c) alterou-se a estrutura de algumas questões e excluíram-se frases desnecessárias, devido à sua inadequação com a resposta e por inviabilizar ou inibir a produção dos discursos.

Na análise das questões do pré-teste foi observado que os pesquisadores tenderam a interpretar as perguntas que levaram a expressão “campo da ciência da informação” com o significado de “ciência da informação” ou “área ciência da informação”, fugindo do entendimento e diferença conceitual estabelecido inicialmente no projeto. Por isso, resolveu-se padronizar as questões, levando a rubrica “campo da ciência da informação” em todas elas, por entender que este denota uma abrangência que, por exemplo, o termo “área” não possibilita. No próximo capítulo essas diferenças conceituais serão mais bem trabalhadas.

Nesse sentido, as alterações constaram, basicamente, em modificar a questão 1, que passou de “O que é a Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)? Explique com base nas atividades de pesquisa que desenvolve.” para “1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?”. Além disso, retirou-se o pedido de explicação que complementa a questão, pois os pesquisadores responderam de duas maneiras: ou não considerando a informação ou detalhando algumas atividades que desenvolviam como pesquisadores; isto é, a questão induzia a uma resposta muito próxima da que deveria ser dada, posteriormente, à questão número 8 (Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?).

A questão 2 passou de: “Que definição e limite o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?” para “Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?”. Nas respostas a essa pergunta, os respondentes escreveram que já haviam respondido parte da questão na primeira pergunta, principalmente quanto à definição do campo. Por isso, ficou resolvido deixar a questão de uma forma mais direta e ao mesmo tempo mais aberta.

Outra alteração recaiu sobre a questão número 4, que passou de “Por que considera esses elementos relevantes para estruturação do campo da Ciência da Informação?” para: “Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?”. A esse respeito, a intenção foi expressar melhor a questão, enfatizando que os elementos considerados são os que constituem a estrutura do campo da ciência da informação. Com essas alterações pôde-se reformular o instrumento de coleta de dados (ver Apêndice A), para daí então, se iniciar a fase de coleta de dados.

4.2.7 Procedimentos éticos

Para a realização desta pesquisa tomaram-se como base os procedimentos éticos recomendados pelas resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, que regem a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Além de garantir o anonimato dos participantes, pediu-se a todos que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa, deixando explícito que eles poderiam se recusar a participar e desistir em qualquer momento do processo.

4.2.8 Plano de coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário com uma lista de questões abertas. Os pesquisadores que compuseram o grupo da população selecionada foram contatados via telefone e/ou correio eletrônico, e, em seguida, fez-se a apresentação da pesquisa.

Após essa etapa, foi enviado o termo de consentimento por correio postal, para que pudesse ser assinado pelo respondente e enviado ao pesquisador. Depois disso, foi

encaminhado via correio eletrônico o questionário para os pesquisadores. A técnica de coleta de dados empregada permitiu o envio da lista de questões pelo correio eletrônico, viabilizando o procedimento de coleta de dados à distância, tendo-se em vista que os respondentes residem em várias cidades brasileiras, distantes de Florianópolis, em Santa Catarina.

4.2.9 Coleta de dados

O envio e recebimento das respostas dos questionários ocorreu entre os meses de julho e outubro de 2004. O planejado anteriormente em projeto prefixou os meses de junho e julho de 2004, mas como já se trabalhava com o atraso decorrente da fase de pré-teste, foi necessário ocupar os meses seguintes, pois até 1º de agosto de 2004 (data estabelecida no projeto para o encerramento da fase de pré-teste) apenas 1 (um) questionário havia sido respondido.

No conteúdo das mensagens enviadas aos pesquisadores mencionou-se, além da Carta-Apresentação, o prazo para o reenvio do questionário com a intenção de trabalhar dentro do tempo estipulado em projeto para a conclusão desta etapa, planejada para ser executada em 2 (dois) meses.

Uma das dificuldades encontradas no momento do envio das mensagens foi que alguns correios eletrônicos não existiam e outros não estavam sendo mais utilizados pelos pesquisadores, porém constavam no currículo *Lattes* dos mesmos. Como nem todos os pesquisadores utilizavam o correio eletrônico disponível no currículo, houve a necessidade de buscar correios eletrônicos alternativos, os quais puderam ser encontrados pela consulta à ferramenta de busca *Google*. Nesse caso, a estratégia foi procurar pelo nome do pesquisador e anotar os correios eletrônicos listados no resultado para acrescentar estes à lista dos correios eletrônicos de cada pesquisador.

Para os sujeitos que ainda não haviam respondido à mensagem de convite à participação da pesquisa, foram enviadas mais 2 (duas) mensagens. Na terceira tentativa, apenas 1 (um) pesquisador respondeu. Novamente, a dificuldade consistiu, assim como na fase de pré-teste, na demora em retornar as mensagens. Alguns respondentes se desculparam pelo atraso, em síntese, responderam que estavam muito ocupados com suas atividades na universidade e com outros compromissos profissionais e pessoais.

Sobre a data de retorno que se estabeleceu, não foi possível implementar na prática um prazo único para todos os respondentes, porque isto dependeu da data em que as mensagens chegavam. Por exemplo, um respondente confirma sua participação depois de 20 (vinte) ou 30 (trinta) dias a partir da data de envio da Carta-Apresentação, enquanto nesse mesmo período outros já puderam encaminhar o questionário respondido. Devido a isso, optou-se por fixar para cada respondente um prazo de aproximadamente 20 (vinte) dias.

Para os pesquisadores que até então não haviam se manifestado a respeito do questionário, os procedimentos foram: 1) telefonar para o número que consta no currículo *Lattes*; 2) apresentar a pesquisa e fazer o convite e; 3) enviar um correio eletrônico com o questionário e a Carta-Apresentação da pesquisa, além de enviar por correio postal o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Outra alternativa que ajudou, decisivamente, na condução dos processos de contato com os respondentes foi remeter uma nova mensagem, cujo assunto no início era “Pesquisa com os Pesquisadores de Produtividade CNPq”. Com essa descrição de assunto mais alguns pesquisadores responderam às mensagens enviadas. Observou-se que esse procedimento se mostrou mais eficiente do que o anterior, mas nem por isso de todo eficaz. O título das mensagens pode ser significativo na pesquisa, no sentido de possibilitar um maior retorno nas respostas.

Apesar das dificuldades, 9 (nove) questionários dos 11 (onze) que se esperavam puderam ser analisados (ver Anexo B - Questionários da Coleta de Dados). Desses sujeitos, 2 (dois) não reenviaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Um deles acredita que esse procedimento é burocrático e, por este motivo, não o expediu.

4.2.10 Interpretação: *epistemologia crítica*

A interpretação e discussão dos dados foram orientadas pela epistemologia crítica. Por epistemologia crítica entende-se a epistemologia que é “[...] fruto da reflexão que os próprios cientistas estão fazendo sobre a ciência em si mesma. Trata-se de uma reflexão histórica feita pelos cientistas sobre os pressupostos, os resultados, a utilização, o lugar, o alcance, os limites e a significação sócio-culturais da atividade científica.” (JAPIASSÚ, 1977, p. 138). Essa perspectiva epistemológica pode ser alcançada tomando-se como base os pressupostos de diversas teorias mediante a análise dos discursos dos pesquisadores para, a partir daí, elaborar uma reflexão a respeito das concepções que orientam a atividade científica dentro de um dado campo, no caso, a ciência da informação.

A epistemologia crítica não está centrada em um dos projetos epistemológicos mais conhecidos, apesar de que pode fazer alusão a concepções construtivistas, fenomenológicas e históricas da ciência. A ciência é trabalhada não como uma entidade externa às mudanças sociais e históricas; sua crítica está na análise da atividade científica, das ações de pesquisa, das ações de comunicação do conhecimento científico, da interação entre as intenções de pesquisas e as demandas sociais e, também, das relações de poder entre os cientistas. Esse tipo de reflexão epistemológica pode ser obtido pelo estudo dos discursos do cientista, como forma essencial de expressão de valores, normas e juízos do grupo.

Segundo Japiassú (1977, p. 32), sem a relação com a história das ciências, a epistemologia seria uma réplica inútil da ciência. Seria uma epistemologia feita como instrumento da ciência, apenas utilizada em momentos oportunos (períodos de crise, por exemplo) para definir o que é e o que não é científico, independentemente da construção histórica que a determina, como uma das formas de manifestação, a aceitação do conhecimento científico na sociedade e na comunidade científica. Nesse sentido, quem estiver ao lado da epistemologia ou for seu porta-voz estará reconhecido como científico, seu uso manterá em posição confortável dentro da comunidade alguns cientistas privilegiados.

A epistemologia crítica busca ressaltar também a responsabilidade social das atividades científicas e dos produtos científicos, considerando a ciência como mais uma prática social e levando em conta que, para encontrar seu significado na sociedade, é necessário considerar o poder social exercido pelo argumento científico e seu entrelaçamento com os setores de aplicação do conhecimento científico: indústrias, empresas e governos. O cientista ou pesquisador não pode se eximir das conseqüências de seu fazer; deve examinar os fins que terão suas práticas. Precisa refletir sobre a atividade que executa e, também pensar a ciência da qual constrói a relevância social, seus objetos de pesquisa, o alcance de seu conhecimento, seus objetos e conceitos e, analisar estes aspectos comparando-os com a realidade da sociedade. “Em outras palavras, o objetivo da epistemologia crítica é mostrar que se deve distinguir, na ciência atual dois mitos: de um lado, o mito da Ciência que necessariamente conduz ao Progresso; do outro, o mito da Ciência-Pura e neutra.” (JAPIASSÚ, 1977, p. 156).

Para interpretar os discursos seguindo a epistemologia crítica, recorreu-se à própria história da ciência da informação, à teoria das representações sociais, ao construtivismo social de Berger e Luckmann (2002), à teoria do campo científico de Bourdieu (1983, 2004) e à crítica à ciência moderna levada a cabo por Santos (2000), como alguns dos

caminhos percorridos com o propósito de refletir a respeito das representações do campo da ciência da informação expressas por seus pesquisadores.

5 AS REPRESENTAÇÕES DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

5.1 Apresentação do Sujeito

O sujeito coletivo investigado nesta pesquisa começou a se envolver com a ciência da informação entre as décadas de 1950 e 1980, o que equivale a dizer que hoje possui de 20 a 50 anos, convivendo com os problemas do campo no Brasil. Ele atua em diversas atividades, tais como: ensino, pesquisa e movimento associativo.

No ensino, destaca-se o posto de docente, ocupado nos programas de pós-graduação e em cursos de graduação em biblioteconomia e arquivologia. Na pesquisa, esse vínculo se dá nos próprios programas de pós-graduação onde exerce docência. Geralmente, também lidera grupos de pesquisa registrados no CNPq. Além das pesquisas que lidera, orienta mestrandos(as) e doutorandos(as) no desenvolvimento de suas pesquisas de dissertação e de tese. Profissionalmente, esse sujeito atua ou atuou como bibliotecário(a) ou gerente de serviços e sistemas de informação ou coordenando programas de pós-graduação em ciência da informação. Nos movimentos associativos, esteve presente na instituição e direção de associações profissionais e/ou científicas, participando das instâncias de decisão da ciência da informação no país. Além disso, o sujeito em questão participa de outras atividades da comunidade científica da ciência da informação, como: consultoria, comitês de avaliação científica e comitês científicos e/ou editoriais de revistas especializadas e de eventos científicos em ciência da informação.

5.2 Conceitos e Definições Gerais para Análise e Interpretação dos Discursos

No conjunto dos materiais analisados desde o início da pesquisa, incluindo livros, artigos e trabalhos, identificou-se que o significado de “campo” na ciência da informação é variável, compreendendo tanto uma “área do conhecimento” quanto uma “área”

ou um “espaço do saber humano” que poderia ser ou não uma “ciência”. A noção de “campo” é caracterizada, implicitamente, nesses materiais como possuidora de delimitações menos nítidas ou flexíveis e, por isso mesmo, mais abrangentes que uma “área do conhecimento”, conforme a tabela de classificação das áreas de conhecimento do CNPq. Segundo essa tabela, parece ser mais fácil delimitar um campo de pesquisa e relacioná-lo hierarquicamente a outros, pois a própria avaliação de uma “área do conhecimento” exige dados concretos a respeito da coerência entre as temáticas de pesquisa e o foco principal da área.

Antes de apresentar o conjunto dos discursos obtidos após a coleta de dados é necessário definir quais os termos essenciais a partir dos quais será iniciada a apresentação, a análise e a interpretação dos discursos. Para compreender o que os pesquisadores entendem por campo da ciência da informação, os termos que geralmente utilizam para se referir à ciência da informação devem ser definidos. Por isso, são definidos a seguir os termos: “área”, “campo”, “disciplina” e “ciência”. Tais termos, dependendo de como são empregados, carregam significados distintos e influenciam a apreensão do que é o campo da ciência da informação. Incluiu-se também nessa relação a definição do termo “elemento” pertencente a algumas questões do instrumento de coleta de dados, devido ao fato deste termo não ter sido compreendido satisfatoriamente por alguns respondentes.

5.2.1 Área

Em comunicação, segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 30), área é o mesmo que alcance e abrangência; é, por exemplo, a área geográfica cujos assinantes de telefone estão relacionados em uma lista telefônica. No sentido jurídico, uma área é a medida ou extensão da superfície do terreno ocupado de um imóvel (SIDOU, 1997, p. 60). Para Boron e Parot (2001), área é uma “Zona ou território onde se desenvolvem atividades de um animal ou

de um grupo de animais: área de reprodução, área de repouso. Em meio natural, onde o termo se aplica da maneira mais apropriada, a área é uma seção delimitada, de maneira mais ou menos precisa do nicho ecológico.” Em síntese, uma área seria um território demarcável, caracterizado pela existência de atividades sobre ela, individuais ou coletivas.

Uma “área de conhecimento” faz referência ao dispositivo conceitual de classificação das ciências e a um conjunto de estudos, homogêneo o suficiente, para estabelecer características que o identifiquem e o separem de outras “áreas de conhecimento”. Nesse sentido, exemplos de “áreas de conhecimento” são a física, a química, a biologia e a sociologia. Essa expressão é utilizada extensivamente na tabela de classificação das áreas do conhecimento do CNPq, que divide e organiza o conhecimento científico, artístico e técnico em Grandes Áreas, Áreas e Subáreas. Segundo R. F. Souza (2004), essa organização significa

A representação do universo do conhecimento, em alguma estrutura de classificação que permita organizar de maneira sistemática dados da produção científica publicada e de outras atividades de C & T, é instrumento de gestão e avaliação, assim como suporte representativo para a formulação de políticas públicas na área de C & T.

A autora informa ainda que a CAPES se vale da mesma denominação das áreas de avaliação encontradas na tabela de áreas do conhecimento do CNPq.

Na análise e interpretação a seguir, entende-se o conceito de “área de conhecimento”, ou simplesmente “área”, no sentido atribuído pelas agências de fomento em Ciência & Tecnologia (C & T) e de avaliação da pós-graduação. Desta forma, considera-se uma “área” como uma representação de um espaço de produção do conhecimento científico passível de diferenciação ou separação de outras áreas e subdividido em subáreas. Essa representação das agências tem o objetivo principal de compor a tabela de classificação para organização dos dados da produção científica nacional e servir de base para a avaliação da pesquisa científica e, conseqüentemente, para a alocação de recursos financeiros. Além disso, essa representação do universo do conhecimento científico pode fazer referência a objetos

existentes, tais como diversas ciências, centros, departamentos de estudo e demais instituições universitárias.

Entretanto, nota-se que a hierarquia estabelecida na tabela do CNPq, ou seja, a relação entre as áreas e os títulos das Grandes Áreas, Áreas e Subáreas, pode não corresponder à organização da produção do conhecimento científico materializada em ciências e formações profissionais, vivenciada na prática dos pesquisadores e dos profissionais. Como bem ponderou R. F. Souza (2004), trata-se de uma representação do conhecimento para fins de gestão da produção científica e tecnológica, e é este o sentido adotado para área.

5.2.2 Campo

Um campo, segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 100), é um espaço de foco de uma câmera, um campo visual, mas também pode receber o significado de uma área coberta. Campo também é um “Conceito fundamental nas teorias da física. Um campo é definido pela distribuição de uma quantidade física (como a temperatura, a densidade da massa ou a energia potencial) em pontos diferentes do espaço.” (BLACKBURN, 1997, p. 50). Entretanto, na comunicação e na física, essas acepções não contribuem para se relacionar um sentido de campo associado à ciência. Para Boron e Parot (2001), campo é um “Domínio delimitado de um saber particular (exemplo: campo da psicologia, campo das neurociências) [...]”. O campo reflete um conjunto de ações atuantes em um limite definido ou definível.

Para Bunge (1989), campos de pesquisa ou ciências são a mesma coisa, mas para um campo de pesquisa ser considerado científico é necessário um sistema de idéias como componentes do campo. Um campo de pesquisa, na formulação teórica de Bunge (1989), deve possuir alguns componentes obrigatórios. Segundo Bunge (1989), um campo de pesquisa (C) deve conter impreterivelmente:

- (1) uma *base filosófica* ou *visão geral* G constituída por suposições gerais acerca do mundo, do conhecimento e da boa conduta;
- (2) uma *base formal* F, ou conjunto de teorias lógicas e matemáticas utilizáveis em C;
- (3) a *base específica* E de C, ou seja, o conjunto de teorias, hipóteses e dados obtidos de outros campos de pesquisa;
- (4) o *fundo de conhecimento* K de C, ou seja, o corpo de conhecimentos, diferentes de E, obtidos no mesmo campo C em épocas passadas;
- (5) o *domínio* D de C, ou universo de decurso de C, ou seja, o conjunto de objetos (por exemplo, álgebra, moléculas, plantas ou sistema social) a que se referem os membros de E e de K;
- (6) a *problemática* P de C, ou seja, o conjunto de problemas relativos aos membros de D e que podem ser abordados com a ajuda de (1), (2), (3), (4) e, eventualmente, com elementos adicionais dos mesmos tipos;
- (7) o *objetivo* O de C, ou seja, o conjunto de metas da pesquisa;
- (8) a *metódica* M de C, ou o conjunto de métodos regulares (ainda que não necessariamente eficientes) para abordar os membros de P à luz de G, F, E, e K, e em vista de O. (BUNGE, 1989, p. 35-36).

Essas são as exigências e os requisitos para que um campo possa receber o *status* de científico, porque “As condições necessárias para que um campo de pesquisa seja considerado científico são rígidas.” (BUNGE, 1989, p. 36). Para o autor, o campo que não satisfizer esses requisitos deverá ser considerado não-científico ou uma pseudociência (BUNGE, 1989, p. 37).

No entanto, essa compreensão de campo científico leva em conta apenas as exigências necessárias para que o conhecimento produzido seja considerado científico. Para este fim, estipula normas e critérios necessários para que um conhecimento possa se intitular “científico”. Nesse sentido, o autor concebe os critérios gerais de cientificidade que devem ser aplicados a todas as ciências indistintamente.

No esquema de Bunge (1989) são irrelevantes os componentes ou elementos constituintes que se associam ao grupo de pesquisadores, às mudanças sociais sofridas e implementadas pelos pesquisadores ou a outros agentes externos ao conjunto de conhecimentos produzidos. Os objetivos, os modos de produzir e os usos do conhecimento científico são desconsiderados. Ou seja, o autor não se atenta para tudo que se relaciona ao sistema de idéias do campo: as condições de produção social desse conhecimento, as exigências externas (demandas sociais), as exigências internas (conflito entre os produtores do

conhecimento) e as regras de funcionamento do campo estipuladas pelos seus pesquisadores. É nesse espaço que se insere a reflexão histórica e da epistemologia crítica referente a um campo de pesquisa.

Nesse sentido, outro modelo teórico que vai de encontro da lista de componentes essenciais de uma ciência proposta por Bunge (1989), é a formulação teórica de Bourdieu (1983, 2004) para compreender as ações sociais dentro do campo científico, cuja expressão é muitas vezes tomada com o significado de “áreas de conhecimento”, o que faz subentender a divisão das ciências utilizada no Brasil para representar as áreas de investimento e avaliação, como discutido anteriormente.

Para Bourdieu (1983, p. 122-123), o campo científico é um

[...] sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

A definição do campo científico destaca os confrontos entre pesquisadores ou cientistas em um espaço social e, defende que o campo é uma arena de lutas cujos integrantes estão em constante busca ou em defesa de um monopólio, chamado de científico. Esse campo, visto como um sistema de relações sociais, é constituído da soma das instituições produtoras de conhecimentos, dos seus mecanismos e critérios de validação científica, da promoção de pesquisadores, de seus sistemas de financiamento a pesquisas e de seleção dos aspirantes a pesquisadores. Sendo uma construção social, presume-se que exista comunicação entre os pares para estabelecer as finalidades, o alcance e a legitimação da ciência em questão na sociedade.

Na lógica da teorização de Bourdieu (1983, 2004), no campo científico capitaliza-se ou acumula-se uma espécie de capital, que pode ser expresso no reconhecimento

social (por exemplo, distinção intelectual e acadêmica) obtido, principalmente, dentro do campo e alimentada pelos pares.

Bourdieu (2004, p. 35-42) explica que existem duas espécies de capital científico: o capital institucional e o capital puro. O capital temporal ou político ou institucional é o capital que consiste no poder outorgado ao cientista que participa na direção de instituições, comissões e comitês de avaliação científicos; é o poder ligado a uma instituição científica na execução de suas funções e que resulta em algumas especializações, como a do administrador científico. É temporal, pois depende do prazo de permanência nessas instâncias decisórias. É o poder de dirigir politicamente as regras e os aparelhos de reprodução do capital do campo e de decidir autorizadamente, até mesmo oficialmente, o que é aceito como científico para o campo. É representado pela força de decidir os rumos do campo. A outra espécie de capital é o capital científico puro ou específico, ou seja, é o capital construído pelo cientista individualmente ao longo de sua carreira e representado pelo reconhecimento e créditos atribuídos a sua produção intelectual e científica. É o poder materializado no prestígio que o cientista adquiriu a partir do reconhecimento de seus pares ou concorrentes diretos, mas também e, principalmente, dos concorrentes, que são os maiores consumidores de seus produtos científicos, livros, artigos etc.

Segundo Bourdieu (2004, p. 38),

Por razões práticas, o acúmulo das duas espécies de capital é [...] extremamente difícil. E podem-se caracterizar os pesquisadores pela posição que eles ocupam nessa estrutura, isto é, pela estrutura de seu capital científico ou mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital “puro” e de seu capital “institucional”: tendo, num extremo, os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político e, no extremo oposto, os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos).

Nesse sentido, entende-se que para se estudar um campo, como o da ciência da informação, e tentar compreendê-lo amplamente, é necessário utilizar um significado para o termo “campo” que não reduza a ciência aos requisitos essenciais para a cientificidade, mas

aponte para os fatores sociais característicos das relações de poder e de competição existentes dentro de um espaço de produção do conhecimento científico, relações estas ativadas pelos construtores diretos do campo, os pesquisadores ou cientistas. Seguindo esse propósito, utilizou-se o conceito de campo nesta pesquisa, abrangendo tanto a definição de campo de pesquisa de Bunge (1989), mesmo guardando ressalvas a este modelo e aos pressupostos da ciência defendidos pelo autor, quanto o conceito de campo científico teorizado por Bourdieu (1983, 2004).

5.2.3 Disciplina

Segundo McGarry (1999, p. 146), as disciplinas são um recorte do conhecimento humano, segmentado para ser transmitido com mais facilidade, e foram criadas socialmente por nossos antepassados para compor os currículos escolares ora vigentes. Para o autor, são agrupamentos maiores de conhecimento cujos assuntos e temas são ensinados nas matérias de um currículo escolar. De outro lado, para o mesmo autor, uma disciplina científica é

[...] um campo organizado de investigação à qual se dedica uma comunidade de pessoas qualificadas. Esta é uma definição geralmente aceita. A palavra 'organizada' é importante; não pode ser uma mera coletividade aleatória de pessoas, é preciso que haja algum tipo de estrutura. (McGARRY, 1999, p. 147).

Na definição de McGarry (1999, p. 147), as disciplinas são baseadas no princípio da divisão social do trabalho, segundo o qual a sociedade reconhece, no grupo de investigadores, pessoas que irão pesquisar, analisar e teorizar um aspecto do mundo, seja este mundo físico, moral ou social. O que é pertinente nessa definição de disciplina, é o reconhecimento que elas são formadas por pessoas que trabalham de forma organizada para responder socialmente pelo conhecimento científico produzido. McGarry (1999, p. 148-149) ainda destaca que, para a sobrevivência do grupo, é necessária a reprodução de especialistas, ou seja, são necessários os procedimentos de recrutamento essenciais para a manutenção e

continuidade dos grupos. Esse recrutamento se dá pela formação de novos quadros de cientistas para a existência do grupo no futuro.

Na definição de disciplina científica de McGarry (1999) podem ser incluídas: a ciência da informação, a sociologia, a antropologia, a ciência política, a economia, dentre outras. Na concepção do autor, essas fariam parte de um todo maior, que poderia ser chamado de ciência e se dividiu para ser mais fácil o ensino e para dar conta da pesquisa realizada sob um desses títulos. Isto é, seria produto da especialização da ciência, considerada como um todo integrado de várias partes ou ciências especializadas.

A ciência da informação, um campo organizado de pesquisa, é uma disciplina científica, conforme McGarry (1999); e também pode ser compreendida enquanto um campo de pesquisa, no sentido de Bunge (1989). Além disso, é formada por um conjunto de agentes sociais e, por isso, poderia ser analisada tomando como base o conceito de campo científico de Bourdieu (1983, 2004). A ciência da informação ainda poderia receber o tratamento dado pelas instâncias organizadoras das atividades científicas e ser representada e compreendida sob o ponto de vista de uma “área do conhecimento”, ou mesmo ser chamada de uma ciência.

A partir do exposto e para que não ocorra dubiedade, preferiu-se utilizar a expressão “disciplina científica” ou apenas o termo “disciplina”, para fazer referências ao recorte do conhecimento disponível em uma dada ciência que conta com o suporte de um conjunto de atividades organizadas de produção do conhecimento científico neste segmento, com certa dependência e relativa autonomia de ação em relação à ciência à qual está vinculada. A disciplina tem o objetivo de facilitar, tanto a apreensão dos conhecimentos desse estrato da ciência quanto a aplicação destes conhecimentos. Nesse sentido, a ciência da informação contaria, por exemplo, com as disciplinas Recuperação da Informação e Disseminação da Informação.

5.2.4 Ciência

Para os propósitos desta pesquisa, o conceito de ciência está fundamentado em Japiassú e Marcondes (1996, p. 43). Segundo as palavras desses autores, ciência é uma “[...] modalidade de saber constituída por um conjunto de aquisições intelectuais que tem por finalidade propor uma explicação racional e objetiva da realidade.” É uma forma de expressão do conhecimento dentre as demais, não sendo a melhor, tampouco a principal, para a existência humana, por mais que se apresente na atualidade em situação privilegiada, tendo-se em vista a base fornecida aos avanços tecnológicos, que são oriundos de muitas descobertas científicas contemporâneas. É interessante acrescentar a essa definição as proposições relativas às condições sociais de existência de qualquer ciência, construídas tanto pelos cientistas, como assinala Bourdieu (1983, 2004), quanto pelos condicionantes impostos pela sociedade para seu desenvolvimento.

5.2.5 Elemento

Para os propósitos da presente pesquisa, o termo “elemento” significa cada uma das partes que formam um todo. Nesse caso, o termo é citado nas questões de número 3 e 4 do instrumento de coleta de dados utilizado (ver Apêndice A), cuja intenção é significar todas as possíveis partes constitutivas, estruturais ou lógicas de um campo científico, na circunstância, o campo da ciência da informação: estruturas institucionais, discursos, disciplinas, agentes, sociedade, administradores científicos, agências de fomento e outros que porventura possam ser reveladas pelas considerações dos respondentes.

5.3 Universos Reificado e Consensual: *discursos científicos e representações sociais*

Uma das preocupações teóricas que afetaram o desenvolvimento da pesquisa está relacionada à diferenciação, feita por Moscovici (2003), dos universos reificado

e consensual. No universo reificado a realidade é objetiva, ou busca-se a objetividade; indiferente e imparcial, que não se modifica pela vontade individual. A ciência trabalha sobre esse universo, ele é objeto da pesquisa científica. Nesse sentido, o discurso científico seria uma descrição coerente e fiel dessa realidade apática aos gostos humanos. Já o universo consensual é formado pelas representações que a coletividade, mesmo o coletivo de sujeitos que profissionalmente exerçam funções científicas, tem a respeito de fenômenos e objetos. Essas representações têm origem nas interações sociais dos indivíduos no estabelecimento das convenções, isto é, utilizam-se dos processos de ancoragem e objetivação, já tratados no capítulo dois, que servem para se familiarizar com a realidade e torná-la objetiva, verificável. Cada pessoa torna-se autorizada a falar em nome do grupo, pois os membros de um grupo são capazes de reproduzir e manifestar as impressões que o grupo como um todo tem dos fatos. Esse universo é habitado exclusivamente pelas representações sociais e é onde os indivíduos podem falar de diversos assuntos, opinar e prever situações sem restrições ou constrangimentos impostos no universo reificado. Nos universos consensuais todas as pessoas são iguais: teorizam sobre temas polêmicos, discursam a respeito de problemas econômicos e sociais, elaboram hipóteses relativas a um número ilimitado de questões, enfim, são, como exemplifica Moscovici (2003, p. 50-51), sociólogos, educadores, doutores, astrônomos, médicos amadores entre outros e, são substancialmente ativos em suas práticas como amadores.

Nesse sentido, o discurso do senso comum é parte essencial do universo consensual. As representações “objetivas” da realidade não são o objeto da teoria das representações sociais, mas sim, as representações que o homem comum constrói. Nesse ponto, ao se tratar dos pesquisadores, tem-se muito cuidado, pois eles são sujeitos reconhecidamente especializados, tanto que adquiriram títulos acadêmicos que confirmam uma alta graduação obtida pela educação formal. Entretanto, acredita-se que os pesquisadores,

assim como outros sujeitos produtores das representações sociais, possuem representações sobre uma quantidade enorme de assuntos.

Os discursos do universo reificado desse grupo são direcionados a uma dada ciência ou mesmo a especialidades desta ciência; isto é, os pesquisadores tendem a produzir discursos a respeito do universo reificado principalmente quando tratam da informação na sociedade: características, formas adequadas de processar, métodos de pesquisa e outros. Em outras palavras, o discurso a respeito do universo reificado é uma parcela do conjunto dos discursos produzidos pelo pesquisador em sua atuação profissional.

Se o pesquisador for indagado a respeito de uma questão fora de sua alçada terá que criar representações ou se apropriar de uma já existente e, por isso, não mais eficiente que qualquer representação produzida no seio da sociedade, na vida cotidiana. Por exemplo, dentro de uma ciência, as representações de alguns pesquisadores são construídas para compreender os conhecimentos produzidos por outros pesquisadores. Em geral, os pesquisadores de uma ciência não participam de todas as atividades de pesquisa existentes em seu campo, eles escolhem alguns assuntos e nestes se especializam. Pode ocorrer que, para o pesquisador compreender os avanços originados em outras disciplinas da mesma ciência, tenha que produzir representações sociais.

Além disso, a própria atitude de aceitar ou não uma vertente da história da ciência da informação mostra que opiniões, motivações, mobilizações, incentivos, veículos e influências de certos grupos de pesquisadores-teóricos ajudam a estruturar a realidade social de uma ciência que, em segunda instância, será aceita por muitos outros pesquisadores que fazem parte do campo.

Os pesquisadores em ciência da informação detêm um discurso que remete a um universo reificado, o universo onde é produzido conhecimento relativo à informação, no qual estão: a relação informação e sociedade, os problemas causados pela informação não

organizada e os procedimentos mais eficientes para resolver os problemas de busca, organização, acesso e uso da informação. Esse universo reificado é independente da vontade humana e enfatiza a predominância das relações de causa e efeito entre os fenômenos.

Não obstante, quando se solicita ao pesquisador que fale a respeito de algo, ele também fala em nome de um grupo, exprime conhecimentos de uma memória coletiva. Como pesquisador individual expressa considerações gerais de sua percepção da realidade, convencionalizada na comunidade científica pelas suas interações sociais junto aos pares. Nesse momento, os pesquisadores estão produzindo discursos referentes ao universo consensual, mais do que sobre o universo reificado.

Eles podem ser incitados a pensar e a dizer sobre: o que acham da ciência que constroem; o que ela é de fato; qual a compreensão possível a respeito dela; qual seu significado para a sociedade; e qual limite estabeleceriam para defini-la. São questões que suscitam respostas as quais podem não estar presentes (ou prontas) no momento em que é colocada a pergunta e que não se apresentam nas observações realizadas junto ao universo reificado da informação. É nesse momento que o discurso científico ou, mais precisamente, o discurso do cientista, é forçado a produzir representações para responder aos questionamentos: respostas que não estavam previstas, ou mesmo, que não foram verificadas na comparação com os fatos.

No contexto desta pesquisa, estaria sendo demandada aos respondentes uma reflexão a partir da qual o pesquisador da ciência da informação apresentaria sua representação da ciência da qual participa intensamente como um dos seus construtores principais. Não se pede, nessa circunstância, que responda fundamentado em uma teoria que defina ou detalhe a extensão, os objetos, os elementos constitutivos e o funcionamento da ciência da informação, mas, simplesmente, o que o pesquisador acredita ser o campo, seu espaço de atuação e sua influência em uma dada sociedade.

Nesse sentido, o pesquisador tende a se reportar ao universo consensual. Na ciência da informação não existiria uma teoria pronta sobre o universo reificado, portanto objetiva, que explique os significados da ciência da informação pelos seus cientistas. O que de fato pensa-se existir são opções, pessoais e/ou de grupos específicos, de representações a respeito do campo, disponíveis na comunidade científica e que são acatadas integralmente ou não pelos seus membros. Essas idéias são rediscutidas segundo o fundo de conhecimento geral de cada pesquisador ou levando-se em conta as práticas de sua área de pesquisa.

Além de tudo isso, presume-se que seja mais comum do que se pensa a transformação de discursos do senso comum a respeito da questão da informação, de opiniões e representações sociais, em teorizações científicas. Um dos argumentos de Santos (2000, p. 50) é que o cientista é tão vulnerável ao senso comum quanto qualquer outra pessoa. Isto se dá primordialmente pela necessidade de compreender a realidade da informação, isto é, classificar um objeto, um fenômeno ou um processo forasteiro em classes preestabelecidas, antes mesmo de pesquisar sobre o assunto.

Supõe-se, a partir do exposto, que considerações a respeito da informação podem conter conceituações e noções previamente produzidas pelos meios de comunicação de massa e pela sociedade em geral, ou seja, estão relacionadas a temas já debatidos e organizados no senso comum. Observações sobre a informação e seu impacto social são, em alguns casos, destituídas de comprovação ou comparação com a realidade coisificada. Segundo a conclusão do estudo realizado por Smit, Tálamo e Kobashi (2003), com enfoque na terminologia adotada na ciência da informação, “A Ciência da Informação, na atual conjuntura, apresenta uma linguagem ainda muito próxima do senso comum e, portanto, pouco, ou insuficientemente, especializada.”

Assim, considera-se que o discurso do pesquisador em ciência da informação a respeito da própria ciência da informação é um discurso do universo consensual,

uma vez que os discursos do universo reificado seriam mais coerentes, mas não exclusivamente, com as reflexões feitas pelo pesquisador sobre as teorias da informação na sociedade mediante estudos já realizados. Depois dessas delimitações conceituais e das considerações de que o sujeito pesquisado é também produtor de discursos dos universos consensuais (representações), passa-se à apresentação da análise dos discursos dos sujeitos desta pesquisa relativos ao campo da ciência da informação.

5.4 O Discurso Coletivo dos Pesquisadores da Ciência da Informação

Na análise dos discursos dos pesquisadores em ciência da informação bolsistas de produtividade do CNPq, grupo que se acredita concentrar o pensamento da ciência da informação no país, verificou-se a presença de representações da realidade social tal como tratadas na teoria das representações sociais. Cada sujeito expressa um conceito teórico do campo da ciência da informação e pensamentos a respeito da atuação e relação da ciência da informação com a sociedade brasileira, bem como emite juízos sobre a história, a extensão e o raio de ação do campo. Essas são as representações do campo da ciência da informação que se objetivou conhecer na presente pesquisa.

Na análise a seguir, tratou-se de retirar trechos dos discursos ou falas completas dos sujeitos para, em um primeiro momento, compreendê-las e, em um segundo momento, interpretá-las, buscar saber, mesmo que de modo presumido, quais os objetos de referência de cada fala ou do conjunto dos discursos e, com isso, construir as relações possíveis até aqui entre os discursos e as teorias e/ou argumentos que melhor os expliquem e ampliem o conhecimento sobre eles.

Os tópicos que se seguem abordam as perguntas do instrumento utilizado e, na última seção, é apresentado o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) resultante da soma dos

discursos individuais concedidos a cada uma das questões. Tentou-se analisar e interpretar alguns dos aspectos que as representações suscitaram. Entretanto, deve-se ressaltar que muitas outras formas de tratar esses dados poderiam ser adotadas, além da apresentada nesta pesquisa. Foram consideradas na análise apenas as respostas fornecidas pelos sujeitos ao questionário. Não foram contadas, por exemplo, as referências a trabalhos dos respondentes como potencial resposta.

5.4.1 O campo da ciência da informação: o que é isto?

Para responder a essa questão, nada melhor que contar com a fala de quem, no campo da ciência da informação, é produtor direto das respostas aceitas pela comunidade científica e profissional, isto é, os seus pesquisadores, os mais altos especialistas do campo no país.

Os pesquisadores produzem o conhecimento científico do campo mediante investigações constantes e professam discursos a respeito do campo e de seu estatuto científico. Esta seção foi concebida a partir da análise e interpretação das respostas dos pesquisadores fornecidas à questão 1 do instrumento de coleta de dados (O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?).

De modo geral, a fala do grupo não considera o termo “campo” tão relevante a ponto de ser preciso receber uma definição especial ou específica. O termo é utilizado para os mesmos fins que outras palavras, tais como “área”, “saber” e “abordagem científica”. Apesar de a maioria dos pesquisadores não apontar como problemática a concepção de campo, algumas objeções e ponderações quanto ao emprego e uso do termo, para definir a ciência da informação, foram ressaltadas pelo grupo.

Em primeiro lugar, estou trabalhando na crítica do conceito de campo como conceito adequado para o entendimento da produção de conhecimentos em qualquer tempo e circunstância; penso que ele não seria adequado, provavelmente, nem para definir o escopo e abrangência da Ciência de Informação nem de outras áreas e sub-áreas científicas ou disciplinares. (Respondente 2).

Para responder o que é o campo da C.I., primeiro é importante dizer o que eu entendo ser um “campo do conhecimento”. Diferentemente de uma disciplina, que pode ser demarcada pelo conjunto das suas questões básicas, teorias, conceitos, metodologias, um campo do conhecimento inclui, além dos elementos englobados pela disciplina, o conjunto dos atores, meios e veículos que conformam o seu terreno institucional.[...]. (Respondente 9).

Mesmo com preocupações desse tipo a respeito do emprego e da definição do termo “campo”, fato semelhante não ocorre com o termo “área” e com a expressão “área do conhecimento”, utilizados praticamente em todas as falas para se referir à ciência da informação. O termo “área”, comumente utilizado pelos pesquisadores brasileiros em suas publicações e pelos órgãos de fomento e avaliação de pesquisa e pós-graduação, CNPq e CAPES, é um conceito mais bem admitido para propósitos administrativos ou de gestão científica. Como visto, o termo representa uma ciência enquanto um sistema de produção de conhecimento passível de avaliação e cerceamento, isto é, de controle.

Como se pode verificar em vários trechos do conjunto das falas dos sujeitos, “área” significa “ciência da informação” e, “ciência da informação” - presume-se - é uma “área do conhecimento” registrada na tabela de classificação das áreas de conhecimento no CNPq sob o código 6.07.00.00-9. Depreende-se, a partir desse fato, que a não-discussão dos termos indica que os respondentes, ou pelo menos alguns deles, aprovam o uso dessas palavras. Tanto um quanto outro termo são utilizados nos discursos para se referir ao mesmo objeto, a ciência da informação.

“Área”, pode-se dizer, é um termo técnico que está associado a outras palavras e expressões que em seu conjunto melhor a caracterizam: avaliação, administração, gestão científica, indicadores, C & T, produtividade, produção acadêmica, produção científica, subáreas do conhecimento, grande áreas do conhecimento, entre outros. Se o pensamento pode ser expresso em alguma proporção no discurso, na análise do discurso pode-

se fazer o trajeto inverso, ou seja, reconstituir o pensamento do grupo ou ir ao encontro dele pelos vestígios deixados na exposição das idéias no discurso. Nesse sentido, utilizar esse e os outros termos indica a presença de pensamentos que aceitam as noções da ciência ligada às finalidades estratégicas, como o planejamento do desenvolvimento científico e tecnológico empreendido pela gestão científica.

Por mais que os pesquisadores possam fazer críticas às propostas governamentais de planificação da ciência no país, utilizam indiscriminadamente esse tipo de expressão ou mesmo esse jargão da administração científica, portanto aceitam, em alguma medida, parte ou o conjunto desses conceitos do sistema de gestão da produção científica e tecnológica implantado no país e também aceito em outras comunidades científicas espalhadas pelo mundo. Esse aspecto requer, por sua complexidade e abrangência, uma pesquisa que focalize especificamente a problemática: políticas e agências nacionais de C & T e seu impacto no desenvolvimento do campo da ciência da informação, mediante a imposição de normas que estruturam as condições de produção do conhecimento científico do campo.

Além de “área” e “campo”, outras palavras-chave são utilizadas para a difícil tarefa de definir, no espaço e no tempo, um conjunto de atividades e de práticas legitimadas como sendo científicas. Nesse caso, ressalta-se a compreensão da ciência da informação como “campo de estudo” e “abordagem científica”, como exposto a seguir:

[...] Ciência da informação é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas. A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos, num contexto histórico, cultural e social. [...]. (Respondente 3).

É o campo de estudos da Informação em base científica. (Respondente 4).

É o campo que tem como objeto de estudo a informação adjetivada, ou seja: informação para negócios; informação cultural; informação gerencial; informação tecnológica; informação arquivística; informação jurídica; informação científica [...]. (Respondente 8).

Entende-se que a delimitação de um campo também passa pela identificação dos pesquisadores com as expressões que denominam sua ciência. Os termos designativos para ciência da informação, por exemplo, “área” ou “área do conhecimento” empregados pelo discurso institucional/oficial são utilizados pelos pesquisadores. Isso leva a acreditar que, mais uma vez, as definições e categorizações, por mais simples que sejam, resultam das deliberações dos Estados e instituições que planejam os rumos das ciências nos vários países, no caso, as definições e rumos da ciência da informação no Brasil. Como reação, um movimento afirmativo do grupo de pesquisadores poderia ser constituído pela aceitação dos pares de uma alternativa que denote como o grupo se vê e quer ser visto pela sociedade. Porém, isso é inviabilizado pelas políticas centralizadoras da gestão científica no país.

Além disso, o poder dos discursos oficiais, conforme Bourdieu (1989b), pode e intenta transformar a prática pela exposição de afirmações e informações no nível simbólico. No Brasil, aceita-se a denominação “área”, como pode ser verificado nas expressões-chave encontradas em muitos trechos da fala do grupo. Por isso, presume-se que é reconhecidamente aceita a visão oficial de ciência encontrada nas agências; o que não seria novidade na ciência da informação, considerando-se que sua história é marcada pela dependência de políticas de informação de organismos multilaterais e de instituições internacionais.

Entre as tentativas de conceituação do campo da ciência da informação há a tendência de colocá-la como uma ciência ao mesmo tempo básica e aplicada ou teórica e prática. O exame das falas a seguir pode clarificar essa assertiva:

a ciência da informação se preocupa e se ocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e distribuição da informação.[...]. (Respondente 1).

[...] Ciência da informação é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas.[...]. (Respondente 3).

O campo da Ciência da Informação, no âmbito das denominadas Ciências Sociais Aplicadas, dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada. (Respondente 7).

Nas definições citadas, verifica-se a persistência de duas características principais: aspecto teórico e aspecto aplicado. Isso significa que o campo da ciência da informação tem uma face aplicado-prática e outra mais científico-teórica. Ao mesmo tempo em que é uma ciência que investiga e avança no nível conceitual, teórico, metodológico, e até na busca de leis; nela é possível praticar ou aplicar os conhecimentos produzidos no nível anterior, o teórico.

Não obstante, o que não é mencionado e justificado é a proporção de pesquisas teóricas e aplicadas desenvolvidas pelos pesquisadores, a qual definiria mais propriamente a característica principal e a natureza da ciência da informação. Nesse sentido, segundo Oliveira (2001), no Brasil, poucas pesquisas teóricas em ciência da informação foram financiadas pelo CNPq, como demonstrou em seu estudo. No estudo referido, a pesquisa empírica alcança 98% do total das pesquisas financiadas pela agência, entre os anos de 1984 e 1993, em relação a 1% de pesquisa teórica e conceitual e 1 % para pesquisas em análise e desenho de *software*. Esse percentual pode servir para ilustrar a grande ênfase nas pesquisas de caráter aplicado no campo.

A dicotomia ou bifurcação da ciência da informação em ciência teórica e aplicada provém, pelo que parece, da definição clássica de ciência da informação de Borko (2001), de 1968. No entanto, no artigo de Borko, não é possível identificar o que se considera puro ou teórico e qual o sentido de aplicado ou prático. O autor apenas explica que os dois aspectos da ciência da informação são necessários e estão inexoravelmente relacionados e, apresenta os temas gerais da pesquisa em ciência da informação; temas que podem ser enquadrados no aspecto aplicado.

Segundo Bunge (1989, p. 26, 30-31), uma pesquisa básica ou pura não precisa necessariamente ter uma utilidade específica para o conhecimento produzido, ou muitas vezes esta utilidade fica relegada para segundo plano; a pesquisa básica depende mais da vontade e do compromisso de conhecer do pesquisador. Essa pesquisa básica é mais difícil de ser definida na ciência da informação devido a sua relação mais próxima da aplicação, relação encontrada em toda a sua história. Nesse sentido, Robredo (2003a, p. 123) arrola como exemplo de pesquisa fundamental em ciência da informação, os seguintes temas/problemas: Representação e organização da informação em bancos de dados e na Internet e, Estudos de portabilidade e compatibilidade de sistemas e bases de dados (por exemplo, conversão MARC - > html dinâmico).

A base prática na ciência da informação parece ser mais preeminente que a teórica. O conhecimento científico teórico é produzido segundo uma finalidade, pode-se dizer, aplicada. Temas de pesquisa básica, como os relacionados por Robredo (2003a), comprovam a idéia de que muitas pesquisas consideradas básicas na ciência da informação podem ser reclassificadas como pesquisas aplicadas ou direcionadas à aplicação estratégica do conhecimento científico.

As falas que emitem esse juízo, ou seja, o da ênfase também na aplicação, podem estar ancoradas em uma visão de mundo que se compreende aqui sob o título de “produtivismo”. O produtivismo assenta-se na seguinte lógica: a “[...] crescente produção de informação precisa ser reunida e estocada de forma eficiente, obedecendo a critérios de produtividade na estocagem, ou seja, o maior número de estruturas informacionais deve ser estocado em menor espaço possível dentro de limites de eficácia e custo.” (BARRETO, 1994, p. 4). Sendo assim, as considerações concernentes à resolução dos problemas de informação na sociedade e à própria definição da ciência da informação estariam orientadas por este pressuposto do produtivismo. Nessa perspectiva, todo conhecimento deve ser produzido para

um uso determinado e, a ciência da informação é a ciência que deve facilitar este processo, atuando na geração, transferência e uso da informação.

Em consonância com isso, a ciência da informação também teria como objeto de preocupação o "conhecimento", como ressaltam os respondentes:

[...] a ciência da informação mostra a sua Essência de fenômeno quando ocorre a transformação de linguagem do pensamento de um emissor para uma linguagem de inscrição de uma informação e a passagem desta para uma possível criação de conhecimento no receptor. (Respondente 1).

[...] A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos [...]. (Respondente 3).

O produtivismo ampara os discursos na noção de que o conhecimento deve ser visto a partir de um processo de geração e uso ininterrupto. O conhecimento deve ser produzido, como em uma linha de montagem: estocado, organizado, distribuído, utilizado; seguindo a lógica da produção, comercialização e consumo. O produtivismo sai do nível metafórico e começa a constituir a "matriz de pensamento" ou os "esquemas de pensamento" que servem de guia do raciocínio do pesquisador em ciência da informação em suas considerações a respeito da informação. Essa lógica tem na fábrica moderna a sua representação, considerando basicamente as entradas e aguardando as saídas, passando por um tipo de transformação nesse processo. Desse modo, o discurso do cientista em ciência da informação deixa de ser um conhecimento científico, pois trabalha sob uma lógica subjacente, sem nem mesmo considerar sua validade, apenas admitindo sua aplicabilidade e eficácia.

A aceitação do pensamento produtivista só é possível dentro de um paradigma que norteie as respostas dos pesquisadores para os problemas que encontraram. Para reforçar o que se quer entender por aplicabilidade, eficácia e adequação do produtivismo à prática e à teorização da ciência da informação, recorre-se às considerações de Kuhn (2001) sobre o modo de aquisição de conhecimento na ciência moderna. Segundo Kuhn (2001), o

aluno de ciências aprende (é ensinado a pesquisar em um paradigma) mediante o uso de um manual que contém um conjunto de casos aos quais os exemplos ensinados são aplicáveis. O teste do modelo aprendido não é feito, freqüentemente, ou a todo o momento que se deseje provar uma afirmação ou sentença presente no manual. O aluno não aprende questionando a teoria do manual, ele aprende aceitando a viabilidade da teoria e das leis para um bom número de casos particulares. O mesmo processo de aquisição do conhecimento científico em um paradigma ocorre na aceitação do pensamento produtivista, pois somente se reconhece a praticidade do produtivismo em explicar o mundo da informação e de definir os processos básicos que constituem a definição da ciência da informação e que são de sua alçada.

A relação produtivista é a relação funcional das coisas e dos objetos. O impacto desse discurso nas práticas profissionais, caso seja internalizado, levaria à consideração de que todas as ações ou atividades rotineiras são um estágio a ser atravessado para se alcançar um objetivo determinado antecipadamente. Por exemplo, o atendimento de referência e o tratamento temático da informação estariam incluídos na premissa: o maior número de atividades, de usuários atendidos, ou benefícios alcançados com o menor custo, desgaste, espaço de armazenagem e investimento possível. Nesse sentido, as relações entre os profissionais e a população são transformadas segundo a conformidade do sistema ou, principalmente, segundo a lógica do produtivismo.

O produtivismo não condiz com as manifestações da preocupação com os aspectos sociais, históricos e culturais da informação. Compreender o fenômeno informação, seguindo esses aportes teóricos, exigiria a recusa da informação apenas como uma entidade componente da linha de produção rumo à geração do conhecimento. O produtivismo, explicitado nos depoimentos anteriores, serve de suporte à teorização do conceito de ciência da informação, coloca em prática a concepção processual da produção de conhecimento na

sociedade. A concepção produtivista da realidade do trabalho com a informação está ancorada em esquematizações fundamentadas na premissa: “o máximo pelo mínimo possível”.

No discurso dos sujeitos mencionados, anteriormente, também merece destaque a referência à “informação”, geralmente como objeto da ciência da informação. A informação é demasiadamente citada por parte da literatura científica nacional em ciência da informação como uma entidade essencial tanto como objeto da ciência da informação quanto como fenômeno a ser observado e estudado. Para ilustrar a afirmação citam-se apenas alguns autores: Pinheiro (2004), Robredo (2003a, p. 103, 2003b), Kobashi e Tálamo (2003), Smit, Tálamo e Kobashi (2003). Uma certa polissemia parece estar presente quanto ao significado dado à informação pelos respondentes, como pode ser verificada nessas expressões-chave:

É o campo de estudos da Informação em base científica. (Respondente 4).

É o campo que tem como objeto de estudo a informação adjetivada, ou seja: informação para negócios; informação cultural; informação gerencial; informação tecnológica; informação arquivística; informação jurídica; informação científica.... (Respondente 8).

Na fala do Respondente 4, o sentido de informação indica que é objeto da ciência da informação, mas não há condições explícitas para se afirmar se o conceito “informação” está associado à biologia ou à física. Por um lado, se o conceito de informação for muito amplo, permitirá que um maior número de pesquisas, provenientes até de outros campos, seja considerado na ciência da informação. Isso retarda as iniciativas de delimitação e discussão do termo enquanto objeto da ciência da informação. Por outro lado, se esse suposto objeto de estudo for a “informação adjetivada”, aproximará a ciência da informação da administração, das artes, da história, das ciências exatas e biológicas, além de todos os outros campos de pesquisa que utilizam a palavra “informação” para representar algum tipo de suporte, processo ou conhecimento que possa ser veiculado. Em geral, a definição de informação não está explícita nas falas, somente são propostas algumas indicações.

Independentemente da definição atribuída à informação pelos sujeitos, deve-se salientar que, “informação” é um termo que demanda atenção e, ao mesmo tempo, encobre e substitui um conjunto de coisas físicas, objetos conceituais e idéias que poderiam ser ditos utilizando-se outros termos e expressões, como: documento, mensagem, conhecimento, registros do conhecimento, notícia etc. Em um contexto tão sugestivo quanto o atual, em que se usam palavras como “informação” e “conhecimento” constantes nos projetos ocidentais de sociedade (“sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”), é difícil imaginar que a “informação” não seja recorrente nos discursos e no conjunto das falas dos sujeitos analisados, principalmente se “informação” é cotada como o objeto da ciência da informação.

A informação é candidata ou pretendente, porque se acredita que até o momento ela não se firmou na prática e na teoria como preocupação central. Os teóricos do campo no Brasil, entre os quais se podem incluir os pesquisadores analisados aqui, não entraram em acordo a respeito do objeto ser a informação, os seus processos ou o conhecimento, como poderá ser observado nas falas do grupo. Além disso, as explicações do que seja, de fato, essa informação não são suscitadas nos discursos dos pesquisadores que, profissionalmente, respondem pelas pesquisas em ciência da informação financiadas pela principal agência de fomento à pesquisa no país.

Outro possível objeto da ciência da informação sugerido pelo grupo está representado pela noção de “processos da informação”. Considera-se que os processos que envolvem a informação são o seu foco principal, o que remeteria à noção de um objeto de estudo complexo, um objeto constituído por um grupo de objetos correlacionados. Essa constatação encontra-se nas seguintes falas e expressões-chave deste tópico:

a ciência da informação se preocupa e se ocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e distribuição da informação. Estuda os fluxos da informação, desde sua criação até a sua utilização, quando acontece a transmissão ao receptor em uma variedade de formas e através de uma variedade de canais [...]. (Respondente 1).

A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação [...]. (Respondente 3).

O campo da Ciência da Informação, no âmbito das denominadas Ciências Sociais Aplicadas, dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada. (Respondente 7).

A ciência da informação possui um objeto que é constituído de processos, por isso, é mais difícil manter seu domínio sobre o conjunto de objetos de estudo. Nessa perspectiva, os objetos são muitos. Poderiam ser limitados ao estudo de um processo específico, como a distribuição da informação, ou englobar todo o conjunto de processos que têm como objetivo final transmitir e utilizar a informação. Além disso, cada processo contaria com um número variável de objetos materiais (por exemplo, suportes e registros do conhecimento), além das pessoas que, neste caso, seriam transformadas em objetos de investigação no estudo dos processos da informação.

O processo é uma atividade em movimento, e o estudo desse movimento torna-se complexo na medida em que surge uma pluralidade de relações entre os objetos do processo e o próprio processo ou processos enquanto objeto de pesquisa em ciência da informação. Nesse sentido, a ciência da informação depende de conhecimentos múltiplos, pois o processo pode ser executado em uma máquina de processar dados ou na mente humana.

A compreensão de que todo campo possui um objeto de investigação delimitável e controlável é a referência mais clara a um paradigma de ciência muito questionado nas últimas décadas, o paradigma da ciência moderna.

Santos (2000), em seu livro *Introdução a uma ciência pós-moderna*, caracteriza o paradigma da ciência moderna, que pode ser resumido pelos seguintes aspectos: o paradigma da ciência moderna empreende um discurso estranho para o discurso do senso comum; está fundado na especialização da ciência, o que traz estranheza ao próprio cientista e

depende da especialização e da profissionalização do conhecimento; a relação epistemológica predominante é resumida no eu-coisa, ou seja, transforma a relação prática e social eu-tu em relação distanciada sujeito-objeto; o conhecimento científico tem um caráter anônimo e, sendo público, não pertence a um indivíduo em especial, não há como atribuir responsáveis pela má aplicação de um experimento; o conhecimento científico é autônomo em relação a outras formas de conhecer; rompe-se com as formas de conhecimento consideradas falsas; constrói-se contra o senso comum; inventou um novo universo conceitual, uma nova linguagem, diferente das demais; subordina o objeto ao sujeito; considera o conhecimento científico como única forma de conhecimento válida; reduz o universo ao quantificável; gera uma simbiose entre saber e poder, pois nele os leigos não possuem competências cognitivas nem poderes de decisão; é irresponsável por eventual irracionalidade ou má aplicação do conhecimento científico; seu modelo opera por maniqueísmo, baseando-se em separações dicotômicas: sujeito-objeto, singular-universal, mente-matéria, valor-fato, público-privado, ciências naturais e ciências sociais; objetiva conhecer, criticar e controlar a realidade; está fundamentado também na separação/distinção entre natureza e sociedade, tendo em vista conhecer a natureza para controlá-la; o homem da dicotomia homem-natureza é o cidadão burguês, do espírito capitalista que busca explorar a natureza; toma como base a filosofia positivista e preserva uma grande obsessão pelo método científico.

É nesse paradigma que tem sentido o controle sobre os objetos de investigação, expresso na necessidade de definição e na preocupação de submeter um conjunto de objetos de estudo ao domínio de uma e única ciência. Nesse caso, o objeto da ciência da informação seria, como o próprio nome indica, a “informação”; mas para que isto se torne possível é necessário contar com um conjunto de métodos para estudá-la, com leis já descobertas a seu respeito e teorias explicativas acumuladas a partir de estudos realizados em épocas passadas, especialmente dentro do campo.

Não obstante, entende-se que, quando o objeto é um processo ou um conjunto de processos, o “domínio” dos objetos e a distinção entre eles tornam-se mais complexos. No paradigma da ciência moderna, para uma ciência ser considerada científica deve controlar seus objetos e com isso efetivar a especialização e profissionalização do conhecimento científico.

A noção de objeto de ciência, revelada nos discursos, é sinal de que o fundamento ou o conceito de ciência empregado está ancorado, em alguma medida, no paradigma da ciência moderna, de acordo com a teorização de Santos (2000). Nesse paradigma, a objetividade dos fenômenos factuais e a necessidade de responder a um conjunto de critérios sem os quais nenhum campo será considerado científico, são características primordiais. A partir do relato dos requisitos necessários para um campo científico, conforme exposto por Bunge (1989), é possível verificar como esse paradigma moderno se manifesta nos pressupostos epistemológicos do autor.

Em direção a essas críticas ao paradigma moderno da ciência, é pertinente a reflexão levada a cabo por Wersig (1993). O autor questiona a necessidade de as ciências terem um objeto, método, leis, conceitos únicos e reservados somente a elas. Segundo Wersig (1993, p. 234), todos os objetos passíveis de investigação já foram contemplados por outros campos de pesquisa, e a informação não é aceita como objeto. Nesse sentido, o autor propõe olhar a ciência da informação como uma ciência pós-moderna, ou seja, um protótipo, um novo tipo de ciência, diferente das clássicas, com a finalidade de atender às necessidades sociais ou solucionar os problemas da sociedade relacionados à organização da informação, muitos dos quais causados pelas ciências modernas ou clássicas.

Deve-se ressaltar ainda, que nos depoimentos são articuladas verdadeiras teorias da ciência, isto é, impressões dos pesquisadores sobre os requisitos essenciais para que um campo, no caso o da ciência da informação, seja reconhecido como científico; teorias

formadas pelos pesquisadores que preservam a estrutura das ciências amparadas pelo paradigma da ciência moderna.

[...] primeiro é importante dizer o que eu entendo ser um “campo do conhecimento”. Diferentemente de uma disciplina, que pode ser demarcada pelo conjunto das suas questões básicas, teorias, conceitos, metodologias, um campo do conhecimento inclui, além dos elementos englobados pela disciplina, o conjunto dos atores, meios e veículos que conformam o seu terreno institucional.

Penso então que o campo da Ciência da Informação é composto pelo conjunto de teorias, pressupostos, questões, metodologias, autores, veículos nacionais e internacionais (congressos, revistas, etc), autores, escolas, organismos transnacionais, associações nacionais e internacionais, dentre outros elementos reconhecidos, lidos e freqüentados pelo conjunto dos pesquisadores, estudantes e profissionais que nele atuam. [...]. (Respondente 9).

As teorias da ciência presentes nas falas são a manifestação do que Moscovici (2003) designa como uma das características das representações sociais, a de funcionarem como mecanismos de explicação da realidade e possibilitarem a aproximação dos fenômenos e dos objetos que estão distantes do conhecimento familiar. Se essas teorias da ciência refletem de fato a realidade, não se têm condições e dados suficientes para afirmar.

O que é interessante frisar é que são teorias afirmadas e expressas pelos pesquisadores da ciência da informação e que, para cada falante, funcionam como uma realidade objetiva. Por exemplo, quando o depoente citado anteriormente diz “eu entendo” e “penso”, mostra até que ponto a fundamentação de seu discurso está necessariamente ancorada em uma aproximação do que o sujeito em questão acredita ser o conhecimento mais viável para compreender o que é o campo da ciência da informação. É perceptível também que uma das bases das afirmações é originada em teorias epistemológicas da ciência, ciência cujo tipo foi defendido por Bunge (1989), em que se destacam os elementos necessários à condição de ciência, a saber: as questões básicas, as metodologias, as teorias, aos conceitos e outros.

Ressalte-se, novamente, que o coletivo analisado detém o poder de, consensual ou majoritariamente, estabelecer as linhas que demarcam o científico e o não-científico na ciência da informação. As representações do campo da ciência da informação

apresentadas nesta seção, tanto são formadas por percepções de sujeitos individuais quanto de entidades coletivas; mas também passam pela interpenetração das duas (individuais e coletivas). Entretanto, se os discursos individuais (como as teorias da ciência da informação expostas nos discursos dos respondentes) a respeito da ciência da informação passarem a compor os discursos coletivos e estenderem-se destes para os conhecimentos científicos aceitos, tal fato revelará que a linha demarcatória do científico e do senso comum ou do não-científico é extremamente tênue.

A passagem do não-científico para o científico, no grupo em exame, depende tão-somente do que este grupo considera como científico, pois são definitivamente os mais bem-posicionados no campo para falar em nome da ciência da informação, porque foram reconhecidos pela comunidade e pela sociedade (o recebimento da bolsa comprova esse reconhecimento) para atuarem como cientistas da ciência da informação no Brasil. Porém, caso se aceite que o grupo responde pelo núcleo do pensamento que diz respeito à ciência da informação no país, poder-se-á considerar que as representações do campo aqui apresentadas são, na realidade, a concepção mais objetiva possível do campo. Desse modo, as representações sociais tornam-se conhecimentos científicos que refletem um universo reificado, o universo do campo da ciência da informação.

A teoria da ciência da informação explicitada pelo Respondente 9, é sustentada por um conceito de ciência moderna; uma epistemologia que postula uma série de normas para considerar um campo como ciência. Por isso, é referida na fala a necessidade de haver objetos, teorias, questões, pressupostos, metodologias, instituições (veículos, associações) e sujeitos.

A menção dos sujeitos pelo Respondente 9 significa uma abertura dessa teoria da ciência que suporta as formulações conceituais da ciência da informação, dando importância agora aos fatores sociais da análise do fenômeno da informação. Os sujeitos e os

grupos aparecem como os formuladores das condições de produção de informação e de conhecimento na sociedade. A sociedade¹ seria, ao mesmo tempo, a estância privilegiada de legitimação e aprovação da existência da ciência da informação.

O contexto social e a preocupação em considerar as pessoas, as comunidades e a sociedade nos estudos da informação são destacados e enfatizados em muitas das falas do grupo. A idéia central desse pensamento consiste no pressuposto de que para estudar a informação devem-se considerar os aspectos sociais e humanos da informação, aspectos psicológicos da informação, contexto histórico e cultural das pessoas e de seus agrupamentos (comunidade, sociedade). Isso significa propor outros fatores que proporcionam uma melhor compreensão da ação da informação na sociedade.

[...] A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos, num contexto histórico, cultural e social. (Respondente 3).

O campo da Ciência da Informação permeia todas as áreas do conhecimento atendendo as necessidades de informação dos diferentes segmentos da sociedade. (Respondente 6).

Segundo os paradigmas contemporâneos da ciência da informação propostos por Capurro (2003), é possível perceber que esse discurso toma como base o paradigma social, conforme explicitado no capítulo três. No paradigma social, o foco é o sujeito e suas ações de informação, disseminação e recepção em um contexto social. As teorias deterministas da informação são recusadas, de um lado, pela ênfase nos aspectos cognitivos, de outro lado, pelo destaque ao processamento de dados ou à ênfase nos sistemas de recuperação da informação. O estudo das condições históricas e culturais de produção e acesso da informação é também incentivado por programas governamentais de informação,

¹ Parece que o termo “sociedade” é empregado nesse e em muitos outros casos, para fazer referência às demandas sociais. Entretanto, diz respeito, principalmente, aos grupos ou segmentos industriais, empresariais e políticos que decidem, legitimamente e oficialmente, o que deve ou não ser importante. Desse modo, não pode ser confundido com toda a população que, na realidade, quase não sabe da existência da ciência da informação, como poderá ser verificado em algumas falas dos pesquisadores.

como o Programa Sociedade da Informação no Brasil (Socinfo), o que poderia ser um dos caminhos para explicar a atenção dos pesquisadores a estas questões.

Em síntese, a preocupação com o contexto social da informação, ou a referência à sociedade, a comunidades e a grupos, tende a ser privilegiada pela maioria dos respondentes, visto que, no momento, partilhariam de um mesmo paradigma, pelo menos no nível teórico.

De acordo com o que foi afirmado no capítulo três, na década de 1990 começou a se constituir o que poderia ser chamado de vertente social, que observa o contexto social-cultural das práticas de informação, rediscutindo a definição da ciência da informação, como ciência social e sugerindo também possíveis ciências e disciplinas com as quais o campo estaria relacionado. É nesse sentido que as ciências humanas e sociais são escolhidas para fundamentar as teorias da ciência da informação.

Outras observações que complementam as representações do campo da ciência da informação surgem quando se analisam as expressões-chave referentes aos limites que os pesquisadores atribuem ao campo.

5.4.2 Os limites do campo da ciência da informação

Os limites do campo são traçados pelos pesquisadores de forma a agrupar um conjunto de atividades e de realizações humanas (ciências, disciplinas etc.). Os discursos podem ser distribuídos em duas linhas gerais, que respondem à questão “Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?”. Um discurso evidencia a possibilidade de traçar os limites do campo propondo alguns caminhos e, o outro discurso ressalta a dificuldade ou, até mesmo, a inviabilidade de limitar o campo.

Antes de interpretar os discursos referentes a essa questão é importante esclarecer que a palavra “limite” poderia ser entendida como uma zona na qual existem

fronteiras. Dessa forma, “limite” seria uma metáfora baseada em uma concepção geográfica. Essa noção de demarcação pode suscitar o entendimento não-intencional de que a ciência da informação tem a posse de um conjunto de objetos e detém o monopólio de um conjunto de práticas sociais de produção e aplicação do conhecimento tido como científico. Mesmo com essa tendência para compreender o termo “limite”, preferiu-se utilizá-lo no sentido de uma forma de o respondente poder caracterizar e especificar o que é da alçada, ou que está provisoriamente sob a alçada da ciência da informação.

Na análise dessa questão, verificou-se que no conteúdo das expressões-chave do grupo é afirmada a impossibilidade de propor limites para o campo, mesmo que gerais e abrangentes.

A ciência da informação nasce com o pensamento do autor se transforma em uma inscrição de informação e se destina ao conhecimento na consciência do receptor. Teoricamente seus limites estão no pensamento do gerador e na consciência do receptor, o que é impossível de traçar. [...]. (Respondente 1).

[...] não consigo pensar “fronteiras” que demarquem nem os atores, organizações, temas ou praticas de maneira bem delimitada.[...] Importam-me mais as linhas transversais que as de fronteiras. (Respondente 2).

Os limites são transitórios porque, como todo campo científico, o seu desenvolvimento, ao longo do tempo, vai transformando o seu território científico e criando novos limites. Tratando-se de um campo interdisciplinar, sua própria evolução depende das mutações de suas relações com outras áreas, entre as quais a Ciência da Computação, a Comunicação e a Biblioteconomia. No início da Ciência da Informação, no exterior, as relações com a Psicologia (estudos de usuários e estudos de necessidades e demandas de informação) e a Linguística (indexação e recuperação da informação) eram mais fortes, e atualmente parecem mais brandas. Por outro lado, novas e contemporâneas áreas da CI, como a Comunicação, cresceram e intensificaram as suas relações interdisciplinares, além da Administração e Economia, com a Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva. [...]. (Respondente 3).

Acredito, de maneira firme, que um campo do conhecimento não tem limites. Admitir o inverso seria acreditar que o próprio conhecimento humano tem limites.[...] A própria comunidade deverá criar, em seus diferentes ambientes institucionais, os meios, regras e parâmetros de funcionamento do campo de conhecimento e, assim, formando identidade própria, traçar o desenho e as regras de funcionamento do seu próprio campo. (Respondente 9).

Segundo o Respondente 1, é impossível traçar os limites, em virtude de a ciência da informação estudar um fenômeno que se revela no aparecimento do pensamento na

mente humana, no pensamento do produtor da informação, e termina na formação do conhecimento do sujeito que interpreta a informação.

O Respondente 2, apesar de afirmar que não pensa em fronteiras, aponta caminhos em que se pode estabelecer um quadro ou esboçar possíveis limites de abrangência do campo, ou seja, os pontos de conexão. Presume-se que os pontos de convergência ocorram entre as “áreas” ou “subáreas” e envolvem discursos, instituições, atores, temas e práticas. É nessas linhas transversais que operam as agências de fomento e avaliação para submeter o campo a avaliações; é das conexões e enlaces estabelecidos que dependem o ensino profissional e científico da ciência da informação, ou seja, das relações consolidadas. O Respondente 2 se preocupa com os enlaces, mas deve reconhecer que é por meio dos atores e das práticas conhecidos e aceitos que se caracteriza uma ciência; é nesse núcleo, mesmo sendo ele provisório, que se estabelecem as relações interdisciplinares. Nesse caso, a idéia de limite refere-se a uma possível evidência empírica da existência do campo e de sua extensão.

Segundo o Respondente 3, os limites não são fixos, pois dependem de evoluções das disciplinas conexas e de outras relações que o campo estabeleceu ao longo do tempo. Nesse sentido, as contribuições de uma ciência mudarão conforme o tempo e a necessidade. Isso comprova a dificuldade de estabelecer limites para o campo. Assim, os limites poderiam ser definidos, mas deveria estar resguardado o aspecto mutante destes limites.

A fala do Respondente 3 esclarece e exemplifica os tipos de contribuições interdisciplinares: estudos de usuários (necessidades e demandas), indexação e recuperação da informação etc. Supõe-se que estas considerações venham a beneficiar apenas a ciência da informação, o que reforça o argumento de que o núcleo próprio do campo é uma idealização baseada em percepções do que deve ser uma ciência, ancorada na concepção de ciência moderna.

Uma maneira mais enfática de tratar essa impossibilidade de delimitar o campo é a levada adiante pelo Respondente 9. Esse sujeito não acredita na existência de limites para um campo científico.

Em síntese, a ciência da informação é um campo em que é impossível traçar limites, porque as relações interdisciplinares são transitórias, o fenômeno da informação e do conhecimento ocorre na mente dos sujeitos e, devido a isso, não se consegue pensar nas fronteiras, atores e práticas próprios do campo.

Ao contrário do que pensam os sujeitos, eles são levados continuamente a responder sobre os limites do campo, seja em suas pesquisas seja na definição de ciência da informação. Apesar de os limites não serem citados, verifica-se sua existência na prática científica. Por exemplo, um pesquisador de um campo qualquer de pesquisa é identificado por um conjunto de características: o vínculo institucional com departamentos e universidades em que atua; os conceitos e teorias que o orientam nas pesquisas; as instituições com as quais se relaciona para obter o financiamento de seus projetos, que, de algum modo, o questionam a respeito da pertinência de sua pesquisa para o campo; os objetos de pesquisa eleitos consensualmente pela comunidade científica como os específicos do campo; as disciplinas que estão mais diretamente relacionadas com o campo, entre outros delimitadores que situam o pesquisador e a ciência que constrói na realidade social.

Nesse sentido, a ciência da informação não estuda todos os temas e objetos, nem mesmo é o único campo a trabalhar com os fenômenos ocorridos na mente humana ou com a informação. Esses poucos aspectos delimitadores transformam-se em direcionamentos para se estabelecerem, mesmo que de maneira provisória, os limites do campo da ciência da informação.

Ao esboçar os limites do campo, o sujeito também demonstra qual concepção de ciência aceita. Por exemplo, o Respondente 3 afirma a transitoriedade dos

limites, mas assegura que o limite é composto pelas relações interdisciplinares e cita algumas disciplinas que contribuíram e contribuem com a ciência da informação. A seleção dessas disciplinas caracteriza, de uma forma indireta, os limites da ciência da informação, fixando, no ponto de vista do respondente citado, as disciplinas que a ela estão relacionadas.

Nessa mesma direção, para os Respondentes 1 e 3 a interdisciplinaridade é o critério para verificar os limites do campo. Deve-se salientar que os respondentes afirmam como natural que a ciência da informação é interdisciplinar, pois se relaciona com muitas disciplinas. Essa definição resumida de interdisciplinaridade pode esconder muitos aspectos do efetivo relacionamento da ciência da informação com outros campos.

Para Japiassú e Marcondes (1996, p. 145), interdisciplinaridade é a interação que ocorre entre disciplinas, que pode ir desde a simples comunicação de idéias, conceitos e resultados de pesquisa até a integração das terminologias, metodologias e teorias. Subentende-se que essa interação seja de mão dupla, tanto uma quanta a outra disciplina devem oferecer algum conhecimento próprio para se poder negociar na relação. Caso a ciência da informação seja interdisciplinar, deve considerar a existência de algo próprio da ciência da informação que pode ser permutado (por exemplo, conceitos, métodos, técnicas, teorias e modelos).

A afirmação quase natural: “a ciência da informação é interdisciplinar” reforça, no nível discursivo, uma característica que ainda merece ser mais bem explorada, pelo menos conceitualmente, segundo alguns autores. Para confirmar o exposto, recorre-se ao trabalho de Smit, Tálamo e Kobashi (2003), que esboçaram algumas conclusões a esse respeito. Segundo as autoras:

A alta proporção de ‘noções emprestadas’ é reveladora, a nosso ver, de uma interdisciplinaridade formal, que não reflete uma interdisciplinaridade real mas um ‘empréstimo’ de termos de outras áreas, sem que haja uma adaptação, ou customização, dos conceitos aos propósitos da área. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003).

Conforme as afirmações de interdisciplinaridade na ciência da informação, percebe-se que elas permanecem inalteradas em sua estrutura desde a definição de Borko, em 1968. Segundo Borko (2001, p. 22), a ciência da informação “[...] é uma ciência interdisciplinar derivada da ou relacionada a campos como matemáticas, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia computacional, operações de pesquisa, as artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e outros campos similares.” A simples relação não resulta em interações teóricas nem conceituais.

Mesmo que alguns respondentes não aceitem a possibilidade de traçar os limites do campo, uma ciência depende de estruturas educacionais e de temas de pesquisa para ser reconhecida e distinguida dos outros campos. Apesar de não aceitarem o estabelecimento de limites, eles recorrem a termos como área para referir-se à ciência da informação, termo que, por sua natureza, já decorre da divisão e sistematização dos campos de pesquisa. A institucionalização do saber divide as ciências, atribui a cada uma um conjunto determinado de ações, atividades e temas de pesquisa.

Na literatura de ciência da informação brasileira há iniciativas que tratam de estabelecer os limites do campo da ciência da informação. Um exemplo pode ser encontrado no estudo de Robredo (2003a). O autor explica que estamos atuando em uma parcela de ciência da informação cuja linha fronteira divide os sistemas de informação naturais dos sistemas de informação criados pelo homem. “Os sistemas que nos interessam – a informação sempre está associada a algum tipo de sistema [...], são obra do homem, criados para obter algum benefício ou vantagem e, geralmente, alicerçados em algum tipo de tecnologia avançada.” (ROBREDO, 2003a, p. 106). Essa linha demarcatória poderia ser um caminho, dentre outros, para indicar os limites do campo da ciência da informação, ou seja, estabelecer parâmetros para se conceber até que ponto se pode falar de ciência da informação.

Nesse sentido, outros respondentes citam os processos por que passa a informação como uma das vias para a definição dos limites. Assim, os limites do campo, além da interdisciplinaridade no plano teórico e metodológico, estão nos estudos de informação que abrangem os processos de geração, produção, comunicação, assimilação, tratamento, organização, recuperação e disseminação. As seguintes expressões-chave descrevem melhor o exposto.

Para mim o campo da Ciência da Informação abrange estudos da informação no contexto do processo de comunicação desde a produção/geração até a assimilação/uso, passando pelo tratamento, recuperação e disseminação. (Respondente 4).

Ciência da Informação é o campo que envolve profissionais de diferentes áreas que interagem, dentro dos limites pertinentes, visando atingir o principal objetivo: participar de todas as etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação demandada pela sociedade. (Respondente 6).

Segundo o Respondente 6, os limites estão relacionados com as atividades e etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação, conforme a demanda da sociedade. O que se compreende disso é que os limites são determinados pelas etapas e estudos destes processos. Nessa mesma direção, o Respondente 7 sintetiza as etapas por que passa a informação:

O limite fundamental da Ciência da Informação reside no **registro** e na **socialização** da informação, pois a Ciência da Informação lida com estoques informacionais. (Respondente 7).

A seleção desses dois processos (registro e socialização) descreve o conteúdo das noções, tão naturalizadas no campo, que dizem respeito à concretização da informação no registro, isto é, na fixação dos significantes em um suporte para seu armazenamento em algum estoque e, aos processos de distribuição da informação nos contextos sociais. Esses dois processos poderiam ser subdivididos e compor os já conhecidos: geração, tratamento, distribuição e uso da informação. A diferença é que esses dois processos

não se ocupam da geração mental da informação no pensamento do sujeito. Segundo essa perspectiva, é a partir do registro que se pode falar de ciência da informação, ou seja, o primeiro critério delimitador é o registro, e não a geração mental do conhecimento. Os limites estão no conjunto desses processos, entendidos também como etapas que podem ser desdobradas em temas de pesquisa específicos da ciência da informação.

Tem-se ainda como um desdobramento do conjunto de processos o estudo científico da informação adjetivada. A informação adjetivada é interpretada aqui como uma informação especializada em determinada área: direito, ciência e tecnologia, ação cultural etc. O limite do campo estaria na pesquisa científica que relaciona essas informações. Segundo o Respondente 8,

A Ciência da Informação tem como limite de campo o tratamento científico da informação adjetivada [...].

A esse ponto, pode-se concluir que a ciência da informação teria como temas de pesquisa a informação adjetivada, todos os tipos de informação passíveis de receber adjetivos. Certamente incluiria, como objetos de investigação, uma infinidade de tipos de informação, até aqueles que a ciência da informação não estaria apta a pesquisar, por exemplo, o conceito de informação para microorganismos. A definição de informação adjetivada, sendo elástica, como parece, e comportando tipos de informação adjetivada não conhecidos, entraria em confronto com a tese de Robredo (2003a), que defende que os pesquisadores do campo atuam sobre uma parcela da ciência da informação, aquela que vê como possibilidade de objeto a informação relacionada aos sistemas de informação criados pelo homem.

Outro aspecto que merece destaque nas expressões-chave dos respondentes é a designação do papel instituidor da comunidade científica no estabelecimento dos limites em que atuam os pesquisadores, a qual caracteriza o campo da ciência da informação.

[...] Ora, para a expansão de um campo de conhecimento, a sua comunidade de pares necessita realizar investimentos racionais, cognitivos, políticos, etc, de maneira reconhecida e compartilhada, sem a prescrição prévia do que é ou não é C.I. ou de quais são os seus limites. A própria comunidade deverá criar, em seus diferentes ambientes institucionais, os meios, regras e parâmetros de funcionamento do campo de conhecimento e, assim, formando identidade própria, traçar o desenho e as regras de funcionamento do seu próprio campo. (Respondente 9).

A comunidade científica é quem decide as normas de funcionamento do campo, define o científico e o não-científico. Entretanto, essa autonomia, afirmada entusiasticamente pelo Respondente 9, esbarra no imbricamento do campo da ciência da informação com os outros campos que, conforme a teorização de Bourdieu (1983, 2004), estão buscando se manter e manter a reprodução social das relações de poder e da competência científica. Isto é, o campo da ciência da informação, como a maioria dos campos, não é autônomo o suficiente para ditar suas próprias regras de funcionamento, bem como estas regras seriam decididas apenas pelos pares. Seu funcionamento, como de muitas outras ciências contemporâneas, depende dos dispositivos políticos existentes e de demandas econômico-sociais da sociedade.

A busca da autonomia do campo da ciência da informação entra em conflito com a de outros campos sociais (por exemplo, político e econômico), em que existem leis e relações de poder enraizadas e estruturadas. O exemplo mais claro e mais sintomático é representado pela influência direta das políticas de C & T na composição das metas e das normas gerais de cientificidade do campo no Brasil. Nesse sentido, o campo, na atualidade, deve perseguir a internacionalização dos programas de pós-graduação e consolidar os programas já existentes. Os programas que conseguem elevar sua pontuação (nota) recebem o direito (caso recebam nota 4) de abrir um programa de doutoramento. Nesse caso, o campo conta com pesquisadores que detêm o poder de avaliar a ciência da informação para a agência CAPES. Esses eleitos acumulam, segundo a teoria de Bourdieu (2004), o capital institucional, que os capacita a modificar legítima e oficialmente as regras do campo, respeitando, é claro, as diretrizes gerais propostas pelo Estado.

A defesa do papel da comunidade científica, proposta pelo Respondente 9, é uma menção do que, na concepção pessoal e coletiva dos pesquisadores, deve ser empreendido no campo. É evidente que a comunidade deve possuir essa postura pró-ativa frente aos inconvenientes e às intempéries de ordem econômica, política e social para que alcance sua autonomia. Acontece que as instituições estabelecidas para o controle das atividades de C & T, como a CAPES e o CNPq, têm o poder de submeter os interesses gerais do setor de C & T às comunidades científicas.

Os limites políticos estariam nas ações (fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos) das agências reguladoras. Nessa discussão, compreende-se que não é apenas a comunidade científica que age para a resolução de problemas de pesquisa, pois as limitações externas à iniciativa do grupo determinam, em boa parte, a condição auto-sustentável do campo.

De um modo prático, os limites políticos também estão dispostos no mecanismo de representação do campo junto à CAPES e ao CNPq e por meio da ANCIB, com o predomínio patente das duas primeiras sobre o financiamento do campo. A ANCIB funciona como entidade política, organizada para defender, de forma mais contundente, os interesses da comunidade científica da ciência da informação. Assim, chega-se ao ápice do debate sobre os limites, pois os limites de um campo são também determinados por disputas e proposições externas ao campo; demandas sociais, interesses políticos e econômicos e, não dependem apenas da vontade pura e do compromisso de conhecer dos integrantes da comunidade científica.

Salienta-se, mais uma vez, que os limites políticos e as normas de funcionamento de um campo dependem, conforme Bourdieu (2004), do capital institucional, político ou temporal que detenham os pesquisadores. Para o autor, esse capital é monopolizado por um pesquisador/cientista durante um período de tempo e utilizado para

empreender mudanças no campo, como mobilizar a comunidade para a troca de nome de associações profissionais e científicas, escolas, departamentos, cursos etc. Esse capital institucional acumulado pelos pesquisadores eleitos denota uma hierarquia que subsiste nas esferas de decisão da comunidade científica. Depreende-se dessa hierarquia a possibilidade de pesquisadores, revestidos de um tipo de capital institucional, executarem na prática mudanças na ciência, no caso, na ciência da informação.

Um representante da área de conhecimento Ciência da Informação é mais que um pesquisador, pois nele se corporifica o poder de instituir políticas científicas de avaliar, fiscalizar, cobrando resultados. O mesmo pode ser dito quanto aos pesquisadores aqui analisados, pois pesquisam legitimamente em ciência da informação sob os auspícios da principal agência de fomento à pesquisa no país. Os limites políticos do campo dependem, por um lado, do desempenho desse representante de área em instituir as ações do grupo de pesquisadores, e por outro lado, das diretrizes e possibilidades de investimento governamentais para o setor de C & T e de formação de recursos humanos. Acredita-se que esta última sobressaia em relação à primeira.

Os limites do campo estão, conforme assinalado pelo grupo, na delimitação de processos que lidam com a informação, nos estudos destes processos e nas disciplinas que ao longo do tempo contribuíram com a ciência da informação, sendo isto resumido na indicação da interdisciplinaridade.

Segundo a exposição das expressões-chave relativas a esta seção, parece que o modo mais convincente de compreender os limites do campo é optar pelos processos da informação como delimitadores do campo. Nesse sentido, para cercear a ciência da informação, mesmo que de maneira fictícia, o que é da alçada do campo bem como sua extensão, devem-se considerar os processos de produção mental da informação, de tratamento para organizá-la e distribuir seus registros: o registro, a transferência, o uso e o processamento

mental da informação pelo usuário. Como se percebe, essa linha de explicação encontra, como pano de fundo, a idéia da produção da informação e do conhecimento (produtivismo).

Os limites do campo podem ainda ser mais detalhados quando se inventariam os elementos básicos que estruturam o campo da ciência da informação.

5.4.3 Os elementos do campo da ciência da informação

Seguindo pressupostos estruturalistas, entendeu-se que no campo da ciência da informação é possível estabelecer alguns limites, conforme a estrutura que a constitui. Esses limites identificam o campo e, ao mesmo tempo, fornecem representações de sua extensão. Outro aspecto acertado inicialmente na pesquisa foi o da existência de estruturas compostas de instituições, agentes (individuais e coletivos), temas etc. que formariam o campo da ciência da informação. Em virtude disso, é que se resolveu chamar de “elementos” as partes que comporiam a ciência da informação.

Nesse sentido, foi perguntado aos participantes da pesquisa: “Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?”. Esse procedimento fez com que os respondentes elessem os elementos considerados pertinentes para a constituição do campo. Nesse sentido, acreditou-se englobar o que cada pesquisador acreditava ser relevante. O fato proporcionou respostas com uma grande variedade de tipos de elementos, os quais, porém, têm em comum seu relacionamento e essencialidade para compor estrutural, conceitual e teoricamente o campo da ciência da informação.

O campo seria composto de agentes, contextos, disciplinas e outras produções da atividade humana. O grupo pensa em diversos elementos, e a análise indicou a relação desses elementos com a concepção de ciência e, em especial, com a representação da ciência da informação aceita pelos respondentes.

De modo geral, os elementos citados são: os agentes, o contexto, os temas, a disciplinaridade, a interdisciplinaridade, a historicidade e a epistemologia. Os sujeitos representam os elementos constitutivos do campo de uma variedade de formas, no entanto, se forem reunidas as indicações de elementos trazidas nos discursos individuais, se perceberá que quase todos os apresentaram, e somente com a soma de todos os elementos citados é que se obterá uma compreensão global das partes essenciais que formam o campo da ciência da informação.

Os sujeitos sociais têm um destaque especial nas falas, isto é, os respondentes consideram as pessoas como extremamente importantes. A percepção básica é que o campo é formado por sujeitos pesquisadores e pesquisados, e que o estudo destes possibilitará compreender os processos, os fenômenos e os objetos da ciência da informação. A alusão a pessoas, seja referindo-se ao receptor seja ao emissor das mensagens de informação, pode ser considerada uma transformação no discurso da ciência da informação, na busca de entender o fenômeno humano e social que determina a produção e o uso da informação. Isto constitui uma evolução, se comparado às considerações de Capurro (2003) a respeito dos paradigmas contemporâneos da ciência da informação. O referido autor demonstra que, na atualidade, o paradigma predominante evidencia as relações sociais de produção e circulação da informação. Esse paradigma, chamado de social, conforme citado outras vezes, refere-se ao sujeito e à realidade humana e ao seu relacionamento com a informação. Seria com essa realidade social e humana que a ciência da informação se defrontaria, na atualidade.

Nas menções dos sujeitos, o elemento que foi referido mais vezes é o contexto, nos vários sentidos que este termo possa receber. Entretanto, contexto aqui é a referência a um complexo de fatores sociais, políticos, econômicos, psicológicos, que constituem e influenciam, sobremaneira, a ação dos indivíduos. Além disso, ele determina as

relações sociais entre os sujeitos. Determina também, em segunda medida, os processos de produção e de transmissão da informação, bem como sua valorização pela sociedade. Algumas falas podem melhor explicitar o que o grupo pensa a esse respeito.

os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação podem ser indicados como a) um ato de comunicação quando um a1) emissor, remetente envia uma mensagem a um destinatário, a2) receptor. b) Para se realizar de forma eficaz a mensagem necessita de um contexto de referência e este contexto precisa ser acessível ao receptor. Este contexto deve ser verbal ou passível de ser verbalizado. c) É necessário ainda um código, total ou parcialmente comum ao emissor e ao receptor e finalmente d) um contacto, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o emissor e o receptor, que os capacite a entrarem e permanecerem em contato. [...]. (Respondente 1).

[...] diria que o primeiro elemento a ser reconhecido no campo da C.I. é a sua historicidade, ou seja, é preciso ver nele os seus autores fundadores, o contexto acadêmico, social, econômico e político da sua formação e desenvolvimento, o qual é fortemente marcado pelas suas origens nos países desenvolvidos e nas ações da UNESCO nos países em desenvolvimento e, mais recentemente, pelas políticas e programas das sociedades da informação.

Outro elemento é a sua epistemologia, que se refere às questões, pressupostos, teorias e metodologias próprios e/ou apropriados pela C.I. de outros campos ou disciplinas. Está incluída aí a inter multi ou transdisciplinaridade, como elemento que marca o perfil do campo da C.I., de modo a indicar e possibilitar a construção de um lugar e um olhar próprios da área em direção ao objeto que compartilha com outras disciplinas e campos de estudos – a informação.

Um terceiro elemento seria a sua política, onde os atores debatem o cenário e os rumos do campo, por meio das suas instâncias representativas – associações, eventos, reuniões, espaços de discussão presenciais e virtuais, etc, e desse mesmo modo, participam dos foros acadêmicos e científicos instituídos para o acompanhamento, fomento e avaliação das atividades de pesquisa, ensino, formação e atividade profissional.

Por último, e sem ter esgotado certamente as possibilidades de resposta, refiro-me ao elemento acadêmico-institucional, que constitui o terreno onde se firma a vida própria de cada conjunto de atores, veículos, meios e possibilidades de ensino, formação e produção do conhecimento no campo da C.I. (Respondente 9).

O Respondente 1 especifica o contexto do qual está tratando; explica que é um conjunto de referenciais identificados igualmente tanto pelo receptor quanto pelo emissor. Nesse sentido, a noção de contexto fica restrita a coordenadas que norteiam o reconhecimento da informação emitida, e facilita o encerramento da polissemia potencial da informação. Além disso, o Respondente 1 confirma sua vinculação com o paradigma físico descrito por Capurro (2003), quando identifica o sujeito nos termos “receptor” e “emissor”, linguagem utilizada para referir-se a pessoas, segundo o ponto de vista de um sistema de informação clássico.

Uma compreensão ampla do contexto é sinalizada pelo Respondente 9. Esse sujeito compreende - pelo menos presume-se - o contexto em suas várias facetas: social, política, econômica, acadêmica e histórica. Esses aspectos formariam o que se pode nomear como a realidade em que agem e à qual são submetidos os sujeitos envolvidos com a pesquisa da ciência da informação. O respondente reconhece que o contexto é influenciado, por exemplo, pelas ações políticas de instituições multilaterais (Unesco) e pelas ações governamentais relativas à sociedade da informação.

Apesar de o contexto influenciar diretamente a constituição de uma ciência e de seus objetos de estudo, o contexto histórico, econômico e social não é reconhecido, explicitamente, por todos os integrantes do grupo pesquisado. Os pesquisadores que não se referem ao contexto, pelo menos nas respostas fornecidas, concebem como elementos básicos os familiares e comuns a todas as ciências: objetos, conceitos, teorias e metodologias próprios do campo. Essa compreensão exclui, como possibilidade de elementos, os sujeitos e seus contextos de produção e apropriação da informação. Nessa perspectiva, a ciência da informação estaria desvinculada da realidade prático-social dos sujeitos; os seus elementos considerados são apenas os necessários para identificá-la como “ciência” ou “disciplina científica”, no âmbito do conceito de ciência proposto no paradigma da ciência moderna.

Os elementos da ciência da informação

São aqueles elementos delimitadores que constituem cada campo científico: objeto de estudo, metodologia e estratégias adequadas aos estudos da área; assim como, uma terminologia própria, conceitos específicos e unidades discursivas próprias da área. (Respondente 8).

A ciência da informação compreendida, desse modo, desvincilha-se da realidade social construída pelos sujeitos. A ciência também é um produto resultante da atividade humana, das interações sociais dos sujeitos. Sua constituição depende de disputas, as quais são travadas através das relações sociais entre os sujeitos. O fato de aceitar uma das explicações do fenômeno estudado depende das lutas e divergências entre os pesquisadores e

das teorias em disputa, para que, depois de encerrado o confronto, chegar-se a uma teoria que melhor funcione ou responda a determinadas questões (KUHN, 2001).

É essa dimensão da ciência que é negada nas expressões-chave, que certificam os elementos como um conjunto de critérios necessários para constituir toda e qualquer ciência. Compreende-se a ciência da informação como um aglomerado de disciplinas, objetos de estudos próprios, aportes interdisciplinares, modelos, teorias e metodologias próprios. Examinando-se, mais especificamente, verifica-se que ao longo da história da ciência da informação e de seus objetos de estudo, contou-se com o apoio de forças econômicas e políticas exteriores às disciplinas e objetos relacionados. Por exemplo, quando países desenvolvidos, especificamente os Estados Unidos e a URSS, empreenderam políticas que priorizaram a recuperação da informação científica, estavam em jogo as demandas sociais (principalmente militares e científicas). Essas demandas pré-elegeram os objetos de pesquisa e contaram com o apoio ou com os serviços da comunidade científica e profissional da ciência da informação.

Foram as demandas criadas fora da comunidade científica que estimularam o planejamento da ciência e ajudaram a definir as configurações sociais que possibilitaram a constituição da ciência da informação. Um exemplo recente é o Programa Sociedade da Informação, que conta com o apoio das diversas ciências e campos sociais para a sua realização, principalmente, aquelas áreas ligadas à produção, armazenamento e recuperação dos dados e dos conteúdos informacionais. Temas de pesquisa são propostos e pesquisas são realizadas tendo como base as demandas dessa nova proposta de sociedade.

Acredita-se que os elementos da ciência da informação não sejam tão-somente um conjunto de objetos de pesquisa e de disciplinas que com ela interagem, mas também se devem incluir outros elementos que determinam a própria valorização dos objetos de estudo, formam as disciplinas e decidem sobre a permanência destes objetos e disciplinas

na sociedade. Compartilha-se aqui de um conjunto de idéias compreendidas na premissa de que a ciência da informação, assim como qualquer ciência, não está descolada da realidade social construída pelos sujeitos. Ela não se constitui apenas dos elementos imprescindíveis para compor uma ciência, segundo, é claro, os pressupostos da epistemologia da ciência positivista, que fixam requisitos para separar o que é ciência do que não é ciência ou do que se considera pseudociência. Esse modelo de ciência moderna defende a ruptura que dicotomiza: conhecimento científico ou conhecimento privilegiado e senso comum ou conhecimento subalterno.

As disciplinas, temas, núcleos de pesquisa seriam os elementos, em um sentido restrito. Conforme essa explicação, os elementos da ciência da informação são as disciplinas que se relacionam com ela e contribuem com conceitos e teorias. Esses elementos suscitam, também, representações da ciência em geral: uma ciência que, para ser digna desse título, dependerá de sua adequação aos requisitos epistemológicos da ciência moderna.

Persiste ainda no grupo a noção de propriedade da ciência da informação. Nesse sentido, os elementos que são destinados à ciência da informação pertencem apenas a ela e compete apenas ao campo pesquisar. As falas a seguir apresentadas, mostram as expressões utilizadas pelos respondentes que denotam o que se deseja explicar.

[...] Vou considerar como elementos as disciplinas ou subáreas que constituem o território epistemológico da Ciência da Informação [...]. (Respondente3).

O campo da ciência da Informação constitui-se por dois elementos básicos: a sua própria disciplinaridade [...] e os aportes interdisciplinares (teóricos e metodológicos) que contribuem para que ela cumpra seus objetivos, tais como aqueles oriundos de áreas como a Linguística, a Lógica, a Psicologia, a Inteligência Artificial, etc. (Respondente 7).

São aqueles elementos delimitadores que constituem cada campo científico: objeto de estudo, metodologia e estratégias adequadas aos estudos da área; assim como, uma terminologia própria, conceitos específicos e unidades discursivas próprias da área. (Respondente 8).

Outro elemento é a sua epistemologia, que se refere às questões, pressupostos, teorias e metodologias próprios e/ou apropriados pela C.I. de outros campos ou disciplinas. Está incluída aí a inter multi ou transdisciplinaridade, como elemento que marca o perfil do campo da C.I., de modo a indicar e possibilitar a construção de um lugar e um olhar próprios da área em direção ao objeto que compartilha com outras disciplinas e campos de estudos – a informação. (Respondente 9).

O sentido de propriedade é expresso, entre outros casos, nas idéias de apropriação e na construção de um lugar e olhar próprios, conforme a argumentação sustentada pelo Respondente 9. Para interpretar as expressões-chave que se referem à noção de posse é preciso retomar alguns pontos do desenvolvimento histórico do campo. A ciência da informação se desenvolveu com o apoio ou sob a tutela de outros campos; no caso estadunidense, Biblioteconomia, Administração e Ciência da Computação proveram a ciência da informação em sua origem, como já discutido no capítulo três. O que é da propriedade do campo ou de seu território pertenceu, em décadas passadas, a outros campos e categorias profissionais.

Nesse sentido, a ênfase na propriedade dos objetos considerados próprios, encontrada nos discursos, tem por objetivo organizar o monopólio dos temas de pesquisa e submetê-los ao domínio de um grupo. O discurso é utilizado para legitimar a empreitada de implementar mudanças na prática, nesse caso, responder que um conjunto de objetos é próprio de um campo.

Com o acentuado intercâmbio entre as diversas ciências é mais complexo estabelecer uma propriedade no sentido físico, ou mesmo no âmbito teórico. O que de fato ocorre é a tentativa de expressar essa propriedade na organização dos discursos.

A idéia de elemento pode ser respondida recorrendo-se também a outras metáforas e esquemas, tendo como função principal compreender a estrutura do campo. Para outros respondentes do grupo, a idéia de uma rede composta por pontos de ligação que formam os núcleos parece ser mais adequada.

Usaria, em fim, mais bem a idéia de rede, aceitando que existem núcleos mais densos, rodeados por espaços cinzentos e “ralos”, zonas de passagem e obstruções. Pensemos, por exemplo, em alguns desses “núcleos” de certa consistência, como “Recuperação de informação” e “Estudos de usuários”: o conceito de “busca de informação”, mais adequado ao que acontece no meio digital, estabelece um enlace entre esses núcleos, que espera ser melhor trabalhado. [...]. (Respondente 2).

Nessa perspectiva, há maior liberdade na identificação das relações existentes entre a ciência da informação e os outros campos; mesmo assim, considera-se que os núcleos existentes e comumente tratados pelo campo, seriam os elementos básicos que o constituem. Essa metáfora não se assenta na noção de território, com toda a sua rigidez, mas explica o espaço do campo e seus elementos a partir da noção de rede. A rede não teria um começo e um limite definido ou definitivo; mas supõe-se que, em suas ramificações, poderia representar um conjunto de elementos reconhecidos como da ciência da informação. O conjunto dos núcleos mais densos, que são tratados também pela ciência da informação, seria a reunião dos elementos que a constituem.

A idéia de território assemelha-se ao sentido dado ao termo frequentemente utilizado: “área”. Ou seja, os dois (território e área) contêm uma relativa facilidade em delimitar a propriedade e firmar o controle sobre os objetos, métodos e teorias que ali são tratados. Como analisado anteriormente, a área precisa de um conjunto de características para a cercear e a reconhecer como tal e distinta de outras áreas. No caso da ciência da informação, esse controle é quase impossível, devido a sua formação histórica, que a condicionou a ser consequência de esforços empreendidos por vários campos científicos e profissionais. No Brasil, a biblioteconomia, especificamente a categoria bibliotecária, levou a cabo os ideais da documentação (SOUZA, 2000) e da ciência da informação.

Em síntese, os elementos variam dependendo do conceito de ciência em que se baseia cada respondente. Dessa forma, os respondentes expõem o conceito e a teoria da ciência em que estão ancorados seus discursos; alguns declaram a concepção de ciência clássica (moderna), outros, compreendem que a ciência depende das relações e das práticas sociais executadas por diversos agentes (individuais e institucionais). Além disso, notou-se que a fala dos respondentes define as concepções de ciência operantes e que a exclusão de

elementos, principalmente dos sujeitos e seu contexto, denota uma visão restrita do campo da ciência da informação presente no pensamento do grupo.

Depois da exposição das análises pertinentes à eleição dos elementos do campo da ciência da informação, resta considerar a justificativa dos pesquisadores para com os mesmos elementos elencados.

5.4.4 Qual a pertinência dos elementos na estruturação do campo da ciência da informação?

Em geral, o grupo de pesquisadores destaca os elementos assinalados anteriormente porque esses são imprescindíveis para a existência do campo. Alguns respondentes enfatizam que todos os elementos são determinantes para que a informação se transforme em conhecimento.

Pois sem estes [...] elementos não acontece a Essência do fenômeno de informação que é a informação transforma-se em conhecimento. (Respondente 1).

Porque o campo da Ciência da Informação lida essencialmente com o fenômeno da Informação, no contexto do processo de Comunicação, visando a produção de Conhecimento, no indivíduo, no grupo, na sociedade. (Respondente 4).

Essas justificativas atestam a presença de uma ancoragem já tratada sob o título de produtivista. Os elementos sejam eles processos ou sujeitos (individuais ou coletivos), são necessários na medida em que trabalham para gerar conhecimento. A racionalidade da produção da informação para a geração do conhecimento é explícita nessas falas.

Segundo a fala do Respondente 4, a ciência da informação visa à produção de conhecimentos na sociedade, demonstrando a essência da utilidade social da ciência da informação. É também, por meio dessa utilidade, que a ciência da informação se afirma como uma ciência de caráter mais aplicado. Nessa concepção, o conhecimento é compreendido como uma entidade externa ao sujeito, na medida em que pode ser trabalhado por uma ciência

especial que, nesse argumento, deteria o monopólio do estudo e da administração do conhecimento da sociedade. Discursos desse tipo também têm serventia na demarcação do domínio específico do campo; entretanto, de forma prática, essas investidas deparam-se com um conjunto de categorias profissionais e conhecimentos científicos de diferentes áreas de origem que se definem pela prestação de serviços ligados a esses conhecimentos produzidos pela sociedade, por exemplo, a biblioteconomia.

O processo de construção da realidade da ciência da informação depende, sobretudo, desses enunciados demarcatórios que, em segunda instância, serão reproduzidos pelos pesquisadores iniciantes e, principalmente, pelos grupos de profissionais vinculados à ciência da informação no Brasil: bibliotecários, arquivistas e outros.

Esses discursos estão fixados em outros discursos e aparecem em conversações até tornarem-se objetivos, reais e irrefutáveis, efetivando-se como uma realidade no sentido durkheimiano. Respostas e afirmações, como as dos respondentes anteriores, expressam a objetividade dos elementos da ciência da informação e da função do campo, ancorados em pressupostos produtivistas sobre o mundo da informação e do conhecimento.

Em outras falas, é possível perceber a teoria da ciência partilhada pelos pesquisadores. Eles ressaltam que uma ciência constitui-se, efetivamente, na medida em que observa com rigor a existência dos elementos assinalados na seção anterior. Nesse sentido, os elementos essenciais da ciência da informação são imprescindíveis, porque possibilitam a obtenção do estatuto e do seu reconhecimento científico.

Toda área científica é constituída por disciplinas ou subáreas que a compõem e demarcam seus limites científicos, e não somente a Ciência da Informação. Esta é uma questão da Epistemologia e da Filosofia da Ciência. (Respondente 3).

Para que a área possa efetivamente garantir seu estatuto científico. (Respondente 7).

Porque são esses elementos que dão à área o estatuto de ciência. (Respondente 8).

Porque é por meio dos elementos apontados acima que o campo adquire base e perfil para o seu desenvolvimento sustentado em alicerces epistemológicos, políticos, institucionais e históricos. (Respondente 9).

Os elementos destacados são fundamentais, e isso é indiscutível, segundo as expressões-chave. O Respondente 3 acredita que os elementos citados (disciplinas) são necessários para toda e qualquer ciência, porque eles demarcam os limites do campo. Deve-se salientar ainda, que, quando se trata da definição da ciência tomando como base um critério único para delimitá-la, por exemplo, as disciplinas, afirma-se que em todas as ciências devem existir elementos básicos e gerais que as determinam. Acredita-se que uma das bases dessas considerações é a concepção positivista da ciência; a ciência é vista como una, e para se chegar ao conhecimento científico, cada ramo ou especialização da ciência deve se valer dos métodos já consagrados por todos os campos. Comte (1991) considera qualquer ciência como integrante do mesmo sistema das ciências positivas; assim, defende que o método utilizado para cada uma delas é um único, o positivo. A definição de qualquer ciência partiria desses critérios genéricos, tal como se discute na concepção de campo de pesquisa de Bunge (1989).

Outra justificativa da seleção dos elementos, destaca a vitalidade destes para fazer a ciência da informação garantir seu estatuto de ciência e conseguir se desenvolver seguramente, a partir de uma base forte. As idéias de alicerces ou bases seguras para o desenvolvimento de uma ciência ou de outras formas de conhecimento (por exemplo, o filosófico) constituem uma das vias para compreender como o conhecimento válido e privilegiado pode se desenvolver, sem problemas metodológicos ou questionamentos que coloquem em risco as estruturas montadas a partir dele. Na epistemologia é chamado de fundacionalismo “O ponto de vista epistemológico segundo o qual o conhecimento deve ser concebido como uma estrutura que se ergue a partir de fundamentos certos e seguros.” (BACKBURN, 1997, p. 164).

Essa é uma das características da fala do Respondente 9. No fundacionalismo as concepções relativas a um conceito, como o de “informação”, devem ser claras e verificáveis o suficiente para que possam ser relacionadas a outros conceitos para construção de uma teoria. Pode-se afirmar que simpatiza com o pressuposto do fundacionalismo a recorrente busca de definição das bases fundamentais da ciência da informação, o que, em outras palavras, é a tentativa de deixar claro, observável, delimitável e controlável um conhecimento, do qual são derivados outros conhecimentos científicos e teorias e que pode ser comparado com a experiência concreta com o objetivo de afirmar sua validade.

Não obstante, em outros argumentos é expressa que a valorização de temas de pesquisa e de abordagem (metodológicas, teóricas) é resultante dos critérios dos que instituem e constroem o campo da ciência da informação.

Considero que a pertinência de um tema, abordagem ou questão a uma área do conhecimento seria resultante da construção dos que se identificam como produtores dessa área e são reconhecidos como tais nos espaços científicos e organizacionais, dentro das condições de produção gnosiológica e social do conhecimento, de seus objetos e seus sujeitos. (Respondente 2).

Para o Respondente, são os pesquisadores que constroem os elementos, detêm a condição de imprimir neles um caráter essencial e imprescindível para a ciência da informação. Eles elaboram as condições de produção de conhecimento, selecionam os temas de pesquisa, elegem os processos básicos, determinam as funções e os objetos de trabalho do campo. Esse discurso pode ser interpretado como uma autocrítica quanto ao papel do pesquisador e da comunidade, produtores do conhecimento legítimo do campo. Ele distancia-se das demais respostas, pois salienta o pesquisador como agente protagonista do processo de construção da ciência da informação, ao passo que os demais respondentes procuram justificar a citação dos elementos constitutivos do campo, seja apontando para os requisitos gerais que regem a produção do conhecimento científico em qualquer ciência seja buscando mostrar os

elementos como necessários para que a ciência da informação alcance o reconhecimento científico.

É possível perceber também a divisão do trabalho científico, especificando os campos legítimos em que se pode questionar a ciência. Esse reconhecimento é manifesto nas falas, especialmente a do Respondente 3. Para ele, o trabalho de questionar o que é ou não uma ciência e como esta se constitui é tarefa da epistemologia e da filosofia da ciência.

Toda área científica é constituída por disciplinas ou subáreas que a compõem e demarcam seus limites científicos, e não somente a Ciência da Informação. Esta é uma questão da Epistemologia e da Filosofia da Ciência. (Respondente 3).

Bem ao contrário do que o sugere o Respondente 3, no pensamento dos pesquisadores da ciência da informação são elaboradas críticas a respeito da teoria da ciência e a partir disso; buscam compreender o que é científico no campo. Nesse sentido, propõem explicações gerais sobre os objetos, processos e instituições que formam o campo da ciência da informação. Esse reconhecimento da divisão de tarefas entre as disciplinas científicas não influi na prática de fazer ciência e não exime o pesquisador de questionar e construir críticas referentes ao papel da ciência na sociedade, de seu fazer e das responsabilidades sociais de sua atuação. Como apresentado no capítulo quarto, é a partir das observações empreendidas pelos próprios pesquisadores que se constitui a epistemologia crítica.

A título de exemplo, considera-se que as falas que afirmam a importância do estatuto científico, especialmente as dos Respondentes 7 e 8, mostram que o pesquisador, mais do que a ciência da informação, precisa reconhecer que seu fazer é científico e, por conseguinte, que seu campo é uma ciência de fato. Por isso, objetos de estudo, metodologias, terminologia e conceitos próprios têm peso na estruturação científica da ciência da informação. Os respondentes adotam um ideal de ciência, a partir do qual se obtém o direito de utilizar o termo ciência; as críticas e observações que elaboram sobre sua ciência são feitas à luz desses pressupostos. Ainda que existam disciplinas específicas para empreender essas

reflexões (filosofia da ciência e epistemologia), as representações dos pesquisadores também são capazes de expressar tais críticas e, a partir delas, revelar os meandros do campo da ciência da informação.

Um aspecto a ser observado nas expressões-chave dos Respondentes 7 e 8 é respeitante à busca do estatuto científico. O estatuto é formado por elementos que só fariam sentido em um modelo moderno de ciência. Desse modo, confirma que o pensamento do grupo tem o objetivo implícito de reconhecer a importância da cientificidade, da elevação do conhecimento que produzem ao nível de um conhecimento privilegiado, da afirmação da ruptura com o senso comum, conforme salienta Santos (2000).

Expressões do tipo “estatuto científico” e afirmações que ressaltam seu significado são construídas na direção de adequar-se ao padrão científico vigente. Isso também revela a intenção de posicionar a ciência da informação próxima das ciências consolidadas, seguindo, evidentemente, o mesmo modelo de ciência que possibilitou às ciências reconhecidas tal condição, ou seja, a de possuir este estatuto. Como visto, essas respostas indicam quais os pressupostos gerais em que se ancoram os sujeitos, tidos aqui como os mais influentes para a construção do pensamento da ciência da informação no Brasil.

Esses pesquisadores teorizam a respeito da ciência da informação no país, o que lhes possibilita perceber a existência de um pensamento, objetos de pesquisa e problemas próprios do campo, no Brasil. Porém, para resgatar alguns aspectos do pensamento predominante que permeiam a ciência da informação brasileira é necessário que os pesquisadores expressem suas representações da história do campo da ciência da informação no Brasil.

5.4.5 A história da ciência da informação no Brasil

Para compreender o pensamento do grupo sobre a ciência da informação no país foi necessário instigar os pesquisadores para a produção de discursos referentes às idéias que possuem relação com a história do campo no Brasil. Isto pode lançar algumas luzes sobre as relações da ciência da informação com os campos profissionais, a biblioteconomia e a arquivologia. Muito além da simples relação entre as áreas do conhecimento, os discursos fornecem o pensamento que o grupo possui da relação sócio-histórica da ciência da informação que, na prática, eles mesmos constroem.

A memória da ciência da informação é formada por aqueles fatos que os pesquisadores acreditam terem feito parte da história do campo. Os fatos e acontecimentos elencados pelos sujeitos foram aqui interpretados como os acontecimentos mais relevantes para que se concretizasse a ciência da informação no país.

De maneira alguma esta é uma tentativa de estabelecer uma história completa e exaustiva da ciência da informação; o que demandaria muitas outras pesquisas, recorrendo a fontes e estratégias metodológicas de diversas naturezas. Sabendo disso, consideram-se relevantes as afirmações expostas, a seguir, na medida em que destacam aquilo que, no entendimento do grupo, é mais importante e contribuiu para o desenvolvimento do campo no país.

As representações da história da ciência da informação presentes no discurso dos pesquisadores, desdobradas em um conjunto de acontecimentos e fatos e suas conseqüências, conservam semelhanças com tópicos centrais já registrados e abordados pela literatura brasileira da ciência da informação. Dentre os estudos produzidos que destacam a história da ciência da informação no país podem-se citar os trabalhos de Barreto (1994, 1999, 2002ab), Pinheiro e Loureiro (1995), Pinheiro (1999, 2002, 2003, 2004), Vieira (1995),

Robredo (2003a), Población e Noronha (2003), Gomes e Zaher (1972), Eyre (1995), Dias (2000, 2002ab), Christovão (1995) e Barbosa et al. (2000).

Um dos aspectos centrais nas falas dos respondentes, foi o reconhecimento do papel de instituições, das mais diversas naturezas e fins, para a formação da ciência da informação no país. Instituições, nesse caso, são os órgãos estatais que dão suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico, expressamente por meio das políticas para a melhoria dos sistemas de controle e disseminação da informação científica. Agências de fomento à pesquisa, institutos de informação e bibliografia, organizações científicas e profissionais e o próprio Estado deram e dão sustentação às ciências, em geral, e à ciência da informação, de modo especial. É como se essas entidades e organismos pudessem dar corpo a uma ciência, entendida de forma ampla, sendo bem mais do que a simples aplicação do método científico por pessoas privilegiadas, eleitas por sua vontade, prazer e compromisso com o conhecer.

Seguindo o que se procurou demonstrar no capítulo terceiro, é principalmente devido às instituições que se constrói a realidade social de uma ciência. A ciência torna-se uma realidade palpável, concreta, tangível, em conformidade com a noção de realidade objetiva de Durkheim. É difícil negar a existência da ciência da informação, porque as instituições que a representam política e educacionalmente (ANCIB, CNPq, ABECIN, Escolas e cursos etc.) e os grupos motivados a construir discursos que a justificam, são reconhecidos, publicamente, pela sociedade.

A coerção, que caracteriza a realidade objetiva da ciência da informação, dá-se por meio das instituições que empreendem mudanças na prática social e na mente dos indivíduos, profissionais, cientistas e população, legitimando as funções e necessidade social desta ciência. Isto é, as instituições propõem políticas e padrões de C & T, elaboram discursos que situam epistemologicamente os conceitos e as teorias do campo e, na prática, buscam

inserir a ciência da informação entre os outros campos científicos e profissionais reconhecidos. A ciência da informação é construída socialmente e os discursos revelam que nesse processo contínuo de construção as instituições exercem papel determinante, mais evidente na ciência da informação do que em outros campos. Acredita-se que isso se deva ao fato da ciência da informação ser considerada uma ciência auxiliar e coadjuvante do desenvolvimento econômico, científico e social. Esse ponto será retomado em outro momento (ver página 282).

A seguir, são apresentadas as expressões-chave que denotam, mais objetivamente, a dependência institucional da ciência da informação no país, bem como outros aspectos relevantes:

A Ciência da Informação no Brasil nasceu na segunda metade do anos 50, pelo tumulto da explosão da informação a Unesco convenceu a então Diretora do IBICT Célia Ribeiro Zaher a criar no Brasil e no IBICT, com a sua ajuda, uma especialização lato sensu em 1956 sobre **informação para agricultura**. Em 1970 foi criado, por Hagar Espanha Gomes, com o mesmo sentimento um mestrado em Ciência da informação que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia. [...]. (Respondente 1).

[...] O campo da Ciência da Informação no Brasil nasce em 1970 com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Programa de pós-graduação na área a iniciar estudos em nível de doutorado na década de 80. O convênio IBICT-UFRJ permanece até o ano 2000. A partir de 2003 o IBICT assina convênio com a Universidade Federal Fluminense e retoma o programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI). [...] o PPGCI do IBICT é o único curso da área no país que nasce, se desenvolve e permanece como Ciência da Informação. Nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. Os demais cursos hoje denominados como Ciência da Informação migraram da área da Biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área, em maior ou menos escala. Isto pode ser constatado pela análise da estrutura curricular, das temáticas e abordagens metodológica de projetos de pesquisa de docentes e de dissertações e teses desses Programas.[...]. (Respondente 4).

A Ciência da Informação no Brasil teve seu desenvolvimento em grande medida ligado à trajetória do IBICT, em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norte-americana e inglesa. Nesse sentido, a tônica da área de Ciência da Informação no país esteve, em grande medida, voltada para a informação científica e tecnológica e, notadamente a partir da década de 80, sob uma maior influência francesa, voltou-se para aspectos como a dimensão social da informação.

Aspecto fundamental para o crescimento acadêmico da área, no país, foram os cursos de pós-graduação, que se construiriam a partir de um grupo de pesquisadores pioneiros, que tiveram sua capacitação no exterior e, em voltando ao Brasil, souberam formar novas gerações de pesquisadores bem como liderar a pesquisa na área, permitindo um cotejo e uma reflexão dos teóricos estrangeiros à luz da realidade nacional e latino-americana. (Respondente 7).

[...] o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação iniciou-se, no Brasil, na década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. Fato este que aconteceu na mesma época em que mestrados de outras áreas também se originaram. No entanto, a Ciência da Informação consolida-se como área do saber, a partir do final dos anos de 1980, quando se deu a criação da Associação Nacional dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), motivando as discussões e as publicações de pesquisas. Essa nova área, entretanto, concretiza-se como ciência, quando as pesquisas desenvolvidas, nos cursos de pós-graduação, por docentes, mestrandos e doutorandos, tornaram-se em qualidade de um saber científico. [...]. (Respondente 8).

Trata-se de questão muito ampla, com aspectos variados e polêmicos. Ainda está por ser traçada a história do campo no país, por meio de pesquisas bem elaboradas e fundamentadas. No entanto, eu assinalaria a presença forte do Estado e das instituições estatais na conformação do campo no país, aliada às políticas de controle bibliográfico à cabo da UNESCO e organismos brasileiros, dentre eles o antigo IBBD, hoje IBICT. Assinalo ainda a importância da instituição dos cursos e programas de pós-graduação para a formação de uma comunidade própria do campo, além dos seus ascendentes dos cursos de Biblioteconomia, sobretudo. (Respondente 9).

O IBBD foi empreendedor da construção da ciência da informação e na divulgação desse campo no Brasil. Segundo os respondentes, na década de 1950, época que compreende a fundação do instituto, desenvolveu-se o que ficou conhecido por “explosão da informação”. Significa dizer que a criação do IBBD representou a resposta brasileira a uma tendência mundial, buscando com sua criação a adequação às iniciativas de controle bibliográfico da literatura científica. Além da fundação do IBBD, outras ações foram essenciais para a efetiva institucionalização da ciência da informação no país. É o caso da abertura do curso de mestrado do IBBD, em 1970.

Não obstante, deve-se ressaltar que a fundação do IBBD teve como condicionante as políticas científicas e educacionais propostas aos países em desenvolvimento. O instituto é produto direto das políticas da Unesco. Segundo Silva (1994), “Constava do programa de trabalho do CCIB² a criação, com o apoio da Unesco e a título de experiência piloto, de um centro bibliográfico nacional situado em um país onde esse centro pudesse servir de modelo.” O autor complementa: “O Brasil apresenta sua candidatura para

² CCIB – Comitê Internacional de Bibliografia.

sediar esse projeto, aprovada pela 29ª Reunião do Conselho Executivo de Unesco, realizada em abril de 1952.” (SILVA, 1994).

As políticas da Unesco endereçavam os países em desenvolvimento, o que reforça a tese de que a criação do instituto e, posteriormente, do curso de mestrado em ciência da informação está baseada integralmente em um modelo estrangeiro. Isso, por sua vez, denota a transferência de problemas de pesquisa e as práticas que solucionam estes problemas. Conforme a conclusão de Silva (1994), os documentos da Unesco refletem a experiência e a visão de mundo que os países desenvolvidos acumularam e pensaram sobre as questões da informação na sociedade. Adiciona-se a isso, o declarado envolvimento de consultores estadunidenses na instalação do sistema de pós-graduação ora vigente no país, decorrente da Reforma Universitária de 1968.

Em outras falas do grupo, a história da ciência da informação no Brasil começa a ser relatada a partir do curso de mestrado do IBBD. Acredita-se que o curso do IBBD fez consolidar, efetivamente, a expressão “ciência da informação” junto à comunidade científica e profissional. Entretanto, essa forma de representar o aparecimento da ciência da informação não leva em conta as transformações políticas, econômicas e científicas que fizeram ou exigiram uma ciência que complementasse o sistema de C & T do país, resolvendo problemas e propondo serviços ligados à sistematização dos sistemas de informação científica e tecnológica. O contexto político de formação da ciência da informação possibilitou às Nações-Estados visualizarem o setor de C & T como um instrumento de desenvolvimento tecnológico e econômico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

As questões políticas, ligadas, principalmente, à Unesco, não são mencionadas em algumas falas, porém, são estas as que concretizaram a instituição da ciência da informação no país, consolidando as configurações sociais que encerraram as

possibilidades de desenvolvimento no processo histórico do campo. As expressões-chave a seguir tratam da fundação da ciência da informação nessa época.

[...] O campo da Ciência da Informação no Brasil nasce em 1970 com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Programa de pós-graduação na área a iniciar estudos em nível de doutorado na década de 80.[...]. (Respondente 4).

Podemos afirmar que o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação iniciou-se, no Brasil, na década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. Fato este que aconteceu na mesma época em que mestrados de outras áreas também se originaram.[...]. (Respondente 8).

Antes de apresentar a análise das representações do papel dos programas de pós-graduação no desenvolvimento da ciência da informação, é preciso fazer menção aos pioneiros do campo, o que, em outras palavras, seria o reconhecimento explícito, por parte dos pesquisadores, da ação daquelas pessoas que, no passado, deram os primeiros passos decisivos para a institucionalização do campo no Brasil. Segundo o Respondente 1, deve-se citar especialmente a Diretora do IBBD Célia Zaher, trabalhando para a fundação do instituto, e Hagar Espanha Gomes, que em 1970 levou à frente a criação do mestrado do instituto.

Constata-se a centralização do IBBD para criação da ciência da informação no Brasil. Este fato deve ser compreendido pelo fato do primeiro curso de mestrado, sob o nome “ciência da informação”, ser ofertado no instituto. É praticamente unânime o papel do instituto na origem da ciência da informação no Brasil.

De outro lado, não tratam da documentação, de seu papel, de suas técnicas e da introdução de novas idéias relativas à concepção dos registros bibliográficos. A categoria bibliotecária e os cursos de biblioteconomia pouco são citados. Porém, acredita-se que essas primeiras experiências com a documentação foram as que permitiram a ligação da comunidade profissional brasileira com os círculos internacionais de documentação e de tratamento da informação. Já os bibliotecários possibilitaram a expansão da ciência da informação nos espaços de formação profissional. Muitos bibliotecários e escolas de

biblioteconomia e documentação se identificaram com a causa e incorporaram o discurso da ciência da informação. As falas dos respondentes apontam para a transformação dos cursos de mestrado em biblioteconomia para cursos de mestrado em ciência da informação.

De qualquer forma, o conjunto dos discursos explica as causas efetivas, bem como o contexto que permitiu o desenvolvimento da ciência da informação no Brasil. Os fatores mais destacados dizem respeito à fundação do IBBD e à criação do curso de mestrado em ciência da informação nesse mesmo instituto. Há também o reconhecimento da dependência da ciência da informação das instituições. Segundo as representações do grupo, foram elas que instituíram a ciência da informação e é destas organizações que dependem os discursos oficiais que legitimam o campo.

É como se o grupo dissesse de uma só vez a idéia predominante da história da ciência da informação no Brasil, de maneira objetiva: nasce com o IBBD em 1950, com os problemas enfrentados em todo o mundo pela explosão da informação; ganha espaço acadêmico com a criação do mestrado no mesmo instituto e com a criação de outros programas de pós-graduação; consolida-se quando funda a associação científica e aumentam as publicações e debates científicos. Contou com a mobilização de organismos externos, como as organizações multilaterais (Unesco), e recebeu interferência direta das políticas de desenvolvimento da Nação-Estado em que está inserida.

Essa idéia central está relacionada na literatura do campo no país, porém, algumas partes não estão tão explícitas assim, tais como: as configurações sociais que possibilitaram a inserção da ciência da informação e o reconhecimento da dependência econômica, tecnológica e científica de outros países. Moscovici (2003) explica que as representações sociais, diferentemente do conhecimento científico, são produto de um esforço de aproximação de um objeto externo, forasteiro, com o objetivo de incluí-lo dentro dos objetos já conhecidos e comuns a uma realidade social; nesse processo de ancoragem,

deixam-se de lado significados do objeto que se intenta conhecer, adaptando-se as características desse objeto aos interesses vigentes no grupo. Em outras palavras, “[...] as RS [representações sociais] são a produção cultural de uma comunidade, que tem como um de seus objetivos resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir sua identidade.” (BAUER, 2002, p. 229).

Entende-se, a partir disso, que as considerações dos pesquisadores a respeito da história do campo deixam de tratar de outros aspectos da institucionalização da ciência da informação no Brasil, preferindo abordar pontos conhecidos pelo grupo que não entram em conflito com as idéias já aceitas. É esse processo de aproximação que caracteriza a representação social.

Como resumido na idéia-central da história do campo, esses pontos são os mais destacados e reproduzidos, correntemente, na comunidade científica e nos cursos de formação profissional e de recursos humanos para pesquisa do campo. Essas representações tornam-se marcos históricos legítimos da ciência da informação no país e, nesse sentido, as ações pioneiras do instituto são lembradas e engrandecidas. Salienta-se, novamente, que esses elementos históricos constituem o pensamento coletivo do campo, no que diz respeito à história da ciência da informação. Essa reunião de discursos deve ser assimilada como uma teoria da história do campo no país, uma representação socialmente construída, alimentada e comunicada, via discursos.

Em algumas falas é mencionado também o foco do trabalho de pesquisa do campo da ciência da informação.

A Ciência da Informação no Brasil teve seu desenvolvimento em grande medida ligado à trajetória do IBICT, em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norte-americana e inglesa. Nesse sentido, a tônica da área de Ciência da Informação no país esteve, em grande medida, voltada para a informação científica e tecnológica e, notadamente a partir da década de 80, sob uma maior influência francesa, voltou-se para aspectos como a dimensão social da informação. (Respondente 7).

Isso é reflexo de iniciativas nacionais e internacionais que se ocuparam da produção e gestão do conhecimento científico e tecnológico. Os Estados Unidos e a URSS tiveram como propagadores dessa problemática Vannevar Bush e a Informática russa. Já a Unesco se destacou no controle bibliográfico da literatura científica, tecnológica e cultural nos países em desenvolvimento.

Os respondentes reconhecem que o campo recebeu influência das escolas anglo-americanas de ciência da informação, mas pontuam apenas que esse envolvimento se deu no curso de mestrado do IBBD.

[...] Na minha opinião, o PPGCI do IBICT é o único curso da área no país que nasce, se desenvolve e permanece como Ciência da Informação. Nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. [...]. (Respondente 4).

A Ciência da Informação no Brasil teve seu desenvolvimento em grande medida ligado à trajetória do IBICT, em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norte-americana e inglesa. [...]. (Respondente 7).

De fato, isso está registrado nos textos dos autores indicados no capítulo terceiro, principalmente no que tange à fundação do curso de mestrado do IBBD; o corpo docente desse curso era formado por professores-pesquisadores renomados dos Estados Unidos e da Inglaterra. Essa influência deixou traços muito fortes no campo, que podem ser verificados na literatura nacional ligada à recuperação da informação, haja vista, por exemplo, o estudo de Robredo (2003a, p. 156-157), que aponta as aplicações infométricas como temas privilegiados nos estudos de recuperação da informação na Web.

Desse modo, assumiu-se o discurso do nascimento da ciência da informação segundo o ponto de vista anglo-americano. Muitos pesquisadores professam que a ciência da informação nasceu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse sentido, Vannevar Bush, Calvin Moores e Harold Borko são recordados como precursores, respectivamente, da teorização da importância das tecnologias da informação e da explosão da informação, da

recuperação da informação e do conceito de ciência da informação. Todos são reconhecidos como precursores da ciência da informação estadunidense e mundial.

O foco anglo-americano trouxe para o Brasil as temáticas de pesquisa de outras regiões do mundo; demandas externas que teriam que se adequar ao plano desenvolvimentista dos setores científico e tecnológico do país. Compreendem-se, como pertinentes e necessárias, as pesquisas que explorassem as questões relacionadas à informação científica e tecnológica, à comunidade científica, à literatura científica. A título de exemplo, Pinheiro e Loureiro (1995, p. 50) apresentaram um diagrama resultante de um trabalho coletivo com os mestrados do curso de mestrado do IBICT, que dispõe das disciplinas científicas da ciência da informação, segundo a visão desse programa, a saber: Divulgação Científica; Epistemologia da Ciência da Informação; Informação, Cultura e Sociedade; Administração de Sistemas de Informação; Automação; Comunicação Científica e Tecnologia; Bibliometria; Representação da Informação; Sistema de Recuperação da Informação; Estudo de Usuários; Redes e Sistemas de Informação e Economia da Informação. Praticamente todas as disciplinas poderiam estudar problemas relativos à produção e à comunicação do conhecimento científico na comunidade científica.

Esses e outros temas de pesquisa receberam um tratamento distinto do enfoque e das abordagens da pesquisa empreendida pela biblioteconomia, conforme ressalta o Respondente 4:

[...] Na minha opinião, o PPGCI do IBICT é o único curso da área no país que nasce, se desenvolve e permanece como Ciência da Informação. Nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. Os demais cursos hoje denominados como Ciência da Informação migraram da área da Biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área, em maior ou menor escala. Isto pode ser constatado pela análise da estrutura curricular, das temáticas e abordagens metodológica de projetos de pesquisa de docentes e de dissertações e teses desses Programas. [...]. (Respondente 4).

A diferença consiste, dessa maneira, na separação, pelo menos no discurso, do que é próprio da biblioteconomia e do que é da competência da ciência da informação. É

com essa perspectiva da situação, que alguns discursos são construídos no interior da comunidade científica. A intenção é mostrar a ciência da informação como uma ciência auto-suficiente, distante dos “resquícios” provenientes da biblioteconomia, sejam eles objeto, método, teoria ou conceitos.

Pode-se interpretar a expressão-chave anterior da seguinte forma: a biblioteconomia tornou-se uma interferência no ideal científico da ciência da informação. A biblioteconomia demonstra insuficiência teórica no que tange às questões da informação - informação científica, principalmente. A prática profissional dos bibliotecários também não condiz com a postura investigativa do cientista.

Registra-se, além do mais, que a expressão “ciência da informação” denota uma especialização dos campos de pesquisa, promovida pelo surgimento de novas ciências resultantes da fusão de algumas já existentes ou da ênfase em novos objetos. Nesse sentido, a ciência da informação seria criada a partir da preocupação social com um novo objeto, não pela novidade provinda de uma descoberta de novos objetos ainda não reconhecidos, mas do aumento da atenção para a ação da informação na sociedade. Nessa ótica, a ciência da informação estuda a informação no sentido geral, mais amplo. Restariam à prática profissional o estudo e a organização de bibliotecas.

Na literatura científica da ciência da informação consultada, a fundamentação mais explícita que defende incisivamente a separação dos dois campos é formulada por Saracevic (1996, p. 49). Segundo o autor, a biblioteconomia tem como ponto de interseção com o campo da ciência da informação a preocupação da efetiva e máxima utilização dos registros gráficos do conhecimento.

Discursos que caminham para essa direção motivam e intencionam alterar os esquemas conceituais da realidade social e as relações de poder entre campos de pesquisa e pesquisadores que atuam com objetos muito próximos. Eles atuam no nível simbólico para

legitimar a separação que desejam imprimir à prática; ou seja, “[...] traçar, por meio do dizer, as fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal, o vulgar e o distinguido.” (BOURDIEU, 1989b, p. 151). É organizando o discurso que o pesquisador tenta separar os objetos da realidade social, distinguir ciência da informação de biblioteconomia; distinguir os programas de pós-graduação puros em ciência da informação e os maculados de biblioteconomia.

Um trecho de uma fala que representa bem esse fato é a seguinte:

[...] Em 1970 foi criado, por Hagar Espanha Gomes, com o mesmo sentimento um mestrado em Ciência da informação que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia.[...]. (Respondente 1).

Historicamente, a biblioteconomia no Brasil buscou aglutinar muitas das áreas que pareciam conflitar, ou que, provavelmente, entrariam em confronto com seus interesses profissionais. Nesse intuito, empreendeu várias ações para reservar o mercado de trabalho dos profissionais; além disso, dispôs-se a incluir a documentação como de competência da categoria bibliotecária (SOUZA, 2000). Com a ciência da informação não poderia ser diferente e os segmentos mais progressistas da categoria perceberam a relevância dos conhecimentos do campo para a fortificação da biblioteconomia. Segundo Castro (2000a, p. 260), após a Reforma Universitária de 1968, a categoria profissional sugere a incorporação de disciplinas da ciência da informação nos currículos de graduação.

As respostas dos Respondentes 1 e 4 sugerem a oposição e a não-complementaridade da biblioteconomia e da ciência da informação. Os sujeitos aqui analisados expressam suas posições no interior do campo científico, ou seja, estão condicionados a defender a ciência da informação. O conflito e a busca por manter o monopólio da competência científica em ciência da informação se expressam nas afirmações que ensejam separar, dizer em outros termos que o que o programa do IBICT e a ciência da

informação que lá se pratica são e sempre foram radicalmente diferentes do que fazem ou crêem fazer os programas de pós-graduação ofertados em escolas de biblioteconomia.

É pela história da ciência da informação brasileira que é possível verificar os argumentos que separam e demarcam os espaços legítimos do campo. É a forma mais conveniente e convincente de imprimir, na realidade e nas idéias, a diferença, seguida da sobreposição, entre os pesquisadores, dos legítimos cientistas da informação sobre aqueles que objetivam compor esse grupo.

A seleção dos fatos da história do campo, presentes na organização do discurso, mostra a representação do que os pesquisadores aceitam efetivamente dessa história, e esse é o meio de descobrir os conflitos existentes, seja pela exclusão de fatos considerados relevantes, como a documentação, seja por investidas diretas que deixam visível a distinção entre os campos, como assinalaram os Respondentes 1 e 4.

Outro fato que complementa esse debate, é a separação de programas legítimos de ciência da informação dos que possuem “resíduos ou resquícios” da biblioteconomia. É a forma de privilegiar alguns espaços de produção de conhecimento científico e fazer deles os reconhecidos e aceitos publicamente como da ciência da informação. Nessa lógica, os outros programas procurariam se adequar à lógica predominante no campo científico da ciência da informação, que poderia entender como objetos eleitos os privilegiados pelos programas legítimos, nos quais os pesquisadores melhor posicionados no campo estariam a ele coligados.

Esse debate precisa ser acrescido de outros detalhes que melhor expliquem essas relações de forças. Conforme se tentou demonstrar no capítulo terceiro, a ciência da informação no Brasil dependeu, como nos Estados Unidos, de espaços já consolidados para iniciar seu processo de autonomia e crescimento, até chegar à instalação dos cursos de graduação em ciência da informação no país. Para isso, contou-se, deliberadamente, com o

apoio e consentimento de categorias profissionais preestabelecidas, a exemplo dos bibliotecários. Sem as condições estruturais (instituições, escolas etc.) encontradas na biblioteconomia, a proliferação dos cursos de ciência da informação poderia se dar de outra maneira, com outras discussões teóricas, conflitando com outros campos de pesquisa e categorias profissionais, por exemplo, computação ou comunicação. A biblioteconomia, pelas iniciativas de seus agentes e espaços de discussão, possibilitou o desenvolvimento da ciência da informação nos moldes em que ela é conhecida no Brasil. Entretanto, a expressão-chave que mais claramente ressalta a importância da biblioteconomia está na fala do Respondente 9, que também reconhece a procedência da ciência da informação nos cursos (programas) de biblioteconomia.

Em algumas outras expressões-chave dos integrantes do grupo pesquisado percebe-se que a história da ciência da informação esteve e está estreitamente ligada à criação dos programas de pós-graduação no país.

Aspecto fundamental para o crescimento acadêmico da área, no país, foram os cursos de pós-graduação, que se construiriam a partir de um grupo de pesquisadores pioneiros, que tiveram sua capacitação no exterior e, em voltando ao Brasil, souberam formar novas gerações de pesquisadores bem como liderar a pesquisa na área, permitindo um cotejo e uma reflexão dos teóricos estrangeiros à luz da realidade nacional e latino-americana. (Respondente 7).

Podemos afirmar que o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação iniciou-se, no Brasil, na década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. Fato este que aconteceu na mesma época em que mestrados de outras áreas também se originaram. (Respondente 8).

[...] Assinalo ainda a importância da instituição dos cursos e programas de pós-graduação para a formação de uma comunidade própria do campo, além dos seus ascendentes dos cursos de Biblioteconomia, sobretudo. (Respondente 9).

Até a metade da década de 1990 o ensino e a pesquisa em ciência da informação estiveram relacionados, predominantemente, com os programas de pós-graduação, mas, a partir dessa época, foram criados novos cursos de ciência da informação, em nível de graduação. De qualquer modo, deve-se acentuar que os programas de pós-graduação do campo reservaram, durante muito tempo, o rótulo “ciência da informação”. Além disso, o

crescimento do campo se deu, principalmente, pela formação de pesquisadores em ciência da informação que, em outro momento, reproduziriam os ideais do campo nos espaços profissional e acadêmico. Por essas e outras razões, os programas de pós-graduação são reconhecidos para a institucionalização da ciência da informação no Brasil.

Nesse sentido, os programas e cursos de pós-graduação propiciaram a formação de uma comunidade de pesquisadores em ciência da informação, o que resultou na cooperação do grupo para estruturar um mecanismo de defesa dos interesses do campo, a ANCIB. Com base no conjunto das falas dos respondentes pode-se depreender que foram essenciais para a instituição social da ciência da informação, as seguintes medidas e condições: contar com o apoio de instituições políticas e decisoras; trabalhar com um objeto que tenha uma demanda potencial pela sociedade; centralizar as discussões em torno das instituições que deveriam defender, em primeiro lugar, os interesses relativos à existência e manutenção do grupo e, em segundo lugar, outras questões que dizem respeito à sociedade; garantir os meios de reprodução dos pesquisadores e do conhecimento científico do campo (escolas, programas, financiamento etc.); e garantir um espaço no circuito de decisão de políticas de C & T, no caso, por intermédio das agências de fomento e avaliação. Além disso, deve-se contar com a participação de pessoas que creiam e apostem na importância e na realidade dessa ciência, a ponto de encolhê-la como meio de vida.

Essa teorização é uma forma genérica de compreender o fenômeno, mas pode contribuir para visualizar como se estruturou a ciência da informação no país e, como essas relações podem influenciar a instituição bem-sucedida de uma ciência. Devem-se considerar as diversas ações empreendidas, ao longo da história da ciência da informação no país, como resultantes de decisões humanas e sociais e, por isso, permeadas de objetivos implícitos, como o de manter e expandir o domínio de um campo científico.

Segundo o Respondente 7, é devido aos programas de pós-graduação em ciência da informação e à liderança de um grupo de pesquisadores pioneiros graduados no exterior que o campo conseguiu obter vantagem em relação à ciência da informação de outros países latino-americanos. Tal confiança no desempenho da ciência da informação está presente na seguinte expressão-chave:

Tais aspectos dão ao Brasil um efetivo protagonismo no que tange à pesquisa em Ciência da Informação, na América Latina, ao que se aliam os já consolidados títulos de periódicos científicos da área. (Respondente 7).

Algumas respostas reconhecem a dificuldade e a impossibilidade de responder à questão da história do campo da ciência da informação, indicando até pesquisadores renomados que poderiam fornecer as respostas.

Considero que essa abordagem histórica esta sendo desenvolvida por varias pessoas, trata-se de um esforço de pesquisa e reflexão que não caberia reduzir a algumas linhas. (Respondente 2).

[...] considero praticamente impossível responder numa ou duas frases. [...]. (Respondente 3).

Este tópico está privilegiado com vasta literatura nacional (Ver: Aldo Barreto, Antonio Miranda, Lena Vânia Pinheiro, Regina Marteleto, Suzana Mueller e outros). [...]. (Respondente 6).

Pode-se interpretar a recusa a responder de várias formas. Uma delas é que o pesquisador pode estar influenciado pelas concepções científicas de tal maneira que não consegue distinguir seu papel social de pesquisador em ciência da informação do papel de cidadão comum, que produz representações a respeito de vários temas. Nesse caso, não separa o que é sua opinião sobre a questão do que é o conhecimento científico acumulado concernente ao tema sugerido. Em outras palavras: não consegue desvincular o trabalho como pesquisador de outras atividades que, embora corriqueiras, também fazem parte da vida deste sujeito e o capacitam a falar sobre diversos temas, incluindo o que conhece da ciência da informação no Brasil.

Parece que a qualquer indagação que se faça o sujeito estará propenso a responder como um pesquisador, em todas as situações. Nesse sentido, esses respondentes têm receio de afirmar algo que não tenha passado pelo crivo do método científico. Dessa forma, crêem na necessidade de pesquisar sobre o tema para serem autorizados a argumentar a respeito dele.

Uma segunda maneira de interpretar as respostas anteriores é seguir a indicação do Respondente 6, ou seja, pela divisão de tarefas dentro do campo ou das competências científicas de cada pesquisador ou grupo de pesquisadores. A divisão das temáticas desqualifica, pelo menos em nível do universo reificado, um pesquisador a falar de assuntos que sejam da competência científica de outro ou sobre os quais não tenha acumulado conhecimentos e experiência de pesquisa. Entretanto, o que foi pedido na questão não foi a descrição da história da ciência da informação no Brasil segundo os teóricos e as pesquisas históricas realizadas ultimamente. Se esse fosse o objetivo, recorrer-se-ia tão-somente a teses, dissertações, livros e artigos sobre o respectivo tema. O pressuposto da especialização científica, designado como uma das características do paradigma da ciência moderna, é explicado nas atribuições de competência científica para determinados pesquisadores habilitados a lidar com a literatura e com as questões concernentes a um assunto, dentre os passíveis de controle por parte da comunidade científica do campo.

Nessa perspectiva, os capacitados e especializados em cada assunto que reuniram experiência e adquiriram capital científico da temática são os que podem falar legitimamente sobre a questão. Independentemente da linha de especialização do pesquisador, presume-se que ele possua concepções gerais a respeito da ciência da informação, sua origem e desenvolvimento no país.

Acredita-se que o discurso coletivo fornece, além de outras coisas, novas possibilidades de estudar a institucionalização do campo da ciência da informação no Brasil e

com isso, reconstituir a evolução do pensamento dos pesquisadores brasileiros em ciência da informação. Além disso, percebe-se como são recorrentes as afirmações que destacam o papel das instituições, em especial, o IBBD, atual IBICT, como órgão pioneiro da ciência da informação no Brasil. Tal fato pode ser mais bem explorado e comparado a outros acontecimentos, ações e investidas de categorias profissionais que possibilitaram a estruturação das configurações sociais reguladoras do desenvolvimento da ciência da informação no país.

É nesse contexto brasileiro que os pesquisadores são geralmente chamados a responder, fazendo também aproximações a respeito da relação entre ciência da informação - pela qual são social e teoricamente responsáveis - e sociedade brasileira.

5.4.6 A relação ciência da informação-sociedade brasileira

Quando se perguntou aos respondentes: “O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?”, eles forneceram respostas que ampliaram o conjunto das representações da ciência da informação até aqui analisado. O fato permitiu aos pesquisadores posicionar-se frente aos problemas da sociedade brasileira, considerando o papel e as relações da ciência da informação nesse contexto.

Aproximando-se das representações que acentuam os problemas da ciência da informação no Brasil, alguns respondentes argumentaram que o campo quase não tem significado para a sociedade brasileira, e muito menos é valorizado pelos grupos que estão à frente das decisões políticas e científicas, mas, principalmente, pela população em geral.

Ciência da Informação se relaciona com informação em ciência e tecnologia; sua importância para a sociedade Brasileira é a mesma dada a ciência e tecnologia isto é quase nada. (Respondente 1).

Por enquanto são dos mundos que se ignoram ou não se conhecem. (Respondente 5).

Seria interessante que a sociedade brasileira pudesse responder tal questão, por meios dos seus diferentes espaços de debates acadêmicos, políticos e associativos, dentre outros. Não creio que nesses espaços exista uma percepção ou opinião já formulada sobre o campo da C.I. Mesmo porque, como disse acima, a área se formou em ambientes estatais tradicionalmente distanciados da sociedade.[...]. (Respondente 9).

Para o Respondente 9, é provável que a sociedade não tenha opinião formada a respeito do que faz a ciência da informação. O Respondente complementa dizendo que “É paradoxal e, ao mesmo tempo, inquietante, que um campo do conhecimento que se autodenomina uma ciência social, esteja tão distanciado das questões, necessidades e expectativas da sociedade brasileira.” Na literatura brasileira de ciência da informação³ define-se o campo como uma ciência social, mas, segundo os respondentes, este social (a sociedade) não confere à ciência da informação um signo de importância na vida cotidiana da população.

A fala do Respondente 1 deixa claro que a ciência da informação relaciona-se à informação em C&T, por isso, estaria junto ao setor de C & T. Entendida desse modo, a sociedade brasileira que realmente conta é a infra-estrutura de C&T, não a população em geral; a importância e o reconhecimento do campo estão condicionados a sua visibilidade neste setor. A relação estaria, dessa forma, centrada nos investimentos depositados no campo nas contas dos programas de pós-graduação com bom desempenho, financiando pesquisadores com reconhecida competência e subsidiando os projetos de pesquisa e os investigadores novatos (doutorandos, mestrados e alunos de iniciação científica). Isso reforça um dos traços da história da ciência da informação, qual seja, o de estar relacionada desde seus primeiros anos, com a informação científica e tecnológica, reconhecendo-a como um dos seus principais objetos de estudo.

³ Ver especialmente a coletânea organizada por Loureiro (1999) e o artigo de Araújo (2003).

A síntese dessas expressões-chave analisadas mostra que a ciência da informação tem pouco, ou nenhum significado para sociedade, em razão do desconhecimento desta em relação ao campo.

Essas representações são reforçadas por algumas evidências empíricas, que podem ser constatadas pela expressividade da ciência da informação nos órgãos de fomento à pesquisa. Por exemplo, a comissão que avalia os programas de pós-graduação em ciência da informação está composta por pesquisadores tanto da área da comunicação quanto da ciência da informação. Em nível de formação profissional, só recentemente a ciência da informação se inseriu como uma das opções de cursos de graduação. Além disso, apenas a título de exemplo, segundo as Séries Históricas de Fomento do CNPq de 1996/1998 (apud PINHEIRO, 2000), o número de bolsas concedidas pelo CNPq para a ciência da informação, em 1999, foi de 211 (equivalente a R\$ 1.378.439,10), enquanto para a área comunicação foi de 385, 20 (equivalente a R\$ 2.819.015,70). Verifica-se a discrepância dos investimentos entre as duas áreas, que dividem uma mesma comissão de avaliação na CAPES. Em relação, por exemplo, à administração, o número de bolsas chega a 604,10, isto é, R\$ 4.771.290,90 (apud PINHEIRO, 2000).

Alguns respondentes recusam-se a responder à questão, mas, mesmo assim, sinalizam caminhos para se obter tal resposta. Os pesquisadores acreditam não ser possível responder sem que se realize uma pesquisa com a população preparada para responder à questão.

Não posso responder a esta pergunta porque isto dependeria de uma pesquisa em que fossem ouvidos diferentes segmentos da sociedade brasileira.[...]. (Respondente 3).

Sugiro que você faça um questionário ou roteiro para entrevista visando aplicá-los aos diferentes segmentos da sociedade brasileira. (Respondente 6).

Para afirmar qualquer opinião dada, é necessário confirmar o conteúdo da resposta com uma pesquisa científica. Com isso, eles não consideram suas opiniões como

relevantes para avaliar o relacionamento da ciência da informação com a sociedade brasileira. Nesse sentido, questiona-se: será que todo e qualquer argumento do discurso científico é suficientemente confirmado por pesquisas científicas? Será que todas as respostas fornecidas até aqui são resultado de teorias submetidas à apreciação dos tribunais científicos, para depois de um julgamento, serem aceitas coletivamente? Ao contrário do que afirma o Respondente 3, é justamente a opinião, a idéia que os pesquisadores produzem sobre o tema, sem comprometimento com a validação científica, que interessa a esta pesquisa. É a partir dela que se podem obter as representações presentes no campo e que orientam os discursos dos sujeitos pesquisados.

A partir da resposta proporcionada pelo Respondente 3, denota-se que o sujeito pesquisado não desvencilha seus argumentos e posturas profissionais das impressões pessoais constituídas e compartilhadas socialmente, de que assim como ele, qualquer outro indivíduo é produtor. O sujeito, aqui considerado, é aquele que possui discursos sobre a realidade que, necessariamente, não são conhecimentos científicos, mas como estes, fundamentam os discursos proferidos por este sujeito e as suas práticas. Os pesquisadores não são apenas pesquisadores, durante todos os momentos de sua vida. Eles também são suscetíveis às idéias originadas no senso comum, da mesma forma que o discurso científico é apropriado pela população em geral; ambos os sujeitos executam um processo ativo de reinterpretação da realidade social que os cerca.

Compreende-se a resposta do Respondente 3, como resultado da influência das normas da comunidade científica, da objetividade e necessidade de pesquisas que orientem o pesquisador em várias circunstâncias. Nesse sentido, o sujeitos não conseguem argumentar sem ser respaldados pelos conhecimentos científicos. As regras, bem como a comprovação empírica para o modelo da ciência moderna, são internalizadas pelo pesquisador, deixando-o constrangido em fornecer uma simples opinião, sem sustentação

científica, como poderá ser verificado na resposta do Respondente 3, na próxima seção (ver página 293).

Para outros respondentes, a ciência da informação é uma ciência que contribui, principalmente, com pesquisas para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país. Nesse sentido, ela torna-se um veículo que possibilita o desenvolvimento. Uma das lógicas subjacentes é que ela funciona, no âmbito científico e tecnológico, atuando na consolidação do desenvolvimento social. A análise das seguintes expressões-chave expõe seu relacionamento com o desenvolvimento nacional.

[...] Estudos científicos da informação, no contexto do processo de comunicação, investigando elementos envolvidos na produção processamento e uso de informação em diferentes setores de atividades (ensino, pesquisa, gestão e avaliação) poderá trazer benefícios ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, em resposta a aspirações e interesses da Sociedade Brasileira como um todo, tendo como objetivo último do desenvolvimento do País . (Respondente 4).

[...] significa, um importante veículo para o desenvolvimento científico e tecnológico, por um lado, e social, por outro, visto permitir que a realidade do país possa ser cotejada com a realidade mundial, a luz de parâmetros efetivamente científicos. (Respondente 7).

Um novo saber das ciências que contribui para a sociedade com os diferentes estudos do objeto informação, vinculado a uma produção e disseminação de uma determinada informação. (Respondente 8).

Essas expressões-chave estão ancoradas na concepção do papel da ciência no desenvolvimento científico e tecnológico, com a mesma lógica por que se pautam os planejadores do setor de C&T. Nessa perspectiva, o desenvolvimento social está garantido ao se investir na pesquisa, sem mencionar a estrutura do sistema de C&T que é subordinada aos setores privilegiados da sociedade (empresarial, produtivo, político e científico) e sem questionar as funções da ciência e sua efetiva - e não somente a idealizada - contribuição social.

Segundo os respondentes, a ciência da informação pode ser compreendida como uma peça do desenvolvimento, uma nova ciência cujo objetivo é estudar a informação e um veículo do desenvolvimento científico e tecnológico, o que, em um segundo momento,

trará o desenvolvimento social. Além disso, seguindo-se esse pensamento, através de seus estudos, possibilita-se o aprimoramento da própria ciência no respeitante ao controle das informações produzidas.

A crença no desenvolvimento social pelo desenvolvimento C&T, passando, evidentemente, pelo econômico, é um argumento que reforça a legitimação da ciência da informação junto à sociedade. A ciência da informação não estaria ligada diretamente ao desenvolvimento do social, pois a sociedade nem ao menos reconhece este campo. Talvez, o conceito de sociedade trabalhado não esteja sendo empregado adequadamente, encobrindo a predominância de algumas coletividades, como: elites burocráticas, Estado, setor empresarial e produtivo, grupos que conquistaram o reconhecimento de seu pensamento e de suas reivindicações. O fato de a ciência da informação estar vinculada estritamente à informação em C&T, desprestigia a sociedade mais ampla, confirmando que o campo e a sociedade brasileira “são mundos que se ignoram” (Respondente 5).

O que é central nessas últimas falas, é a declaração do papel coadjuvante da ciência da informação. Ela apóia os serviços e sistemas de C&T. É uma ciência auxiliar (veículo) e não é considerada dentre as ciências que planejam o desenvolvimento. É ciência dos meios, pois outras conduzirão as mudanças ou empreenderão transformações sociais. Sua condição é a de equipar outros campos que levam a cabo o efetivo desenvolvimento. Além do mais, existe a incerteza quanto ao efeito dos avanços do campo. Nas palavras do Respondente 4, ela “poderá trazer benefícios”. Isso mostra que na relação sociedade brasileira-ciência da informação faltam alguns ou muitos vínculos; além disso, o Respondente 4 estima que existirão benefícios, mas não tem certeza quanto a isso.

Os respondentes ressaltam ainda, a maneira positiva como a ciência da informação está sendo articulada na sociedade brasileira, apesar de haver alguns desafios a enfrentar.

Entendendo que a pergunta seja pela produção de conhecimento na área [...], diríamos que se tem feito muitas coisas, mas muitas vezes dispersas, localizadas, justapostas; falta consolidar uma abordagem mais ampla e estratégica das questões e programas de pesquisa, ao nível de país, de regiões, de setores de atividade. (Respondente 2).

O sujeito compreende o estado de desenvolvimento do campo e entende que ele precisa ser mais bem-articulado no sentido de ampliar os avanços e buscar uma unificação teórica a partir de uma “abordagem ampla” nas pesquisas, além de procurar integrar os esforços, envolvendo outras regiões e setores de atividade. Significa que a produção de conhecimento do campo tem avançado, mas ainda falta muito para se consolidar.

Nesse sentido, verifica-se a existência de poucos programas em ciência da informação. Nos últimos 26 (vinte e seis) anos, de 1978 (data da abertura do último curso de mestrado na década de 1970) a 2004, foram criados apenas três novos programas de pós-graduação em ciência da informação, sem contar a consolidação de alguns que contam com o programa de doutoramento. Oliveira (2001) ressalta a insipiência das pesquisas de caráter mais teórico em ciência da informação. Esses são alguns indicadores do avanço do campo que ainda tem que ser alavancado, para melhorar suas condições de produção e reprodução de conhecimento e aprimorar a cada dia as teorias vigentes.

É possível verificar também, que os discursos referentes ao tema da questão se contradizem. Alguns confirmam certo ceticismo quanto à relação sociedade brasileira-ciência da informação; outros apóiam a condição do campo como peça indispensável para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

O pensamento do grupo, em certa medida, reflete a diversidade de pontos de vista encontrada na literatura. A natureza heterogênea da comunidade do campo pode contribuir para a formação das representações que os respondentes constroem da relação entre sociedade brasileira e ciência da informação.

A história do campo no país, pelo menos nos materiais consultados e examinados no capítulo terceiro, confirma essa diversidade, tendo em vista a ciência da

informação ser um campo que ainda não se emancipou, totalmente, das estruturas institucionais, do papel social e da categoria profissional bibliotecária.

Os programas de pós-graduação ainda estão sendo ofertados, em sua maioria, em escolas de biblioteconomia e as instituições de pesquisa e o elenco dos pesquisadores carregam discursos em sua agenda que se poderiam atribuir à biblioteconomia, como: preocupação com o acesso universal da informação, expansão dos equipamentos culturais, centros de informação, democratização da informação etc.

O credenciamento para a atuação em um amplo espaço de trabalho, que são as bibliotecas, está sob o controle da categoria bibliotecária. Muitos pesquisadores em ciência da informação renomados, são professores dos cursos de biblioteconomia e arquivologia em nível de graduação nas universidades brasileiras.

A institucionalização da ciência da informação está sendo constituída dentro desses parâmetros que a caracterizam e que, por algum tempo, determinarão os rumos dos debates teóricos e políticos. Em face disso, as diretrizes da ciência da informação são sensíveis às sugestões da biblioteconomia, e vice-versa.

A heterogeneidade é também resultante das divergências entre a visão dos pares; estes, por sua vez, atuam em um campo cuja configuração social facilita as visões controversas, pois historicamente esteve relacionado a um grande número de disciplinas científicas e delas recebe muitas influências, principalmente, teóricas, metodológicas e conceituais.

Acrescenta-se às demais falas uma sugestão para se verificar o *status* da relação ciência da informação e sociedade brasileira.

[...] Podemos, no entanto, tomar como parâmetro deste significado o número de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, hoje num total de nove (9), IBICT, UFMG, UnB, UFPB, PUCCAMP, USP, UNESP, UFBA e UFSC, ou os recursos aplicados pelo CNPq [...] ou CAPES para a área, ainda bem pequenos, ou as políticas públicas brasileiras, como a Sociedade da Informação, praticamente desativada. Nestes casos seria mais a visão oficial, e não da sociedade como um todo, que poderia ter uma medida aproximada pela demanda de cursos, número de alunos, número de pós-graduados etc. (Respondente 3).

Segundo a sugestão do Respondente 3, o número de programas de pós-graduação, os recursos aplicados pela CAPES e CNPq e as políticas públicas (tal como o Programa Sociedade da Informação) poderiam indicar o conteúdo desse significado. Entretanto, salienta-se que essa é uma visão oficial, e não da sociedade como um todo. O Respondente 3 ainda destaca que os recursos despendidos por essas agências são reduzidos e que o programa Sociedade da Informação está quase desativado. Desse modo, reconhece-se o nítido imbricamento da ciência da informação com os programas governamentais. Isso leva à aproximação às respostas céticas apresentadas anteriormente, apontando que o campo não teria tanto significado para o poder público.

A ciência da informação cresceu pouco, se forem levados em conta os desafios a serem enfrentados, apontados pelo Respondente 9; mas este privilegia a consolidação do campo, via consolidação dos cursos de pós-graduação. É necessário aprofundar as reflexões desses aspectos que dizem respeito ao desempenho do campo no país, o que será examinado na seção seguinte.

5.4.7 A avaliação da ciência da informação no Brasil

Na questão “Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?”, procurou-se resgatar o pensamento do grupo sobre uma possível avaliação da ciência da informação. Com isso, poder-se-ia obter uma compreensão mais exata das representações que se produzem em torno do campo, além de complementar o conjunto das respostas referentes à ciência da informação no país.

Nesse sentido, foi citado um conjunto de aspectos que determinam o bom desempenho e o fraco desempenho da ciência da informação. Esses aspectos compõem o que o grupo pensa como essencial para que a ciência da informação se desenvolva, e quais as questões prioritárias a serem solucionadas para que ela alcance, efetivamente, a condição de

ciência, tal como outros campos estabelecidos. De modo geral, tanto as críticas que revelam aspectos positivos quanto as que apontam características negativas, fazem parte do pensamento do grupo sobre a *performance* da ciência da informação no país, o que de forma direta revela a capacidade da reflexividade⁴ do grupo, conseguindo ver a si próprio e o fazer que executa.

Na avaliação feita pelo grupo, são enfatizados a fragilidade e os problemas enfrentados pelo campo da ciência da informação no país. Nesse sentido, apresentam-se as seguintes expressões-chave:

A CI nasceu com um currículo e com conteúdos novos, dava a biblioteconomia o seu valor de organização, administração e controle dos estoques de informação mas transcendia esta prática.

Todos os programas criados com o nome de CI a partir do IBICT procuravam modificar o status do profissional que formavam. Mas os conteúdos permaneceram os mesmos, isto é, Ensina-se biblioteconomia com o nome de ciência da informação. Sem identidade psicológica ou acadêmica a CI hoje esta muito num mal estagio [...]. (Respondente 1).

O campo da Ciência da Informação, considerando que seu início foi na década de 70, teve um crescimento lento. O número de programas de pós-graduação ainda é pequeno. A área não adota uma política de conhecimento (se dar a conhecer) e de convencimento (mostrar o seu potencial enquanto área do conhecimento) em relação ao público externo. Sem isso o reconhecimento da área fica prejudicado e, conseqüentemente, afetando sua avaliação de desempenho enquanto área do conhecimento. (Respondente 4).

Francamente fraco e desatualizado, exceto limitadas exceções. (Respondente 5).

A Ciência da Informação no Brasil se fez mais atuante e expressiva pela institucionalização e fortalecimento dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento da suas linhas de pesquisa, apesar da sua produção ainda modesta, se comparada a outras áreas e/ou disciplinas.[...]. (Respondente 9).

Uma das causas do fraco desempenho e da falta de identidade psicológica e acadêmica do campo é apontada pelo Respondente 1 como o seu relacionamento estreito com a biblioteconomia. Dessa forma, a biblioteconomia teria se beneficiado com a utilização da ciência da informação como meio de elevação do *status* profissional dos bibliotecários. Visto

⁴ Reflexividade é entendida como a capacidade do cientista de questionar o seu próprio fazer científico, as normas de cientificidade, e a ciência que constrói. Segundo Santos (2000, p. 78) “A ciência torna-se reflexiva sempre que a relação ‘normal’ sujeito-objeto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistêmico analisa a relação consigo próprio, enquanto sujeito empírico, com os instrumentos científicos de que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instância, com a sociedade nacional de que é membro”.

o problema de outro ângulo, não se observou na explicação a cumplicidade da ciência da informação (ou dos seus pesquisadores) com as relações com a biblioteconomia, pois é desta área que ela obtém o espaço para sua institucionalização e afirmação social, de acordo com o discutido em alguns parágrafos do capítulo terceiro.

A lógica dessa representação é que a causa do baixo desempenho, da falta de identidade, é o relacionamento com a biblioteconomia, que se apropriou do título “ciência da informação” para continuar a reproduzir os mesmos conteúdos já conhecidos.

Além disso, como assinalado anteriormente, reservou-se ao programa de pós-graduação do IBICT o monopólio da reprodução legítima de pesquisadores em ciência da informação considerados genuínos. Esses indivíduos deteriam o poder de falar em nome da ciência da informação no país, enquanto os demais pesquisadores formados nos programas com o rótulo “ciência da informação”, mas que em essência são de biblioteconomia, não deteriam esse direito. A distinção no discurso procuraria efetivar ou refletir uma distinção que se pretende implementar na prática social.

Sobre a distinção entre biblioteconomia e ciência da informação, o discurso do Respondente 1 reforça as afirmações anteriores, que deixam notório que a ciência da informação é algo diferente da biblioteconomia e que a relação entre estes campos é medida pelos discursos que buscam justificar a existência da ciência da informação. Esses argumentos são utilizados pelos respondentes com um fundo maniqueísta: com resquícios e sem resquícios (o que significa impuros e puros, ilegítimos e legítimos) ou, essencialmente, a prática contra a substancialmente teórica e fundamentada na pesquisa.

Nos discursos oficiais, a distinção apresenta-se na emblemática hierarquização da tabela de classificação das áreas de conhecimento do CNPq, apresentada anteriormente. Nesse sentido, a defesa dos ideais da biblioteconomia fica a cargo da mobilização de seus profissionais, por exemplo, na afirmação, também oficializada na CBO

2002, que reserva o título "profissional da informação" ao bacharel em biblioteconomia (CLASSIFICAÇÃO..., 2002, p. 269).

De qualquer modo, a pertinência dessa discussão está em sua possibilidade de incitar a produção de outros discursos que busquem redefinir a organização do espaço social, ou pelo menos a representação desses espaços nos documentos que objetivam a sua oficialidade. Além disso, as respostas dos pesquisadores e os documentos oficiais revelam as lutas e disputas pela produção oficial do discurso científico e do profissional, presentes também na atribuição das culpas e causas dos problemas do campo da ciência da informação.

As representações sociais funcionam como uma teoria criada, a partir de interações e conversações das pessoas para explicar a realidade social (MOSCOVICI, 2003). Nesse caso, a teorização da causa do mau estágio do desempenho da ciência da informação está na sua relação com a biblioteconomia, segundo explica o Respondente 1.

Para o Respondente 4, o crescimento do campo foi lento e o número de programas de pós-graduação é pequeno. Analisando o número de programas criados em um período determinado de tempo pode-se confirmar esse item da avaliação. Segundo a Avaliação Trienal 2004, realizada pela CAPES, os programas de pós-graduação cresceram cerca de 15,9% em relação ao triênio de 2001 (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2004d). Se fossem somados esses 15,9% aos atuais sete programas sob o nome de ciência da informação registrados e avaliados pela CAPES no triênio 2001-2003, chegar-se-ia ao resultado de que deveria ser aberto pelo menos um novo programa de pós-graduação em ciência da informação a cada três anos. Deve-se ressaltar ainda, que o crescimento do número de programas de pós-graduação do campo só foi retomado no final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, período em que foram criados três novos programas, os da UNESP, da UFBA e da UFSC.

Quanto a esse crescimento deve ser notado que, entre 1979 e 1997, não foi criado nenhum novo programa de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, ou seja, em toda a década de 1980 e metade da década de 1990 não houve crescimento no número de programas de pós-graduação. O que ocorreu, nesse período, foi a consolidação de alguns programas já existentes, que começaram a contar com o programa de doutoramento.

Nesse sentido, o crescimento do número de programas pode ser considerado lento, e passou quase 20 (vinte) anos completamente parado. Além disso, os cursos existentes no país ainda não alcançaram nível internacional, como já ocorre com áreas do conhecimento circunvizinhas, segundo a classificação do CAPES, tais como administração, economia e direito, pertencentes à grande área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2004c).

Além do mais, o Respondente 4 esboça o que seria a solução dos pontos críticos do campo, isto é, a colocação em prática de políticas de conhecimento e de convencimento. Essa última política pode ser interpretada como divulgação dos produtos que são feitos pela comunidade científica para a sociedade em geral e a demonstração de que o campo da ciência da informação é, efetivamente, necessário. Esses são meios para se afirmar no campo das ciências estabelecidas.

Essas representações mostram que o campo tem muito que se desenvolver; está fraco, desatualizado (Respondente 5), não tem identidade psicológica nem acadêmica (Respondente 1), teve um crescimento lento e possui ainda um número reduzido de programas de pós-graduação; e, para sair dessa condição, precisa emplacar políticas para convencer a população de seu potencial e para começar a produzir conhecimento científico de maneira abundante, sem prejudicar a qualidade do conhecimento produzido (Respondente 4). Essas

percepções podem ter base em idéias que expressam que a ciência da informação ainda não se comporta como uma ciência madura e precisa, urgentemente, modificar sua postura.

Outra forma de responder à questão é apontar para os avanços alcançados pela comunidade científica do campo, o que facilita as afirmações dos que acreditam no seu crescimento, apesar dos desafios a serem superados.

Temos problemas próprios e problemas comuns com outras áreas do conhecimento. Creio que farei minha umas palavras de Dervin: gastamos um tempo muito grande em entender e debater nossas diferenças por vezes pequenas, tempo que poderíamos usar para avançar todos juntos em torno de questões comuns. (Respondente 2).

O campo encontra-se em crescimento no país, como demonstram o aumento de programas de pós-graduação na área, o crescimento da produção científica na área e, ainda, o importante papel desempenhado pela ANCIB como elemento catalisador e impulsionador da comunidade científica da área, no país. (Respondente 7).

Avalio que a área cada vez mais revela-se como ciência, na medida em que novos conhecimentos são produzidos e compartilhados pelo conjunto de pesquisadores que constroem a Ciência da Informação no Brasil. (Respondente 8).

[...] Assim mesmo, acredito que existe hoje uma capacidade técnica, humana e científica básica instalada para fazer expandir e multiplicar as atividades de pesquisa e formação em C.I. no país. Os grandes desafios no momento são: a expansão da pesquisa e da divulgação do conhecimento produzido; a criação de programas e linhas de pesquisa em regiões menos favorecidas economicamente e, por via de consequência, com deficiências acadêmicas e científicas; a internacionalização dos programas, seus pesquisadores e pesquisas; a criação de projetos de pesquisa e linhas de financiamento que privilegiem a criação de programas de acesso, inclusão e apropriação digital, em bases científicas e éticas concernentes com as necessidades da sociedade brasileira; a fixação de recém doutores em programas de pós-graduação de modo equitativo nas diferentes regiões do país; o estabelecimento de uma agenda de pesquisa para a área de modo concertado, discutido e amadurecido pela comunidade da C.I. juntamente com as agências de avaliação e fomento à pesquisa e à pós-graduação. (Respondente 9).

Algumas idéias presentes nessas falas oferecem uma resposta para o crescimento do campo e os desafios a serem superados. No que diz respeito ao crescimento, uma das vias para verificá-lo é a produção científica, que, segundo os Respondentes 7 e 8, está em ritmo acelerado e depende, é claro, da circulação deste conhecimento junto aos pares. Ainda no que se refere ao crescimento da ciência da informação, destaca-se o papel da associação de pesquisa como articuladora das ações do grupo, a qual centraliza as questões da comunidade para promover o seu avanço. Além disso, conta-se muito com os programas de

pós-graduação para caracterizar esse crescimento, o que redundará na produção do conhecimento, na sua divulgação e na reprodução de quadros de pesquisadores, na fixação de linhas de pesquisa bem-delineadas.

Essas falas reforçam o discutido anteriormente, tanto no presente capítulo quanto no capítulo terceiro, ou seja: a institucionalização das ações do grupo é o que concretiza seu desenvolvimento, tanto na prática quanto no pensamento dos sujeitos envolvidos com a ciência da informação (pesquisadores, agências de fomento à pesquisa, setor produtivo, sociedade e categorias profissionais). A necessidade de avançar a institucionalização parece ser um dos aspectos mais importantes do conteúdo das representações do crescimento do campo.

Quanto aos desafios que precisam ser superados, o Respondente 9 especifica quais os mais urgentes, que, em síntese, precisam ser superados para o efetivo crescimento. Além do desenvolvimento da pesquisa em todos os sentidos, faz uma consideração que trata da inserção do campo em outros campos sociais, como a importância de propiciar a criação de programas de acesso, por exemplo, o de inclusão digital, além de estimular o desenvolvimento equitativo das diversas regiões do país, no que tange, principalmente, à instalação de programas de pós-graduação. Complementa, afirmando que para se discutir a agenda de pesquisa do campo, é necessário contar com a discussão da comunidade científica e das agências de fomento e avaliação.

Nessa instância, no nível decisório das questões de pesquisa, a sociedade cujos programas e políticas a ciência da informação deve facilitar a criação, não é levada em conta para decidir os rumos do campo. Nota-se que, essas e outras referências ao “social” ou à “sociedade”, são ambíguas e se contradizem. Ao mesmo tempo em que os pesquisadores reconhecem a importância da sociedade, principalmente, nos argumentos que levam às expressões “contexto social”, “contexto histórico e cultural”, “produção da informação na

sociedade como um todo”, a sociedade não decide quais os objetos e os temas a ciência da informação investigará.

Conforme argumentado no capítulo terceiro (ver página 141) e analisado na seção 5.4.5 (ver página 269), a ciência da informação se identifica, desde os primórdios de sua institucionalização, com a informação especializada. Isto poderia indicar que os setores chamados a decidir os rumos do campo são os ligados à produção dessa informação, fato que conta com a cumplicidade da comunidade científica.

E, como analisado na seção 5.4.6 (ver página 278), o grupo reconhece (principalmente, os Respondentes 5 e 9) o desconhecimento mútuo entre ciência da informação e sociedade. Isso presume que o consentimento da sociedade para as ações do campo da ciência da informação é inexistente, a não ser que o referente do signo “sociedade” sejam apenas os setores envolvidos com a produção da informação especializada e, por isso, os mais fortes candidatos a participar das instâncias de decisão e dos meios de pressão.

Outra maneira de responder à questão é explicar a razão de não se poder (não querer ou não saber) responder. Segundo o Respondente 3, para responder à questão precisaria de uma pesquisa.

Não posso avaliar a Ciência da Informação no Brasil porque isto dependeria de uma pesquisa específica, com os devidos parâmetros ou variáveis e sem esta base seria uma mera opinião sem sustentação científica.[...]. (Respondente 3).

Conforme essa justificativa, apenas com uma pesquisa científica o Respondente 3 poderá afirmar algo. Nesse caso, entende-se que há a união do sujeito pesquisador com o sujeito comum, ficando a parte do sujeito comum submetida ao sujeito pesquisador. Além disso, o respondente confirma a base científica em que está ancorado seu pensamento: a concepção de ciência moderna, segundo a caracterização de Santos (2000). Conforme aponta Santos (2000), a característica principal do paradigma da ciência moderna é a ruptura com o senso comum, submetendo o senso comum ao conhecimento científico. Essa

distinção pode ser apreciada no trecho “[...] sem esta base seria uma mera opinião sem sustentação científica”. (Respondente 3).

O respondente não reconhece a opinião como uma fonte de argumentos que têm o objetivo de persuadir, do mesmo modo que o conhecimento científico. Por exemplo, caso se retome à teoria das revoluções científicas de Kuhn (2001), notar-se-á que o conhecimento científico válido é aquele que, na competição e disputa entre alternativas de prova de uma dada teoria, resulta da escolha do paradigma em disputa mais eficiente. “Esse debate é sobre premissas e recorre à persuasão como um prelúdio à possibilidade de prova.” (KUHN, 2001, p. 245). Em outras palavras, o conhecimento científico e o senso comum dependeriam da eficácia prática de suas explicações, valendo-se, para isso, da persuasão para os públicos em questão.

Além disso, deve-se reforçar novamente que as perguntas do instrumento de coleta de dados foram endereçadas ao pesquisador enquanto produtor de conhecimento socialmente construído e comunicado e das suas representações da realidade. Considera-se aqui, o sujeito como produtor de representações que, necessariamente, estão fundadas no senso comum e que podem, também, ser complementadas com conhecimentos provindos da vulgarização do conhecimento científico. Mesmo a comunidade científica pesquisada possui, em seu discurso, um conjunto de argumentos que não tem base científica. A própria definição da ciência da informação fornecida pelo conjunto e, em especial, pelo Respondente 3, é uma descrição sumária de idéias sobre ciência da informação, sem fundamentação científica que constate o que, em vários países e no Brasil, é este empreendimento, praticado e sustentado por um conjunto imenso de sujeitos e instituições.

Para a formação dessas definições, os respondentes recorreram a um conjunto de autores ou foram motivados pelas influências resultantes da prática de pesquisa que os capacitam a falar legitimamente o que é ciência da informação. Para efeito ilustrativo,

apresenta-se a introdução da resposta construída pelo Respondente 3, como base para elaborar a definição do campo.

Após mais de 30 anos de estudos sobre Ciência da Informação e a leitura atenta de muitos autores da área, principalmente Belkin & Robertson, Borko, Boyce & Kraft, Brookes, Buckland, Farradane, Foskett, Kochen, Menou, Mikahilov, Saracevic, Shera, Wersig e muitos outros, posso esboçar a seguinte definição:
Ciência da informação é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas. [...]. (Respondente 3).

É a primeira ruptura, segundo o estudo de Santos (2000), ou seja, a ruptura com o senso comum, que expressa o Respondente 3. Entretanto, essa não é completamente executada, em virtude da própria definição do campo da ciência da informação e a sua extensão serem resultantes dos pontos de vista dos autores citados pelo respondente 3, refletindo sobre suas ações e realizações.

Tendo apresentado as interpretações dos discursos, faz-se premente mostrar o conjunto do pensamento do grupo sobre o campo da ciência da informação.

5.4.8 O discurso coletivo dos pesquisadores: *o campo da ciência da informação*

O discurso aqui apresentado é a reunião de todas as respostas dadas às questões do instrumento de coleta de dados. Representa o pensamento do conjunto dos participantes sobre o campo da ciência da informação no país. Tentou-se, na medida do possível, utilizar a maioria das expressões-chave de cada respondente; cada trecho foi considerado de suma importância para compor o discurso coletivo. Mesmo assim, alguns trechos e/ou discursos tiveram que ser excluídos, por já estarem expressos nas falas de outros sujeitos individuais.

É sugerido que o discurso do grupo seja lido e compreendido como produzido por um sujeito social que se expressa em nome de todos os indivíduos. As representações que estão expressas nos discursos são o que Moscovici (2003) entende como a

tentativa de produção do familiar. O sujeito aqui idealizado é o sujeito no sentido de Durkheim (1994, p. 43), o sujeito que possui uma natureza diferente da dos indivíduos tomados isoladamente, mas dependente das consciências individuais para se manifestar e para compor as representações que denominou de coletivas.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), conforme explicam Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 56), pode ser apresentado de várias outras maneiras, de acordo com a intenção do pesquisador. Nesse sentido, optou-se aqui por apresentá-lo na forma de um discurso único, reunindo todas as expressões-chave referentes ao conjunto das questões do instrumento de coleta de dados. O discurso foi organizado para possibilitar uma leitura linear, utilizando, quando necessário, os conectivos.

A seguir, apresenta-se o discurso dos pesquisadores em ciência da informação a respeito da própria ciência da informação:

O campo da Ciência da Informação é composto pelo conjunto de teorias, pressupostos, questões, metodologias, autores, veículos nacionais e internacionais (congressos, revistas, etc), autores, escolas, organismos transnacionais, associações nacionais e internacionais, dentre outros elementos reconhecidos, lidos e freqüentados pelo conjunto dos pesquisadores, estudantes e profissionais que nele atuam.

O campo dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada. É a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas, ou seja, é o campo de estudos da Informação em base científica. Tem como objeto de estudo a informação adjetivada: informação para negócios; informação cultural; informação gerencial; informação tecnológica; informação arquivística; informação jurídica; informação científica etc. Nesse sentido, a ciência da informação se preocupa e se ocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e distribuição da informação. Estuda os fluxos da informação, desde sua criação até a sua utilização. Abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos num contexto histórico, cultural e social. A ciência da informação permeia todas as áreas do conhecimento atendendo às necessidades de informação dos diferentes segmentos da sociedade e dado o caráter pluridimensional do seu objeto de estudo – a informação – sofre constantes reconfigurações, com a absorção de novas questões, métodos e teorias e a incorporação de novos atores, veículos e mediações.

A ciência da informação nasce com o pensamento do autor se transforma em uma inscrição de informação e se destina ao conhecimento na consciência do receptor. Teoricamente é impossível traçar seus limites, pois o próprio conhecimento humano não tem limites. Mesmo se fosse possível, seus limites são transitórios porque, como todo campo científico, o seu desenvolvimento, ao longo do tempo, vai transformando o seu território científico e criando novos limites. A ciência da informação é interdisciplinar; se relaciona com uma série de disciplinas, sua própria evolução depende das mutações de suas relações com outras áreas, entre as quais a Ciência da Computação, a Comunicação e a Biblioteconomia. No início da Ciência da Informação, no exterior, as relações com a Psicologia (estudos de usuários e estudos de necessidades e demandas de informação) e a Lingüística (indexação e recuperação da informação) eram mais fortes, e atualmente parecem mais brandas. Por outro lado, novas e contemporâneas áreas da CI, como a Comunicação, cresceram e intensificaram as suas relações interdisciplinares, além da Administração e Economia, com a Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva. Considerando-se que a informação científica e tecnológica ainda é privilegiada na CI, conhecimentos em Sociologia da Ciência, História da Ciência e mesmo Epistemologia, são fundamentais.

*O limite, porém, reside no **registro** e na **socialização** da informação, pois a Ciência da Informação lida com estoques informacionais, e nos estudos da informação no contexto do processo de comunicação desde a produção/geração até a assimilação/uso, envolvendo profissionais de diferentes áreas visando atingir o principal objetivo: participar de todas as etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação demandada pela sociedade.*

Outra possibilidade é a idéia de rede, aceitando que existem núcleos mais densos, rodeados por espaços cinzentos e “ralos”, zonas de passagem e obstruções. Pensemos, por exemplo, em alguns desses “núcleos” de certa consistência, como “Recuperação de informação” e “Estudos de usuários”: o conceito de “busca de informação”, mais adequado ao que acontece no meio digital, estabelece um enlace entre esses núcleos, que espera ser

melhor trabalhado. O “esfarelamento” de questões isoladas dentro da ciência da informação acompanha a fragilidade ou ausência de elos entre questões que têm um ar de família mas pertencem a mais de um “campo” (nos termos de Bourdieu): como as econômicas e políticas.

Os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação podem ser indicados como: a) um ato de comunicação quando um a1) emissor, remetente envia uma mensagem a um destinatário, a2) receptor. b) Para se realizar de forma eficaz a mensagem necessita de um contexto de referência e este contexto precisa ser acessível ao receptor. Este contexto deve ser verbal ou passível de ser verbalizado. c) É necessário ainda um código, total ou parcialmente comum ao emissor e ao receptor e finalmente d) um contacto, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o emissor e o receptor, que os capacite a entrarem e permanecerem em contato. Também se poderia dizer que os elementos essenciais do campo são: Informação-Comunicação-Conhecimento. Detalhando um pouco mais, diria que outro elemento a ser reconhecido no campo é a sua historicidade, ou seja, é preciso ver nele os seus autores fundadores, o contexto acadêmico, social, econômico e político da sua formação e desenvolvimento, o qual é fortemente marcado pelas suas origens nos países desenvolvidos e nas ações da UNESCO nos países em desenvolvimento e, mais recentemente, pelas políticas e programas das sociedades da informação. Outro elemento é a sua epistemologia, que se refere às questões, pressupostos, teorias e metodologias próprios e/ou apropriados pela C.I. de outros campos ou disciplinas. São aqueles elementos delimitadores que constituem cada campo científico: objeto de estudo, uma terminologia própria, conceitos específicos e unidades discursivas próprias da área. Um outro elemento seria a sua política, onde os atores debatem o cenário e os rumos do campo, por meio das suas instâncias representativas – associações, eventos, reuniões, espaços de discussão presenciais e virtuais, etc, e desse mesmo modo, participam dos foros acadêmicos e científicos instituídos para o acompanhamento, fomento e avaliação das atividades de pesquisa, ensino, formação e atividade profissional. Há, também, o elemento acadêmico-institucional, que constitui o terreno onde se firma a vida própria de cada conjunto de atores, veículos, meios e possibilidades de ensino, formação e produção do conhecimento no campo da C.I. Esses elementos dão à área o estatuto de ciência, para que a área possa efetivamente garantir seu estatuto científico. Toda área científica é constituída por disciplinas ou subáreas que a compõem e demarcam seus limites científicos. Além disso, o campo da Ciência da Informação lida essencialmente com o fenômeno da Informação, no contexto do processo de Comunicação, visando a produção de Conhecimento, no indivíduo, no grupo, na sociedade. Sem estes elementos não acontece a Essência do fenômeno de informação que é a informação transformar-se em conhecimento.

A Ciência da Informação no Brasil nasceu na segunda metade dos anos 50, pelo tumulto da explosão da informação a Unesco convenceu a então Diretora do IBICT Célia Ribeiro Zaher a criar no Brasil e no IBICT, uma especialização lato sensu em 1956 sobre **informação para agricultura**. É marcada pela presença forte do Estado e das instituições estatais na conformação do campo no país, aliada às políticas de controle bibliográfico à cabo da UNESCO e organismos brasileiros, dentre eles o antigo IBBD, hoje IBICT; em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norteamericana e inglesa. Em 1970 foi criado o mestrado em Ciência da informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia. O campo no Brasil nasce em 1970 com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação e, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. O curso do IBICT foi o primeiro Programa de pós-graduação na área a iniciar estudos em nível de doutorado na década de 80. O PPGCI do IBICT nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. Os demais cursos hoje denominados como Ciência da Informação migraram da área da

Biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área. A CI nasceu com um currículo e com conteúdos novos, dava a biblioteconomia o seu valor de organização, administração e controle dos estoques de informação mas transcendia esta prática. Todos os programas criados com o nome de CI a partir do IBICT procuravam modificar o status do profissional que formavam. Mas os conteúdos permaneceram os mesmos, isto é, Ensina-se biblioteconomia com o nome de ciência da informação.

A tônica da área no país esteve, em grande medida, voltada para a informação científica e tecnológica e, notadamente a partir da década de 80, sob uma maior influência francesa, voltou-se para aspectos como a dimensão social da informação. Aspecto fundamental para o crescimento acadêmico da área, no país, foram os cursos de pós-graduação, para a formação de uma comunidade própria do campo, além dos seus ascendentes dos cursos de Biblioteconomia, sobretudo. Os cursos e programas de pós-graduação se construiriam a partir de um grupo de pesquisadores pioneiros, que tiveram sua capacitação no exterior e, em voltando ao Brasil, souberam formar novas gerações de pesquisadores bem como liderar a pesquisa na área, permitindo um cotejo e uma reflexão dos teóricos estrangeiros à luz da realidade nacional e latino-americana. A Ciência da Informação consolida-se como área do saber, a partir do final dos anos de 1980, quando se deu a criação da Associação Nacional dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), motivando as discussões e as publicações de pesquisas. Portanto, as publicações e as discussões, em encontros da área, marcaram a consolidação da Ciência da Informação como saber científico.

A Ciência da Informação se relaciona com informação em ciência e tecnologia; sua importância para a sociedade Brasileira é a mesma dada a ciência e tecnologia. A área se formou em ambientes estatais tradicionalmente distanciados da sociedade, por enquanto são dois mundos que se ignoram ou não se conhecem. Mas podemos tomar como parâmetro deste significado o número de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, hoje num total de nove (9), IBICT, UFMG, UnB, UFPB, PUCCAMP, USP, UNESP, UFBA e UFSC, ou os recursos aplicados pelo CNPq ou CAPES para a área, ainda bem pequenos, ou as políticas públicas brasileiras, como a Sociedade da Informação, praticamente desativada. Além disso, entendendo que seja pela produção de conhecimento na área, diríamos que se têm feito muitas coisas, mas muitas vezes dispersas, localizadas, justapostas; falta consolidar uma abordagem mais ampla e estratégica das questões e programas de pesquisa, ao nível de país, de regiões, de setores de atividade. Nesse sentido, a Ciência da Informação significa, um importante veículo para o desenvolvimento científico e tecnológico, por um lado, e social, por outro, investigando elementos envolvidos na produção processamento e uso de informação em diferentes setores de atividades (ensino, pesquisa, gestão e avaliação).

A CI teve um crescimento lento. O número de programas de pós-graduação ainda é pequeno. A área não adota uma política de conhecimento (se dar a conhecer) e de convencimento (mostrar o seu potencial enquanto área do conhecimento) em relação ao público externo. Sem isso o reconhecimento da área fica prejudicado e, conseqüentemente, afetando sua avaliação de desempenho enquanto área do conhecimento. Temos problemas próprios e problemas comuns com outras áreas do conhecimento. A Ciência da Informação no Brasil se fez mais atuante e expressiva pela institucionalização e fortalecimento dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento da suas linhas de pesquisa, apesar da sua produção ainda modesta, se comparada a outras áreas e/ou disciplinas. O campo encontra-se em crescimento no país, como demonstram o aumento de programas de pós-graduação na área, o crescimento da produção científica na área e, ainda, o importante papel desempenhado pela ANCIB como elemento catalisador e impulsionador da comunidade científica da área, no país.

A área cada vez mais revela-se como ciência, na medida em que novos conhecimentos são produzidos e compartilhados pelo conjunto de pesquisadores que constroem a Ciência da Informação no Brasil. Hoje existe uma capacidade técnica, humana e científica básica instalada para fazer expandir e multiplicar as atividades de pesquisa e formação em C.I. no país. Os grandes desafios no momento são: a expansão da pesquisa e da divulgação do conhecimento produzido; a criação de programas e linhas de pesquisa em regiões menos favorecidas economicamente e, por via de consequência, com deficiências acadêmicas e científicas; a internacionalização dos programas, seus pesquisadores e pesquisas; a criação de projetos de pesquisa e linhas de financiamento que privilegiem a criação de programas de acesso, inclusão e apropriação digital, em bases científicas e éticas concernentes com as necessidades da sociedade brasileira; a fixação de recém doutores em programas de pós-graduação de modo equitativo nas diferentes regiões do país; o estabelecimento de uma agenda de pesquisa para a área de modo concertado, discutido e amadurecido pela comunidade da C.I. juntamente com as agências de avaliação e fomento à pesquisa e à pós-graduação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e interpretações expostas anteriormente, a respeito do pensamento do grupo em relação à ciência da informação, apontam para a concepção de uma ciência da informação enquanto produção social e, por isso, suscetível de receber influências de diversas naturezas e origens. A vulnerabilidade do campo em relação a algumas questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social nacional e a aceitação de determinadas matrizes epistemológicas confirmam essa suscetibilidade.

Com efeito, as representações analisadas são construídas socialmente e consolidadas nas convenções intragrupo, em eventos ou outros meios de comunicação científica. A esse respeito, deve-se salientar que as representações dos pesquisadores formam verdadeiras teorias da ciência da informação, que funcionam reforçando discursos já consolidados e construindo novos pontos de vista, com o intuito de legitimar uma dada condição no campo. Os discursos analisados demonstram a possibilidade de elaborar tais teorias, baseadas em constatações resultantes de pesquisa científica e acrescidas de suposições geradas a partir da experiência dos pesquisadores em análises não documentadas e informais das questões centrais do campo. Essas teorias são tão relevantes quanto as teorias comprovadas e submetidas aos critérios de cientificidade exigidos pelo campo. A função explicativa das representações é de fundamental importância para a compreensão do pensamento do campo da ciência da informação.

As conseqüências dos discursos, apresentados neste estudo, são de difícil verificação, entretanto, o mais provável, é que eles tenham um efeito direto sobre a construção da memória da comunidade científica do campo da ciência da informação e a formação dos profissionais, em nível de graduação, de campos relacionados, pois estes estão sujeitos aos discursos e ao conhecimento produzidos pelos pesquisadores. Talvez esse seja o desdobramento mais concreto dos discursos: compor as representações sociais dos grupos

profissionais, mediante a aceitação das representações da realidade social da ciência da informação, seus problemas, conflitos, progressos e desafios. De modo mais amplo, o efeito das representações dos pesquisadores sobre a sociedade é a justificação do investimento concedido ao campo, em suas várias modalidades. Como pôde ser observada nas falas do grupo, a ciência da informação também é representada como um veículo do desenvolvimento econômico, científico e social da sociedade brasileira.

Moscovici (2003) ensina a questionar o convencionalismo das representações, buscar seus pressupostos mais profundos e perceber como se dá a sua articulação com outras idéias e destas com os sujeitos, o seu grupo e os grupos representados, simbolicamente distantes. Nesse sentido é que se inclui o discurso da distinção dentro do campo da ciência da informação que busca o reconhecimento de uma suposta pureza teórica e descredencia campos profissionais considerados práticos, embora os ideais desses campos ainda persistam nos discursos dos que falam em nome da ciência da informação.

As falas dos respondentes estão permeadas de idéias centrais que cotidianamente são levantadas e reforçadas pelo grupo. Algumas dessas idéias centrais puderam ser resgatadas, analisadas e interpretadas, das quais se podem listar as mais significativas, que sumarizam o exposto no capítulo anterior: a) o uso constante e, às vezes, indistinto, de termos e expressões que definem e explicam a ciência da informação; é o caso dos termos “área” e “abordagem”; b) a separação conceitual de dois grandes ramos de dedicação da ciência da informação: o aplicado e o teórico; c) ancoragem resumida no termo “produtivismo”; d) a compreensão dos processos da informação e da informação como objetos centrais de pesquisa e trabalho; e) o reconhecimento do papel da ciência da informação como instrumento do desenvolvimento econômico, científico e social; f) a hegemonia do paradigma da ciência moderna, simbolizada pela busca do estatuto científico, leis, conceitos, objeto, terminologia e teorias próprias; g) a valorização, apesar disso, do

contexto social, econômico, histórico e cultural nos processos e nas ações de transmissão e utilização da informação; h) a definição e a afirmação da ciência da informação no Brasil por intermédio da diferença com outros campos profissionais, próximos e relacionados (a afirmação da identidade passa, principalmente, pela relação entre ciência da informação e biblioteconomia); i) a aceitação de que sua história foi construída, preponderantemente, pelas ações executoras implementadas por várias instituições, estatais e multilaterais, o que incide na consideração de que a comunidade do campo teve poucas oportunidade de decidir, efetivamente, sobre a construção do campo da ciência da informação no Brasil - dentre outros aspectos tratados no capítulo quinto.

Não obstante, não se pode afirmar que toda a comunidade de pesquisadores pensa a partir desses pressupostos gerais; mas há uma grande probabilidade de algumas dessas representações manifestarem-se em outros discursos. Nesse sentido, as representações elencadas neste trabalho não têm a pretensão de cobrir todas as possíveis manifestações do pensamento do grupo de pesquisadores da ciência da informação.

O conceito de campo científico, utilizado nesta dissertação, mostrou-se apropriado para visualizar uma comunidade de agentes sociais como produtores de conhecimento científico, que respeitam regras de convivência não preestabelecidas pelo método científico ou pela concepção de ciência moderna. A busca por distinguir os legítimos centros de estudos em ciência da informação no país dos ilegítimos e a tentativa de melhorar o posicionamento dos pesquisadores dentro do campo são aspectos estruturantes das relações sociais entre os integrantes do grupo pesquisado e entre esses e os agentes institucionais.

Além disso, o estudo fornece subsídios para futuras pesquisas e reflexões relativas à formação do pensamento da ciência da informação, aceito como oficial: seu modo de representar os temas e objetos de pesquisa, a ciência da informação, as disciplinas correlacionadas e sua ligação com a sociedade brasileira. Acredita-se que a pesquisa permitiu

constatar os vínculos da fala dos pesquisadores com o discurso epistemológico da ciência moderna, bem como com os conceitos e pressupostos considerados clássicos na ciência da informação, além de demonstrar o papel coadjuvante da ciência da informação no que tange ao desenvolvimento do Brasil, conforme atribuído pelo grupo.

Dessa forma, vê-se como indispensável para a formação dos profissionais da informação saber da vinculação teórico-histórica das representações da ciência da informação dos pesquisadores brasileiros desse campo, material essencial para a constituição da memória social do grupo. Essa memória seria, na realidade, o conjunto de conhecimentos e suposições de que os próprios profissionais se utilizariam para falar a respeito da ciência da informação. Em virtude disso, as representações expostas neste estudo podem ser tomadas como a expressão da máxima consciência possível do grupo, considerando-se o período de realização da pesquisa. Isto é, a compreensão que um grupo pode atingir a respeito de uma dada situação, uma mensagem ou informação recebida (GOLDMANN, 1970, p. 43). Em outras palavras, o conjunto dos discursos dos pesquisadores relativo à ciência da informação delimita o alcance e a extensão da consciência do grupo e, conseqüentemente, dos discursos dos profissionais sobre o campo da ciência da informação.

Verificou-se, sobretudo, que o discurso organiza e dispõe os agentes na esfera social, delega e restringe, reconhece e exclui. Considerar as representações sociais como produtos construídos e mantidos pelo grupo possibilita compreender que a ciência da informação é mais que métodos e conhecimento científico acumulado. É um espaço social construído por representações que expressam o mundo social e, com isso, o sentido da ciência da informação e de seus objetos, tanto para os pesquisadores quanto para a sociedade em geral.

A compreensão do sentido da ciência da informação é somente possível dentro de um contexto social que, ao mesmo tempo, estimula e impede a produção de

discursos explicativos no campo. É esse contexto que determina, legitima, explica e fundamenta, por um lado, as representações do grupo e também as suas práticas e, por outro lado, as representações das categorias profissionais. Reforça-se que, segundo a sociologia das profissões de Freidson (1996, p. 145-146, 1998, p. 221-223), são as categorias profissionais que financiam as pesquisas e os estudos dos pesquisadores. Em síntese, o estudo das representações dos pesquisadores pode servir para conhecer em parte o pensamento dos profissionais da informação.

Tomando-se como base este estudo, pode-se considerar que na ciência da informação encontram-se vários pensamentos a respeito do campo, mas alguns deles, quando comparados, contradizem-se. Por exemplo, a valorização da importância de observar a informação sob um ponto de vista social convive normalmente com o apreço aos pressupostos da ciência moderna e à ruptura com o senso comum. Ao mesmo tempo em que se valoriza o humano e seu contexto social de produção de sentido nos estudos de informação, permanece inalterada a crença no produtivismo, persistente nas considerações dos processos da informação rumo ao conhecimento e expressa em algumas definições clássicas da ciência da informação. Supõe-se que essa ambigüidade possa levar à produção e reprodução de discursos que se contradizem na forma, por exemplo, de pesquisas que reforçam um ou outro aspecto dessa lógica de apreensão da realidade social da ciência da informação. A esse respeito, pode-se concluir que coexistem fragmentos de discursos no pensamento coletivo do grupo. Alguns fragmentos condizem ou estão comprometidos com a problemática representada pelo paradigma social proposto por Capurro (2003). Outros fragmentos preservam e valorizam um tipo de produtivismo das relações entre informação e conhecimento. Todos são vigentes e atuantes nos discursos da principal categoria de pesquisadores em ciência da informação no Brasil.

Como visto, ainda não foi superado o paradigma da ciência moderna. Os relatos reforçam o argumento de que as construções humanas baseiam-se em configurações sociais já estabelecidas; ou seja, no paradigma mais bem-sucedido e trabalhado até então, cuja substituição, pelo menos nas indicações discursivas resgatadas nesta pesquisa, ainda está longe de ser alcançada. Nesse caso, a epistemologia privilegiada pelo grupo estaria de acordo com a noção de requisitos e parâmetros gerais exigidos para separar o científico do não-científico e alcançar a condição de ciência, apesar das referências aos aspectos históricos, culturais e sociais da informação.

Salienta-se mais uma vez que essas considerações dizem respeito apenas à população investigada. Algumas afirmações que objetivaram a generalidade das questões levantadas devem ser vistas simplesmente como indicações, ou mesmo hipóteses, para outros estudos, que auxiliariam nessa tarefa de resgatar as representações operantes no campo da ciência da informação no país. Outras pesquisas que tratassem das representações do campo da ciência da informação, emitidas pelos profissionais da informação, pelas agências de fomento à pesquisa e avaliação e, em um sentido mais global, pela sociedade brasileira, poderiam, com certeza, complementar este estudo e contribuir para se conhecerem os significados sociais da ciência da informação. Assim, prefere-se pensar os resultados desta dissertação como os primeiros passos, as idéias preliminares, de um longo trajeto a ser percorrido pela comunidade de pesquisadores, para aportar em melhores condições para compreender a si mesma e compreender o sentido da ciência da informação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABATH, R. J. Panorama do curso de mestrado em biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 67-70, jan./jun. 1988.

ABBOTT, A. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. cap. 4 e 8.

ABELS, E. et al. **Competencies for information professionals of the 21st century**. [S. l.: s. n.], jun. 2003. Disponível em: <<http://www.sla.org/PDFs/Competencies2003.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2004.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 7, p. 133-148.

AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE & TECHNOLOGY (ASIST). Disponível em: <<http://www.asis.org>>. Acesso em: 9 mar. 2005.

AQUINO, M. A. (Org.) **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, E. A. A subjetividade enclausurada: o discurso científico na biblioteconomia. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 3 maio 2004.

ARRUDA, Â. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ABECIN). **Da caracterização, sede e foro**. Niterói. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br>>. Acesso em: 29 dez. 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA (ANCIB). **Apresentação da ANCIB**. [S. l.]. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br>>. Acesso em: 29 dez. 2004.

BACHELARD, G. A actualidade da história das ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia**: posições e críticas. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 67-87.

BARBOSA, M. L. O. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil? **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 129-142, maio 1998.

BARBOSA, R. R. et al. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-91, jan./jun. 2000.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. (a)

_____. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 3 maio 2004.

_____. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

_____. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002. (b)

BARROSO, M. A. Independência ou morte da biblioteconomia brasileira. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 109-120, jul./dez. 1973.

BAUER, M. A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 7, p. 229-257.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUZER, R. Formação de profissionais em ciência da informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 75-78, 1979.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORKO, H. Information science: what is it? In: INTRODUCTORY concepts in information science. Medford: Information Today; ASIS, 2001. p. 21-26. (ASIS Monograph Series).

BORON, R.; PAROT, E. (Org.). **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Ática, 2001.

BOUCHE, R. Ciência da informação: ciência da forma. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 99-104, jul./dez. 1988.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Os intelectuais e a ideologia. In: ENTREVISTAS do Le Monde: a sociedade. São Paulo: Ática, 1989. p. 87-97. (a)

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Memória e Sociedade). (b)

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Indicadores e padrões de qualidade para cursos de graduação da área de ciência da informação**. Brasília, DF: MEC/SESu, [2003]. 12 p. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. Parecer n. 492, de 2001. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jul. 2001. Seção 1, p. 50. Disponível em: <http://www.proacad.ufpe.br/dde/diretrizes_curriculares/49201fhgscclbam.doc>. Acesso em: 23 jan. 2005.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. (Coleção O Homem e a Ciência; 11).

_____. **Epistemologia: curso de atualização**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1980. (Coleção Biblioteca de Ciências Naturais; v. 4).

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic Monthly**, Boston, v. 176, n. 1, p. 101-108, jul. 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

BUTLER, P. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

_____. **Hermeneutica y el fenómeno de la information**. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <<http://www.capurro.de>>. Acesso em: 27 jun. 2004.

CARDOSO, A. M. P. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a Ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

_____. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CARNEIRO, M. C. Da idéia de epistemologia. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 5., 2003, Marília. **Anais...** Marília: Unesp, 2003. 1 CD-ROM.

CARNEIRO, P. A Unesco e a informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 3-8, 1977.

CARVALHO, E. C. A natureza social da ciência da informação. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 51-63.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. (a)

_____. Profissional da informação: perfil e atividades desejadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 24 abr. 2003. (b)

CHRISTOVÃO, H. T. A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 31-35, jan./abr. 1995.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações – CBO: códigos, títulos e descrições. [Brasília, DF]: MTE; FAT, 2002. (Livro 1). Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2004.

COELHO, T. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Debates; 168).

COELHO, T. **Dicionário crítico de políticas culturais**: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp/Illuminuras, 1997.

COMTE, A. A filosofia positiva e as ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia**: posições e críticas. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 1-14.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). [Brasília, DF]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 19 fev. 2004.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Avaliação Trienal 2004**: conceitos por áreas. [Brasília, DF], 21 dez. 2004. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2004. (a)

_____. **Mestrados/Doutorados novos**. [Brasília, DF], 2004. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/CursosNovos.jsp>>. Acesso em: 01 fev. 2005. (b)

_____. **Mestrados/Doutorados reconhecidos**. [Brasília, DF], 8 ago. 2004. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2004. (c)

_____. **Relatório final da avaliação trienal da pós-graduação – período avaliado: 2001-2003**. [Brasília, DF], 20 dez. 2004. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2004. (d)

CORREIA, Z. P. Referencial das competências dos profissionais europeus de informação e documentação: da gênese às perspectivas de futuro. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 8-21, 2003.

CORSINI, C. F. Considerações frente ao conceito de representação social. In: _____. **Dificuldade de aprendizagem**: representações sociais de professores e alunos. 1998. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP, Campinas. 1998. cap. 3, p. 25-43.

COUTURE, C. A formação em arquivística. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 21-29, 1989.

CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CUNHA, M. V. A formação dos profissionais da informação na França: comparação com o sistema brasileiro. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. cap. 3, p. 71-90.

CUNHA, M. V. A formação em ciência da informação na França, no Canadá e na Dinamarca: comparação com o sistema brasileiro. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 8, set. 1999. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 30 ago. 2004.

_____; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 2, p. 39-54.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

_____. Ensino e pesquisa em ciência da informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003. (a)

_____. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 87-99. (b)

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: SENAC, 2002. (Série Ponto Futuro; 10).

DRUCKER, P. F. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 86).

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor; 63).

_____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994. (Coleção Fundamentos de Direito).

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 2.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO. Diploma de Arquivista da Universidade de Montréal. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 33-37, 1989.

EUGÊNIO, M. et al. Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.

EYRE, J. Some views on the development of professional library education in Brazil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=572&layout=abstract>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

FARR, R. M. A psicologia social na América Latina: futuros possíveis. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em psicologia social**: a perspectiva Latino-Americana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 27-31. (a)

_____. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 1, p. 31-59. (b)

FERNEDA, E. **Recuperação da informação**: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. 2003. 137 f. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2003. cap. 2-3, p. 4-19.

FERREIRA, D. V. Orientação de trabalhos de pesquisa a nível de mestrado no campo de biblioteconomia e ciência da informação: uma experiência particular. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 20-27, jan./jun. 1980.

FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: IBL, 1979.

FONSECA, M. O. Ciência da informação: denominação de curso e diretrizes curriculares. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n.1, p.101-104, jan./jun. 2002.

FOSKETT, D. J. Ciência da informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 52-69. (Série Ciência da Informação).

_____. Informática. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 9-51. (Série Ciência da Informação).

FRANCELIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 141-154, jun. 1996.

_____. **O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política.** São Paulo: EDUSP, 1998.

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 24 abr. 2004.

_____. Informação; consciência possível; campo: um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=590&layout=abstract>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

_____. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003.

FREITAS, L. S. A teia dos sentidos: o discurso da ciência da informação sobre a atual condição da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

FUSTER RUIZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo...: necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de Documentación**, Murcia, n. 2, p. 103-120, 1999. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad02/AD07-1999.PDF>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

GANGUILHEM, G. O objecto da história das ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia: posições e críticas.** Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 107-132.

GARCIA, J. C. R. Conferências do Georgia Institute of Technology e a ciência da informação: “de volta para o futuro”. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/-1202002.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2004.

GARCÍA MARCO, F. J. Bases epistemológicas del ejercicio profesional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 1, p. 9-38.

GOLDMANN, L. Importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: O CONCEITO de informação na ciência contemporânea: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. v. 2, p. 38-68.

GOMES, H. E.; ZAHER, C. R. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1972, México, DF. **Anais...** Rio de Janeiro: IBBD, 1972. p. 315-323.

_____. Apresentação. In: _____. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. (Série Ciência da Informação). p. 7-8.

GOMES, W. S. et al. Ciências sociais aplicadas I: comunicação e ciência da informação. **Infocapes: Boletim Informativo da Capes**, Brasília, DF, v. 10, n. 1, p. 129-145, jan./mar. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DataGramZero – Revista de Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2003. (a)

_____. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 25-47.

_____. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista Brasileira de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 257-266, jul./dez. 1995.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2003.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 60-46, jan./abr. 2003. (b)

_____. Os vínculos e os conhecimentos: pensando o sujeito da pesquisa trans-disciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM. (c)

GRACIANI, M. S. S. **O ensino superior no Brasil**: a estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

GUIMARÃES, J. A. C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 124-137, jan./abr. 1997.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1994.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. A teoria educacional no ocidente: entre modernidade e pós-modernidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 32-36, 2000.

HAHN, T. B. What has information science contributed to the world? **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Silver Spring, v. 29, n. 4, p.2-3, apr./may 2003.

HASSEL, L. A philosophical look at management knowledge. **CEUR Workshop Proceedings**, Luzern, v. 85, 2003. (Proceedings of the WM 2003 Workshop on Knowledge Management and Philosophy). Disponível em: <<http://sunsite.informatik.rwth-aachen.de/Publications/CEUR-WS//Vol-85/>>. Acesso em: 29 abr. 2004.

HJØRLAND, B. Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. **Information Processing and Management**, [S. l.], v. 36, p. 501-531, 2000.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. L. **Antropologia cultural e social**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD). **Notícias**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3/4, maio/ago. 1968.

_____. **Notícias**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, out./dez. 1970.

JAMBEIRO, O; SILVA, H. P. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/F_1_art.htm>. Acesso em: 20 ago. 2004.

JAPIASSÚ, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

_____; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JARDIM, J. M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, set. / dez. 1998. Disponível em: < <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=344&layout=abstract>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

_____; FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 29-45, 1992.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 53-66.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOHN, V. M. **“Palavras da salvação”**: as representações da leitura na prisão. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15 (Edição Especial), p. 7-21, set./dez. 2003.

KOYRÉ, A. Perspectivas sobre a história das ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 89-106.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Coleção Debates; 115).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LANCASTER, F. W. O currículo de ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 1989.

LANE, S. T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte I. cap. 3, p. 58-72.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: UDUCS, 2003. (Coleção Diálogos).

LEME, M. A V. S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte I. cap. 2, p. 46-57.

LEMOS, A. A. B. Estado atual do ensino de biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1972, México, DF. **Anais...** Rio de Janeiro: IBBD, 1972. p. 11-19.

LÓPES YEPES, J. **La documentación como disciplina**: teoria e história. 2. ed. actual. y ampli. Panplona: EUNSA, 1995.

LOUREIRO, J. M. M. Ciência da informação: nem ciência social, nem humana, apenas uma ciência diferente. In: PINHEIRO, L V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 65-78.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. rev. e ampli. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTELETO, M. R. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 101-116.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MCGUIRE, C. H. Sociocultural changes affecting professions and professionals. In: CURRY, L.; WERGIN, J. **Educating professionals**. São Francisco: Jossey-Bass, 1993. cap. 1, p. 3-16.

MIKHAILOV, A. L.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKYI, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica: a propósito do escopo da informática. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 70-89. (Série Ciência da Informação).

MILANESI, L. A formação do informador. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 07-40, jan./jun. 2002.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 3, p. 89-111.

MIRANDA, A.; BARRETO, A. A. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23/24, n. 3, p. 277-292, especial 1999/2000.

MORAES, A. F. Os pioneiros da ciência da informação nos EUA. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/issuev12n202.html>>. Acesso em: 27 nov. 2003.

MORAES, M. C. M. O recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Seção Educação**, [S. l.], 24 fev. 2002. Disponível em: <http://www.educacaonline.pro.br/recuo_da_teoriasp>. Acesso em: 4 set. 2003.

MORAES, R. B. Sessão de abertura do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 9-13, jan./jun. 1977.

MORENO GONZÁLEZ, J. A.; TEJADA, C. Competencias profesionales en el área de la Ciencia de la Información. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 6, p. 97-110.

MORIN, E. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

_____. O indivíduo e a sociedade. In: ENTREVISTAS do Le Monde: a sociedade. São Paulo: Ática, 1989. p. 58-66.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSTAFA, S. P.; LIMA, A. B. A.; MARANON, E. I. M. Paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 216-222, set./dez. 1992.

_____. Paradigmas da ciência da informação. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 91-97, jan./jun. 1995.

MUELLER, S. M. P. Avaliação do estado da arte da formação em biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

_____. A pesquisa em ciência da informação no contexto das ciências humanas. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_05.htm>. Acesso em: 28 jan. 2004.

_____. Em busca de uma base comum para a formação profissional em biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela Unesco. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 157-165, jul./dez. 1984.

NEHMY, R. M. Q. et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NETTO, C. X. A. Uma face da ciência da informação. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 133-142.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. et al. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 104-117.

OLIVEIRA, M. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 143-156, jul./dez. 2001.

OMNÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

ORØM, A. Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. **Journal of Documentation**, London, v. 56, n. 1, p. 12-26, jan. 2000.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: _____. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-30.

OTLET, P. **Documentos e documentação**: introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal. Paris, 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

PAIM, I. A ciência da informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 105-110, jan./jun. 2000.

PAIM, I. et al. Interdisciplinaridade na ciência da informação: início de um diálogo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2001.

PAIVA, C. C. O campo híbrido da informação e da comunicação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 165-198.

PEIRCE, C. S. **Escritos coligidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PELUSO, M. L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 321-327, 2003.

PESSOA JÚNIOR, O. **Filosofia & sociologia da ciência: uma introdução**. [S. l.]. Disponível em: <<http://www.fis.ufba.br/~opessoa/fil-soc-ci.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2004.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 155-182.

_____. A gênese da ciência da informação: os sinais enunciadores da nova área. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

_____. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.

_____. Infra-estrutura da pesquisa em ciência da informação no Brasil. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

_____; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P. Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 98-106, maio/ago. 2002.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P. Rumos da Comunidade Brasileira de Pesquisadores em Ciência da Informação: desafios do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

PONJUÁN DANTE, G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. cap. 4, p. 91-105.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUCAMP). Centro de Ciências sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia. Campinas, 2003. **Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia**. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/curso_01.asp?id=13>. Acesso em: 17 jul. 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUCMINAS). Instituto de Informática. **Projeto pedagógico do curso de Ciência da Informação**. [S. l.], 2001. 55 p. Disponível em: <http://www.inf.pucminas.br/usloads/projetopedagogico_ci.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2004.

QUEIRÓS, C. F. G. G. É a ciência da informação um saber humano ou social. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 33-50.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. (a)

_____. Epistemologia da ciência da informação revisitada. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM. (b)

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. cap. 1, p. 19-45.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Educação em ciência da informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-12, 1978.

_____. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Silver Spring, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

_____. Integrating education in librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 59-66, 1979.

_____. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 1995.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

_____. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 90-105. (Série Ciência da Informação).

SIDOU, J. M. O. **Dicionário jurídico**: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das <<ciências>> documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

_____; _____. Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

SILVA, J. G. Ciência da informação: uma ciência do paradigma emergente. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p 79-118.

SILVA, L. A. G. Políticas e programas de informação e documentação da Unesco e fontes para seu estudo. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 4, n. 1, 1994. Disponível em: <www.informacaoesociedade.ufpb.br>. Acesso em: 3 maio 2004.

SIMIONI, A. M. C.; LEFÈVRE, F.; PEREIRA, I. M. T. B. **Metodologia qualitativa nas pesquisas em saúde coletiva**: considerações teóricas e instrumentais. São Paulo: USP/FSP, 1996. (Série Monográfica, n. 2 – Eixo: Promoção de Saúde).

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 1, p. 9-24.

_____. A política governamental para a pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>>. Acesso em: 30 maio 2004.

_____. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. cap. 6, p. 119-134.

_____. **O que é documentação?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos; 174).

_____; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

SOUTO, S. O. O jogo de papéis e representações sociais na universidade: o estudo de um caso particular. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte II. cap. 7, p. 292-311.

SOUZA, F. C. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993.

_____. O ensino de biblioteconomia no Brasil no discurso do bibliotecário participante nos CBBDs entre 1954 a 1982: apontamentos disciplinares para a construção do currículo do Curso de Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, XIX, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABRS, 2000. 1 CD-ROM.

_____. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. (Teses NUP; 9). (a)

_____. O nome profissional “bibliotecário” no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 18, p. 90-106, 2º sem. 2004. Disponível em: <www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>. Acesso em: 27 dez. 2004.

SOUZA, F. C. As possibilidades pedagógicas no ensino de metodologia da pesquisa científica em ciência da informação e os objetos deste campo científico: aproximações Durkheimianas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 16, p. 20-40, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.encontrosbibli.ufsc.br>>. Acesso em: 23 nov. 2003. (b)

SOUZA FILHO, E. A. Análise de representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte I. cap. 6, p. 109-145.

SOUZA, M. A. L.; MEDLEG, G. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

SOUZA, R. F. Áreas do conhecimento. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr04/F_I_art.htm>. Acesso em: 25 abr. 2004.

SOUZA, S. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 189-196, jul./dez. 1986. (a)

_____. Informação, cosmovisão, interdisciplinaridade e biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 89-96, jan./jun. 1986. (b)

SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 4, p. 117-145.

_____. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte I. cap. 5, p. 85-108.

STEFFAN, H. D. Globalização, educação e democracia na América Latina. In: _____. **A sociedade global**: educação, mercado e democracia. Blumenau: FURB, 1999. p. 67-264.

SUAIDEN, E. A pesquisa em ciência da informação na América Latina. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23/24, n. 3, p. 329-332, especial 1999/2000.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro-verde. Brasília, DF: MCT, 2000.

TARAPANOFF, K. O impacto do novo currículo mínimo de biblioteconomia sobre a pós-graduação: o Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 285-297, jul./dez. 1983.

TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 5, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

TOMAÉL; M. I.; ALVARENGA, G. M. Profissional da informação: seu espaço e atuação em empresas industriais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 81-90, jan./jun. 2000.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. **Bacharelado em Ciências da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, 2002. Disponível em: <<http://www.ffclrp.usp.br>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). **Curso de biblioteconomia**: habilitação em gestão da informação. [Florianópolis], 2004. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/CursoBiblio/index.html>>. Acesso em: 07 out. 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **Catálogo dos cursos de graduação 2003**. Londrina, 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo-2003/Cursos/BIBN.HTM>>. Acesso em: 07 out. 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP). **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Marília. Disponível em: <<http://www.unesp.br/ensinoecultura/posgrad/>>. Acesso em: 10 jan. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Escola de Ciência da Informação. **Cronologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG**: de 1950/2000. [Belo Horizonte], [2001]. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br>>. Acesso em: 07 out. 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFScar). Departamento de Ciência da Informação. Coordenação do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Curso de biblioteconomia e ciência da informação da UFScar**: ênfase em Informação Social e ênfase em Informação Tecnológica e Empresarial. São Carlos, [2002]. (Folder do Curso, 2 p.)

_____. Departamento de Ciência da Informação. **Ensino**: ênfases. 2003-2004. São Carlos. Disponível em: <<http://www.dci.ufscar.br>>. Acesso em: 17 jul. 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Departamento de Ciência e Gestão da Informação. **Histórico**. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.decigi.ufpr.br.curso>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA (USU). **Biblioteconomia**: gestão da informação. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <<http://www.usu.br>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

VALENTIM, M. L. P. La actividad de investigación en la Ciencia de la información: tendencias dentro de la perspectiva de una sociedad global. **Biblios**, Lima, año 5, n. 18-19, p. 72-82, abr./set. 2004. Disponível em: <www.documentalistas.com/web/biblios/articulos/18_19/2004_17.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2004.

_____. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: _____. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. cap. 7, p. 135-152. (a)

_____. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 6, p. 117-132.

_____. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 9, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/>>. Acesso em: 13 out. 2004. (b)

_____. Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. In: _____. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. Introdução, p. 7-30. (c)

VIEIRA, A. S. Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=573&layout=abstract>>. Acesso em: 6 fev. 2005.

_____. Repensando a biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 81-85, jul./dez. 1983.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 5, p. 149-186.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERTHEIN, J.; CUNHA, C. **Fundamentos da nova educação**. Brasília, DF: Unesco, 2000. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; v. 5).

WILSON, T. D. Tendência do ensino de biblioteconomia e ciência da informação no Reino Unido. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 1-7, jan/jun. 1986.

WINDSOR, D. A. Industrial roots of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Silver Spring, v. 50, n. 12, p. 1064-1065, 1999.

ZANDONADE, T. Grupo 8: epistemologia e ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23/24, n. 3, p. 445-448, especial 1999/2000.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: O CONCEITO de informação na ciência contemporânea: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. v. 2, p. 154-179.

APÊNDICES

APÊNDICE A**Instrumento de Coleta de Dados Definitivo**

Questionário

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Título do Projeto Atual:

Área:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

- 1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?
- 2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?
- 3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?
- 4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?
- 5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.
- 6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?
- 7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?
- 8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

APÊNDICE B**Instrumento de Coleta de Dados do Pré-Teste**

Questionário

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Área:

Título do Projeto Atual:

b. Sobre a Ciência da Informação

- 1) O que é a Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)? Explique com base nas atividades de pesquisa que desenvolve.
- 2) Que definição e limite o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?
- 3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?
- 4) Por que considera esses elementos relevantes para estruturação do campo da Ciência da Informação?
- 5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.
- 6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?
- 7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?
- 8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

APÊNDICE C

Carta-Apresentação

Prezado(a) Professor(a)

Dr.(a)

Meu nome é Carlos Cândido de Almeida. O motivo pelo qual faço este contato com V. Sa. tem relação com a pesquisa de Dissertação de Mestrado que ora estou desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC), intitulada “As Representações do Campo da Ciência da Informação: o discurso coletivo dos pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil”. Esta pesquisa está em curso sob a orientação do professor Dr. Francisco das Chagas de Souza e tem como objetivo conhecer as representações do campo da Ciência da Informação expressas por seus pesquisadores no Brasil. O projeto foi submetido a exame e qualificado em 22.4.2004. O estudo apóia-se nas Teorias das Representações Coletivas e Representações Sociais. As informações empíricas a serem tratadas são discursos e dependem, portanto, da coleta junto ao conjunto de pesquisadores que atua no campo da Ciência da Informação no Brasil. Um recorte feito sobre este conjunto identificou os pesquisadores com bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e estas pessoas, dentre as quais se inclui V. Sa., estão sendo perguntadas sobre a possibilidade de oferecer respostas a um formulário a ser enviado individualmente ou se teriam preferência em conceder uma entrevista por correio eletrônico ou vis-à-vis nos próximos dias, em data que poderá ser agendada.

Em verdade, este é um pedido de colaboração que formulo a V. Sa. Contudo, pelo fato da comunidade científica brasileira em Ciência da Informação ser quantitativamente pequena, sua participação como sujeito informador nesta investigação é de extrema importância.

O conteúdo das respostas fornecidas por V. Sa. será estudado no conjunto das respostas dos demais colaboradores. Para isso, encaminharei para seu conhecimento e possível concordância o Termo de Consentimento, pelo qual me obrigo e asseguro a V. Sa. que os dados coletados serão tratados de modo a não identificar as manifestações individuais.

Caso aceite participar, aguardo resposta para o endereço postal abaixo ou para este correio eletrônico que a partir da qual lhe encaminharei o Termo de Consentimento e providenciarei as demais etapas desta coleta de dados.

Atenciosamente,

Carlos Cândido de Almeida

Endereço Postal:

Rua: Serra Dois Irmãos, 287 – Fundos

Telefone: (43) 3347-1420

CEP: 86065-300

Jardim Bandeirantes

Londrina – Paraná

E-mail: karl_almeida@hotmail.com

APÊNDICE D**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é **Carlos Cândido de Almeida** e estou desenvolvendo a pesquisa **As Representações do Campo da Ciência da Informação**: o discurso coletivo dos pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil, com o objetivo de *Conhecer as representações do campo da Ciência da Informação expressas por seus pesquisadores no Brasil*. Esta pesquisa tem como propósito a produção de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Para a coleta de dados será utilizado o **questionário**. Se V. Sa. tiver alguma dúvida em relação à pesquisa ou não quiser mais fazer parte da mesma, poderá desistir e não responder ao questionário. Se V. Sa. estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais, ressaltando que sua identidade não será divulgada. O conteúdo das respostas será estudado no conjunto do conteúdo das respostas dos demais respondentes.

Assinaturas:

Pesquisador: _____

Orientador: _____

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa **As Representações do Campo da Ciência da Informação** e concordo que o conteúdo das minhas respostas seja utilizado na realização deste estudo.

Data: ____/____/2004.

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE E**Carta-Correspondência**

Prezado (a) Professor (a)

Como ficou acordada sua participação, colaborando com a pesquisa de dissertação que estou realizando, envio duas cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para serem assinadas. Uma das cópias deverá ser encaminhada para meu endereço que está discriminado no envelope que acompanha esta correspondência e a outra cópia, deverá ficar com V.S.^a.

Cordialmente,

Carlos Cândido de Almeida
Mestrando em Ciência da Informação
PGCIN/UFSC

ANEXOS

ANEXO A**Questionários do Pré-teste**

Questionário (1)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Área:

Título do Projeto Atual:

b. Sobre a Ciência da Informação

1) O que é a Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)? Explique com base nas atividades de pesquisa que desenvolve.

É a ciência que estuda a geração, os fluxos sociais e os usos sociais diversos da informação registrada, ou seja, seu objeto é o documento e seu contexto social de geração, transmissão e uso

2) Que definição e limite o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

A definição é a dada acima. A informação no contexto do DNA dos organismos vivos e a informação social, a transmitida oralmente, como uma aula, por exemplo, estariam fora do contexto da CI

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

Os elementos fundamentais são os **seres humanos**, individual ou coletivamente, na sua práxis, produzindo, intencionalmente ou não, transmitindo e utilizando, **registros** em sí, de sua atividade, com o objetivo de vencer as dimensões espaço e tempo, o **significado** destes registros, que é dado não só pelo seu conteúdo mas também pelo contexto em que são produzidos e utilizados.

4) Por que considera esses elementos relevantes para estruturação do campo da Ciência da Informação?

Acho que são estruturantes do campo e delimitam seu escopo

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Acho que a CI no Brasil, ao contrário das suas origens, principalmente nos EUA, não atendia a uma necessidade social; a medida que no Brasil se estruturou um setor de Ciência e Tecnologia, a medida que se teve que lidar com grandes massas documentais, a CI passou a ser um referencial teórico para a abordagem destas questões

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

As atividades de informação e seu embasamento teórico, a CI, são atividades-meio; elas só adquirem um significado quando há uma demanda social. A medida que as atividades da sociedade brasileira criarem demandas e problemas para a CI, sua importância ficará mais clara.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

Do ponto de vista científico, acho que o campo da CI está adquirindo um notável amadurecimento, maturidade e cientificidade; Acho que existe um movimento centrífugo, no sentido de que TUDO É INFORMAÇÃO; isso também ocorre em outras ciências, que contudo não perdem suas bases conceituais; no nosso caso, o movimento centrífugo, que é legítimo e abre novas perspectivas, tem que ser acompanhado de um fortalecimento e uma volta às bases da CI, que deveriam ser nosso ponto de partida seguro.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Meu envolvimento é profissional; sou pesquisador CNPq da Área, atuo como professor dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Arquivologia [...] e sou professor do Prog. de Pós-Graduação [...].

Questionário (2)

Nome:

Titulação:

Área:

Título do Projeto atual:

- 1) Ciência da Informação é a disciplina que tem na informação o seu objeto de estudo. Com relação às atividades que desenvolvo, a informação é abordada pelo aspecto do seu condicionamento social. Em geral, preocupo-me com a distribuição igualitária da informação procurando detectar estruturas e tendências que revelem diferenças, desequilíbrios ou desigualdades sociais e de gênero no acesso à informação ou no acesso à comunidade que produz informação no Brasil. Meus estudos já focalizaram a escola, a comunidade científica e, atualmente, focalizam os profissionais envolvidos na produção de tecnologia de informação no Brasil.
- 2) Considero pouco claros os limites atuais do campo da ciência da informação, o que pode ser simultaneamente uma vantagem e uma desvantagem. A vantagem seria a abertura à abordagem interdisciplinar para o estudo de vários temas, o que já vem ocorrendo em vários campos do conhecimento com resultados muito positivos. Entretanto, a falta de limites claros pode se tornar também uma desvantagem, pois ao não estabelecer contornos da pesquisa bem delineados, a ciência da informação tende a gerar relativamente poucos estudos empíricos que formem um corpo de conhecimentos sólido e cumulativo e que, portanto, gere uma massa crítica respaldando, legitimando e fortalecendo as atividades de pesquisas.
- 3) Os teóricos da ciência da informação têm tido dificuldade em defini-la e, portanto, delimitar o seu campo. Muito se discute sobre isso sem grande resultado. Concordo com alguém, acho que foi o Shera, que disse que é melhor deixar essa questão de definição um pouco de lado e se preocupar em fazer boa ciência e aí, a partir de uma produção consistente, ver como ela se delimita. Para não fugir à resposta, indicarei alguns temas de pesquisa que considero próprios ao campo da Ciência da Informação, sem procurar ser exaustiva. Considero que compete à ciência da informação desenvolver estudos voltados para a análise das características atuais, problemas e perspectivas da sociedade da informação. Também é da competência da ciência da informação estudos direcionados à análise da estrutura, do fluxo e das barreiras à informação em ambientes ou grupos específicos. A análise de condicionamentos sociais e políticos da informação podem ser abordados nesses dois tópicos mencionados. O desenvolvimento e a aplicação de tecnologias modernas para garantir a qualidade do registro e do acesso a diferentes tipos de informação contida em documentos ou outro suporte físico são também, obviamente, essenciais na caracterização do campo da ciência da informação. São de diversos tipos os ambientes em que se pode estudar esses assuntos: em diferentes comunidades da ciência e

da técnica, em diferentes organizações, em setores da atividade econômica, em bairros, em cidades, no mundo globalizado. Esses diferentes ambientes podem ser estudados tendo objetos (incluindo os virtuais) ou pessoas como unidades de análise. Objetos como unidades de análise podem envolver a informação registrada em produtos da ciência e da técnica e a informação não especializada. Pessoas como unidades de análise incluiriam os membros de uma comunidade científica ou de outras comunidades, analisados sob algum ponto de vista informacional.

- 4) Procurei caracterizar a ciência da informação pelo seu objeto de estudo: a informação. Tal objeto, por ser muito abrangente, pode ser estudado de diferentes perspectivas e em diferentes contextos.
- 5) A ciência da informação no Brasil teve uma evolução semelhante à que ocorreu nos países em que os cursos de pós-graduação do país têm mais contatos acadêmicos, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. Evoluiu sobretudo da Biblioteconomia e, desde o seu nascimento, aborda questões relacionadas às transformações ocorridas, na sociedade em geral e no mundo da ciência e da técnica, com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, como o computador, a internet, a globalização, etc. Os seus temas de pesquisa empírica inicialmente focalizaram mais aspectos de estrutura e fluxo da informação nos ambientes científico e tecnológico. Depois tenderam a abarcar também problemas de informação situados na sociedade em geral, abordando questões ligadas ao ambiente dos negócios e à democratização do acesso à informação em comunidades e no mundo em geral.
- 6) Levando em conta as grandes desigualdades características sociedade brasileira, e que a desigualdade de informação é um aspecto chave da perpetuação dessas desigualdades, pode-se considerar que a ciência da informação neste país tem a missão especial a cumprir. Sem a redução da desigualdade de acesso à informação não se consegue diminuir as desigualdades de acesso a outros recursos, como educação, saúde, trabalho e bem estar, etc. Assim, é importante que a ciência da informação enfatize, em seus temas de pesquisa, o estudo das desigualdades de acesso à informação e às tecnologias de informação e comunicação, assim como o desenvolvimento de habilidades e de produtos que contribuam para a diminuição dessas desigualdades.
- 7) Na questão dois já abordei assuntos relacionados ao problema do desempenho da ciência da informação.
- 8) Trabalho como professora de programa de pós-graduação em ciência da informação desde a década de 80, tendo a metodologia de pesquisa como principal disciplina lecionada, além de disciplinas abordando aspectos sociopolíticos da informação: informação e comunidade, informação e democracia. [...]. Ultimamente tenho desenvolvido pesquisas que podem ser situadas no campo da sociologia da ciência e da tecnologia, também com ênfase em questões de gênero. [...].

ANEXO B**Questionários da Coleta de Dados**

Questionário (1)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Título do Projeto Atual:

Área:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

a ciência da informação se preocupa e se ocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e distribuição da informação. Estuda os fluxos da informação, desde sua criação até a sua utilização, quando acontece a transmissão ao receptor em uma variedade de formas e através de uma variedade de canais; a ciência da informação mostra a sua Essência de fenômeno quando ocorre a transformação de linguagem do pensamento de um emissor para uma linguagem de inscrição de uma informação e a passagem desta para uma possível criação de conhecimento no receptor.

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

A ciência da informação nasce com o pensamento do autor se transforma em uma inscrição de informação e se destina ao conhecimento na consciência do receptor. Teoricamente seus limites estão no pensamento do gerador e na consciência do receptor, o que é impossível de traçar. Contudo outro caminho é o da interdisciplinaridade. A ciência da informação é interdisciplinar; se relaciona com uma serie de disciplinas. A questão da interdisciplinaridade, floresceu dos anos 70 a 90 para atenuar a maneira rígida e independente com que cada disciplina se posicionava na Academia. A partir de 1980, porém, a interdisciplinaridade tem sido usada para induzir com certo autoritarismo imponente da cátedra, os interesses "de fora" da academia.

Contudo, uma área interdisciplinar, não pode simplesmente transpor teorias e conceitos emprestados de outro campo ou área de conhecimento para área de, por exemplo, de ciência da informação.

Este transporte de idéias, métodos, do pensar em si tem que respeitar as características existentes e manifestas da área de ciência da informação, do objeto informação em si, com toda as suas condições, características e singularidades.

Há que respeitar, também, os estatutos acadêmicos e reconhecer clara e explicitamente a área de onde os conhecimentos foram originados criando um desejável respeito mútuo. Se, por exemplo, utilizo a teoria dos fractais no processo de recuperação da informação,

não posso nomear a dita teoria como uma área da ciência da informação porque meu projeto deu certo. O empréstimo não denota uma propriedade do conhecimento por apropriação dúbia. A interdisciplina - observância **partilhada** de preceitos e normas acadêmicas e legais - não se constrói na indisciplina, que é o caminho rápido da desordem.

Assim, toda uma argumentação deve ser construída para, mostrar as qualidades e a viabilidade desta transferência de conhecimento que, precisa estar clara e convincente. Deve estar, ainda, detalhadamente **explícito e explicado** como este pensar estrangeiro se insere ao mundo da ciência da informação, assim como o campo e a área da origem, da propriedade pelo deste conhecimento.

Neste caso o limite da área estaria nestes limites da própria interfisiplinaridade.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação podem ser indicados como a) um ato de **comunicação** quando um a1) **emissor**, remetente envia uma mensagem a um destinatário, a2) **receptor**. b) Para se realizar de forma eficaz a mensagem necessita de um **contexto de referência** e este contexto precisa ser acessível ao receptor. Este contexto deve ser verbal ou passível de ser verbalizado.

c) É necessário ainda **um código**, total ou parcialmente comum ao emissor e ao receptor e finalmente d) um contacto, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o emissor e o receptor, que os capacite a entrarem e permanecerem em contato. **Cada um dos seis fatores** determina uma diferente relação à ciência da informação, com as necessárias adaptações aos casos específicos.

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Pois sem estes seis elementos não acontece a Essência do fenômeno de informação que é a informação transforma-se em conhecimento.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

A Ciência da Informação no Brasil nasceu na segunda metade do anos 50, pelo tumulto da explosão da informação a Unesco convenceu a então Diretora do IBICT Célia Ribeiro Zaher a criar no Brasil e no IBICT , com a sua ajuda, uma especialização *lato sensu* em 1956 sobre **informação para agricultura**.

Em 1970 foi criado, por Hagar Espanha Gomes, com o mesmo sentimento um mestrado em Ciência da informação que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia.

Mas para entender esta historia você tem que ir a 1945 e a Europa.

O historiador Eric Hobsbawmⁱ analisando o século XX diz que, nos seus últimos cinquenta anos a humanidade viu inserir no seu convívio mais inovações do que em todo o resto da sua história. No limiar do período de que nos fala o historiador, fatos muito importantes aconteceram. Entre 1945 e 1948, uma bolha tecnológica produziu: a fissão nuclear que fez lançar a primeira bomba atômica, o Eniac e depois o Univac-1, o primeiro computador de aplicações geral, Alexander Fleming descobriu, com ajuda de outros cientistas, a Penicilina em um segundo andar do Hospital St. Mary 's em Londres, um avião voou mais rápido do que o som, foi inventado o transistor, foi fundada a Unesco, Norbert Wiener publicou "Cybernetics" e discursou sobre a teoria matemática da informação e Vannevar Bush publicou "As we may think", apontando o valor da informação após a segunda guerra.

Acabava a guerra e a informação mantida secreta naquele período seria colocada a disposição do mundo. Designado pelo presidente Roosevelt o Dr. Vannevar Bush, foi de 1938 a 1942 o responsável pelo Comitê Nacional de Pesquisa depois *Office for Scientific Research and Development*; a missão do Dr. Bush foi congrega cerca de 6.000 cientistas americanos e europeus para direcioná-los ao esforço de guerra.. Em 1945, Bush escreveu "As we may think" sobre o problema da informação em ciência e tecnologia e possíveis entraves que, haveriam para organizar e repassar a sociedade às informações mantidas secretas durante a guerra; os entraves eram: a) na formação dos recursos humanos, b) no instrumental de armazenamento e recuperação c) no arcabouço teórico existente para a organização e controle da explosão de informação gerada durante a guerra.

O artigo de Bush apareceu primeiro em 1939, em uma carta ao editor da Revista Fortune, teve sua histórica versão no periódico Atlantic Monthly e depois a Revista Life fez várias observações e chamadas sobre o trabalho. Isso era o máximo de exposição, que uma questão, neste caso um problema de informação, poderia ter na mídia da época. Vannevar Bush pode ser considerado o precursor da ciência da informação e 1945 sua data fundadora com a publicação do seu artigo; ele indicou uma mudança de paradigma para a área de informação em ciência e tecnologia, que envolvia: seus profissionais, seus instrumentos de trabalho para armazenagem e recuperação da informação; ele argumentou sobre o desuso das condições teóricas da representação da informação para processamento e armazenagem e recuperação.

Bush introduziu a noção de associação de conceitos ou palavras na organização da informação, pois este seria o padrão que o cérebro humano utiliza para transformar informação em conhecimento. Indicou que os sistemas de classificação e indexação existentes à época, eram limitativos e não intuitivos. Os processos para armazenar e recuperar informação deveriam ser operacionalizados por associação de conceitos "como nos pensamos". A formação do profissional de informação foi dita conservadora para a época; indicou a deficiência nos aparatos de armazenagem e recuperação da informação e propôs o **Memex** um aparato tecnológico que armazenava e recuperava documentos através de associação de palavras; e, principalmente, advertiu que a base teórica na construção dos sistemas de armazenagem e recuperação da informação além de ultrapassada estava errada.

As idéias de Bush provocaram tamanho frisson na época, que foram parar em Londres. Em 1946, um ano após o término da segunda guerra foi realizada em Londres a "Royal Empire Society Scientific Conference", onde se discutiu muito pouco sobre informação, mas que levou à realização em 1948 da *Royal Society Scientific Information Conference*. Cerca de 340 cientistas e documentalistas de todo o mundo compareceram a esta

ⁱ Hobsbawm, E, Era dos Extremos – o Breve século XX, Cia. da Letras, São Paulo, 1995, 597pgs.

Conferência, que durou dez dias úteis. *Os seus Proceedings*ⁱⁱ têm 723 páginas, dividido em dois volumes e quatro seções: I - as publicações originais, II – serviços de resumo, III – indexação e outros serviços de Biblioteca, IV – revisões de literatura e relatórios anuais. A publicação dos proceedings levou dez anos para sair e foi editada nos Estados Unidos. Os cientistas de quase todas as áreas tinham propostas para resolver os problemas da gestão da informação, mas para não de perder o seu status acadêmico, a nova área foi criada com o nome de: ciência da informação. Os resultados da Conferência, apesar das 723 páginas, ficaram muito perto dos problemas apontados por Vannevar Bush.

Na Inglaterra, e no resto do mundo, isto gerou uma briga com a Biblioteconomia que durou perto de 30 anos. Um ano após a Conferência da Royal Society de Londres *Jason Farradane, J. Bernal* e outros criaram o *Institute for Information Scientists*ⁱⁱⁱ, para acolher as novas idéias surgidas na nova área.

Nesta mesma época, em 1952, foi criada pelo grupo dos cientistas da informação o *Classification Research Group*^{iv, v}, para propor novas teorias para armazenar e recuperar a informação; o problema da época era o grande volume de informação e sua gestão. Os profissionais que fundaram o “*Institute for information Scientists*” criaram sob o comando de Jason Farradane o primeiro curso pós-graduação em de ciência da informação na The City University^{vi}, anteriormente o Northampton College of High Technology, localizado na City de Londres, Inglaterra.

Quanto ao computador a ciência da informação e a informação só tiveram acesso a máquina, cerca de trinta e cinco anos depois quando o custo da memória magnética permitiu o processamento de textos.

A Ciência da Informação no Brasil nasceu na segunda metade do anos 50, pelo tumulto da explosão da informação a Unesco convenceu a então Diretora do IBICT Célia Ribeiro Zaher a criar no Brasil e no IBICT, com a sua ajuda, uma especialização *lato sensu* em 1956 sobre **informação para agricultura**.

Em 1970 foi criado, por Hagar Espanha Gomes, com o mesmo sentimento um mestrado em Ciência da informação que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Ciência da Informação se relaciona com informação em ciência e tecnologia; sua importância para a sociedade Brasileira é a mesma dada a ciência e tecnologia isto é quase nada.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

ⁱⁱ Proceedings of the International Conference on Scientific Information, dois volumes, Washington, National Academy of Science, 1958

ⁱⁱⁱ Institute for information Scientists - www.iis.org.uk/

^{iv} The Seven Ages of Information Retrieval, de Michael Lesk (separa no tempo, com explicações necessárias, a história dos sistemas tradicionais de armazenamento e recuperação da informação, desde seu nascimento até sua morte) <http://www.lesk.com/mlesk/infret.html>

^v Classification Research Group - alexia.lis.uiuc.edu/review/summer1995/spiteri.html

^{vi} The City University - www.city.ac.uk/

A CI nasceu com um currículo e com conteúdos novos, dava a biblioteconomia o seu valor de organização, administração e controle dos estoques de informação mas transcendia esta prática.

Todos os programas criados com o nome de CI a partir do IBICT procuravam modificar o *status* do profissional que formavam. Mas os conteúdos permaneceram os mesmos, isto é, Ensina-se biblioteconomia com o nome de ciência da informação.

Sem identidade psicológica ou acadêmica a CI hoje esta muito num mal estagio:
Veja o que diz a Comissão da CAPES em 2001:

“Antes de apresentar o diagnóstico da área em 2001, é preciso destacar que as análises realizadas pela Comissão, bem como os dados disponíveis na CAPES em relação ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, **caracterizam a Ciência da Informação como uma área tímida, pouco agressiva, que se evidencia por um número restrito de iniciativas.** É importante também lembrar que o Sistema Nacional de Pós-Graduação vem crescendo a uma taxa de 10% ao ano, **ao passo que a área viveu durante 30 anos com 5 programas e neste momento conta 6 programas formalmente inscritos na área de conhecimento da Ciência da Informação[2].** A situação é, neste sentido, de uma **quase estagnação.** Este aspecto enseja uma ampla reflexão por parte de todos que se preocupam com a pesquisa e a docência em Ciência da Informação no Brasil”
(DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.3 n.6 dez/02)

- 8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

A ciência da informação sustentou e realizou muitos de meus sonhos e permitiu traduzir o meu fazer na seqüência da aventura da minha vida.

Questionário (2)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Título do Projeto Atual:

Área:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

Em primeiro lugar, estou trabalhando na crítica do conceito de campo como conceito adequado para o entendimento da produção de conhecimentos em qualquer tempo e circunstância; penso que ele não seria adequado, provavelmente, nem para definir o escopo e abrangência da Ciência de Informação nem de outras áreas e sub-áreas científicas ou disciplinares.

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

Devido ao anterior, não consigo pensar “fronteiras” que demarquem nem os atores, organizações, temas ou práticas de maneira bem delimitada. Dervin diz que nos, na CI, usamos muito o conceito de “mapa” e que trazamos múltiplos mapas da área que se justapõem; não usamos, porém, os verbos de enlace, que indiquem as pontes entre trajetórias e espaços.

Importam-me mais as linhas transversais que as de fronteiras.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

Usaria, em fim, mais bem a idéia de rede, aceitando que existem núcleos mais densos, rodeados por espaços cinzentos e “ralos”, zonas de passagem e obstruções.

Pensemos, por exemplo, em alguns desses “núcleos” de certa consistência, como “Recuperação de informação” e “Estudos de usuários”: o conceito de “busca de informação”, mais adequado ao que acontece no meio digital, estabelece um enlace entre esses núcleos, que espera ser melhor trabalhado. O “esfarelamento” de questões isoladas dentro da ciência da informação acompanha a fragilidade ou ausência de elos entre questões que tem um ar de família mas pertencem a mais de um “campo” (nos termos de Bourdieu): como as econômicas e políticas.

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Considero que a pertinência de um tema, abordagem ou questão a uma área do conhecimento seria resultante da construção dos que se identificam como produtores dessa área e são reconhecidos como tais nos espaços científicos e organizacionais, dentro das condições de produção gnosiológica e social do conhecimento, de seus objetos e seus sujeitos;

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Considero que essa abordagem histórica esta sendo desenvolvida por varias pessoas, trata-se de um esforço de pesquisa e reflexão que não caberia reduzir a algumas linhas.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Entendendo que a pergunta seja pela produção de conhecimento na área; de novo, diríamos que se tem feito muitas coisas, mas muitas vezes dispersas, localizadas, justapostas; falta consolidar uma abordagem mais ampla e estratégica das questões e programas de pesquisa, ao nível de país, de regiões, de setores de atividade.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

Temos problemas próprios e problemas comuns com outras áreas do conhecimento. Creio que farei minha umas palavras de Dervin: gastamos um tempo muito grande em entender e debater nossas diferencias por vezes pequenas, tempo que poderíamos usar para avançar todos juntos em torno de questões comuns.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Comecei a preocupar-me com as mediações dos processos de aprendizagem e logo, de produção de conhecimento científico, a partir de minha experiência de professor (a) universitário (a) e de minha formação [...]. Especificamente, tenho dedicado, aos estudos sistemáticos da ciência da Informação, meus esforços de aprendizagem, investigação e ensino [...].

Questionário (3)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Área:

Título do Projeto Atual:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

Após mais de 30 anos de estudos sobre Ciência da Informação e a leitura atenta de muitos autores da área, principalmente Belkin & Robertson, Borko, Boyce & Kraft, Brookes, Buckland, Farradane, Foskett, Kochen, Menou, Mikahilov, Saracevic, Shera, Wersig e muitos outros, posso esboçar a seguinte definição:

Ciência da informação é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas. A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos, num contexto histórico, cultural e social.

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

Os limites são transitórios porque, como todo campo científico, o seu desenvolvimento, ao longo do tempo, vai transformando o seu território científico e criando novos limites. Tratando-se de um campo interdisciplinar, sua própria evolução depende das mutações de suas relações com outras áreas, entre as quais a Ciência da Computação, a Comunicação e a Biblioteconomia. No início da Ciência da Informação, no exterior, as relações com a Psicologia (estudos de usuários e estudos de necessidades e demandas de informação) e a Lingüística (indexação e recuperação da informação) eram mais fortes, e atualmente parecem mais brandas. Por outro lado, novas e contemporâneas áreas da CI, como a Comunicação, cresceram e intensificaram as suas relações interdisciplinares, além da Administração e Economia, com a Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva. Considerando-se que a informação científica e tecnológica ainda é privilegiada na CI, conhecimentos em Sociologia da Ciência, História da Ciência e mesmo Epistemologia, são fundamentais.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

Primeiro eu precisaria saber o que você está chamando de elementos.

Vou considerar como elementos as disciplinas ou subáreas que constituem o território epistemológico da Ciência da Informação e apresentarei o resultado de [...] pesquisa [...]. Esta pesquisa tomou como fonte o ARIST- Annual Review for Information Science and Technology, por ser uma obra relevante e reconhecida, internacionalmente. Abrangeu 38

anos do ARIST (1966-2004), desde o seu início portanto, até os dias atuais e englobou um total de 388 artigos de revisão (307 na primeira fase, 1966-1995, e 81 na segunda, 1996-2004).

QUADRO 1 – Temas de artigos de revisão do ARIST, 1966-1995, por ordem de frequência		
Tema/Assunto	Artigos de revisão n° absoluto	%
1. Sistemas de informação	43	14
2. Tecnologia da informação	28	9,12
3. Disseminação da informação	27	8,79
4. Políticas de informação	23	7,49
5. Necessidades e usos de informação	22	7,16
6. Sistemas de recuperação da informação	20	6,51
7. Computadores e programas	19	6,18
8. Representação da informação	16	5,21
9. Automação de bibliotecas	15	4,88
10.Redes de informação	14	4,56
11.Formação e aspectos profissionais	14	4,56
12.Bases de dados	13	4,23
13.Organização e processamento da informação	13	4,23
14.Administração da informação	12	3,90
15.Teoria da Ciência da informação	11	3,58
16.Processamento automático de linguagem	9	2,93
17.Economia da informação	8	2,60
Total	307	99,93

Fonte: [...]

[...] categorizei ou sistematizei estas disciplinas em:

- disciplinas estruturais;
- disciplinas de representação ou instrumentais;

- disciplinas gerenciais;
- disciplinas tecnológicas; e
- disciplinas sócio-culturais

[...] Como você pode observar, há disciplinas ou subáreas que desaparecem ou perdem a intensidade, enquanto novas surgiram.

Quadro 2: Disciplinas segundo artigos de revisão do ARIST, por ordem de frequência. 1996-2004		
	N.º	%
1. Sistemas de recuperação da informação	15	18,51
2. Representação da informação	9	11,11
3. Tecnologia da informação	8	9,87
4. Sistemas de informação	6	7,40
5. Bibliometria	6	7,40
6. Inteligência competitiva e Gestão do conhecimento	5	6,17
7. Mineração de dados (“data mining”)	5	6,17
8. Política de informação	5	6,17
9. Teoria da Ciência da Informação	5	6,17
10. Comunicação científica eletrônica	3	3,70
11. Necessidades e usos da informação	3	3,70
12. Administração de informação	2	2,50
13. Bibliotecas digitais	2	2,50
14. Economia da informação	2	2,50
15. Formação e aspectos profissionais	2	2,50
16. Processamento automático de linguagem	2	2,50
17 Bases de dados	1	1,23
Total	81	

Fonte: [...]

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Toda área científica é constituída por disciplinas ou subáreas que a compõem e demarcam seus limites científicos, e não somente a Ciência da Informação. Esta é uma questão da Epistemologia e da Filosofia da Ciência.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Este é o tema da minha pesquisa [...] no CNPq e considero praticamente impossível responder numa ou duas frases. Na minha tese tenho um pequeno capítulo sobre o tema [...].

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Não posso responder a esta pergunta porque isto dependeria de uma pesquisa em que fossem ouvidos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

O Observatório Nacional / Museu de Astronomia fez uma pesquisa na qual perguntava “o que os brasileiros pensam da ciência?”

Somente se fosse feito algo parecido, perguntando a todo e qualquer cidadão brasileiro o que ele pensa da Ciência da Informação, poderíamos obter esta resposta.

Podemos, no entanto, tomar como parâmetro deste significado o número de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, hoje num total de nove (9), IBICT, UFMG, UnB, UFPB, PUCCAMP, USP, UNESP, UFBA e UFSC, ou os recursos aplicados pelo CNPq (apresentei trabalho sobre o tema no ENANCIB de Brasília e no DatagramaZero) ou CAPES para a área, ainda bem pequenos, ou as políticas públicas brasileiras, como a Sociedade da Informação, praticamente desativada. Nestes casos seria mais a visão oficial, e não da sociedade como um todo, que poderia ter uma medida aproximada pela demanda de cursos, número de alunos, número de pós-graduados etc.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

Não posso avaliar a Ciência da Informação no Brasil porque isto dependeria de uma pesquisa específica, com os devidos parâmetros ou variáveis e sem esta base seria uma mera opinião sem sustentação científica. [...]

Se quiser algum parâmetro, verifique as notas dos cursos de pós-graduação na CAPES, o número de pesquisas aprovadas pelo CNPq, na área, por exemplo, o que seria sempre parcial.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Total [...]. Minha atuação ocorreu e ocorre principalmente no ensino e pesquisa, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação [...]. Além disso, também tenho atuação gerencial, pois fui coordenador(a) de Centro de Informação [...] e do Sistema [...] de Informação [...]. Exerci também [...] coordenação [...], fui consultor (a) [...] e, ultimamente [...] fui responsável pela arquitetura do Portal [...].

Questionário (4)

a. Identificação e Formação

Nome

Titulação:

| Área:

Título do Projeto Atual:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

- 1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

É o campo de estudos da Informação em base científica.

- 2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

Para mim o campo da Ciência da Informação abrange estudos da informação no contexto do processo de comunicação desde a produção/geração até a assimilação/uso, passando pelo tratamento, recuperação e disseminação.

- 3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

Em resumo, poderia dizer que os elementos essenciais do campo da Ciência da Informação são: Informação-Comunicação-Conhecimento.

- 4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Porque o campo da Ciência da Informação lida essencialmente com o fenômeno da Informação, no contexto do processo de Comunicação, visando a produção de Conhecimento, no indivíduo, no grupo, na sociedade.

- 5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Há vários estudos (dissertação e teses, artigos publicados em revistas científicas da área e trabalhos apresentados em reuniões científicas) sobre o histórico da Ciência da Informação no Brasil que podem ser facilmente consultados, o que não justifica aqui uma apresentação sobre isso.

No entanto, considero ser relevante para o objetivo da presente enquête, um depoimento mais pessoal que poderia acrescentar algo à história do campo no Brasil.

O campo da Ciência da Informação no Brasil nasce em 1970 com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Programa de pós-graduação na área a iniciar estudos em nível de doutorado na década de 80. O convênio IBICT-UFRJ permanece até o ano 2000. A partir de 2003 o IBICT assina convênio com a Universidade Federal Fluminense e retoma o programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

Na minha opinião, o PPGCI do IBICT é o único curso da área no país que nasce, se desenvolve e permanece como Ciência da Informação. Nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. Os demais cursos hoje denominados como Ciência da Informação migraram da área da Biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área, em maior ou menos escala. Isto pode ser constatado pela análise da estrutura curricular, das temáticas e abordagens metodológica de projetos de pesquisa de docentes e de dissertações e teses desses Programas. A discussão “Biblioteconomia e Ciência da Informação”, acrescida ainda pela “Arquivologia e Museologia” é de origem epistemológica que não cabe aqui ser abordada. O conceito de inter/multidisciplinaridade, característica amplamente reconhecida pelos profissionais da área da Ciência da Informação, é um conceito complexo de definição ainda em base especulativa. A questão para mim não está na temática da pesquisa propriamente dita mas na natureza da abordagem da investigação que se quer realizar, independente da “origem” dos dados (biblioteca, museu, arquivo, etc.) O ENANCIB de 2003 revelou interesse atual de pesquisa nas questões epistemológicas da área da Ciência da Informação. Esse tipo de estudo deve ser continuidade e ser incentivado, especialmente pelos Programas de Pós-graduação, no sentido de contribuir para este debate importante para o desenvolvimento sólido e representativo da área da Ciência da Informação no país.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Na verdade, o que o campo da Ciência da Informação significa para a sociedade brasileira eu não saberia explicitar. O que posso mencionar é o que na minha opinião poderia significar. Estudos científicos da informação, no contexto do processo de comunicação, investigando elementos envolvidos na produção processamento e uso de informação em diferentes setores de atividades (ensino, pesquisa, gestão e avaliação) poderá trazer benefícios ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, em resposta a aspirações e interesses da Sociedade Brasileira como um todo, tendo como objetivo último do desenvolvimento do País .

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

O campo da Ciência da Informação, considerando que seu início foi na década de 70, teve um crescimento lento. O número de programas de pós-graduação ainda é pequeno. A área não adota uma política de conhecimento (se dar a conhecer) e de convencimento (mostrar o seu potencial enquanto área do conhecimento) em relação ao público externo. Sem isso o reconhecimento da área fica prejudicado e, conseqüentemente, afetando sua avaliação de desempenho enquanto área do conhecimento.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Formação em nível de pós-graduação (mestrado no [...] e doutorado no [...]).
Atuação como professor(a) e pesquisador(a) em Programa de Pós-graduação [...].
Participo como consultor(a) ad hoc [...]. Sou também membro(a) de comitês editoriais de revistas científicas [...].

Questionário (5)

a. Identificação e Formação

Nome

Titulação:

Título do Projeto Atual:

| Área:

Observação preliminar. As questões são genéricas e pouco delimitadas. Assim, faz-se difícil responder em algumas linhas a questões que ocuparam algumas páginas (às vezes dezenas de páginas) [...]. Imagino que esse livro – que é citado como referência em todas as bibliografias recomendadas para os candidatos às provas de seleção dos cursos de pós-graduação, assim como em numerosos concursos públicos – estará disponível na biblioteca de sua instituição. Optei, por essa razão, pela indicação das páginas do livro onde poderá encontrar resposta detalhada às suas perguntas.

Caso não tenha acesso ao livro pode fazer o pedido à [...].

[...]. Considero desnecessário enviar qualquer documento assinado. Abaixo a burocracia !!!!!

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

p. 105-106

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

Delimitação: p. 149; Escopo: p. 76, 103, 117-119, 148; Domínio de aplicação: p. 72

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

Objeto de estudo: p. 65, 68, 72, 82, 89, 128-130, 139, 141, 150, 159

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Não entendi a pergunta. Caso aponte para epistemologia, ver p. 127, ou para paradigma(s), ver p. 72, 73, 75, 95

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

p. 82-86, 88, 89, 93

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Por enquanto são dos mundos que se ignoram ou não se conhecem

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

Francamente fraco e desatualizado, exceto limitadas exceções

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Mais de [...] anos dedicados à informação. Pode consultar meu currículo Lattes no portal do CNPq.

Desejo-lhe sinceramente muito sucesso em sua pesquisa.

Cordialmente,

[...]

Questionário (6)

a - Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Área:

Título do Projeto atual:

AS REPRESENTAÇÕES DO CAMPO DA CIENCIA DA INFORMAÇÃO

b – Sobre o Campo Ciência da Informação

- 1) O campo da Ciência da Informação permeia todas as áreas do conhecimento atendendo as necessidades de informação dos diferentes segmentos da sociedade.
- 2) Ciência da Informação é o campo que envolve profissionais de diferentes áreas que interagem, dentro dos limites pertinentes, visando atingir o principal objetivo: participar de todas as etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação demandada pela sociedade.
- 3) Qual é o conceito ou definição que você aplica neste contexto para a palavra “elemento” ?
- 4) Idêntico ao anterior
- 5) Este tópico está privilegiado com vasta literatura nacional (Ver: Aldo Barreto, Antonio Miranda, Lena Vânia Pinheiro, Regina Marteleto, Suzana Mueller e outros). O Núcleo de Produção Científica (NPC) sediado na ECA/USP dá visibilidade aos vários textos completos produzidos [...], o que permite conhecer um dos enfoques do histórico da área, com o recorte para a pós-graduação. [...].
- 6) Sugiro que você faça um questionário ou roteiro para entrevista visando aplicá-los aos diferentes segmentos da sociedade brasileira.
- 7) Este item pode ser incluído no questionário ou entrevista sugeridos no item 6.
- 8) Venho atuando nesse campo como bibliotecário (a) [...]. A partir de [...] envolvi [...] com a pós-graduação dediquei-me a esse segmento relacionando com a participação nos movimentos associativos [...]. A partir dessa data estou integrado (a) ao Conselho [...]. Desde [...] coordeno projetos de pesquisa [...] e estou identificado (a) como líder de dois grupos de pesquisa [...]. Ministro [...] disciplina [...] na pós-graduação [...] e oriento mestrado e doutorado. Para detalhes da produção ver Currículo Lattes.

Questionário (7)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Título do Projeto Atual:

Área:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

O campo da Ciência da Informação, no âmbito das denominadas Ciências Sociais Aplicadas, dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada.

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

O limite fundamental da Ciência da Informação reside no **registro** e na **socialização** da informação, pois a Ciência da Informação lida com estoques informacionais.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

O campo da ciência da Informação constitui-se por dois elementos básicos: a sua própria disciplinaridade, tal como enunciado na resposta à questão 1 e os aportes interdisciplinares (teóricos e metodológicos) que contribuem para que ela cumpra seus objetivos, tais como aqueles oriundos de áreas como a Linguística, a Lógica, a Psicologia, a Inteligência Artificial, etc.

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Para que a área possa efetivamente garantir seu estatuto científico.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

A Ciência da Informação no Brasil teve seu desenvolvimento em grande medida ligado à trajetória do IBICT, em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norte-americana e inglesa. Nesse sentido, a tônica da área de Ciência da Informação no país esteve, em grande medida, voltada para a informação científica e tecnológica e, notadamente a partir da década de 80, sob uma maior influência francesa, voltou-se para aspectos como a dimensão social da informação.

Aspecto fundamental para o crescimento acadêmico da área, no país, foram os cursos de pós-graduação, que se construiriam a partir de um grupo de pesquisadores pioneiros, que tiveram sua capacitação no exterior e, em voltando ao Brasil, souberam formar novas gerações de pesquisadores bem como liderar a pesquisa na área, permitindo um cotejo e uma reflexão dos teóricos estrangeiros à luz da realidade nacional e latino-americana.

Tais aspectos dão ao Brasil um efetivo protagonismo no que tange à pesquisa em Ciência da Informação, na América Latina, ao que se aliam os já consolidados títulos de periódicos científicos da área.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

No meu entender, significa, um importante veículo para o desenvolvimento científico e tecnológico, por um lado, e social, por outro, visto permitir que a realidade do país possa ser cotejada com a realidade mundial, a luz de parâmetros efetivamente científicos.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

O campo encontra-se em crescimento no país, como demonstram o aumento de programas de pós-graduação na área, o crescimento da produção científica na área e, ainda, o importante papel desempenhado pela ANCIB como elemento catalisador e impulsionador da comunidade científica da área, no país.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Esse envolvimento dá-se em distintas vertentes:

- a) acompanhamento, desde sua criação, a ANCIB e tenho me envolvido efetivamente em suas iniciativas;
- b) no âmbito do Grupo de Pesquisa [...] na área de Informação, tenho me dedicado a algumas questões epistemológicas da área, notadamente quanto à relação entre os saberes construídos pela Ciência da Informação e a maneira pela qual tais saberes articulam-se com os distintos fazeres profissionais da área.;
- c) nos últimos cinco anos venho ministrando, no curso de graduação em Biblioteconomia [...], a disciplina [...], o que tem contribuído para melhor compreender os fenômenos que lhe são afetos.

Questionário (8)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Título do Projeto Atual:

Área:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

É o campo que tem como objeto de estudo a informação adjetivada, ou seja: informação para negócios; informação cultural; informação gerencial; informação tecnológica; informação arquivística; informação jurídica; informação científica...

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

A Ciência da Informação tem como limite de campo o tratamento científico da informação adjetivada, conforme explicitado na questão 1.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

São aqueles elementos delimitadores que constituem cada campo científico: objeto de estudo, metodologia e estratégias adequadas aos estudos da área; assim como, uma terminologia própria, conceitos específicos e unidades discursivas próprias da área.

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Porque são esses elementos que dão à área o estatuto de ciência.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Podemos afirmar que o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação iniciou-se, no Brasil, na década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. Fato este que aconteceu na mesma época em que mestrados de outras áreas também se originaram. No entanto, a Ciência da Informação consolida-se como área do saber, a partir do final dos anos de 1980, quando se deu a criação da Associação Nacional dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), motivando as discussões e as publicações de pesquisas. Essa nova área, entretanto, concretiza-se como ciência, quando as pesquisas desenvolvidas, nos cursos de pós-graduação, por docentes, mestrandos e doutorandos, tornaram-se em qualidade de um saber científico. Foram, portanto, as publicações e as discussões, em encontros da área, que marcaram a consolidação da Ciência da Informação como saber científico.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Um novo saber das ciências que contribui para a sociedade com os diferentes estudos do objeto informação, vinculado a uma produção e disseminação de uma determinada informação.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

Avalio que a área cada vez mais revela-se como ciência, na medida em que novos conhecimentos são produzidos e compartilhados pelo conjunto de pesquisadores que constroem a Ciência da Informação no Brasil.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Durante [...] estive envolvido (a) com o campo da Ciência da Informação no Brasil, como também com a Biblioteconomia. Nesse período, estive comprometido (a) com os estudos da área, tanto na docência como na pesquisa. Para tanto, procurei atualizar sempre minhas aulas, lendo e discutindo as publicações mais recentes da Ciência da Informação; na pesquisa, envolvi-me com as questões da inclusão social de cidadãos, tendo como meta a formação de leitores na busca dos diferentes tipos de informação.

Questionário (9)

a. Identificação e Formação

Nome:

Titulação:

Título do Projeto Atual:

Área:

b. Sobre o Campo Ciência da Informação

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

Para responder o que é o campo da C.I., primeiro é importante dizer o que eu entendo ser um “campo do conhecimento”. Diferentemente de uma disciplina, que pode ser demarcada pelo conjunto das suas questões básicas, teorias, conceitos, metodologias, um campo do conhecimento inclui, além dos elementos englobados pela disciplina, o conjunto dos atores, meios e veículos que conformam o seu terreno institucional.

Penso então que o campo da Ciência da Informação é composto pelo conjunto de teorias, pressupostos, questões, metodologias, autores, veículos nacionais e internacionais (congressos, revistas, etc), autores, escolas, organismos transnacionais, associações nacionais e internacionais, dentre outros elementos reconhecidos, lidos e freqüentados pelo conjunto dos pesquisadores, estudantes e profissionais que nele atuam.

É importante frisar que, dado o caráter pluridimensional do seu objeto de estudo – a informação – o próprio campo da C.I. sofre constantes reconfigurações, com a absorção de novas questões, métodos e teorias e a incorporação de novos atores, veículos e mediações.

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

Acredito, de maneira firme, que um campo do conhecimento não tem limites. Admitir o inverso seria acreditar que o próprio conhecimento humano tem limites. Ora, para a expansão de um campo de conhecimento, a sua comunidade de pares necessita realizar investimentos racionais, cognitivos, políticos, etc, de maneira reconhecida e compartilhada, sem a prescrição prévia do que é ou não é C.I. ou de quais são os seus limites. A própria comunidade deverá criar, em seus diferentes ambientes institucionais, os meios, regras e parâmetros de funcionamento do campo de conhecimento e, assim, formando identidade própria, traçar o desenho e as regras de funcionamento do seu próprio campo.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

Conforme as respostas anteriores e detalhando um pouco mais, diria que o primeiro elemento a ser reconhecido no campo da C.I. é a sua *historicidade*, ou seja, é preciso ver nele os seus autores fundadores, o contexto acadêmico, social, econômico e político da sua formação e desenvolvimento, o qual é fortemente marcado pelas suas origens nos países desenvolvidos e nas ações da UNESCO nos países em desenvolvimento e, mais recentemente, pelas políticas e programas das sociedades da informação.

Outro elemento é a sua *epistemologia*, que se refere às questões, pressupostos, teorias e metodologias próprios e/ou apropriados pela C.I. de outros campos ou disciplinas. Está

incluída aí a inter multi ou transdisciplinaridade, como elemento que marca o perfil do campo da C.I., de modo a indicar e possibilitar a construção de um lugar e um olhar próprios da área em direção ao objeto que compartilha com outras disciplinas e campos de estudos – a informação.

Um terceiro elemento seria a sua *política*, onde os atores debatem o cenário e os rumos do campo, por meio das suas instâncias representativas – associações, eventos, reuniões, espaços de discussão presenciais e virtuais, etc, e desse mesmo modo, participam dos foros acadêmicos e científicos instituídos para o acompanhamento, fomento e avaliação das atividades de pesquisa, ensino, formação e atividade profissional.

Por último, e sem ter esgotado certamente as possibilidades de resposta, refiro-me ao elemento *acadêmico-institucional*, que constitui o terreno onde se firma a vida própria de cada conjunto de atores, veículos, meios e possibilidades de ensino, formação e produção do conhecimento no campo da C.I.

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

Porque é por meio dos elementos apontados acima que o campo adquire base e perfil para o seu desenvolvimento sustentado em alicerces epistemológicos, políticos, institucionais e históricos.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Trata-se de questão muito ampla, com aspectos variados e polêmicos. Ainda está por ser traçada a história do campo no país, por meio de pesquisas bem elaboradas e fundamentadas. No entanto, eu assinalaria a presença forte do Estado e das instituições estatais na conformação do campo no país, aliada às políticas de controle bibliográfico à cabo da UNESCO e organismos brasileiros, dentre eles o antigo IBBD, hoje IBICT. Assinalo ainda a importância da instituição dos cursos e programas de pós-graduação para a formação de uma comunidade própria do campo, além dos seus ascendentes dos cursos de Biblioteconomia, sobretudo.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

Seria interessante que a sociedade brasileira pudesse responder tal questão, por meios dos seus diferentes espaços de debates acadêmicos, políticos e associativos, dentre outros. Não creio que nesses espaços exista uma percepção ou opinião já formulada sobre o campo da C.I. Mesmo porque, como disse acima, a área se formou em ambientes estatais tradicionalmente distanciados da sociedade. É paradoxal e, ao mesmo tempo, inquietante, que um campo do conhecimento que se auto-denomina uma ciência social, esteja tão distante das questões, necessidades e expectativas da sociedade brasileira.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

A Ciência da Informação no Brasil se fez mais atuante e expressiva pela institucionalização e fortalecimento dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento de suas linhas de pesquisa, apesar de sua produção ainda modesta, se comparada a outras áreas e/ou disciplinas. Assim mesmo, acredito que existe hoje uma capacidade técnica, humana e científica básica instalada para fazer expandir e multiplicar as atividades de pesquisa e formação em C.I. no país. Os grandes desafios no momento são: a expansão da pesquisa e da divulgação do conhecimento produzido; a criação de programas e linhas de pesquisa em regiões menos favorecidas economicamente e, por via de consequência, com deficiências acadêmicas e científicas; a internacionalização dos programas, seus pesquisadores e pesquisas; a criação de projetos de pesquisa e linhas de financiamento que privilegiem a criação de programas de acesso, inclusão e apropriação digital, em bases científicas e éticas concernentes com as necessidades da sociedade brasileira; a fixação de recém doutores em programas de pós-graduação de modo equitativo nas diferentes regiões do país; o estabelecimento de uma agenda de pesquisa para a área de modo concertado, discutido e amadurecido pela comunidade da C.I. juntamente com as agências de avaliação e fomento à pesquisa e à pós-graduação.

8) Qual o nível de envolvimento pessoal o(a) Sr.(a) tem com o campo da Ciência da Informação no Brasil?

Minha inserção e minha história no campo se deu nas atividades de pesquisa e pós-graduação, às quais me dediquei [...] anos de atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação [...]. Desde [...], atuo [...], onde me dedico a atividades de pesquisa, como também de ensino na graduação e pós-graduação.
[...] o que comprova o meu comprometimento com os rumos da pesquisa, ensino e atividades de informação no país.

ANEXO C

Quadros com as Idéias Centrais e Expressões-Chave das Questões

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	<p>A ciência da informação preocupa-se com princípios teóricos e se ocupa das práticas de criação, organização e distribuição da informação (estuda os fluxos de informação);</p> <p>A essência de seu fenômeno mostra-se na criação de conhecimento no receptor.</p>	<p>a ciência da informação se preocupa e se ocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e distribuição da informação. Estuda os fluxos da informação, desde sua criação até a sua utilização, quando acontece a transmissão ao receptor em uma variedade de formas e através de uma variedade de canais; a ciência da informação mostra a sua Essência de fenômeno quando ocorre a transformação de linguagem do pensamento de um emissor para uma linguagem de inscrição de uma informação e a passagem desta para uma possível criação de conhecimento no receptor.</p>
2	<p>Trabalho na crítica do conceito de campo.</p>	<p>Em primeiro lugar, estou trabalhando na crítica do conceito de campo como conceito adequado para o entendimento da produção de conhecimentos em qualquer tempo e circunstância; penso que ele não seria adequado, provavelmente, nem para definir o escopo e abrangência da Ciência de Informação nem de outras áreas e sub-areas científicas ou disciplinares.</p>
3	<p>Abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação;</p> <p>A área abrange da geração à transferência da informação no contexto histórico, cultural e social.</p>	<p>Após mais de 30 anos de estudos sobre Ciência da Informação e a leitura atenta de muitos autores da área, principalmente Belkin & Robertson, Borko, Boyce & Kraft, Brookes, Buckland, Farradane, Foskett, Kochen, Menou, Mikahilov, Saracevic, Shera, Wersig e muitos outros, posso esboçar a seguinte definição:</p> <p>Ciência da informação é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas. A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos, num contexto histórico, cultural e social.</p>

4	Campo de estudos da Informação em base científica.	É o campo de estudos da Informação em base científica.
5	Veja, p. 105-106.	p. 105-106
6	O campo da Ciência da Informação permeia todas as áreas do conhecimento atendendo as necessidades de informação dos diferentes segmentos da sociedade.	O campo da Ciência da Informação permeia todas as áreas do conhecimento atendendo as necessidades de informação dos diferentes segmentos da sociedade.
7	Campo que se dedica ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que vão da geração ao uso da informação registrada.	O campo da Ciência da Informação, no âmbito das denominadas Ciências Sociais Aplicadas, dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada.
8	Campo cujo objeto é a informação adjetivada.	É o campo que tem como objeto de estudo a informação adjetivada, ou seja: informação para negócios; informação cultural; informação gerencial; informação tecnológica; informação arquivística; informação jurídica; informação científica...
9	<p>Campo de conhecimento é formado pelos elementos constitutivos das disciplinas e de atores, meios e veículos;</p> <p>Campo da ciência da informação é composto de teorias, pressupostos, questões, metodologias, autores, veículos (congressos, revistas etc.), escolas, organismos transnacionais, associações dentre outros elementos;</p>	<p>Para responder o que é o campo da C.I., primeiro é importante dizer o que eu entendo ser um “campo do conhecimento”. Diferentemente de uma disciplina, que pode ser demarcada pelo conjunto das suas questões básicas, teorias, conceitos, metodologias, um campo do conhecimento inclui, além dos elementos englobados pela disciplina, o conjunto dos atores, meios e veículos que conformam o seu terreno institucional.</p> <p>Penso então que o campo da Ciência da Informação é composto pelo conjunto de teorias, pressupostos, questões, metodologias, autores, veículos nacionais e internacionais (congressos, revistas, etc), autores, escolas, organismos transnacionais, associações nacionais e internacionais, dentre outros elementos</p>

	<p>Devido ao caráter pluridimensional do objeto (informação) o campo sobre constantes reconfigurações.</p>	<p>reconhecidos, lidos e freqüentados pelo conjunto dos pesquisadores, estudantes e profissionais que nele atuam.</p> <p>É importante frisar que, dado o caráter pluridimensional do seu objeto de estudo – a informação – o próprio campo da C.I. sofre constantes reconfigurações, com a absorção de novas questões, métodos e teorias e a incorporação de novos atores, veículos e mediações.</p>
--	--	--

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	<p>São impossíveis de traçar;</p> <p>Os limites podem ser definidos pela interdisciplinaridade.</p>	<p>A ciência da informação nasce com o pensamento do autor se transforma em uma inscrição de informação e se destina ao conhecimento na consciência do receptor. Teoricamente seus limites estão no pensamento do gerador e na consciência do receptor, o que é impossível de traçar. Contudo outro caminho é o da interdisciplinaridade. A ciência da informação é interdisciplinar; se relaciona com uma serie de disciplinas.[...]. Neste caso o limite da área estaria nestes limites da própria interfisciplinaridade.</p>
2	<p>Não penso em fronteiras, atores, organizações, temas ou práticas específicos;</p> <p>Importa-me as linhas transversais.</p>	<p>Devido ao anterior, não consigo pensar “fronteiras” que demarquem nem os atores, organizações, temas ou praticas de maneira bem delimitada. Dervin diz que nos, na CI, usamos muito o conceito de “mapa” e que trazamos multiples mapas da área que se justapõem; não usamos, porem, os verbos de enlace, que indiquem as pontes entre trajetórias e espaços. Importam-me mais as linhas transversais que as de fronteiras.</p>
3	<p>Os limites são transitórios;</p>	<p>Os limites são transitórios porque, como todo campo científico, o seu desenvolvimento, ao longo do tempo, vai transformando o seu território científico e criando novos limites. Tratando-se de um campo interdisciplinar, sua própria evolução depende das mutações de suas relações com outras áreas, entre as quais a Ciência da Computação, a</p>

	Os limites variam conforme a mutação das relações com outras áreas.	Comunicação e a Biblioteconomia. No início da Ciência da Informação, no exterior, as relações com a Psicologia (estudos de usuários e estudos de necessidades e demandas de informação) e a Linguística (indexação e recuperação da informação) eram mais fortes, e atualmente parecem mais brandas. Por outro lado, novas e contemporâneas áreas da CI, como a Comunicação, cresceram e intensificaram as suas relações interdisciplinares, além da Administração e Economia, com a Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva. Considerando-se que a informação científica e tecnológica ainda é privilegiada na CI, conhecimentos em Sociologia da Ciência, História da Ciência e mesmo Epistemologia, são fundamentais.
4	Abrange estudos de informação no contexto da comunicação (da geração ao uso).	Para mim o campo da Ciência da Informação abrange estudos da informação no contexto do processo de comunicação desde a produção/geração até a assimilação/uso, passando pelo tratamento, recuperação e disseminação.
5	Veja, Delimitação: p. 149; Escopo: p. 76, 103, 117-119, 148; Domínio de aplicação: p. 72.	Delimitação: p. 149; Escopo: p. 76, 103, 117-119, 148; Domínio de aplicação: p. 72
6	O campo envolve diferentes profissionais dentro de limites pertinentes; Os limites estão relacionados às etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação.	Ciência da Informação é o campo que envolve profissionais de diferentes áreas que interagem, dentro dos limites pertinentes, visando atingir o principal objetivo: participar de todas as etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação demandada pela sociedade.
7	Registro e socialização da informação; A ciência da informação lida com estoques de informação.	O limite fundamental da Ciência da Informação reside no registro e na socialização da informação, pois a Ciência da Informação lida com estoques informacionais.

8	Os limites estão no tratamento científico da informação adjetivada.	A Ciência da Informação tem como limite de campo o tratamento científico da informação adjetivada [...].
9	Não tem limites; A comunidade deverá definir as condições de funcionamento do campo.	Acredito, de maneira firme, que um campo do conhecimento não tem limites. Admitir o inverso seria acreditar que o próprio conhecimento humano tem limites. Ora, para a expansão de um campo de conhecimento, a sua comunidade de pares necessita realizar investimentos racionais, cognitivos, políticos, etc, de maneira reconhecida e compartilhada, sem a prescrição prévia do que é ou não é C.I. ou de quais são os seus limites. A própria comunidade deverá criar, em seus diferentes ambientes institucionais, os meios, regras e parâmetros de funcionamento do campo de conhecimento e, assim, formando identidade própria, traçar o desenho e as regras de funcionamento do seu próprio campo.

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	Ato de comunicação do emissor para o receptor, contexto de referência, código e contato (canal físico e conexão psicológica) entre eles.	os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação podem ser indicados como a)um ato de comunicação quando um a1) emissor , remetente envia uma mensagem a um destinatário, a2) receptor . b) Para se realizar de forma eficaz a mensagem necessita de um contexto de referência e este contexto precisa ser acessível ao receptor. Este contexto deve ser verbal ou passível de ser verbalizado. c) É necessário ainda um código , total ou parcialmente comum ao emissor e ao receptor e finalmente d) um contacto, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o emissor e o receptor, que os capacite a entrarem e permanecerem em contato. Cada um dos seis fatores determina uma diferente relação à ciência da informação, com as necessárias adaptações aos casos específicos.

2	Usaria a idéia de rede com núcleos, zonas de passagem e obstrução.	<p>Usaria, em fim, mais bem a idéia de rede, aceitando que existem núcleos mais densos, rodeados por espaços cinzentos e “ralos”, zonas de passagem e obstruções.</p> <p>Pensemos, por exemplo, em alguns desses “núcleos” de certa consistência, como “Recuperação de informação” e “Estudos de usuários”: o conceito de “busca de informação”, mais adequado ao que acontece no meio digital, estabelece um enlace entre esses núcleos, que espera ser melhor trabalhado. O “esfarelamento” de questões isoladas dentro da ciência da informação acompanha a fragilidade ou ausência de elos entre questões que tem um ar de família mas pertencem a mais de um “campo” (nos termos de Bourdieu): como as econômicas e políticas.</p>
3	Considerarei como elementos as disciplinas ou subáreas.	<p>[...] Vou considerar como elementos as disciplinas ou subáreas que constituem o território epistemológico da Ciência da Informação e apresentarei o resultado de [...] pesquisa [...] e depois atualizada e expandida. Esta pesquisa tomou como fonte o ARIST- Annual Review for Information Science and Technology, por ser uma obra relevante e reconhecida, internacionalmente. Abrangeu 38 anos do ARIST (1966-2004), desde o seu início portanto, até os dias atuais e englobou um total de 388 artigos de revisão (307 na primeira fase, 1966-1995, e 81 na segunda, 1996-2004).</p> <p>[...]</p>
4	Informação, comunicação e conhecimento.	Em resumo, poderia dizer que os elementos essenciais do campo da Ciência da Informação são: Informação-Comunicação-Conhecimento.
5	Veja, Objeto de estudo: p. 65, 68, 72, 82, 89, 128-130, 139, 141, 150, 159.	Objeto de estudo: p. 65, 68, 72, 82, 89, 128-130, 139, 141, 150, 159.

6	Qual o conceito que aplica neste contexto para “elemento” ?	Qual é o conceito ou definição que você aplica neste contexto para a palavra “elemento” ?
7	A disciplinaridade e os aportes interdisciplinares (teóricos e metodológicos).	O campo da ciência da Informação constitui-se por dois elementos básicos: a sua própria disciplinaridade, tal como enunciado na resposta à questão 1 e os aportes interdisciplinares (teóricos e metodológicos) que contribuem para que ela cumpra seus objetivos, tais como aqueles oriundos de áreas como a Linguística, a Lógica, a Psicologia, a Inteligência Artificial, etc.
8	Objeto de estudo, metodologia, estratégias de estudo, terminologia, conceitos e unidades discursivas próprios.	São aqueles elementos delimitadores que constituem cada campo científico: objeto de estudo, metodologia e estratégias adequadas aos estudos da área; assim como, uma terminologia própria, conceitos específicos e unidades discursivas próprias da área.
9	Alguns elementos são: historicidade, epistemologia, política e acadêmica-institucional da produção do conhecimento no campo.	<p>Conforme as respostas anteriores e detalhando um pouco mais, diria que o primeiro elemento a ser reconhecido no campo da C.I. é a sua historicidade, ou seja, é preciso ver nele os seus autores fundadores, o contexto acadêmico, social, econômico e político da sua formação e desenvolvimento, o qual é fortemente marcado pelas suas origens nos países desenvolvidos e nas ações da UNESCO nos países em desenvolvimento e, mais recentemente, pelas políticas e programas das sociedades da informação.</p> <p>Outro elemento é a sua epistemologia, que se refere às questões, pressupostos, teorias e metodologias próprios e/ou apropriados pela C.I. de outros campos ou disciplinas. Está incluída aí a inter multi ou transdisciplinaridade, como elemento que marca o perfil do campo da C.I., de modo a indicar e possibilitar a construção de um lugar e um olhar próprios da área em direção ao objeto que compartilha com outras disciplinas e campos de estudos – a informação.</p> <p>Um terceiro elemento seria a sua política, onde os atores debatem o cenário e os rumos do campo, por meio das suas instâncias representativas – associações, eventos, reuniões, espaços de discussão</p>

		<p>presenciais e virtuais, etc, e desse mesmo modo, participam dos foros acadêmicos e científicos instituídos para o acompanhamento, fomento e avaliação das atividades de pesquisa, ensino, formação e atividade profissional.</p> <p>Por último, e sem ter esgotado certamente as possibilidades de resposta, refiro-me ao elemento acadêmico-institucional, que constitui o terreno onde se firma a vida própria de cada conjunto de atores, veículos, meios e possibilidades de ensino, formação e produção do conhecimento no campo da C.I.</p>
--	--	--

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	São imprescindíveis para a informação transformar-se em conhecimento.	Pois sem estes seis elementos não acontece a Essência do fenômeno de informação que é a informação transforma-se em conhecimento.
2	A pertinência é resultante da construção dos produtores da área.	Considero que a pertinência de um tema, abordagem ou questão a uma área do conhecimento seria resultante da construção dos que se identificam como produtores dessa área e são reconhecidos como tais nos espaços científicos e organizacionais, dentro das condições de produção gnosiológica e social do conhecimento, de seus objetos e seus sujeitos ;
3	Porque todas as áreas possuem disciplinas e subáreas.	Toda área científica é constituída por disciplinas ou subáreas que a compõem e demarcam seus limites científicos, e não somente a Ciência da Informação. Esta é uma questão da Epistemologia e da Filosofia da Ciência.
4	Porque o campo lida com o fenômeno da informação, na comunicação para produzir conhecimento.	Porque o campo da Ciência da Informação lida essencialmente com o fenômeno da Informação, no contexto do processo de Comunicação, visando a produção de Conhecimento, no indivíduo, no grupo, na sociedade.

5	Não entendi a pergunta. Caso aponte para epistemologia, veja, p. 127, ou para paradigma(s), ver p. 72, 73, 75, 95.	Não entendi a pergunta. Caso aponte para epistemologia, ver p. 127, ou para paradigma(s), ver p. 72, 73, 75, 95.
6	Qual o conceito que aplica neste contexto para “elemento”?	Idêntico ao anterior.
7	Para garantir seu estatuto científico.	Para que a área possa efetivamente garantir seu estatuto científico.
8	Porque dão à área o estatuto científico.	Porque são esses elementos que dão à área o estatuto de ciência.
9	Porque por eles o campo adquire base para o desenvolvimento.	Porque é por meio dos elementos apontados acima que o campo adquire base e perfil para o seu desenvolvimento sustentado em alicerces epistemológicos, políticos, institucionais e históricos.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	Nasceu com a criação do IBICT; Em 1970 foi criado o mestrado em ciência da informação com enfoque diferente da biblioteconomia.	A Ciência da Informação no Brasil nasceu na segunda metade do anos 50, pelo tumulto da explosão da informação a Unesco convenceu a então Diretora do IBICT Célia Ribeiro Zaher a criar no Brasil e no IBICT , com a sua ajuda, uma especialização lato sensu em 1956 sobre informação para agricultura . Em 1970 foi criado, por Hagar Espanha Gomes, com o mesmo sentimento um mestrado em Ciência da informação que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia. [...].

2	Essa abordagem histórica esta sendo desenvolvida por varias pessoas.	Considero que essa abordagem histórica esta sendo desenvolvida por varias pessoas, trata-se de um esforço de pesquisa e reflexão que não caberia reduzir a algumas linhas.
3	Impossível responder em poucas linhas.	Este é o tema da [...] pesquisa de cinco (5) anos no CNPq e considero praticamente impossível responder numa ou duas frases. Na [...] tese [tem] um pequeno capítulo sobre o tema, já que o foco era a CI no exterior, e já publicamos o primeiro artigo sobre o surgimento da CI no Brasil, como produto da pesquisa, privilegiando políticas públicas que concorreram para a sua emergência, no Brasil, e de instituições como o IBICT [...].
4	<p>Nasceu em 1970 com a criação do mestrado em ciência da informação do IBICT;</p> <p>O curso do IBICT é o único que desde a criação permanece sendo em ciência da informação;</p> <p>Os outros programas migraram da biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área;</p> <p>Inter/transdisciplinaridade ainda é um conceito complexo.</p>	<p>[...] O campo da Ciência da Informação no Brasil nasce em 1970 com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Programa de pós-graduação na área a iniciar estudos em nível de doutorado na década de 80. O convênio IBICT-UFRJ permanece até o ano 2000. A partir de 2003 o IBICT assina convênio com a Universidade Federal Fluminense e retoma o programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI).</p> <p>Na minha opinião, o PPGCI do IBICT é o único curso da área no país que nasce, se desenvolve e permanece como Ciência da Informação. Nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. Os demais cursos hoje denominados como Ciência da Informação migraram da área da Biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área, em maior ou menos escala. Isto pode ser constatado pela análise da estrutura curricular, das temáticas e abordagens metodológica de projetos de pesquisa de docentes e de dissertações e teses desses Programas. A discussão “Biblioteconomia e Ciência da Informação”, acrescida ainda pela “Arquivologia e Museologia” é de origem epistemológica que não cabe aqui ser abordada. O conceito de inter/multidisciplinaridade, característica amplamente reconhecida pelos profissionais da área da Ciência da Informação, é um conceito complexo de definição ainda em base especulativa. A questão para mim não está na temática da pesquisa</p>

		<p>propriamente dita mas na natureza da abordagem da investigação que se quer realizar, independente da “origem” dos dados (biblioteca, museu, arquivo, etc.) O ENANCIB de 2003 revelou interesse atual de pesquisa nas questões epistemológicas da área da Ciência da Informação. Esse tipo de estudo deve ser continuidade e ser incentivado, especialmente pelos Programas de Pós-graduação, no sentido de contribuir para este debate importante para o desenvolvimento sólido e representativo da área da Ciência da Informação no país.</p>
5	Veja, p. 82-86, 88, 89, 93	p. 82-86, 88, 89, 93
6	Este tópico está privilegiado por vasta literatura nacional.	Este tópico está privilegiado com vasta literatura nacional (Ver: Aldo Barreto, Antonio Miranda, Lena Vânia Pinheiro, Regina Marteleto, Suzana Mueller e outros). O Núcleo de Produção Científica (NPC) sediado na ECA/USP dá visibilidade aos vários textos completos produzidos pela [...] equipe, o que permite conhecer um dos enfoques do histórico da área, com o recorte para a pós-graduação. [...].
7	<p>Seu desenvolvimento esteve ligado as ações do IBICT e sob influência norte-americana e inglesa;</p> <p>Para o crescimento acadêmico foram fundamentais os cursos de pós-graduação;</p> <p>Estes aspectos tornam o Brasil protagonista da pesquisa em ciência da informação na América Latina.</p>	<p>A Ciência da Informação no Brasil teve seu desenvolvimento em grande medida ligado à trajetória do IBICT, em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norte-americana e inglesa. Nesse sentido, a tônica da área de Ciência da Informação no país esteve, em grande medida, voltada para a informação científica e tecnológica e, notadamente a partir da década de 80, sob uma maior influência francesa, voltou-se para aspectos como a dimensão social da informação.</p> <p>Aspecto fundamental para o crescimento acadêmico da área, no país, foram os cursos de pós-graduação, que se construiriam a partir de um grupo de pesquisadores pioneiros, que tiveram sua capacitação no exterior e, em voltando ao Brasil, souberam formar novas gerações de pesquisadores bem como liderar a pesquisa na área, permitindo um cotejo e uma reflexão dos teóricos estrangeiros à luz da realidade nacional e latino-americana.</p>

		Tais aspectos dão ao Brasil um efetivo protagonismo no que tange à pesquisa em Ciência da Informação, na América Latina, ao que se aliam os já consolidados títulos de periódicos científicos da área.
8	<p>Iniciou na década de 1970 com a criação dos cursos de mestrado;</p> <p>Consolida-se no final dos nos 1980 com a criação da ANCIB;</p> <p>O campo torna-se ciência quando as pesquisas ganham qualidade;</p> <p>Publicações e discussões em congressos marcam a consolidação da área.</p>	<p>Podemos afirmar que o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação iniciou-se, no Brasil, na década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. Fato este que aconteceu na mesma época em que mestrados de outras áreas também se originaram. No entanto, a Ciência da Informação consolida-se como área do saber, a partir do final dos anos de 1980, quando se deu a criação da Associação Nacional dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), motivando as discussões e as publicações de pesquisas. Essa nova área, entretanto, concretiza-se como ciência, quando as pesquisas desenvolvidas, nos cursos de pós-graduação, por docentes, mestrados e doutorandos, tornaram-se em qualidade de um saber científico. Foram, portanto, as publicações e as discussões, em encontros da área, que marcaram a consolidação da Ciência da Informação como saber científico.</p>
9	<p>Trata-se de questão muito ampla;</p> <p>É marcada pela presença forte dos Estado, instituições estatais, Unesco, IBICT, instituição de programas de pós-graduação e cursos de biblioteconomia.</p>	<p>Trata-se de questão muito ampla, com aspectos variados e polêmicos. Ainda está por ser traçada a história do campo no país, por meio de pesquisas bem elaboradas e fundamentadas. No entanto, eu assinalaria a presença forte do Estado e das instituições estatais na conformação do campo no país, aliada às políticas de controle bibliográfico à cabo da UNESCO e organismos brasileiros, dentre eles o antigo IBBD, hoje IBICT. Assinalo ainda a importância da instituição dos cursos e programas de pós-graduação para a formação de uma comunidade própria do campo, além dos seus ascendentes dos cursos de Biblioteconomia, sobretudo.</p>

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	Quase nenhuma importância.	Ciência da Informação se relaciona com informação em ciência e tecnologia; sua importância para a sociedade Brasileira é a mesma dada a ciência e tecnologia isto é quase nada.
2	No nível da produção de conhecimento, realiza-se muito mas com pouca articulação; Falta consolidar uma abordagem ampla.	Entendendo que a pergunta seja pela produção de conhecimento na área; de novo, diríamos que se tem feito muitas coisas, mas muitas vezes dispersas, localizadas, justapostas; falta consolidar uma abordagem mais ampla e estratégica das questões e programas de pesquisa, ao nível de país, de regiões, de setores de atividade.
3	Não posso responder. É necessário questionar a sociedade brasileira; Um parâmetro pode ser obtido pelo número de programas de pós-graduação, financiamento a pesquisa e políticas públicas.	Não posso responder a esta pergunta porque isto dependeria de uma pesquisa em que fossem ouvidos diferentes segmentos da sociedade brasileira.[...] Podemos, no entanto, tomar como parâmetro deste significado o número de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, hoje num total de nove (9), IBICT, UFMG, UnB, UFPB, PUCCAMP, USP, UNESP, UFBA e UFSC, ou os recursos aplicados pelo CNPq [...] ou CAPES para a área, ainda bem pequenos, ou as políticas públicas brasileiras, como a Sociedade da Informação, praticamente desativada. Nestes casos seria mais a visão oficial, e não da sociedade como um todo, que poderia ter uma medida aproximada pela demanda de cursos, número de alunos, número de pós-graduados etc.
4	Para a sociedade brasileira eu não saberia explicar; Estudos científicos da informação.	Na verdade, o que o campo da Ciência da Informação significa para a sociedade brasileira eu não saberia explicitar. O que posso mencionar é o que na minha opinião poderia significar. Estudos científicos da informação, no contexto do processo de comunicação, investigando elementos envolvidos na produção processamento e uso de informação em diferentes setores de atividades (ensino, pesquisa, gestão e avaliação) poderá trazer benefícios ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, em resposta a aspirações e interesses da Sociedade Brasileira como um todo,

		tendo como objetivo último do desenvolvimento do País .
5	Por enquanto são dois mundos que se ignoram.	Por enquanto são dos mundos que se ignoram ou não se conhecem
6	Sugiro que faça uma pesquisa com a sociedade brasileira.	Sugiro que você faça um questionário ou roteiro para entrevista visando aplicá-los aos diferentes segmentos da sociedade brasileira.
7	Um veículo para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.	No meu entender, significa, um importante veículo para o desenvolvimento científico e tecnológico, por um lado, e social, por outro, visto permitir que a realidade do país possa ser cotejada com a realidade mundial, a luz de parâmetros efetivamente científicos.
8	Um novo saber das ciências que contribui com estudos da informação.	Um novo saber das ciências que contribui para a sociedade com os diferentes estudos do objeto informação, vinculado a uma produção e disseminação de uma determinada informação.
9	É interessante questionar a sociedade brasileira. A ciência da informação se formou distante da sociedade por mais que seja considerada ciência social.	Seria interessante que a sociedade brasileira pudesse responder tal questão, por meios dos seus diferentes espaços de debates acadêmicos, políticos e associativos, dentre outros. Não creio que nesses espaços exista uma percepção ou opinião já formulada sobre o campo da C.I. Mesmo porque, como disse acima, a área se formou em ambientes estatais tradicionalmente distanciados da sociedade. É paradoxal e, ao mesmo tempo, inquietante, que um campo do conhecimento que se auto-denomina uma ciência social, esteja tão distanciado das questões, necessidades e expectativas da sociedade brasileira.

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

R.	Idéias Centrais	Expressões-Chave
1	<p>A maioria dos programas ensina biblioteconomia com o nome ciência da informação;</p> <p>Passa por um mau estágio.</p>	<p>A CI nasceu com um currículo e com conteúdos novos, dava a biblioteconomia o seu valor de organização, administração e controle dos estoques de informação mas transcendia esta prática.</p> <p>Todos os programas criados com o nome de CI a partir do IBICT procuravam modificar o status do profissional que formavam. Mas os conteúdos permaneceram os mesmos, isto é,</p> <p>Ensina-se biblioteconomia com o nome de ciência da informação.</p> <p>Sem identidade psicológica ou acadêmica a CI hoje esta muito num mal estágio [...]</p>
2	<p>Temos problemas próprios e comuns como outras áreas.</p>	<p>Temos problemas próprios e problemas comuns com outras áreas do conhecimento. Creio que farei minha umas palavras de Dervin: gastamos um tempo muito grande em entender e debater nossas diferenças por vezes pequenas, tempo que poderíamos usar para avançar todos juntos em torno de questões comuns.</p>
3	<p>Não posso avaliar. Isto seria mera opinião;</p> <p>Uma avaliação parcial poderia compor das notas dos cursos de pós-graduação e número de pesquisas na área.</p>	<p>Não posso avaliar a Ciência da Informação no Brasil porque isto dependeria de uma pesquisa específica, com os devidos parâmetros ou variáveis e sem esta base seria uma mera opinião sem sustentação científica. [...]</p> <p>Se quiser algum parâmetro, verifique as notas dos cursos de pós-graduação na CAPES, o número de pesquisas aprovadas pelo CNPq, na área., por exemplo, o que seria sempre parcial.</p>
4	<p>Teve um crescimento lento, sem política de conhecimento e de convencimento;</p> <p>Sem estas políticas o reconhecimento e a avaliação ficam prejudicados.</p>	<p>O campo da Ciência da Informação, considerando que seu início foi na década de 70, teve um crescimento lento. O número de programas de pós-graduação ainda é pequeno. A área não adota uma política de conhecimento (se dar a conhecer) e de convencimento (mostrar o seu potencial enquanto área do conhecimento) em relação ao público externo. Sem isso o reconhecimento da área fica prejudicado e, conseqüentemente, afetando sua avaliação de desempenho enquanto área do conhecimento.</p>

5	Fraco e desatualizado, exceto limitadas exceções.	Francamente fraco e desatualizado, exceto limitadas exceções
6	Este item poderia constar da pesquisa sugerida.	Este item pode ser incluído no questionário ou entrevista sugeridos no item 6.
7	Em crescimento; Destaque para ANCIB por incentivando a comunidade científica da área.	O campo encontra-se em crescimento no país, como demonstram o aumento de programas de pós-graduação na área, o crescimento da produção científica na área e, ainda, o importante papel desempenhado pela ANCIB como elemento catalisador e impulsionador da comunidade científica da área, no país.
8	Revela-se cada vez mais como ciência.	Avalio que a área cada vez mais revela-se como ciência, na medida em que novos conhecimentos são produzidos e compartilhados pelo conjunto de pesquisadores que constroem a Ciência da Informação no Brasil.
9	A ciência da informação se fez mais atuante a partir do fortalecimento dos programas de pós-graduação, possui uma produção modesta, capacidade técnica, científica e humana para expandir a formação e a pesquisa e, grandes desafios a enfrentar no Brasil.	A Ciência da Informação no Brasil se fez mais atuante e expressiva pela institucionalização e fortalecimento dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento da suas linhas de pesquisa, apesar da sua produção ainda modesta, se comparada a outras áreas e/ou disciplinas. Assim mesmo, acredito que existe hoje uma capacidade técnica, humana e científica básica instalada para fazer expandir e multiplicar as atividades de pesquisa e formação em C.I. no país. Os grandes desafios no momento são: a expansão da pesquisa e da divulgação do conhecimento produzido; a criação de programas e linhas de pesquisa em regiões menos favorecidas economicamente e, por via de consequência, com deficiências acadêmicas e científicas; a internacionalização dos programas, seus pesquisadores e pesquisas; a criação de projetos de pesquisa e linhas de financiamento que privilegiem a criação de programas de acesso, inclusão e apropriação digital, em bases científicas e éticas concernentes com as necessidades da sociedade brasileira; a fixação de recém doutores em programas de pós-graduação de modo eqüitativo

		nas diferentes regiões do país; o estabelecimento de uma agenda de pesquisa para a área de modo concertado, discutido e amadurecido pela comunidade da C.I. juntamente com as agências de avaliação e fomento à pesquisa e à pós-graduação.
--	--	---

ANEXO D**Discursos-Síntese das Questões**

1) O que é o campo da Ciência da Informação para o(a) Sr.(a)?

DSC.: Em primeiro lugar, estou trabalhando na crítica do conceito de campo como conceito adequado para o entendimento da produção de conhecimentos em qualquer tempo e circunstância; penso que ele não seria adequado, provavelmente, nem para definir o escopo e abrangência da Ciência de Informação nem de outras áreas e sub-áreas científicas ou disciplinares. Mas penso então que, o campo da Ciência da Informação é composto pelo conjunto de teorias, pressupostos, questões, metodologias, autores, veículos nacionais e internacionais (congressos, revistas, etc), autores, escolas, organismos transnacionais, associações nacionais e internacionais, dentre outros elementos reconhecidos, lidos e freqüentados pelo conjunto dos pesquisadores, estudantes e profissionais que nele atuam. Após muitos anos de estudos sobre Ciência da Informação e a leitura atenta de muitos autores da área, principalmente Belkin & Robertson, Borko, Boyce & Kraft, Brookes, Buckland, Farradane, Foskett, Kochen, Menou, Mikahilov, Saracevic, Shera, Wersig e muitos outros, posso esboçar a seguinte definição: O campo no âmbito das denominadas Ciências Sociais Aplicadas, dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada. É a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas, ou seja, é o campo de estudos da Informação em base científica. Tem como objeto de estudo a informação adjetivada: informação para negócios; informação cultural; informação gerencial; informação tecnológica; informação arquivística; informação jurídica; informação científica etc. Nesse sentido, a ciência da informação se preocupa e se ocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e distribuição da informação. Estuda os fluxos da informação, desde sua criação até a sua utilização. A área abrange desde o processo de geração do conhecimento (comunicação científica), representação e análise, até a transferência da informação, ou melhor, as transformações cognitivas ocasionadas pela informação em pessoas e comunidades, na criação de novos conhecimentos. A ciência da informação mostra a sua Essência de fenômeno quando ocorre a transformação de linguagem do pensamento de um emissor para uma linguagem de inscrição de uma informação e a passagem desta para uma possível criação de conhecimento no receptor, num contexto histórico, cultural e social. Além disso, permeia todas as áreas do conhecimento atendendo as necessidades de informação dos diferentes segmentos da sociedade. É importante frisar que, dado o caráter pluridimensional do seu objeto de estudo – a informação – o próprio campo da Ciência da Informação sofre constantes reconfigurações, com a absorção de novas questões, métodos e teorias e a incorporação de novos atores, veículos e mediações.

2) Que limites o(a) Sr.(a) dá ao campo da Ciência da Informação?

*DSC.: A ciência da informação nasce com o pensamento do autor se transforma em uma inscrição de informação e se destina ao conhecimento na consciência do receptor. Teoricamente seus limites estão no pensamento do gerador e na consciência do receptor, o que é impossível de traçar. Acredito, de maneira firme, que um campo do conhecimento não tem limites. Admitir o inverso seria acreditar que o próprio conhecimento humano tem limites. Não consigo pensar “fronteiras” que demarquem nem os atores, organizações, temas ou práticas de maneira bem delimitada. Importam-me mais as linhas transversais que as de fronteiras. Mesmo se fosse possível, os limites são transitórios porque, como todo campo científico, o seu desenvolvimento, ao longo do tempo, vai transformando o seu território científico e criando novos limites. A ciência da informação é interdisciplinar; se relaciona com uma série de disciplinas, neste caso o limite da área estaria nestes limites da própria interdisciplinaridade. Nesse sentido, tratando-se de um campo interdisciplinar, sua própria evolução depende das mutações de suas relações com outras áreas, entre as quais a Ciência da Computação, a Comunicação e a Biblioteconomia. No início da Ciência da Informação, no exterior, as relações com a Psicologia (estudos de usuários e estudos de necessidades e demandas de informação) e a Linguística (indexação e recuperação da informação) eram mais fortes, e atualmente parecem mais brandas. Por outro lado, novas e contemporâneas áreas da CI, como a Comunicação, cresceram e intensificaram as suas relações interdisciplinares, além da Administração e Economia, com a Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva. Considerando-se que a informação científica e tecnológica ainda é privilegiada na CI, conhecimentos em Sociologia da Ciência, História da Ciência e mesmo Epistemologia, são fundamentais. Além disso, para a expansão de um campo de conhecimento, a sua comunidade de pares necessita realizar investimentos racionais, cognitivos, políticos, etc, de maneira reconhecida e compartilhada, sem a prescrição prévia do que é ou não é Ciência da Informação ou de quais são os seus limites. A própria comunidade deverá criar, em seus diferentes ambientes institucionais, os meios, regras e parâmetros de funcionamento do campo de conhecimento e, assim, formando identidade própria, traçar o desenho e as regras de funcionamento do seu próprio campo. Assim, o limite fundamental da Ciência da Informação reside no **registro** e na **socialização** da informação, pois a Ciência da Informação lida com estoques informacionais. Também tem como limite de campo o tratamento científico da informação adjetivada e estudos da informação no contexto do processo de comunicação desde a produção/geração até a assimilação/uso, passando pelo tratamento, recuperação e disseminação, envolvendo profissionais de diferentes áreas que interagem, dentro dos limites pertinentes, visando atingir o principal objetivo: participar de todas as etapas de geração, acesso, visibilidade e uso da informação demandada pela sociedade.*

3) Quais são os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação?

DSC.: Os elementos que constituem o campo da Ciência da Informação podem ser indicados como: a) um ato de comunicação quando um a1) emissor, remetente envia uma mensagem a um destinatário, a2) receptor. b) Para se realizar de forma eficaz a mensagem necessita de um contexto de referência e este contexto precisa ser acessível ao receptor. Este contexto deve ser verbal ou passível de ser verbalizado. c) É necessário ainda um código, total ou parcialmente comum ao emissor e ao receptor e finalmente d) um contacto, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o emissor e o receptor, que os capacite a entrarem e permanecerem em contato. Também poderia dizer que os elementos essenciais do campo são: Informação-Comunicação-Conhecimento. Detalhando um pouco mais, diria que outro elemento a ser reconhecido no campo é a sua historicidade, ou seja, é preciso ver nele os seus autores fundadores, o contexto acadêmico, social, econômico e político da sua formação e desenvolvimento, o qual é fortemente marcado pelas suas origens nos países desenvolvidos e nas ações da UNESCO nos países em desenvolvimento e, mais recentemente, pelas políticas e programas das sociedades da informação. Outro elemento é a sua epistemologia, que se refere às questões, pressupostos, teorias e metodologias próprios e/ou apropriados pela C.I. de outros campos ou disciplinas. São aqueles elementos delimitadores que constituem cada campo científico: objeto de estudo, metodologia e estratégias adequadas aos estudos da área; assim como, uma terminologia própria, conceitos específicos e unidades discursivas próprias da área. Isto é, a sua própria disciplinaridade e os aportes interdisciplinares (teóricos e metodológicos) que contribuem para que ela cumpra seus objetivos, tais como aqueles oriundos de áreas como a Linguística, a Lógica, a Psicologia, a Inteligência Artificial, etc.; disciplinas ou subáreas que constituem o território epistemológico da Ciência da Informação. Está incluída aí a inter multi ou transdisciplinaridade, como elemento que marca o perfil do campo da C.I., de modo a indicar e possibilitar a construção de um lugar e um olhar próprios da área em direção ao objeto que compartilha com outras disciplinas e campos de estudos – a informação. Um outro elemento seria a sua política, onde os atores debatem o cenário e os rumos do campo, por meio das suas instâncias representativas – associações, eventos, reuniões, espaços de discussão presenciais e virtuais, etc, e desse mesmo modo, participam dos foros acadêmicos e científicos instituídos para o acompanhamento, fomento e avaliação das atividades de pesquisa, ensino, formação e atividade profissional. Por último, e sem ter esgotado certamente as possibilidades de resposta, refiro-me ao elemento acadêmico-institucional, que constitui o terreno onde se firma a vida própria de cada conjunto de atores, veículos, meios e possibilidades de ensino, formação e produção do conhecimento no campo da C.I. Entretanto, outra possibilidade é a idéia de rede, aceitando que existem núcleos mais densos, rodeados por espaços cinzentos e “ralos”, zonas de passagem e obstruções. Pensemos, por exemplo, em alguns desses “núcleos” de certa consistência, como “Recuperação de informação” e “Estudos de usuários”: o conceito de “busca de informação”, mais adequado ao que acontece no meio digital, estabelece um enlace entre esses núcleos, que espera ser melhor trabalhado. O “esfarelamento” de questões isoladas dentro da ciência da informação acompanha a fragilidade ou ausência de elos entre questões que tem um ar de família mas pertencem a mais de um “campo” (nos termos de Bourdieu): como as econômicas e políticas.

4) Por que considera os elementos que estruturam o campo da Ciência da Informação como relevantes para essa estruturação?

DSC.: Para que a área possa efetivamente garantir seu estatuto científico, pois esses elementos dão à área o estatuto de ciência. Toda área científica é constituída por disciplinas ou subáreas que a compõem e demarcam seus limites científicos, e não somente a Ciência da Informação. Além disso, o campo da Ciência da Informação lida essencialmente com o fenômeno da Informação, no contexto do processo de Comunicação, visando a produção de Conhecimento, no indivíduo, no grupo, na sociedade. Sem estes elementos não acontece a Essência do fenômeno de informação que é a informação transforma-se em conhecimento. Considero ainda que a pertinência de um tema, abordagem ou questão a uma área do conhecimento seria resultante da construção dos que se identificam como produtores dessa área e são reconhecidos como tais nos espaços científicos e organizacionais, dentro das condições de produção gnosiológica e social do conhecimento, de seus objetos e seus sujeitos. Assim, é por meio dos elementos apontados que o campo adquire base e perfil para o seu desenvolvimento sustentado em alicerces epistemológicos, políticos, institucionais e históricos. Esta é uma questão da Epistemologia e da Filosofia da Ciência.

5) Fale sobre o desenvolvimento histórico do campo da Ciência da Informação no Brasil.

DSC.: Considero praticamente impossível responder numa ou duas frases. Essa abordagem histórica esta sendo desenvolvida por varias pessoas, trata-se de um esforço de pesquisa e reflexão que não caberia reduzir a algumas linhas. Trata-se de questão muito ampla, com aspectos variados e polêmicos. Ainda está por ser traçada a história do campo no país, por meio de pesquisas bem elaboradas e fundamentadas. Este tópico está privilegiado com vasta literatura nacional (Ver: Aldo Barreto, Antonio Miranda, Lena Vânia Pinheiro, Regina Marteleto, Suzana Mueller e outros). Entretanto, a Ciência da Informação no Brasil nasceu na segunda metade dos anos 50, pelo tumulto da explosão da informação a Unesco convenceu a então Diretora do IBICT Célia Ribeiro Zaher a criar no Brasil e no IBICT, com a sua ajuda, uma especialização lato sensu em 1956 sobre **informação para agricultura**. É marcada pela presença forte do Estado e das instituições estatais na conformação do campo no país, aliada às políticas de controle bibliográfico à cabo da UNESCO e organismos brasileiros, dentre eles o antigo IBBD, hoje IBICT, em suas vertentes de ensino, de pesquisa e de serviços, e sob a forte influência teórica norte-americana e inglesa. Em 1970 foi criado, por Hagar Espanha Gomes, com o mesmo sentimento um mestrado em Ciência da informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro que nascia com enfoque completamente diferente da Biblioteconomia. O campo no Brasil nasce em 1970 com o Curso de Mestrado em Ciência da Informação e, com a criação dos primeiros cursos de Mestrado. Fato este que aconteceu na mesma época em que mestrados de outras áreas também se originaram. O curso do IBICT foi o primeiro Programa de pós-graduação na área a iniciar estudos em nível de doutorado na década de 80. O convênio IBICT-UFRJ permanece até o ano 2000. A partir de 2003 o IBICT assina convênio com a Universidade Federal Fluminense e retoma o programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI). O PPGCI do IBICT é o único curso da área no país que nasce, se desenvolve e permanece como Ciência da Informação. Nos seus primórdios contou com renomados professores da área, oriundos de universidades americanas e inglesas. Os demais cursos hoje denominados como Ciência da Informação migraram da área da Biblioteconomia e ainda possuem resquícios dessa área, em maior ou menos escala. Isto pode ser constatado pela análise da estrutura curricular, das temáticas e abordagens metodológica de projetos de pesquisa de docentes e de dissertações e teses desses Programas. O conceito de inter/multidisciplinaridade, característica amplamente reconhecida pelos profissionais da área da Ciência da Informação, é um conceito complexo de definição ainda em base especulativa. A questão não está na temática da pesquisa propriamente dita mas na natureza da abordagem da investigação que se quer realizar, independente da “origem” dos dados (biblioteca, museu, arquivo, etc.). A tônica da área de Ciência da Informação no país esteve, em grande medida, voltada para a informação científica e tecnológica e, notadamente a partir da década de 80, sob uma maior influência francesa, voltou-se para aspectos como a dimensão social da informação. Aspecto fundamental para o crescimento acadêmico da área, no país, foram os cursos de pós-graduação, para a formação de uma comunidade própria do campo, além dos seus ascendentes dos cursos de Biblioteconomia, sobretudo. Os cursos e programas de pós-graduação se construiriam a partir de um grupo de pesquisadores pioneiros, que tiveram sua capacitação no exterior e, em voltando ao Brasil, souberam formar novas gerações de pesquisadores bem como liderar a pesquisa na área, permitindo um cotejo e uma reflexão dos teóricos estrangeiros à luz da realidade nacional e latino-americana. No entanto, a Ciência da Informação consolida-se como área do saber, a partir do final dos anos de 1980, quando se deu a criação da Associação Nacional dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), motivando as discussões e as publicações de pesquisas. Essa nova área, entretanto, concretiza-se como

ciência, quando as pesquisas desenvolvidas, nos cursos de pós-graduação, por docentes, mestrandos e doutorandos, tornaram-se em qualidade de um saber científico. Foram, portanto, as publicações e as discussões, em encontros da área, que marcaram a consolidação da Ciência da Informação como saber científico. Tais aspectos dão ao Brasil um efetivo protagonismo no que tange à pesquisa em Ciência da Informação, na América Latina, ao que se aliam os já consolidados títulos de periódicos científicos da área.

6) O que significa o campo da Ciência da Informação para a sociedade brasileira?

DSC 1: *Na verdade, o que o campo da Ciência da Informação significa para a sociedade brasileira eu não saberia explicitar. Não posso responder a esta pergunta porque isto dependeria de uma pesquisa em que fossem ouvidos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Mas, a Ciência da Informação se relaciona com informação em ciência e tecnologia; sua importância para a sociedade Brasileira é a mesma dada a ciência e tecnologia isto é quase nada. Por enquanto são dois mundos que se ignoram ou não se conhecem. Entretanto, sugiro que você faça um questionário ou roteiro para entrevista visando aplicá-los aos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Seria interessante que a sociedade brasileira pudesse responder tal questão, por meios dos seus diferentes espaços de debates acadêmicos, políticos e associativos, dentre outros. Não creio que nesses espaços (sociedade) exista uma percepção ou opinião já formulada sobre o campo da C.I. Mesmo porque, a área se formou em ambientes estatais tradicionalmente distanciados da sociedade. É paradoxal e, ao mesmo tempo, inquietante, que um campo do conhecimento que se auto-denomina uma ciência social, esteja tão distanciado das questões, necessidades e expectativas da sociedade brasileira. Podemos, no entanto, tomar como parâmetro deste significado o número de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, hoje num total de nove (9), IBICT, UFMG, UnB, UFPB, PUCCAMP, USP, UNESP, UFBA e UFSC, ou os recursos aplicados pelo CNPq ou CAPES para a área, ainda bem pequenos, ou as políticas públicas brasileiras, como a Sociedade da Informação, praticamente desativada. Nestes casos seria mais a visão oficial, e não da sociedade como um todo, que poderia ter uma medida aproximada pela demanda de cursos, número de alunos, número de pós-graduados etc. Entendendo, além disso, que a pergunta seja pela produção de conhecimento na área, diríamos que se tem feito muitas coisas, mas muitas vezes dispersas, localizadas, justapostas; falta consolidar uma abordagem mais ampla e estratégica das questões e programas de pesquisa, ao nível de país, de regiões, de setores de atividade.*

DSC 2: *Um importante veículo para o desenvolvimento científico e tecnológico, por um lado, e social, por outro, visto permitir que a realidade do país possa ser cotejada com a realidade mundial, a luz de parâmetros efetivamente científicos. Além disso, significa estudos científicos da informação, no contexto do processo de comunicação, investigando elementos envolvidos na produção processamento e uso de informação em diferentes setores de atividades (ensino, pesquisa, gestão e avaliação) que poderá trazer benefícios ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, em resposta a aspirações e interesses da Sociedade Brasileira como um todo, tendo como objetivo último do desenvolvimento do País. Isto é, um novo saber das ciências que contribui para a sociedade com os diferentes estudos do objeto informação, vinculado a uma produção e disseminação de uma determinada informação.*

7) Qual sua avaliação do desempenho do campo da Ciência da Informação no Brasil?

DSC 1: *Francamente fraco e desatualizado, exceto limitadas exceções. O campo da Ciência da Informação, considerando que seu início foi na década de 70, teve um crescimento lento. A CI nasceu com um currículo e com conteúdos novos, dava a biblioteconomia o seu valor de organização, administração e controle dos estoques de informação mas transcendia esta prática. Todos os programas criados com o nome de CI a partir do IBICT procuravam modificar o status do profissional que formavam. Mas os conteúdos permaneceram os mesmos, isto é, Ensina-se biblioteconomia com o nome de ciência da informação. O número de programas de pós-graduação ainda é pequeno. Sem identidade psicológica ou acadêmica a CI hoje esta muito num mal estagio. A área não adota uma política de conhecimento (se dar a conhecer) e de convencimento (mostrar o seu potencial enquanto área do conhecimento) em relação ao público externo. Sem isso o reconhecimento da área fica prejudicado e, conseqüentemente, afetando sua avaliação de desempenho enquanto área do conhecimento. Temos problemas próprios e problemas comuns com outras áreas do conhecimento. Creio que farei minha umas palavras de Dervin: gastamos um tempo muito grande em entender e debater nossas diferenças por vezes pequenas, tempo que poderíamos usar para avançar todos juntos em torno de questões comuns. A Ciência da Informação no Brasil se fez mais atuante e expressiva pela institucionalização e fortalecimento dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento da suas linhas de pesquisa, apesar da sua produção ainda modesta, se comparada a outras áreas e/ou disciplinas.*

DSC 2: *Não posso avaliar a Ciência da Informação no Brasil porque isto dependeria de uma pesquisa específica, com os devidos parâmetros ou variáveis e sem esta base seria uma mera opinião sem sustentação científica. Este item pode ser incluído no questionário ou entrevista sugeridos. Estou estudando a Ciência da Informação no Brasil, mas não estou realizando uma avaliação propriamente dita. Se quiser algum parâmetro, verifique as notas dos cursos de pós-graduação na CAPES, o número de pesquisas aprovadas pelo CNPq, na área, por exemplo, o que seria sempre parcial.*

DSC 3: *O campo encontra-se em crescimento no país, como demonstram o aumento de programas de pós-graduação na área, o crescimento da produção científica na área e, ainda, o importante papel desempenhado pela ANCIB como elemento catalisador e impulsionador da comunidade científica da área, no país. A área cada vez mais revela-se como ciência, na medida em que novos conhecimentos são produzidos e compartilhados pelo conjunto de pesquisadores que constroem a Ciência da Informação no Brasil. Assim mesmo, acredito que existe hoje uma capacidade técnica, humana e científica básica instalada para fazer expandir e multiplicar as atividades de pesquisa e formação em C.I. no país. Os grandes desafios no momento são: a expansão da pesquisa e da divulgação do conhecimento produzido; a criação de programas e linhas de pesquisa em regiões menos favorecidas economicamente e, por via de conseqüência, com deficiências acadêmicas e científicas; a internacionalização dos programas, seus pesquisadores e pesquisas; a criação de projetos de pesquisa e linhas de financiamento que privilegiem a criação de programas de acesso, inclusão e apropriação digital, em bases científicas e éticas concernentes com as necessidades da sociedade brasileira; a fixação de recém doutores em programas de pós-graduação de modo eqüitativo nas diferentes regiões do país; o estabelecimento de uma agenda de pesquisa para a área de modo concertado, discutido e amadurecido pela comunidade da C.I. juntamente com as agências de avaliação e fomento à pesquisa e à pós-graduação.*

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)